

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E
REGIONAL

CLARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA

**POLÍTICA DE HABITAÇÃO RURAL NO MARANHÃO: DA MORADIA
CAMPONESA À “CASA DO GOVERNO”**

São Luís
2017

CLARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA

**POLÍTICA DE HABITAÇÃO RURAL NO MARANHÃO: DA MORADIA
CAMPONESA À “CASA DO GOVERNO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Estado, Trabalho e Globalização

Orientador: Prof. Dr. Frederico Lago Burnett

São Luís
2017

[FICHA CATALOGRÁFICA]

CLARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA

**POLÍTICA DE HABITAÇÃO RURAL NO MARANHÃO: DA MORADIA
CAMPONESA À “CASA DO GOVERNO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Aprovada em: ____/____/_____/

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frederico Lago Burnett (Orientador)
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

1º Examinador

Prof. Dra. Marivania Leonor Souza Furtado
Doutora em Geografia
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

2º Examinadora

Prof. Dra. Silke Kapp
Doutora em Filosofia
Universidade Federal de Minas Gerais

3º Examinadora

Aos moradores de Pequizeiro. E à minha querida avó Elcisa (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por todo o zelo, amor e carinho, e por terem me cercado de todos os recursos possíveis para que eu chegasse até aqui. À minha mãe, minha melhor amiga e a pessoa que mais admiro nesta vida, que sempre buscou incentivar em mim o hábito da leitura e da pesquisa. Ao meu pai, pela coragem de ter saído de casa tão cedo em busca de melhores oportunidades para si, e por ter perseverado na construção de uma família e de um lar. A minha gratidão para com vocês é de uma vida inteira.

Aos meus irmãos, Alessandro e Júnior, por preocuparem-se comigo e por me apoiarem durante todo o processo de escrita desta dissertação, com palavras de encorajamento. Obrigada por acreditarem em mim. Aos meus sobrinhos, Renan e Bianca, por me lembrarem que de vez em quando é importante pausar as tarefas e sair para brincar um pouco. A vida é só uma, e passa muito rápido; então é importante trabalhar, contudo, mais importante ainda é cultivar memórias boas com os entes queridos.

Às minhas amigas de profissão que se tornaram parceiras de vida nesses 10 anos: Ana Paula, Carol, Juliana, Maíra e Renata, pelo apoio e por todo o companheirismo. Celebramos juntas, mesmo à distância, todas as nossas pequenas e grandes conquistas e também dividimos juntas os desafios de crescer e amadurecer na fase adulta.

Ao professor Fred Burnett, pela paciência e bom-humor com que tem me orientado desde o fim da graduação, por encorajar-me a pensar sempre um pouco mais e a sondar o que vai além das aparências. A tarefa de um verdadeiro mentor não é te apontar o caminho a seguir, mas te instigar a procurar este caminho. A ele devo minha imensa gratidão pelas oportunidades de pesquisa oferecidas e que contribuíram para que eu amadurecesse um pouco mais em meu ofício. É em quem me espelho para me tornar a profissional que almejo ser.

À professora Silke Kapp, pela gentileza em se disponibilizar a participar da banca de defesa.

À Amanda, Andrea e Nubiane, colegas na pesquisa de habitação rural, pelo trabalho de campo que realizamos juntas; em especial à Aldrey, por todo o apoio na transcrição das falas e na elaboração do banco de dados, e por ter se tornado uma amiga querida ao longo desta pesquisa.

Aos amigos do mestrado: Antonia Sueli, Damião, Abraão, Irismar, Maria Cláudia, Andreia, Jussara, Carlos e Fernanda. Sempre brincamos sobre como a produção da nossa escrita seria uma caminhada solitária, mas o carinho, o cuidado e a amizade que nós

cultivamos tornou esse processo menos árduo. Agradeço em particular à Carla, amiga que o mestrado me presenteou e com quem tive a chance de conviver mais proximamente, e dividir os pesos e alegrias da vida. A minha gratidão pela tua amizade e cuidado não encontra palavras à altura.

Aos professores do PPDSR, em especial à Marivania (a primeira a sugerir que eu pensasse em estudar habitação rural), Franci, Sampaio, Zulene e Antonio José, por todo o apoio e pelos conhecimentos compartilhados em sala de aula e nos corredores.

À FAPEMA, por ter possibilitado que eu me dedicasse inteiramente a esta pesquisa.

Aos amigos queridos: Cássia e Sérgio. Minha gratidão por todos os livros emprestados, pelas conversas sobre o trabalho de campo ao sabor de um cafezinho, e por toda a luz que ajudaram a lançar sobre a pesquisa. Sou profundamente grata por terem me encorajado quando decidi mudar de tema, durante todos os momentos de dúvida e também de descobertas durante a produção desta pesquisa. Nada teria sido igual sem vocês.

Aos moradores de Pequizeiro, em especial ao José Raimundo, Amarildo, Lucenilde, Maria de Jesus, Orizinha, pela solicitude com que me trataram em todas as vezes que estive no povoado. Sem o apoio e a disposição de vocês, esta pesquisa não existiria.

À secretária do PPDSR, Elizete, também pela solicitude e por todo o apoio com as informações relacionadas aos prazos e eventos do curso.

À Deus, sabedor de todas as coisas.

Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. (Gaston Bachelard)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as implicações de um programa habitacional conduzido pelo governo do Estado no modo de morar e de produzir dos seus beneficiários, camponeses moradores do povoado Pequizeiro, em Belágua (MA). Através de revisão bibliográfica sobre conceitos como campesinato, modo de vida camponês, e da trajetória das políticas de habitação rural conduzidas pelo Estado, fez-se uma fundamentação teórica para o estudo do campo empírico. Partiu-se da hipótese de que o programa habitacional conduzido pelo governo do Estado oferece possibilidades reduzidas de participação aos moradores beneficiários, além de ignorar seus modos de morar. Em Pequizeiro, caracterizou-se a produção do território; como seus moradores se organizam produtivamente, como constroem e ocupam suas casas, e que saberes são aplicados durante essa construção. Na análise da aplicação do programa, buscou-se verificar de que maneira os técnicos e agentes do governo envolveram os beneficiários no processo, como as novas casas de alvenaria cerâmica foram recebidas pela comunidade, e que significados foram atribuídos a ela pelos beneficiários. Em conclusão, percebeu-se que os moradores associam a casa de alvenaria a valores como segurança e estabilidade, embora questionem timidamente suas dimensões e tipologia. Percebeu-se também que a entrega de uma nova casa, construída com material distinto daquele a que os beneficiários costumam ter acesso, pode comprometer a autonomia dos beneficiários quanto à sua manutenção. Concluiu-se que o programa tem potencial para melhorar a qualidade de vida de seus moradores, e a própria gestão estadual é sensível a ajustes, mas ainda falha em não possibilitar aos seus beneficiários mais autonomia no processo construtivo. Como sugestão, trabalhos de assessoria técnica empenhados em capacitar os beneficiários para melhor aproveitarem os recursos para a obra, além de pesquisas de qualificação das técnicas construtivas já vigentes, podem ser soluções alternativas para gerar mais autonomia e qualidade na produção de moradias rurais.

Palavras-chave: política de habitação rural; modo de vida camponês; programa Minha Casa, Meu Maranhão

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the implications of a housing program conducted by the state government on peasant's way of life and production in the town of Pequizeiro, Belágua (MA). Through a literature review on concepts about peasantry, peasant's way of life, and history of rural housing policies conducted by the State, a theoretical ground was developed in order to understand the empirical field. It was hypothesized that the housing program conducted by the state government offers reduced possibilities of participation to the beneficiary residents, besides ignoring their ways of living. In Pequizeiro, the territory's production was illustrated; how the inhabitants organize themselves in productive activities; how they build and occupy their houses; which knowledge they use in their housing's constructions. During the program's implementation, it was sought to verify how the government agents engaged the beneficiaries in the process, how the community received the new houses, and which values were assigned to them. In conclusion, it has been understood that the beneficiaries associate the masonry house to values such as safety and stability, although they question timorously its dimensions and typology. It was understood also that the new house, build with distinct materials than those that they are used to, may jeopardize the beneficiaries autonomy in the house's maintenance. It was concluded that the program has potential to improve the life quality of its beneficiaries, and the state government is sensitive to adjustments, but still fails in not providing more autonomy in the construction process. As a suggestion, works of technical guidance committed to empower the peasants, in order to guarantee that they can seize the benefits, besides researches about how to qualify traditional construction techniques, may be alternative solutions to generate more autonomy and quality in rural housing's programs.

Key words: policy of rural housing; peasant's way of life; Minha Casa, Meu Maranhão housing program

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola

BNB – Banco do Nordeste

BNH - Banco Nacional de Habitação

CAEMA - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

CEF - Caixa Econômica Federal

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

EO - Entidade Organizadora

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FCP - Fundação da Casa Popular

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FJP - Fundação João Pinheiro

FUMACOP - Fundo Maranhense de Combate à Pobreza

GEPLAN - Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

GIHAB - Gerência Executiva de Habitação

GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

IAP - Institutos de Aposentadoria e Pensões

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR - Imposto Territorial Rural

LATESE - Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MinCid - Ministério das Cidades

MIRAD - Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OGU - Orçamento Geral da União

ONG - Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PF - Pessoa Física

PIB – Produto Interno Bruto

PJ - Pessoa Jurídica

PlanHab - Plano Nacional de Habitação de Interesse Social

PMCM – Programa Minha Casa Meu Maranhão

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

PMI – Plano Mais IDH

PNH - Política Nacional de Habitação

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNRA - Plano Nacional da Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

SAF - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SEAP - Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos

SECID - Secretaria de Estado das Cidades e de Desenvolvimento Urbano

SEDES - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social

SEDIHPOP – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

SEIR – Secretaria de Estado da Igualdade Racial

SES – Secretaria de Estado da Saúde

SETRES – Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SNH - Secretaria Nacional de Habitação

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão

TTS – Trabalho Técnico Social

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UH – Unidade Habitacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipos de habitação rural no Brasil	34
Figura 2 – Tipologia de 3 quartos com banheiro externo.....	60
Figura 3 – Tipologia de 3 quartos com banheiro interno.	60
Figura 4 - Origens dos recursos de modalidades do PMCMV	65
Figura 5 - Etapas de acesso aos recursos destinados ao PNHHR e PMCMV-E.....	67
Figura 6 - Mapa de localização da Mesorregião Leste Maranhense	80
Figura 7 - Mapa da Microrregião de Chapadinha	81
Figura 8 - Mapa Municipal de Belágua.....	83
Figura 9 - Mancha de ocupação de Pequizeiro.....	85
Figura 10 - Mapa de Hipsometria de Pequizeiro.....	85
Figura 11 - Croqui do povoado Pequizeiro	87
Figura 12 – Igreja de São Pedro	98
Figura 13 – Cemitério do povoado.....	98
Figura 14 – Centro de ensino Emésio Araújo	98
Figura 15 – Campo de futebol.....	98
Figura 16 – Plantação de maniva.....	101
Figura 17 – Plantação de milho	101
Figura 18 – Porcos criados como fundo de reserva.....	101
Figura 19 – Secagem da farinha de tapioca.....	101
Figura 20 - Placa de construção de Sistema de Abastecimento de Água.....	104
Figura 21 – Água avermelhada coletada da bomba manual.....	105
Figura 22 – Time feminino de futebol.....	107
Figura 23 – Banho de rio	107
Figura 24 – Fundação de adobe com “berço” em destaque.....	113
Figura 25 – Disposição dos adobes em forma de cruz	113
Figura 26 – Casa de taipa com fundação em terra batida e esteios de madeira	113
Figura 27 – Casa de taipa com fundação reforçada em terra batida na parte externa	113
Figura 28 – Fachada de adobe revestido e com aplicação de pintura	114
Figura 29 - Fachada de adobe sem revestimento.....	114
Figura 30 – Parede de adobe com fissuras	115
Figura 31 - Detalhe da largura da parede	115
Figura 32 - Detalhe da taipa de mão.....	115

Figura 33 – Telha cerâmica com madeiramento	117
Figura 34 – Telha cerâmica com troncos de madeira.....	117
Figura 35 – Palha com troncos de madeira	117
Figura 36 – Piso de terra batida.....	118
Figura 37 – Piso cimentado	118
Figura 38 – Piso cerâmico	119
Figura 39 – Esquadrias de ripas de madeira.....	120
Figura 40 – Esquadrias prontas de madeira.....	120
Figura 41 – Cortinas como vedação nas janelas.....	120
Figura 42 - Plantas baixas das famílias da amostra.....	122
Figura 43 – A moradia camponesa em relação ao terreno	129
Figura 44 – Redes para dormir na sala	131
Figura 45 – Lembranças de família sobre as paredes da sala.....	131
Figura 46 – Cozinha interna	132
Figura 47 – Cozinha na meia-água.....	132
Figura 48 – Cozinha no terreno	133
Figura 49 – Lavagem dos utensílios da cozinha no jirau	134
Figura 50 – Secagem do feijão no quintal.....	134
Figura 51 – Chiqueiro construído com troncos de madeira e palha.....	135
Figura 52 – Variações de sentinas em Pequizeiro	135
Figura 53 – Banheirinho de alvenaria	136
Figura 54 – Banheirinho de palha	136
Figura 55 – Casa de farinha no quintal do terreno	137
Figura 56 – Preparo da mandioca na casa de farinha	137
Figura 57 - Planta baixa do PMCMM.....	144
Figura 58 - Fachada frontal do PMCMM.....	144
Figura 59 - Reunião da equipe do TTS da SECID com os beneficiários em Pequizeiro.....	147
Figura 60 – Aplicação dos questionários aos beneficiários.....	147
Figura 61 – Beneficiária 1 diante do terreno da nova casa.....	147
Figura 62 – Beneficiária 2 diante do terreno da nova casa.....	147
Figura 63 – Casa de adobe não revestido com cobertura de palha de buriti	148
Figura 64 – Casa de adobe não revestido com cobertura de telha cerâmica	148
Figura 65 – Casa de taipa não revestida com cobertura de palha de buriti	148

Figura 66 – Levantamento arquitetônico das moradias.....	149
Figura 67 – Construção de apoio no quintal.....	149
Figura 68 – Construção de apoio para depósito	149
Figura 69 – Sentina nos fundos da casa	149
Figura 70 – Casa de taipa de Maria de Jesus Sousa	151
Figura 71 – Quarto que Maria de Jesus divide com o marido e os filhos	151
Figura 72 – Casa de adobe de Antonia Alves.....	152
Figura 73 – Casa de adobe de José Raimundo, semi-demolida	154
Figura 74 – Abrigo provisório no quintal da família.....	154
Figura 75 – Nova casa de Orizinha Ferreira.....	157
Figura 76 – Nova casa de José Adail	157
Figura 77 – Abrigo de José Raimundo Nascimento.....	160
Figura 78 – Abrigo de Lucenilde Rodrigues	160
Figura 79 – Antonio Rodrigues na sala de estar da nova casa	164
Figura 80 – Casa anterior e nova casa de Antonia Alves	165
Figura 81 – Quarto compartilhado pelos filhos de Antonio Rodrigues	166
Figura 82 – Desnível no acesso à casa de Orizinha Ferreira	167
Figura 83 – Banheiros utilizados como depósitos.....	168
Figura 84 – Salas de estar contíguas à cozinha	171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Unidades do PMCMV - MA contratadas e concluídas (2009-2016).....	73
Gráfico 2 - Unidades Entregues PMCMV - MA (2009-2016).....	73
Gráfico 3 - População de Pequizeiro em relação à Belágua.....	89
Gráfico 4 - População por sexo	89
Gráfico 5 - Pirâmide etária de Pequizeiro.....	90
Gráfico 6 - Cor ou raça	91
Gráfico 7 - Número de domicílios e população residente	95
Gráfico 8 - Número de casas/rua	95
Gráfico 9 - Alfabetização por faixa etária	97
Gráfico 10 - Alfabetização por sexo	97
Gráfico 11 - Renda do (a) responsável pela família	99
Gráfico 12 - Composição familiar da amostra.....	110
Gráfico 13 - Tipos de fundação	112
Gráfico 14 - Material predominante nas paredes.....	114
Gráfico 15 - Tipos de cobertura.....	116
Gráfico 16 - Tipos de piso	118
Gráfico 17 - Tipos de esquadrias	119
Gráfico 18 - Área construída das moradias	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atribuições dos parceiros no PSH-Rural.....	59
Tabela 2 - Subprogramas do PNHR (2003).....	61
Tabela 3 - Déficit habitacional do Maranhão por componentes.....	71
Tabela 4 - HIS FUMACOP, 2006-2011, unidades contratadas, concluídas, canceladas e em obras	72
Tabela 5 - Comparação entre o IDHM e o IDH Global	139
Tabela 6 - Os 30 municípios maranhenses de menor IDH	140
Tabela 7 – Demonstrativo das ações	141
Tabela 8 - Orçamento do Programa Minha Casa, Meu Maranhão	142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 – A MORADIA CAMPONESA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO ESTATAIS	31
1.1 - A habitação rural brasileira	32
1.2 - O <i>habitus</i> na moradia camponesa brasileira.....	37
1.3 - Breve trajetória das políticas de habitação no Brasil	40
1.3.1 - Da Constituição de 1824 à República Velha: O Estado liberal.....	40
1.3.2 – Da década de 1930 ao BNH: o Estado interventor.....	43
1.3.2.1 - O BNH: produção habitacional em larga escala	46
1.3.2.2 - O Estatuto da Terra (1964) e o ressurgimento dos movimentos sociais no campo ...	49
1.3.3 - Os anos pós-BNH: Da Constituição de 1988 ao Estatuto da Cidade.....	52
1.3.4 - Do Programa de Subsídio à Habitação ao Programa Minha Casa, Minha Vida: avanços e entraves	57
1.3.4.1 – O Programa de Subsídio à Habitação (2003)	58
1.3.4.2 – O Programa Nacional de Habitação Rural (2003).....	60
1.3.4.3 – A criação da Política Nacional de Habitação (2004).....	61
1.3.4.4 - O Plano Nacional de Habitação de Interesse Social (2008).....	62
1.3.4.5 – O Programa Minha Casa, Minha Vida (2009).....	64
1.3.4.6 – A inserção do PNHR ao PMCMV.....	66
1.4 - As lógicas de produção da casa urbana e da casa rural no PMCMV	68
1.5 – As políticas de habitação rural sob a análise da produção acadêmica.....	69
1.6 - A produção estatal de habitação rural no Maranhão	70
2 – A PRODUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO E DA MORADIA CAMPONESA EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA	76
2.1 - Espaço e território: definições preliminares.....	76
2.2 - Caracterização do município de Belágua	78
2.3 - O povoado Pequizeiro: aspectos geomorfológicos	84
2.4 - “Aqui nós somos tudo primo”: memória da ocupação de Pequizeiro.....	86
2.5 - A produção social do território de Pequizeiro.....	87
2.5.1 - População residente.....	88
2.5.2 – Mobilização política do povoado	91
2.5.3 - A posse da terra	93
2.5.4 – Distribuição das moradias no povoado.....	94

2.5.5 – Alfabetização	96
2.5.6 – Equipamentos de uso coletivo	98
2.5.7 – Atividades produtivas e renda	99
2.5.8 – Abastecimento de água.....	103
2.5.9 – Sociabilidade, lazer e relações de vizinhança.....	105
2.5.10 - Deslocamentos fora do povoado	108
2.6 - A moradia camponesa em Pequiizeiro	109
2.6.1 – Composição familiar da amostra	110
2.6.2 - Materiais e sistemas construtivos utilizados	111
2.6.3 - Tipologias existentes de moradia em Pequiizeiro	120
2.6.4 – A moradia no terreno.....	127
2.6.5 - Elementos da moradia camponesa de Pequiizeiro	130
2.6.5.1 – Os “cômodos habitáveis”	130
2.6.5.2 - A cozinha	131
2.6.5.3 - O quintal.....	133
3 – O PROGRAMA MINHA CASA, MEU MARANHÃO EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA	138
3.1 – O Plano Mais IDH: objetivos e propostas	138
3.2 – O programa Minha Casa, Meu Maranhão	141
3.3 - A produção habitacional do Programa Minha Casa, Meu Maranhão em Pequiizeiro	145
3.3.1 - A apresentação do programa aos beneficiários.....	146
3.3.2 – A moradia existente e seu valor de uso	148
3.3.3 – A percepção dos moradores sobre o processo.....	150
3.3.4 – O processo de ocupação da nova casa.....	162
3.4 - Análise e discussão dos resultados.....	173
3.4.1 – Sobre o processo participativo.....	174
3.4.2 - As implicações do programa no modo de morar dos beneficiários	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS	182
APÊNDICE	193

INTRODUÇÃO

A habitação rural no Brasil ainda é um tema que carece de estudos e reflexões, tanto em aspectos teóricos quanto práticos. Compreender a terra como um lugar de trabalho, de produção e de vida é uma tarefa fundamental durante a construção e aplicação de uma política de produção de moradias rurais.

Diante da percepção da carência de estudos nesta área, esta dissertação tem como objetivo analisar quais são as implicações de um programa habitacional conduzido pelo governo do Estado no modo de morar e de produzir das famílias beneficiadas pelo programa. Tomando como campo empírico o povoado de Pequizeiro, situado no município de Belágua, estado do Maranhão, busquei compreender como as famílias se organizam dentro do espaço da moradia rural - a partir de uma leitura dos usos do espaço da casa anterior – e perceber como a nova casa, de alvenaria de tijolo cerâmico, foi assimilada pelos moradores em seu cotidiano.

O Brasil é um país com uma população estimada de 208 milhões de habitantes (IBGE, 2017). No último Censo (2010), a estimativa era de que 30 milhões de pessoas residiam no campo. Uma análise mais detida sobre a população urbana e rural no país ao longo das décadas de 1970 a 2010 mostra que a população rural caiu de 44% para 15%, fato que mostra a celeridade do processo de urbanização brasileiro.

É possível interpretar, como fatores que contribuem para este quadro, as condições precárias para a permanência no campo, que se manifestam na ausência de garantias quanto à posse da terra, além do processo de modernização da agricultura – que, com a inserção de maquinário e técnicas avançadas de plantio, estabeleceu um processo de produção e circulação agrícola que tornam cada vez mais hostis as condições de permanência dos camponeses no meio rural. O desenvolvimentismo¹ praticado nas políticas de Estado a partir da década de 50 também contribuiu para associar o campesinato à ideia de atraso e de involução, como afirma Moraes et al. (2008, p.33): “a visão predominante no desenvolvimentismo acentuava o sentido econômico progressista da reforma agrária – a *agricultura atrasada* era vista como bloqueio ao desenvolvimento”.

¹ “Visão econômica politicamente engajada na defesa da industrialização (...). As ideias-força do desenvolvimentismo eram: 1) a industrialização é a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento; 2) um país não consegue industrializar-se só através dos impulsos do mercado, sendo necessária a intervenção do Estado (intervencionismo); 3) o planejamento estatal é que deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos necessários; 4) a participação do Estado na economia é benéfica, captando recursos e investindo onde o investimento privado for insuficiente.” (PEREIRA, 2011)

Diante deste cenário, não é difícil compreender porque a produção de habitação rural ainda é um fato muito recente na política brasileira. Em 2013, o déficit habitacional brasileiro estimado correspondia a 5,846 milhões de domicílios, dos quais 5,010 milhões, ou 85,7%, estavam localizados nas áreas urbanas (FJP, 2016). O processo histórico de êxodo rural para as cidades, aliado à falta de políticas de incentivo para a permanência no campo foram fatores cruciais para este ostensivo quadro de déficit.

O meio rural, por sua vez, padece com um déficit habitacional de 752.810 famílias (FJP, 2016). Ao longo de toda a trajetória da política de habitação social brasileira, a produção de unidades habitacionais para o campo só parece encontrar resultados significativos a partir da criação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), em 2003, onde nota-se uma disposição maior por parte do Estado em possibilitar subsídios financeiros para os moradores do campo para este fim. Posteriormente, com a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) em 2005, e do Fundo de Habitação de Interesse Social (FNHIS), destinado à produção de casas para famílias em situação de déficit, os estados brasileiros passam a pleitear estes recursos para produzirem habitação em seus municípios.

No Maranhão, o déficit habitacional total é estimado em 392.517 unidades (FJP, 2016). Deste total, 222.325 mil unidades estão no campo, fato que classifica o estado como o de maior déficit habitacional rural do país. Levando em conta este cenário, em 2015, o governo do Estado do Maranhão, como meta de combate à extrema pobreza, lançou o Plano Mais IDH, um programa piloto que pretende melhorar os índices sociais das 30 cidades com o IDH mais baixo do Maranhão, por meio de medidas nas áreas da Saúde, Educação, Habitação, Saneamento Básico e Assistência Social. O programa Minha Casa, Meu Maranhão, um dos subprogramas previstos pelo Mais IDH, visa produzir habitação rural nos povoados das 30 cidades inicialmente contempladas pelo programa, operando com um fundo próprio do Estado. E por se tratar de um projeto piloto, o monitoramento de sua execução – se atende às demandas da população beneficiária, se há uma adequação da política às especificidades dos municípios contemplados – é fundamental.

Compreender a moradia no meio rural necessita transpor a análise para além dos limites da casa construída; o quintal, o pomar e os anexos da casa são também espaços de vivência e de trabalho; a família é, a um tempo só, unidade de produção e de consumo. “Família, trabalho e terra são categorias centrais do mundo camponês, basicamente porque um não tem sentido sem o outro, e mais, delas é que valores como a moral, a liberdade, a

comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa” (ALMEIDA, 2006, p.24). A moradia rural exhibe o reflexo desse modo de vida camponês – pautado nas relações com a terra, o trabalho e a família - seja na forma da casa, na sua disposição em relação ao terreno, na distribuição e função dos cômodos, e no uso de materiais da natureza para a construção. Todos estes elementos compõem um panorama que mostra como as famílias se organizam produtivamente, que relações estabelecem com o meio ambiente, quais são seus métodos construtivos. Qualquer política pública que tenha por objetivo melhorar a qualidade de vida no meio rural deve, portanto, procurar compreender primeiramente estas especificidades, além de estabelecer a inclusão dos camponeses no processo de planejamento e execução da política.

Problema e objetivos da pesquisa

Esta dissertação partiu inicialmente de um projeto de pesquisa ao qual fui convidada a participar, coordenado pelo professor Frederico Burnett e pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). A pesquisa busca analisar a produção habitacional conduzida pelo Governo do Maranhão em dois municípios contemplados pelo Programa Mais IDH – Belágua e Cajari - e propor Indicadores de Desempenho e Avaliação do programa. Após sucessivas visitas de campo, surgiu a inquietação de compreender como a construção e o recebimento das novas casas iriam modificar a rotina e a vida dos beneficiários. A produção de pesquisa relacionada à habitação rural no estado do Maranhão ainda é muito tímida em comparação aos estudos sobre habitação no meio urbano, fator que me motivou mais ainda a seguir adiante.

A partir de então, a pergunta que guiou o desenvolvimento desta dissertação foi investigar quais são as implicações de um programa habitacional conduzido pelo Estado do Maranhão no modo de morar e de produzir de um povoado rural. A escolha do campo empírico – o povoado Pequizeiro, no município de Belágua, MA – não foi feita ao acaso; Belágua é um dos 30 municípios do Estado com menor IDH, e a sua proximidade em relação à capital, possibilitando visitas de campo mais frequentes, motivaram a escolha de Pequizeiro para a pesquisa de campo.

Pequizeiro é uma terra devoluta pertencente à gleba Rio Negro II, e está situado a sete quilômetros da sede municipal. São cerca de 230 famílias camponesas, que se organizam em torno da produção da agricultura de provisão familiar e da pesca, em menor frequência, e cujas relações pessoais estão estruturadas em torno de vínculos familiares. O

povoado se organiza politicamente sob a gestão de uma Associação Unificada de Moradores, que é responsável pela gestão da terra no povoado; por solicitar, junto aos gestores municipais, o acesso às políticas conduzidas pelo Plano Mais IDH, e pela articulação com agentes do INCRA no pleito à imissão de posse da terra.

Para compreender melhor o objeto de estudo, além de utilizar conhecimentos da minha formação em Arquitetura e Urbanismo, tive que dialogar com outros campos de pesquisa, como a Antropologia, a Sociologia Rural, a História, no intuito de compreender categorias e conceitos que me eram desconhecidos, como campesinato, identidade camponesa, e modo de vida camponês.

O estudo do objeto da pesquisa não seria possível sem antes compreender quais foram as estruturas históricas que moldaram o território rural brasileiro tal como ele se apresenta hoje. A necessidade de compreender as características do modo de vida camponês, as habitações rurais brasileiras e seus aspectos construtivos, como se dá a organização do espaço interno da casa e do seu entorno, além da análise da trajetória da política habitacional brasileira, com ênfase no rural, me fizeram organizar os objetivos da pesquisa da seguinte maneira:

Objetivo geral

- Analisar a execução de uma política de habitação rural pelo governo do Estado e suas implicações no modo de morar e de produzir do camponês do Baixo Parnaíba (Pequizeiro – Belágua).

Objetivos específicos

- Compreender os aspectos que caracterizam o campesinato e a moradia rural brasileira;
- Caracterizar historicamente a atuação do Estado brasileiro em relação à produção de habitação rural;
- Analisar como se dá a reprodução social dos camponeses no povoado estudado, a partir do estudo de suas atividades produtivas e das suas formas de territorialização;
- Identificar as formas de utilização e funções associadas aos espaços da casa rural e do terreno de entorno pelos camponeses beneficiados pelo programa;
- Perceber quais são as principais mudanças ocorridas no modo de morar e de produzir do camponês beneficiado, com a construção e entrega da nova casa pelo programa estadual.

Métodos e procedimentos

Optei pelo materialismo histórico como método de interpretação da pesquisa, pois creio que o modo de produção da vida material é condicionante nos processos da vida social e política. “Nesta concepção o homem só pode ser entendido como ser social e histórico que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é também o criador da realidade social e o transformador desses contextos, mediados por sua ação política.” (NETO; BEZERRA, 2010, p. 254). O materialismo histórico permite interpretar os conflitos como resultado de uma longa história, permeada por contradições, que remontam ao processo de ocupação do território brasileiro. Camponeses, Estado, elite agrária, são atores políticos em disputa, que vão estabelecendo suas posições de classe na sociedade brasileira. A reprodução do campesinato está forjada numa contradição entre a sua permanência e a sua constante recriação, na medida em que o acesso à terra é negado aos camponeses, que por sua vez, buscam outras maneiras de se reproduzirem, tomando como base a manutenção de seus valores tradicionais. O entendimento da existência desses conflitos permite uma melhor compreensão do contexto atual, permeado por desigualdades e contradições.

Além do materialismo histórico, valho-me também do conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (1983) para explicar a tradição construtiva dos moradores de Pequiizeiro. O *habitus* remete a um conjunto de esquemas de pensar e agir que são herdados do campo social em que se está inserido e são reproduzidos cotidianamente, como uma herança ancestral. O *habitus* pode explicar porque os moradores optam por determinadas decisões construtivas em suas moradias.

Os procedimentos adotados para viabilizar a pesquisa envolveram revisão de literatura sobre temas relacionados ao campesinato, ao modo de vida camponês, às características da moradia camponesa brasileira, à produção de habitação de interesse social conduzida pelo Estado brasileiro, com ênfase ao meio rural, além da análise documental sobre o Plano Mais IDH e o subprograma de habitação. Dada a multiplicidade de conceitos e interpretações sobre campesinato, busquei compreendê-lo ao mesmo tempo como categoria social² (MARQUES, 2004), política³ (MARTINS, 1986), e também como um modo de vida⁴

² Marques (2004) compreende o campesinato como “(...) um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade.” (MARQUES, 2004, p.145). Nesta perspectiva, o campesinato é interpretado enquanto uma categoria social pautada num modo de vida peculiar, e que organiza a sua permanência dentro de um sistema que oferece poucas chances para que esta possa se reproduzir.

carregado de ancestralidade, pautado nas relações que estabelece com o trabalho, a terra e a família. (WANDERLEY, 2014)

O trabalho de campo foi iniciado em setembro de 2015 e concluído em junho de 2017. Das 51 famílias beneficiadas pelo programa no povoado, 11 foram selecionadas como amostra para a pesquisa. As técnicas adotadas na pesquisa de campo priorizaram a observação direta, em entrevistas informais e semiestruturadas com as famílias beneficiadas pelo Programa Minha Casa, Meu Maranhão, realizadas em vários momentos da execução da obra: antes, durante, e após a sua entrega. Nestas entrevistas, busquei perceber as atividades produtivas das famílias beneficiárias, a estrutura familiar, a rotina de trabalho e de lazer, como se deu a mediação entre técnicos do programa e beneficiários, quais as percepções dos beneficiários sobre as casas adquiridas, e como a nova casa é apropriada pelos seus moradores. Busquei acompanhar também, quando possível, as atividades agendadas pela Secretaria das Cidades (SECID) - responsável pela organização do programa – em Pequizeiro. Também foram realizadas reuniões com os gestores do programa na SECID, para solucionar dúvidas acerca do trabalho técnico social e da lista dos beneficiários contemplados.

A partir das observações de campo, foram criadas representações da organização do espaço habitacional, através da produção de mapas e croquis das moradias. Busquei realizar levantamentos arquitetônicos e fotográficos das habitações de taipa e adobe, anteriores à casa recebida de alvenaria, para observar quais os materiais utilizados, a configuração interna e externa da casa, a quantidade e a distribuição dos cômodos, a

³ Compreender o campesinato como categoria política é reconhecê-lo como um grupo que se organiza em luta por um território livre para produzir, e que resiste à expulsão da terra, à expropriação e ao assalariamento. A fala expressa por Martins (1986) deixa clara essa perspectiva: “(...) camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.” (MARTINS, 1986, p.22-23)

⁴ Wanderley (2014) estuda o campesinato como modo de vida, pautado em vínculos de parentesco e na construção de um legado familiar. A autora afirma “(...) a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes.” (WANDERLEY, 2014, p.7). Nesta concepção, os camponeses se distinguem dos demais trabalhadores rurais e urbanos pelo modo com que se organizam internamente na unidade de produção, baseada no trabalho familiar e na reprodução dos valores sociais. A produção camponesa não visa excedentes para o lucro; o seu intuito é produzir para consumo próprio e gerar um legado para a família.

iluminação e ventilação naturais, bem como a oferta ou não de serviços de abastecimento de água, energia e saneamento. Foram manhãs e tardes de conversas e de observação quanto à maneira de ocupar os cômodos, quanto às tarefas especializadas de acordo com o gênero, e de percepção das conexões afetivas dos moradores em relação às suas casas de taipa e adobe. Estas visitas me possibilitaram conhecer um pouco mais sobre as histórias de vida dos beneficiários e suas demandas.

O intuito do trabalho de campo foi o de perceber, portanto, como se dá o modo de vida dos camponeses de Pequizeiro, como estabelecem as relações com o seu trabalho e com o local de moradia, de que maneira percebem o tempo, como as relações com a família interferem ou moldam a ocupação do terreno em que vivem, e como todas estas características são levadas ou não em conta pelo programa habitacional. Este acesso não se deu sem dificuldades; se por um lado, a minha inclusão na equipe da pesquisa, por ocasião do convite de meu orientador, favoreceu o meu acesso ao campo de estudo, por outro interferiu na representação que os beneficiários fizeram da minha pessoa, confundindo-me com uma agente de execução do programa, o que conseqüentemente, os fazia ter cautela quanto ao que falar a respeito da nova casa. Na perspectiva dos beneficiários, eu fazia parte “do pessoal do governo”, e embora esclarecesse em diversas ocasiões que era uma pesquisadora vinculada à universidade, sempre percebia nos olhares dos moradores certa incredulidade, que só foi vencida após visitas sucessivas ao povoado, e feitas de forma independente da SECID.

Estrutura de exposição

A organização da pesquisa foi feita em três capítulos, estruturados de acordo com as demandas do que julguei necessário compreender antes do trabalho de campo.

O **capítulo 1** busca contextualizar que conceitos serão utilizados para compreender campesinato e moradia rural, partindo do entendimento de que a produção destes conceitos está sempre sujeita a disputas e contestações; pois como lembra Bourdieu, “o campo científico (...) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida (...) ou, se quisermos, o monopólio da competência científica” (BORDIEU, 1976). Busco também investigar, dentro da revisão bibliográfica realizada durante a pesquisa, o que há de inventário a respeito dos principais tipos de habitação rural no Brasil: com que recursos são construídas, e como costumam refletir a situação econômica dos seus ocupantes, bem como suas práticas de trabalho e de cultivo. A partir desta revisão, busco também analisar a atuação do Estado

brasileiro na produção habitacional, tomando como ponto de partida, para uma melhor contextualização histórica, a Constituição de 1824, que determinava quais cidadãos tinham poder de voz e quais eram preteridos, até o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e seus subprogramas, orientados para a produção urbana e rural de habitação de interesse social.

O **capítulo 2** apresenta a moradia camponesa no povoado Pequizeiro. Procuo caracterizar como se deu o processo de ocupação do povoado; a sua morfologia, exposta nos aspectos naturais e construídos; as principais atividades produtivas, hábitos culturais, relações de vizinhança; os processos de sociabilidade construídos nas roças, quintais e nas tarefas da cozinha; os tipos existentes de moradia, com materiais e sistemas construtivos utilizados, e os principais elementos que caracterizam essa moradia: os cômodos internos, o pomar, o quintal e os anexos. Uso o termo “moradia camponesa” para me referir à casa somada ao quintal, ou seja, a casa conjugada à sua unidade de produção.⁵

O **capítulo 3** apresenta o desenho do Programa Mais IDH e seus subprogramas, enfatizando o Minha Casa, Meu Maranhão, alvo desta pesquisa. Em seguida, é feito o estudo de caso no povoado Pequizeiro. São apresentadas as etapas da pesquisa de campo e os dados coletados, e faz-se uma análise e discussão dos resultados, focados no processo participativo dos beneficiários, e nas implicações do programa no modo de morar dos beneficiários, à luz da fundamentação teórica previamente realizada.

Por fim, nas **Considerações Finais**, a partir das experiências observadas em campo, busco resgatar algumas das questões já apresentadas nos capítulos anteriores, procurando inserir reflexões a respeito do modo de se produzir habitação rural pelo Estado.

⁵ O estabelecimento deste conceito para a pesquisa mostrou-se fundamental após a leitura de Heredia (2013). Em seus estudos sobre o campesinato na Fazenda de Boa Vista (situada na Zona da Mata de Pernambuco) na década de 1970, Heredia se dedica a analisar como as unidades de produção camponesas se organizam internamente, se referindo à casa camponesa somada ao sítio onde está inserida como a “morada da vida”, por reconhecê-la como local de trabalho, de sustento familiar, e também de abrigo do grupo doméstico. De modo análogo, quando uso o conceito “moradia camponesa”, me refiro não somente à casa em si, mas também a todos os seus elementos de entorno: o quintal, a roça, os anexos, o pomar.

1 – A MORADIA CAMPONESA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO ESTATAIS

Este capítulo pretende compreender as características da moradia camponesa brasileira e dos sujeitos que a constroem e a ocupam, e a partir desta análise inicial, perceber como o Estado brasileiro atua na produção de habitação rural.

Parto do entendimento que não é possível estudar a moradia camponesa sem compreender, a princípio, o seu sujeito ocupante. Portanto, para fundamentação deste capítulo, julgo necessário apresentar sob qual conceito de campesinato compreendo esta pesquisa. Sabe-se que a produção de conceitos no campo acadêmico é um processo de constante disputa, e por tal motivo, não se pretende aqui rotular nenhuma concepção como estática ou inquestionável; pelo contrário, reconhece-se que estão sujeitos às variáveis nos diferentes tempos e espaços. Ou nas palavras de Seyferth (2011, p.397) “definições são ferramentas do pensamento e não verdades que duram para sempre.” Desta forma, o intuito aqui é resgatar estes conceitos para compreender como o campesinato e o modo de vida camponês se revelam no campo empírico da pesquisa.

Existem diferentes concepções teóricas sobre o campesinato; cada área de conhecimento ressalta perspectivas específicas. Estes problemas conceituais existem porque não é fácil estabelecer aquilo que constitui o campesinato (SEYFERTH, 2011). A dificuldade em estabelecer uma adequação conceitual talvez resida na infinidade de arranjos possíveis dentro do campesinato: agricultores, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, cada um desses arranjos guarda suas particularidades. Contudo, a despeito dessas variações possíveis, os camponeses partilham em comum o fato de serem trabalhadores rurais integrados, ainda que em diferentes níveis de integração, à sociedade contemporânea.

O primeiro passo, que julgo importante deixar claro, é fazer a distinção entre camponeses e agricultores familiares. Há um consenso nos estudos acadêmicos da Geografia Agrária de compreender o *agricultor familiar* como o sujeito que está integrado ao mercado, que incorpora tecnologias, contrata terceiros, e que produz excedentes, num processo de reprodução ampliada⁶ do capital. O *camponês*, por sua vez, costuma carregar os sinônimos de

⁶ Para Marx (2013), “Qualquer processo social de produção, considerado em sua permanente continuidade e no fluxo ininterrupto de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução.” Logo, a necessidade de produzir e consumir alimentos, de adquirir vestuário e demais artigos é algo inserido numa lógica de reprodução constante. Esta reprodução se distingue em dois tipos diferentes: reprodução simples e ampliada. No primeiro tipo, a produção de itens visa a mera reposição de alimentos e objetos que já foram consumidos; o modo de vida camponês, baseado no provisionamento familiar, estaria inserido neste tipo. No segundo, relativo à reprodução

pequeno produtor ou *pequeno agricultor*, também é um agricultor familiar, mas isto é para ele uma condição de trabalho, e não um conceito onde está inserido. Como explica Fernandes (2001):

“(...) o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política.” (FERNANDES, 2001, p. 29-30)

De modo similar, Abramovay (2007, p.33) também ilustra esta distinção: “uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

Doravante, quando me referir à campesinato e camponeses, refiro-me àqueles que se organizam produtivamente em família, que possuem acesso limitado às tecnologias agrícolas, e cuja produção visa prioritamente o consumo familiar. Logo, a título de exemplo, o agricultor familiar do sul, que produz e gera excedentes para comercialização, não estaria inserido na categoria de camponês.

1.1 - A habitação rural brasileira

Ainda existem poucas pesquisas orientadas para o estudo da habitação rural no Brasil. Razões para isso podem estar na tendência à ênfase ao meio urbano, tanto na produção acadêmica da arquitetura, quanto na produção de políticas públicas, além do estigma do atraso que costuma ser associado ao meio rural.

Uma revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre habitação rural no Brasil me permitiu encontrar, no fim da década de 70, um inventário produzido pelo IBGE (1978), que estabelece um conceito pertinente sobre o que constitui o morar:

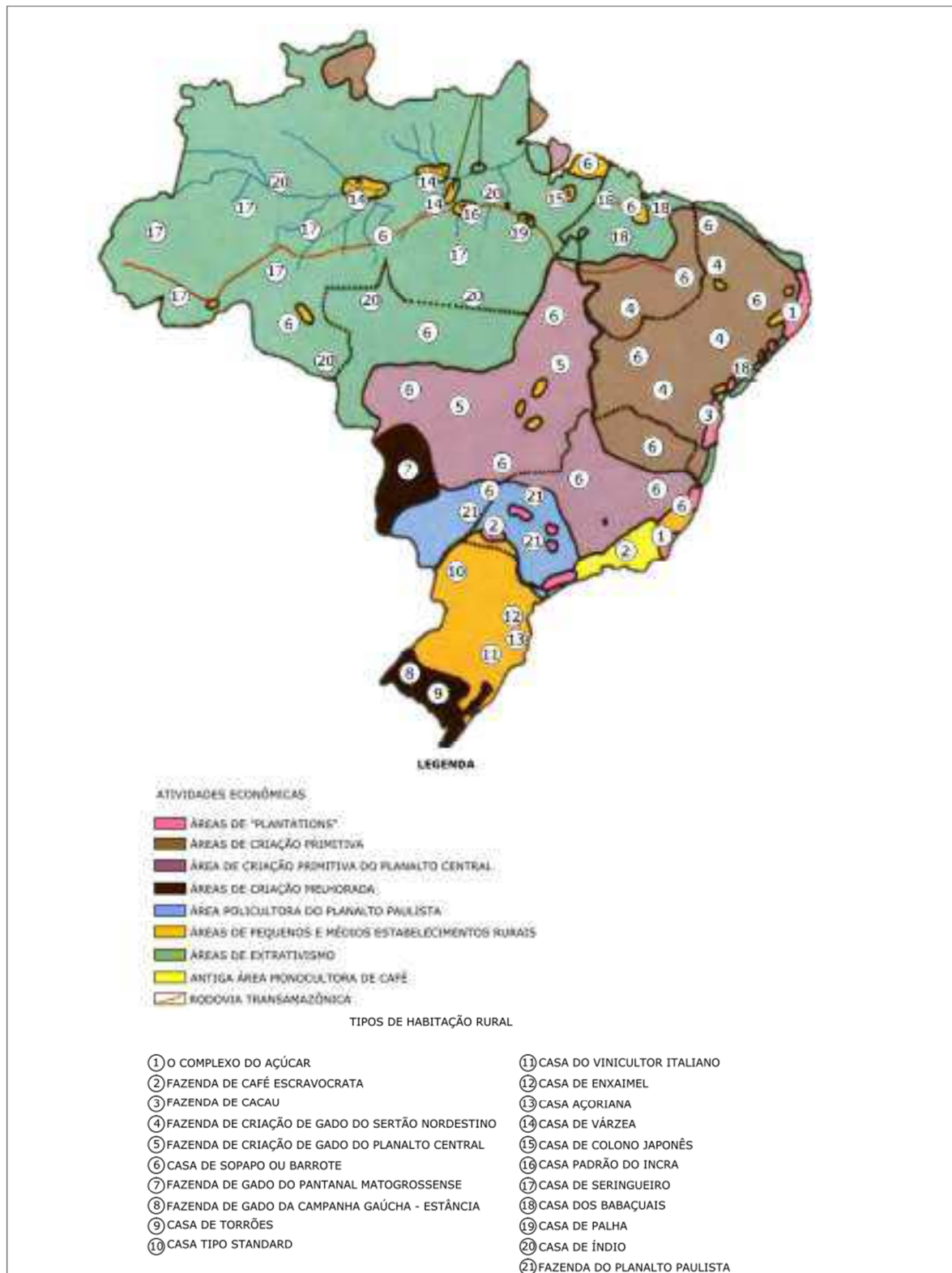
Morar constitui uma necessidade básica do homem. Ao construir a habitação, ele lhe imprime o próprio padrão econômico e sua condição sociocultural, utilizando, geralmente, o material fornecido pela natureza que o cerca, de acordo com as técnicas que ele domina. (...) A moradia rural se adapta ao meio geográfico em que o homem vive, a fim de protegê-lo das intempéries e dos rigores do clima. (COSTA; MESQUITA, 1978, p. 9)

ampliada, os processos de produção de um determinado item sofrem uma ampliação de escala, pois visam, além da reposição do que já foi consumido, a geração de itens excedentes, que serão utilizados como valor de troca.

Costa e Mesquita (1978), autores deste inventário, buscaram identificar e representar, através de mapas, plantas baixas e levantamentos fotográficos, os principais tipos de habitação rural existentes no Brasil. A imensa extensão do território, somada às diferenças no meio geográfico, conferem ao Brasil uma grande abundância de tipos, cujas variações estão relacionadas ao meio físico, à economia, e também à tradição cultural. A metodologia adotada pelos autores quanto à definição dos tipos de habitações foi “baseada nas atividades econômicas, que se afiguram determinantes principais da casa rural” (COSTA; MESQUITA, 1975, p.5). No processo de análise do inventário, fizeram questão de enfatizar como a composição material das casas rurais está vinculada ao aproveitamento dos recursos naturais disponíveis em cada região.

A caracterização das habitações assume um caráter sintético e descritivo, e foi abreviada na figura 1.

Figura 1 – Tipos de habitação rural no Brasil



Fonte: IBGE (adaptado), 1978

A partir da análise do inventário,⁷ é possível chegar à conclusão de que a produção da moradia rural brasileira, com ênfase às mais modestas, está vinculada a um

⁷ **1 – Casas no complexo do açúcar:** compreendem as habitações rurais da Zona da Mata no Nordeste, caracterizada pelos solos de massapê e pelo clima úmido. As casas do senhor de engenho costumavam ser construídas em pedra e taipa, com telhado de quatro águas, e o acesso à porta principal da casa era feito por meio de uma escada. As senzalas, situadas entre a casa-grande e a casa de engenho, eram construções de taipa retangulares, com uma única entrada, e várias janelas; a cobertura variava entre palha e telha cerâmica, e o chão era de terra batida. As casas dos trabalhadores livres, dispersas no canavial, eram de sopapo, chão de terra batida, e a cobertura costumava ser de palha ou telha. Posteriormente, se organizaram em arruamentos. **2 – Fazenda de café escravocrata:** comuns no Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. As fazendas de café acumulavam várias funções: residência do fazendeiro, alojamento de escravos, armazenagem dos grãos e capela. A residência era construída em pedra e espessas vigas de madeira. As paredes eram de pau-a-pique e preenchidas com argamassa de argila. O telhado era de quatro águas, com um beiral longo para proteger as paredes da umidade da chuva. As senzalas obedeciam ao mesmo tipo construtivo daquelas construídas no engenho. **3 - Fazenda de cacau:** característica da Bahia, concentrava, como a fazenda de café, um conjunto de instalações: a casa grande, a casa dos trabalhadores, o armazém, a estufa e eventualmente a casa de farinha. As casas dos trabalhadores são feitas de tábuas de madeira, com cobertura de duas águas de palha ou telha. **4 - Fazenda de criação de gado do sertão nordestino:** caracterizam-se por sua dispersão no território do Nordeste. As principais instalações existentes são a casa do proprietário, cuja fachada é avarandada e cercada por muros de meia altura, e o telhado em quatro águas de telha cerâmica; e as casas de sopapo dos vaqueiros, com cobertura de palha ou telha, de pequenas dimensões, fachada de porta e janela, com jiraus, currais e varais construídos na parte externa do terreno, e feitos com troncos de arbustos retirados da caatinga. **5 – Fazenda de criação de gado do Planalto Central:** formada por um conjunto de construções, onde constam a casa do fazendeiro, do vaqueiro, dos peões solteiros, além de depósitos de ferramentas e paióis. As casas são feitas de adobe e barro, com cobertura de palha e chão de terra batida. A casa do fazendeiro é de alvenaria, com telhado de quatro águas em telha cerâmica. **6 – Casa de sopapo ou barrote:** é a casa típica do pequeno trabalhador rural. Está presente em todo o território brasileiro, mas é mais comum no sertão nordestino e no Planalto Central. São habitações de curta durabilidade, construídas com troncos de vegetação da caatinga e do cerrado, e cobertura de palha, em duas águas. As paredes são estruturadas em trama de xadrez, as varas são amarradas com cipó, e o preenchimento é feito com argamassa de barro. São casas assentadas diretamente no solo, razão pela qual o piso é a terra batida. São também conhecidas como casas de taipa de mão. **7 – Fazenda de gado do Pantanal Matogrossense:** também um conjunto de construções formadas pela casa do proprietário, do capataz, peões, galpão, refeitório e depósitos. A casa do proprietário é em alvenaria, ampla, com cobertura de quatro águas e avarandada. As demais casas do conjunto são de um pavimento, e algumas apresentam porões; o piso é cerâmico e o telhado costuma ser de duas águas, com telhas de amianto. **8 – Fazenda de gado da campanha gaúcha – estância:** comum na Campanha, no Rio Grande do Sul. A habitação do proprietário é simples, em alvenaria, com cobertura de telha cerâmica. As dos trabalhadores do campo são ranchos com paredes de barro e teto de palha. **9 – Casa de torrões:** Também encontradas na Campanha gaúcha, são habitações construídas com blocos maciços de barro e fibras vegetais. As paredes costumam ser baixas; a cobertura, de quatro águas e de palha; o piso, de chão batido. **10 – Casa tipo standard:** habitações comuns nos planaltos do Sul, são construídas em tábuas verticais de madeira (pinho do Paraná), com telhado de duas águas inclinado e feito de tabuinhas. **11 – Casa do vitivinicultor italiano:** existente na área vitivinícola do Rio Grande do Sul, são casas de dois pavimentos, cercadas, amplas, alicerçadas em pedra, com porões onde funcionam as adegas. São construídas em madeira, com telhado de duas águas inclinado e com cobertura de telha cerâmica. **12– Casa de enxaimel:** comuns no Vale do Itajaí, em Santa Catarina; são casas com estrutura e esquadrias de madeira visíveis, pintadas de cor escura. Nas paredes é utilizada alvenaria de tijolo cerâmico aparente, e os interstícios são pintados de branco. Os telhados são bem inclinados, de telha cerâmica, e costumam apresentar uma varanda na fachada frontal ou lateral. São construções típicas dos imigrantes alemães. **13 – Casa açoriana:** existentes em Florianópolis, são habitações pequenas, de um pavimento, construídas sobre pedras. A alvenaria é de pedra ou de barro amassado, e a cobertura é de duas águas, em telha cerâmica. São habitações construídas pelos colonos açorianos. **14 – Casa de várzea:** encontradas nas áreas de planície aluvial

“mínimo habitável”, onde a casa reproduz tanto a situação econômica dos seus ocupantes, quanto as suas práticas de trabalho e de cultivo. Também reproduz a deficiência de um inventário que, no esforço de tentar abranger todos os tipos de habitação rural existentes no país, acaba produzindo generalizações, a exemplo da “casa de índio”.

Contudo, o inventário acerta ao estabelecer que uma família, ao habitar uma casa, imprime nela as suas práticas cotidianas. No meio rural, a habitação constitui-se como uma unidade onde vários usos se misturam: lazer, trabalho e descanso. Enquanto no urbano os locais de trabalho e de moradia costumam estar situados em distintos espaços físicos, no rural estes espaços costumam compor uma unidade.

Assim, valendo-me desta peculiaridade do modo de morar no meio rural – em que os vários usos e funções coexistem – e também para fazer distinção da habitação rural, termo um tanto genérico (que pode fazer referência tanto a uma fazenda de gado quanto a uma casa de sopapo) proponho utilizar o conceito de *moradia camponesa*. Este conceito será resgatado no próximo capítulo, quando o utilizo para compreender como moram os camponeses de Pequiizeiro.

da Amazônia, são construídas sobre estacas de madeira, para proteger a moradia das enchentes. As paredes são de madeira de cedro ou de paxiúba, e a cobertura é de duas águas, feita com palha de ubim. **15 – Casa de colono japonês:** existente em Tomé-Açu, no Pará, e em Efigênio Sales, próximo a Manaus. São habitações construídas em áreas cedidas pelo governo brasileiro aos japoneses, para a produção de pimenta-do-reino. Inicialmente construídas em madeira, ao poucos migram para a alvenaria cerâmica, com a adesão de azulejos e mármore. **16 – Casa padrão do Incra:** são construídas em madeira, com pilares de alvenaria, telhado de duas águas, coberto com amianto. São avarandadas na frente, com uma pequena escada de acesso para a porta principal, e construídas no centro do lote, com a fachada frontal voltada para a estrada. **17 – Casa de seringueiro:** costumam estar localizadas em áreas mais isoladas da floresta; são casas construídas próximas a um igarapé, de modo que em tempos de enchente, o igarapé é utilizado como via de deslocamento. Como as casas de várzea, também são construídas sobre estacas de madeira, para proteger a moradia das inundações. A casa é construída com troncos de árvores; a cobertura e as paredes são feitas em palha. Em alguns casos, é possível encontrar cobertas de zinco e amianto. **18 – Casa dos babaçuais:** comuns no Maranhão, são casas onde as paredes e a cobertura são feitas de palha de babaçu. **19 – Casa de palha:** o inventário refere-se à casa de palha como a casa do pescador do Nordeste. São moradias construídas à beira dos litorais, com esteios, vigas e cumeeiras de troncos de madeira, chão de terra batida, e cobertura de duas águas, em palha coletada dos coqueiros. **20 – Casa de índio:** casas coletivas, geralmente situadas próximas a um rio; as construções costumam assumir formas elípticas ou circulares. São revestidas com palha, e estruturadas com troncos de madeira. **21 – Fazenda do Planalto Paulista:** correspondem às fazendas do ciclo cafeeiro. São construídas em taipa de pilão e telhado de telha cerâmica. A porta central da casa costuma apresentar um alpendre.

1.2 - O *habitus* na moradia camponesa brasileira

A despeito da carência de pesquisas na área, é possível encontrar dados dispersos descrevendo as moradias camponesas brasileiras em relatos de viagens dos séculos passados. A exemplo disso, em 1808, Mawe (1978) descreve as casas dos lavradores no interior de São Paulo: “(...) são miseráveis choupanas de um andar, o chão não é pavimentado nem assoalhado, e os compartimentos são formados de vigas trançadas, emplastadas de barro e nunca regularmente construídas.” (MAWE, 1978, p.213). Candido (2010), por sua vez, afirma que o caipira⁸ conserva até hoje a habitação primitiva, cuja descrição nos documentos antigos e nos relatos de viajantes coincide com o modo atual da moradia⁹. Spix e Martius (1938) em suas viagens ao interior de São Paulo, também documentaram as habitações que viram:

As casas baixas, construídas de ripas, amarradas com tranças de cipó e barreadas, e a pequena igreja, do mesmo modo edificada, são de feição muito efêmera, de sorte que essas habitações parecem construídas para pouco tempo, apenas, como refúgio de viajantes. A impressão de duração, baseada na solidez das habitações europeias, falta aqui de todo, mas, em verdade, não deixando (sic) de ser adequada ao clima; o morador, cuja residência não tem estabilidade, não precisa de teto duradouro. Semelhantes a este povoado, encontramos a grande maioria das vilas no interior do Brasil (SPIX; MARTIUS, 1938, p.182)

No intuito de reduzir a lacuna existente nos estudos sobre habitação rural¹⁰ na Arquitetura, Weimer (2012) buscou realizar um inventário, investigando como a produção da habitação no meio rural está vinculada ao uso dos recursos naturais e à economia existente na região. Weimer estabelece uma proposta de estudo das tipologias da habitação rural brasileira, coletadas através de viagens de campo, de documentações bibliográficas e iconográficas, e

⁸ “Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas (...) à área de influência histórica paulista” (CANDIDO, 2010, p.22)

⁹ Para Candido, a formação da sociedade caipira se consolida durante a expansão paulista no século XVIII, quando os bandeirantes abandonam as expedições e passam a se fixar nas terras do interior paulista, construindo suas moradias com os recursos disponíveis no meio ambiente. Sobre as habitações construídas pelo caipira paulista, ele descreve: “A sua casa (significativamente chamada *rancho* por ele próprio, como querendo exprimir o seu caráter de pouso) é um abrigo de palha, sobre paredes de pau a pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousado no solo.” (CANDIDO, 2010, p.45). Esta descrição ilustra o modo de habitar do camponês paulista, caracterizado pelo uso dos recursos disponíveis e pelo caráter instável da moradia, resultado da necessidade dos indivíduos de se mudarem conforme a fertilidade do solo se esgotasse.

¹⁰ Retomo aqui o termo “habitação rural”, porque Weimer (2012) não inventaria apenas a moradia no campesinato, mas estende-se também na análise de diversos tipos de habitação: indígena, no meio urbano, casa dos colonizadores, etc. Vale ressaltar que o próprio Weimer não estabelece distinções nas categorias, utilizando de forma recorrente os termos “moradia”, “morada” e “casa” como sinônimos.

especula sobre as origens dos partidos arquitetônicos¹¹ das construções inventariadas. A conclusão a que chega é que a arquitetura popular brasileira¹² reside nas moradias concebidas pelo saber comum, transmitido por gerações.

Na apresentação da pesquisa de Weimer, Silva (2012) reflete sobre a concepção das diversas moradias rurais do país:

Quem projetou as casas de fazenda mineiras, as charqueadas gaúchas, as casas rurais e urbanas da cultura piauiense da carnaúba e do couro? Quem concebeu os sobrados magros recifenses? Esses edifícios foram construídos daquela maneira porque, simplesmente era daquela maneira que se faziam as casas. (SILVA, 2012, p.14).

Esta maneira de produzir moradia rural, cuja origem do modo de fazer revela-se difusa em precisar, está pautada na experiência transferida de geração em geração e remete ao conceito de *habitus*, usado por Bourdieu. No intento de compreender as relações de afinidade entre o comportamento dos sujeitos e as estruturas e condicionamentos sociais em uma região camponesa da França, Bourdieu (1983) definiu *habitus* como:

(...) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (...) (BOURDIEU, 1983, p. 65)

O *habitus* para Bourdieu corresponderia, portanto, a uma estrutura duradoura que forma princípios orientados para uma prática; há uma reprodução cotidiana destas estruturas e práticas pelos agentes. O autor afirma que o *habitus* tem um caráter estruturante, isto é,

¹¹ Intenção plástica do projetista ou do construtor. Trata-se da ideia para o projeto, somada às técnicas que serão aplicadas para alcançar esta intenção. Na conceituação de Lemos (2013, p.40-41), “Partido seria uma conseqüência (sic) formal derivada de uma série de condicionantes ou de determinantes; seria o resultado físico da intervenção sugerida.”.

¹² Weimer recusa-se a adotar o conceito “arquitetura vernacular” para referir-se às manifestações construtivas do povo, por acreditar que se trata de um termo pejorativo (*vernaculo*, em latim, significa escravo nascido na casa do senhor). Em oposição, decide aplicar o termo “arquitetura popular brasileira” para se referir às construções “próprias do povo e por ele realizadas” (WEIMER, 2012, p. XLI). Logo, a arquitetura popular brasileira será toda aquela que costuma ser ignorada pela maioria dos estudos acadêmicos. Weimer define ainda que sejam estabelecidas quatro categorias para identificar uma obra de arquitetura popular. São elas: **simplicidade** (uso dos materiais fornecidos pelo meio ambiente); **adaptabilidade** (capacidade de adaptação das técnicas tradicionais de construção às circunstâncias locais do clima e da disponibilidade de recursos naturais); **criatividade** (as soluções formais adotadas nas moradias resultam das práticas engendradas pelo saber popular); e **forma plástica como um resultado** (a forma plástica final de uma moradia é resultado das técnicas, dos materiais empregados e da função de abrigo que ela precisa desempenhar; o seu efeito estético é um resultado, não intencionalmente pretendido, destas decisões).

gerador de práticas e de representações, e estruturado, revelado em sua capacidade de absorver transformações e práticas quando estas são incorporadas socialmente. Esta noção de *habitus* enquanto estrutura estruturante e estruturada é muito bem contextualizada por Woortmann (2013):

Para Bourdieu (1983), *habitus* consiste num saber social incorporado, mas “de mão dupla”, ou seja, da sociedade para a pessoa e desta para a sociedade. Em outros termos, a pessoa é socializada, internaliza aquilo que a família, escola, amigos, igreja, meios de comunicação, etc lhe inculcem (...). Por outro lado, de acordo com o antropólogo francês, a pessoa também pode influenciar a sociedade, abrir novas perspectivas, criar novas demandas (...) estéticas. (WOORTMAN, 2013, p.8)

Desta forma, é possível compreender o processo de construção da moradia camponesa a partir do *habitus*; pode-se pressupor que é por conta deste que as práticas de produção da casa rural estão naturalizadas de tal forma que se tornam constantes no tempo. A moradia camponesa de hoje carrega ainda um vínculo com a moradia camponesa dos tempos de colônia. As descrições das casas de taipa nos relatos de Mawe, o caráter provisório das casas encontradas por Spix e Martius, e a descrição da casa do caipira feita por Candido em muito se assemelham aos modos de construir e de morar vistos até hoje no meio rural. É possível compreender que a produção e a repetição de um determinado tipo de moradia revela um *habitus*; um modo de fazer que é reproduzido a “olhos fechados”. Contudo, é preciso sempre ter em conta que o *habitus* também é estrutura estruturante; os modos de construir e de morar seguem uma tradição, mas não estão congelados e insuscetíveis a mudanças; tanto é que se percebe a paulatina adesão, nas moradias rurais, de novos materiais construtivos, como a telha cerâmica ou a alvenaria de tijolos cerâmicos. A percepção e o pensamento dos sujeitos está sempre em movimento, ainda que se trate de um movimento de lenta transformação. O *habitus* é um elo entre práticas passadas, naturalizadas no presente, mas orientadas para um futuro.

Weimer (2012) parte da premissa de que o ser humano é capaz de se adaptar aos mais exóticos recantos do mundo. Sua obra examina a diversidade de adaptações de habitação rural desenvolvidas pela população brasileira ao longo de sua trajetória. O autor procura demonstrar não só as principais características de cada tipo de habitação, mas busca também sondar a origem das práticas construtivas. Ainda que não utilize o conceito proposto por Bourdieu, o que Weimer busca determinar é um *habitus* no modo de construir; quais são as origens de determinadas práticas construtivas e o porquê delas continuarem sendo reproduzidas.

Utilizando o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu, buscarei posteriormente, no capítulo 2, caracterizar a produção do território no povoado de Pequizeiro, em Belágua, e compreender como se organizam na ocupação do espaço, na produção para o consumo familiar e na construção de suas moradias. Por ora, busco analisar no próximo tópico como o Estado brasileiro tem atuado quanto à produção de políticas públicas de habitação rural.

1.3 - Breve trajetória das políticas de habitação no Brasil

Não é meu intento fazer uma análise minuciosa de todas as políticas de habitação produzidas pelo Estado, mas de compreender, desde o fim do século XIX, o seu posicionamento ao longo da trajetória de produção de políticas públicas voltadas para o campo.

Para Bourdieu (2006), o Estado cumpre um papel fundamental na construção e estruturação do mercado imobiliário, uma vez que sua responsabilidade está em favorecer o acesso a determinados tipos de habitação – individual ou coletiva – em definir a alocação dos recursos necessários para a aquisição da moradia, as regras de financiamento, a regulação do solo e as políticas de acesso à habitação de interesse social. Ao concentrar para si todas estas incumbências, o Estado garante sua posição estratégica no campo das relações econômicas e das disputas políticas, dado o fato de que suas ações exercem influência efetiva tanto na oferta quanto na procura por habitação.

De modo complementar, Kapp (2014, p.117) estabelece que a função do Estado é manter a sociedade coesa, funcionando, e evitar a revolução ou a guerra civil. Este posicionamento o coloca como conservador por definição. Sendo conservador, suas funções necessariamente envolvem *controle e planejamento*.

Levando em conta estes dois conceitos a respeito do papel do Estado, pretendo compreender como a sua atuação delineou o cenário presente na produção habitacional, e dentro da sucessão de políticas aplicadas, quais de fato priorizaram habitação para o meio rural.

1.3.1 - Da Constituição de 1824 à República Velha: O Estado liberal

Uma análise mais atenta sobre a atuação do Estado desde a primeira Constituição brasileira expõe tanto a falta de inclusão das demandas camponesas quanto a falta de reconhecimento deles enquanto cidadãos. Isto porque a Constituição de 1824 (BRASIL, 1824) estabelecia determinada ordem econômica para ser eleitor ou elegível. Em suma, só era

considerado de fato eleitor com poder de decisão sobre questões políticas, aquele que tivesse poder aquisitivo. As reivindicações de demais grupos sociais não tinham visibilidade.

Com a independência nacional em 1822, a legislação fundiária colonial, de origem portuguesa, perdeu sua legitimidade. Até 1850, o Brasil tinha suas terras ocupadas sem obrigação de titulação jurídica.

Posteriormente, a implantação da Lei de Terras (BRASIL, 1850) consolida o marco regulatório da propriedade privada no Brasil; a terra deixa de ser de exclusivo domínio da Coroa portuguesa e passa a ser uma instituição disponível para compra. Até então, a ocupação das terras era feita através da concessão de sesmarias. Ao estabelecer em seu artigo 1º que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850), a Lei de Terras restringiu a propriedade da terra apenas a quem pudesse adquiri-la através de procedimentos legais e financeiros, impondo limitações aos camponeses de se estabelecerem nela através da posse.

De acordo com Schwarcz e Starling (2015),

A Lei de Terras de 1850 (...) visava organizar o país para o fim eventual do trabalho escravo – tendo sido votada poucos dias após a interrupção do tráfico. (...) O objetivo da lei era desestimular os pequenos agricultores ligados à subsistência e impedir a aquisição de terras pelos futuros imigrantes. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.264)

Impossibilitados de terem reconhecidas suas formas de apropriação dos recursos produtivos, camponeses, ex-escravos e imigrantes foram obrigados a se deslocar para se reconstituírem em outras áreas periféricas. Estes deslocamentos foram justificados pela busca de espaços onde fosse possível pôr em prática os modos de produzir e de existir que conheciam. O campesinato persistiu, ainda que sob tais restrições. Aos que permaneceram no campo, a opção disponível era o trabalho em grandes propriedades fundiárias.

Os trabalhadores que permaneciam na área rural se viam submetidos a relações de trabalho paternalistas, e a sua produção agrícola era insuficiente para a manutenção de sua sobrevivência. O plantio, a colheita, a aragem da terra, todo o processo de produção agrícola tinha como destino a venda, que pertencia ao dono da propriedade.

Como consequência, o século XIX seguiu assistindo à permanência e à reprodução do padrão de ocupação do território existente desde a Colônia, com um vasto campo indiferenciado, e uma rede urbana composta por poucas e grandes cidades polarizando as funções de capital comercial e de intermediadoras entre a produção nacional e a exportação

(OLIVEIRA, 1982). As condições inóspitas para a permanência no campo obrigaram os trabalhadores rurais a paulatinamente migrarem para as cidades, forçando uma trajetória de constante nomadismo. Este cenário desencorajador para a permanência dos agricultores no campo é reafirmado na fala de Miranda (2010):

A trajetória do campesinato brasileiro é marcada por uma forte mobilidade espacial. Tendo em vista o predomínio precário do sistema de posse no Brasil, desde a época das sesmarias, marcado, também, pela primeira Lei de Terras de 1850, que tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da luta pela terra, uma necessidade de reprodução social. (MIRANDA, 2010, p.128)

Com o advento da República Velha (1889-1930), as iniciativas tomadas pelo Estado para produzir habitação de interesse social foram praticamente nulas (BONDUKI, 1994, p. 712). O inquilinato era predominante, e não existia qualquer mecanismo de incentivo para a aquisição da casa própria. As principais intervenções se restringiram à concessão de isenções fiscais a proprietários de casas de locação e à resolução de problemas de salubridade (ROLNIK, 1981).

A produção de moradia era feita pela iniciativa privada, corroborando a postura liberalista adotada pelo Estado durante a República Velha. Na economia brasileira, predominavam as atividades agroexportadoras, e a indústria caminhava a passos tímidos. A imigração estrangeira, somada ao êxodo rural, geravam altas demandas por habitação, o que incentivava o cenário para a valorização imobiliária. Desta forma, sob o olhar condescendente do Estado, a produção rentista da habitação foi a característica predominante neste período. Os tipos de habitação produzidos eram variáveis, com soluções diferenciadas para cada faixa de renda, como destaca Bonduki (1994, p. 713) “do cortiço, moradia operária por excelência, sequência de pequenas moradias ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, sem instalações hidráulicas, aos palacetes padronizados produzidos em série para uma classe média que se enriquecia”.

A postura de não interferência do Estado nas questões de produção e regulamentação de moradia fez com que as organizações populares existentes no período, como os movimentos operários, não o reconhecessem como um mediador nas reivindicações por demandas populares.

1.3.2 – Da década de 1930 ao BNH: o Estado interventor

É somente a partir da Revolução de 30 que o Estado começa a tomar as rédeas da economia nacional, que por sua vez, passa a se concentrar nas atividades urbano-industriais (OLIVEIRA, 1972). É a partir do processo de industrialização na década de 1930 que se inicia a transição de uma economia agroexportadora para a industrial. Essa transformação acarreta num maior fluxo de migração do campo para a cidade, em ocasião da demanda por força de trabalho nas novas indústrias instaladas nos centros urbanos.

Nesta nova relação do Estado com o urbano – expressa no processo de industrialização das cidades - este passa a direcionar o seu poder de coerção para tentar modificar o padrão de acumulação, fazendo a transposição de excedentes de uns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroexportadora e incentivando a acumulação industrial (OLIVEIRA, 1982)

No intento de legitimar a base de sustentação de seu governo, a gestão de Vargas (1930) passou a investir nas massas populares. Sua política econômica e social tinha como ênfase o incentivo à indústria e a instituição de leis trabalhistas.

De acordo com Bonduki (1994, p.717), no governo Vargas “a intervenção do Estado na questão habitacional teve o duplo sentido de ampliar a legitimidade do regime e viabilizar uma maior acumulação de capital no setor urbano através da redução do custo de reprodução da força de trabalho”. Além disso, a iniciativa privada já demonstrava claros sinais de incapacidade de produzir moradia suficiente para tanta demanda nas cidades.

Portanto, a criação de um programa de produção de moradias e de proteção ao inquilinato surgiu tanto da demanda por criar meios que garantissem a permanência do operário nas cidades, quanto por uma necessidade estratégica de angariar o apoio da classe trabalhadora urbana.

Assim, como todos os esforços estavam concentrados no sentido de fomentar a industrialização nos centros urbanos, e com o crescimento insidioso da migração dos camponeses para a cidade, não era de interesse do Estado priorizar na produção de habitação rural naquele momento. Em decorrência disso, “entre 1940 e 1980, dá-se uma verdadeira inversão ao lugar de residência da população brasileira” (SANTOS, 1993, p.29). É a partir da década de 40 que o índice de urbanização brasileira passou a ter um aumento significativo: em 1940 a população urbana era de 26,35% e, em 1980, alcançou 68,86%.

Foi também a partir da década de 40 que o Estado passou a atuar na produção de conjuntos habitacionais e no financiamento de moradias populares. Surgiram iniciativas como

os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's) e a Fundação da Casa Popular (FCP), órgãos pioneiros de habitação no Brasil.

Os IAP's foram responsáveis pela produção de diversos conjuntos habitacionais pelo Estado, ao mesmo tempo em que marcaram o reconhecimento de que a iniciativa privada por si só não daria conta de atender ao déficit habitacional do país. Até o fim do Instituto, a produção habitacional conduzida construiu 124 mil unidades e gerou soluções que agregavam usos mistos, como o Conjunto do Pedregulho (1948) e o Conjunto da Gávea (1952), projetos compostos por vários edifícios habitacionais equipados com serviços sociais, gerando unidades de vizinhança, como propunha o urbanismo modernista. Contudo, as carteiras prediais dos IAPs não eram órgãos destinados especificamente para resolver o problema da habitação; eram “instituições previdenciárias, agindo complementarmente dentro de uma lógica marcada pela necessidade de investir os imensos fundos de reserva da Previdência Social para preservar seu valor” (BONDUKI, 1994, p. 718)

Instaurada em 1946, já no governo Dutra, a FCP foi o primeiro órgão brasileiro voltado para a realização de uma política habitacional para a população de baixa renda. Sua criação reforçou as intenções defendidas pelos urbanistas do início do século XX, que ponderavam sobre a importância de priorizar a habitação nos planos urbanísticos.

O Decreto-Lei Federal nº 9.218, de 1º de maio de 1946, instituiu a FCP, e determinou que as atribuições da Fundação fossem de “proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural.” (BRASIL, 1946).

Embora o intuito da FCP fosse de ter controle próprio de seus recursos e manter autonomia em suas operações, seu funcionamento ficou atrelado às verbas do orçamento federal e da sucessão dos governantes. A instabilidade nas gestões e a ausência de uma receita própria provocaram o fracasso do órgão, que acabou por ter um desempenho medíocre na produção de habitação popular, em termos quantitativos. A FCP produziu, de 1946 a 1964, apenas 19 mil unidades habitacionais, localizadas principalmente no sudeste do país. Ainda que as diretrizes da FCP tivessem a intenção de produzir moradia rural, os seus resultados pouco expressivos mostram que o órgão ficou subordinado aos recursos existentes para produzir e à arbitrariedade dos interesses políticos.

A produção de moradias por parte dessas duas instituições resultou numa média de 143 mil unidades habitacionais, sendo a maior parte produzida pelos IAP's. Ainda que tenha sido uma produção habitacional modesta, é importante destacá-la, na medida em que

representou a primeira ação concreta para a articulação de uma política habitacional no país. Contudo, esta política permaneceu atendendo as demandas do meio urbano, sem priorizar as necessidades de habitação das famílias rurais, a despeito da maioria da população brasileira ainda viver no meio rural naquele momento. (OLIVEIRA e KARNOPP, 2015, p.3)

A partir da década de 50 - com a adoção de uma política econômica amparada no desenvolvimentismo - o processo de industrialização brasileiro gerou profundas transformações na produção agrícola e no meio rural. A atividade agrícola tornou-se subordinada às demandas dos setores da indústria e do capital financeiro, e passou-se a adotar máquinas e insumos industriais na produção. As políticas de incentivo à modernização da agricultura beneficiaram as grandes empresas, que passaram a ocupar áreas de fronteiras agrícolas.

Nesse contexto, Wanderley (2014) afirma que

as consequências sobre os espaços de reprodução dos pequenos agricultores camponeses são diretas e imediatas. As grandes propriedades expulsaram massivamente os trabalhadores residentes em seu interior, passando a contratá-los apenas nos momentos de necessidade de trabalho. (...) Enquanto as fases de preparo da terra e de cuidados com a plantação foram mecanizadas e impulsionadas pelo uso de insumos modernos, a colheita permanecia, na maioria das culturas, como uma atividade manual. Não havia, portanto, mais razão para o proprietário reter, em suas terras, a mão de obra durante todo o ano. (WANDERLEY, 2014)

Foi nesse contexto de expulsão dos trabalhadores rurais do campo, que sem condições de garantir a reprodução familiar, acabaram por migrar para as cidades, e “quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira” (MARQUES, 2008, p. 60), que surgiram as Ligas Camponesas¹³.

¹³ Associações civis de caráter assistencialista que, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tinham por objetivo a sindicalização rural, a discussão de leis trabalhistas no campo e a defesa de uma reforma agrária que findasse com o latifúndio, as Ligas Camponesas representaram um momento de reação dos camponeses aos efeitos do processo de expulsão do campo. De acordo com Alves (2014, p.15) “foi na década de 1950 que essas associações consolidaram-se em busca de benefícios sociais e no enfrentamento à entrada do capital no campo, que acelerou a expropriação do camponês para o aumento dos lucros dos latifundiários à custa de uma violência desenfreada.”

Ainda que a habitação rural não fosse especificamente a bandeira de luta das Ligas, é relevante destacar a importância que tiveram na mobilização política do meio rural, levando ao campo as discussões sobre o direito de propriedade da terra, sobre a importância do fim do monopólio de classe sobre a terra e sobre a estatização da propriedade. Estas discussões seriam posteriormente retomadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) a partir da década de 1980, juntamente com questões relacionadas à necessidade de criar políticas públicas para habitação no campo. As Ligas exerceram um importante papel na pressão por mudanças, na medida em que foram uma organização política de resistência à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. O agendamento destas questões pelas Ligas foi tão efetivo que “não houve, na década de 70, um

Martins (1981) aponta também que foi por conta de movimentos políticos como as Ligas Camponesas que as expressões *camponês* e *latifundiário* passaram a ter um significado diferente, passando a constituir palavras com peso político, associado à lutas e confronto de classes sociais com interesses distintos.

Por conta da forte influência exercida pelos latifundiários no cenário político nacional, as Ligas Camponesas foram sendo paulatinamente reprimidas, e suas lideranças foram perseguidas e assassinadas, fator que enfraqueceu e desarticulou o movimento. O regime militar condenou os líderes que sobreviveram às perseguições à condição de clandestinidade. Contudo, é possível afirmar que foram as pressões políticas exercidas pelas Ligas que criaram as condições para se conjecturar a importância de se realizar a reforma agrária do país, mais tarde posta em pauta no Estatuto da Terra (1964), que será visto adiante.

1.3.2.1 - O BNH: produção habitacional em larga escala

Com o golpe militar de 1964, as iniciativas da FCP e dos IAP's foram dissolvidas, e foi criada, em 21 de agosto do mesmo ano, a Lei nº 4.380, que instituiu o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A finalidade do SFH foi a de captar recursos para a produção habitacional, e prover o financiamento, a compra e a construção da casa própria. Para a execução do Sistema, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), com atribuições de “viabilizar o acesso à moradia aos diferentes estratos sociais, com foco prioritário nas famílias de baixa e média renda.” (REZENDE, 2007, p.7).

O SFH estabeleceu que o BNH operasse com recursos oriundos de duas fontes: do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que captava recursos das cadernetas de poupança e de letras imobiliárias; e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cuja captação dependia das contribuições compulsórias dos empregadores com base no salário dos empregados.

Foi também a partir do SFH, vinculado ao Ministério do Planejamento, que a questão da habitação rural passou a ser tratada com maior atenção, sendo incluída nos artigos da Lei nº 4.380 (BRASIL, 1964):

Art. 1º – O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a

único estado da Federação onde a luta pela terra não estivesse presente, de forma mais ou menos aguda” (MEDEIROS, 1989, p.110)

construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

Art. 4º – Terão prioridade na aplicação dos recursos:

I – a construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições subumanas de habitação;

II – os projetos municipais ou estaduais que, com as ofertas de terrenos já urbanizados e dotados dos necessários melhoramentos, permitirem o início imediato da construção de habitações;

IV – a construção de moradia para a população rural. (BRASIL, 1964, grifo meu)

O BNH constituiu-se como um marco institucional na trajetória da política de habitação de interesse social brasileira, e também a primeira lei do país a fazer referência à construção de moradias para a população rural.

A criação do BNH buscava atender às demandas por habitação, além de alavancar a economia do país, através do aquecimento da indústria da construção civil. Sua estratégia constava em oferecer crédito aos construtores para o aceleração das obras, de forma a encurtar o ciclo do capital e reduzir os seus custos, proporcionando aos adquirentes créditos de longo prazo, com saldo reajustado de acordo com a inflação. (SINGER, 1977, p.112). Esta estratégia favoreceu a construção civil, mas pouco fez para incorporar práticas alternativas e de baixo custo; a adoção do sistema de financiamento bancário também excluiu o acesso da população de renda mais baixa ao programa. (BONDUKI, 2008)

Além de promover a redução do déficit habitacional - aliada ao aquecimento da economia - o BNH também possuía uma intenção específica, conforme observa Bonduki (2008); era necessário produzir uma política habitacional que também arrefecesse os ânimos de lideranças progressistas que questionavam o regime militar.

A famosa frase – “a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade” – atribuída a Sandra Cavalcanti, primeira presidente do BNH, expressa a preocupação de fazer da política habitacional baseada na casa própria um instrumento de combate às ideias comunistas e progressistas no país, em tempos de guerra fria e de intensa polarização política e ideológica em todo o continente. (BONDUKI, 2008, p.72)

A produção do BNH foi caracterizada pela construção de conjuntos habitacionais de grande porte implantados em áreas periféricas, “onde se buscava, através de uma derivação imperfeita dos preceitos da arquitetura e do urbanismo do movimento moderno, a padronização dos componentes e espaços, e assim o barateamento dos custos de construção.” (MÁXIMO et al, 2010, p.3)

A construção em escala dos conjuntos habitacionais do BNH, sem qualquer tipo de diferenciação arquitetônica, gerou moradias de baixa qualidade projetual e construtiva, como aponta Corrêa (2012):

Prevaleram a uniformização das soluções ao longo da extensão do território nacional, a desarticulação entre a construção de moradias e o planejamento urbano, além da padronização dos conjuntos habitacionais (em detrimento das especificidades regionais, infraestrutura e localização), como forma de baratear os custos da produção. (CORRÊA, 2012, p. 59)

Além da qualidade questionável da produção habitacional, os projetos do BNH também apresentaram problemas quanto a sua inserção no espaço urbano. Construídos em áreas periféricas das cidades, pouco servidas por infraestrutura, os conjuntos habitacionais tornavam-se “bairros dormitórios” (BONDUKI, 2008) para seus moradores, que precisavam deslocar-se por longas distâncias para ter acesso a equipamentos urbanos e demais serviços.

A produção de moradias pelo BNH alcançou números significativos com a construção de um total de cerca de 4,5 milhões de unidades, entre 1964 e 1986, entretanto

(...) apenas 33% se destinaram à população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados nas periferias urbanas, em áreas onde a terra era barata por não haver acesso a infra-estruturas de saneamento básico e transporte coletivo nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos. Enfim, por não ser cidade. (ROLNIK, 2009, p.4)

O que se observa, portanto, é que mesmo com resultados expressivos de produção, o BNH não conseguiu atender às demandas da população de baixa renda. “A maioria dos recursos geridos pelo SFH destinou-se ao financiamento habitacional das classes de renda mais elevada da população”. (CORRÊA, 2012, p.58)

Por mais que a produção de moradia rural estivesse contemplada no processo de criação da Lei, na prática a atuação do BNH se restringiu ao meio urbano. Sobre isto Silva (2014) afirma:

Muitas críticas são feitas à produção habitacional de pouco mais de 20 anos do BNH como, por exemplo, a padronização dos conjuntos implantados, desprezando a qualidade do projeto arquitetônico, a não inserção urbana, além da sua atuação *exclusivamente* urbana. Mas do ponto de vista quantitativo, os resultados das ações urbanas desenvolvidas pelo BNH foram positivas, porém, ainda assim insuficientes para suprir o déficit habitacional *urbano* do país. (SILVA, 2014, p. 82)

O papel do SFH, nesse contexto, se distinguiu menos como indutor de produção de moradias de interesse social do que como ferramenta de reprodução ampliada do capital, como percebe Maricato:

(...) nesse sentido, o SFH foi uma forma eficaz de ampliar a provisão de habitações no Brasil, seja através da criação e do fortalecimento de empresas capitalistas ligadas ao financiamento, à produção e à venda de moradias, seja quando disciplinou a drenagem de recursos de poupança voluntária (principalmente caderneta de poupança pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e de recursos compulsórios, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)) (MARICATO, 1987, p.30)

A partir da década de 80, o desequilíbrio originado pelos reajustes nas prestações acarretou sérios problemas de dívidas no financiamento das casas. A fragilidade do modelo SFH/BNH perante os desequilíbrios macroeconômicos do período exigiu uma profunda reformulação do sistema, que decidiu pela extinção do BNH, em 1986, e a pulverização das funções habitacionais entre Conselho Monetário Nacional, Banco Central, Ministério de Desenvolvimento Urbano e Caixa Econômica Federal. (CORRÊA, 2012)

Portanto, a política habitacional do BNH não logrou o êxito esperado em face dos processos de inadimplência desencadeados pela inflação crescente no país. Os reajustes das prestações, decorrentes da crise econômica, ampliaram as dívidas derivadas dos financiamentos das casas. Esta fragilidade do BNH em relação às flutuações macroeconômicas, aliada ao fato de o programa não ter conseguido atingir a principal demanda do déficit habitacional do país (a população com renda de até três salários mínimos), acarretaram na sua dissolução. A estratégia adotada pelo regime militar de custear o atendimento das demandas por infraestrutura e saneamento dos conjuntos habitacionais com capital externo também contribuiu para ampliar as dívidas do país. (SILVA, 1989)

O legado do BNH deixou marcas tanto na estrutura institucional – até hoje a captação de recursos para a habitação utiliza o FGTS - quanto na concepção predominante sobre o modelo de política habitacional a ser produzido, com amplos conjuntos habitacionais padronizados, fato que pode ser observado hoje nos projetos do PMCMV, que será visto mais adiante.

1.3.2.2 - O Estatuto da Terra (1964) e o ressurgimento dos movimentos sociais no campo

Paralelamente à introdução da política habitacional do BNH, em 30 de novembro de 1964, foi criada a Lei nº 4.504/1964 – O Estatuto da Terra – que tinha como princípios

executar a Reforma Agrária e promover uma política agrícola para o país, fundamentada na função social da propriedade da terra:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. (BRASIL, 1964).

A compilação de normas do Estatuto da Terra visava acalmar as tensões no campo em decorrência das reivindicações dos movimentos liderados pelas Ligas Camponesas. Começou-se a discutir a Reforma Agrária como “conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964).

O Estatuto da Terra buscou definir também o conceito de imóvel rural, enfatizando-o como uma propriedade familiar, que garante o provisãoamento do grupo doméstico:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

II - Propriedade Familiar, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros; (...). (BRASIL, 1964).

No intuito de identificar as terras produtivas e ociosas, uma das ações conduzidas pelo Estatuto da Terra foi a de criar institutos empenhados em cadastrar todas as propriedades de terra do país. O cadastramento das propriedades rurais feito em 1965 constatou o domínio, na região Nordeste, do latifúndio por exploração e, conseqüentemente, de ociosidade no uso da terra. (OLIVEIRA, 2002). Diante de tal cenário, as estratégias criadas pelo governo militar foram as de estipular critérios para o pagamento das áreas desapropriadas, através da instituição da obrigatoriedade do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR); a previsão de um zoneamento das áreas sujeitas à Reforma Agrária, além da proposta de criar Planos Regionais e o Plano Nacional de Reforma Agrária, com o fito de extinguir gradualmente o latifúndio e o minifúndio.

Entretanto, na prática, o Estatuto da Terra teve pouco alcance, e “o governo militar priorizou a execução da política agrícola, promovendo a modernização do latifúndio, por meio de crédito rural fortemente subsidiado e abundante, o que propiciou o desenvolvimento capitalista da agricultura nos grandes latifúndios - o agronegócio.” (SILVA, 2014, p. 63). Realizaram, dessa maneira, a modernização técnica no campo sem alterar a estrutura fundiária, reprimindo os movimentos e as organizações de luta no campo.

O legado do regime militar trouxe, no período de 1964 a 1985, 1106 mortos em conflitos no campo no país, com uma grande concentração na Zona da Mata Nordestina, justamente onde nasceram as Ligas Camponesas, registrando-se quase 40% dos mortos do total nessa região. (OLIVEIRA, 2002)

De acordo com Arruda (2007), o maior número de mortos em conflitos por terra no país coincide espacialmente com os locais de concentração de projetos agropecuários incentivados pela SUDAM (principalmente nos Estados do Maranhão, Pará e extremo norte de Goiás), o que leva a concluir que a política agrária do regime militar, na realidade, reforçou a implantação de grandes projetos, aliados à manutenção do latifúndio.

Entretanto, a despeito de toda a repressão política, a partir do final da década de 70, ressurgiram várias ocupações de terra no campo, em diversas regiões do país. É dentro desse contexto que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Sua gênese se deu em meados de 1979, quando 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Gestado entre os anos de 1979 a 1984, o MST teve importante papel nas pressões políticas para que o governo federal criasse, em 1984, as primeiras iniciativas em assentamentos de Reforma Agrária.

Com o fim do governo militar, em 1985, dá-se início a um processo de redemocratização no país; ressurgem os debates políticos sobre a Reforma Agrária e Urbana, conduzidos por diversos segmentos da sociedade civil – movimentos de luta pela moradia, empresários, trabalhadores, representantes de entidades acadêmicas e de pesquisa – que passam a reivindicar por demandas específicas: direito à habitação, garantias sindicais, acesso à equipamentos e serviços de saúde e educação, em suma, por melhores condições de vida nas cidades e no campo. As políticas de habitação, até então geridas pelo BNH, sofreram uma interrupção, conforme serão vistas a seguir.

1.3.3 - Os anos pós-BNH: Da Constituição de 1988 ao Estatuto da Cidade

Com o fim do regime militar, a dissolução do BNH em 1986 gerou uma significativa crise institucional no setor de produção de habitação pelo Estado, em decorrência da sua descontinuidade e da ausência de estratégias bem delineadas para enfrentar a questão da moradia. O Estado assumiu uma postura de retaguarda na produção habitacional, delegando aos municípios e estados a iniciativa de produzir casas.

Sobre o quadro do setor habitacional no início de 1985, Azevedo (1996) afirma:

Quando se implantou a chamada Nova República, a situação existente no setor habitacional apresentava, resumidamente, as seguintes características: baixo desempenho social, alto índice de inadimplência, baixa liquidez do sistema, movimentos de mutuários organizados nacionalmente e grande expectativa de que as novas autoridades pudessem resolver a crise do sistema sem a penalização dos mutuários. (AZEVEDO, 1996, p.295)

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal instituiu o Estado Democrático de Direito, com a função de assegurar à sociedade os direitos sociais e individuais, a liberdade, a igualdade e a justiça, em princípios pautados na soberania popular e na democracia participativa.

Neste novo momento político, favorável à redemocratização - com um Estado mais apto a acolher as demandas da sociedade, possibilitando aos movimentos sociais maior abertura para a solicitação de políticas públicas de moradia, saúde, educação e reforma agrária - que a questão da habitação rural voltou a ser considerada e colocada em pauta, conforme visto no art. 187, capítulo III – da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (BRASIL, 1988, p.56):

Art. 187 - A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

- I - os instrumentos creditícios e fiscais;
- II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV - a assistência técnica e extensão rural;
- V - o seguro agrícola;
- VI - o cooperativismo;
- VII - a eletrificação rural e irrigação;
- VIII - a habitação para o trabalhador rural. (grifo meu)

Além de trazer de volta à tona a questão da habitação para o trabalhador rural – esquecida desde o BNH - uma das questões cruciais da Constituição de 1988 foi a inserção do conceito de função social da propriedade; neste, a propriedade em si já não possui mais um caráter absoluto e intangível, ela deve cumprir uma função específica. O proprietário de uma terra ou imóvel só terá seus direitos protegidos se esta for cultivada ou devidamente ocupada, cabendo ao Estado o poder de intervir para que se cumpra esta função.

No que diz respeito ao imóvel rural, a sua função social é cumprida quando atende aos requisitos dispostos no art. 186 da Constituição:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo os critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
 I - aproveitamento racional e adequado;
 II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
 III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
 IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
 (BRASIL, 1988)

Outrossim, as ações a que o Estado se reserva para que a função social da propriedade rural seja cumprida estão dispostas no art. 184:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988)

Foi neste novo cenário - em que questões como a importância da propriedade rural cumprir sua função social passam a fazer parte da Constituição – que o MST, consolidado em 1984, e o Movimento Sindical Rural, que já existia desde a década de 1960, passaram a reinscrever no seio da sociedade os debates sobre a questão fundiária e a pertinência das lutas pela terra pelos camponeses expropriados ou com pouca terra. (WANDERLEY, 2014, p.5)

O I Plano Nacional da Reforma Agrária - lançado em 1985, pelo recém-criado Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) - constituiu um dos marcos dessa luta. O I PNRA tinha como meta assentar 1.400.000 famílias em cinco anos. Seus objetivos almejavam aplicar os dispositivos previstos no Estatuto da Terra (1964): efetuar a melhor distribuição da terra, através da reforma agrária, da colonização e da tributação da terra.

Contudo, nem 10% da meta estipulada para assentamentos foi concluída, diante das dificuldades no processo de desapropriação de terras. Sobre isso Oliveira afirma:

(...) o Plano era mais acanhado do que o Estatuto da Terra do governo militar de Castelo Branco. Por exemplo, o PNRA tem artigos onde anuncia que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios (artigo 20 parágrafo 20 do Decreto nº 91.766). O parágrafo 30 deste mesmo artigo, diz claramente que: "O poder público evitará a desapropriação de imóveis rurais que, embora incluídos em zonas prioritárias, apresentem elevada incidência de arrendatários e/ou parceiros agrícolas e cujos proprietários observem rigorosamente as disposições legais que regulem as relações de trabalho entre os proprietários e os cultivadores diretos." (OLIVEIRA, 2002, p.86)

Adotando esta estratégia, o governo ignorou o item V do artigo 20 do Estatuto da Terra que afirma que "as desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público, nas áreas prioritárias, recairão sobre as áreas que apresentam elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros" (BRASIL, 1964). E não é surpresa que o próprio Estatuto da Terra não tenha sido levado adiante no I PNRA, uma vez que

O acordo da aprovação do Estatuto foi selado entre os latifundiários e o governo militar. Só recentemente foi revelado que o então Ministro Roberto Campos garantira aos latifundiários que o Estatuto aprovado não seria implantado. Passados vinte anos descobriu-se a realidade deste acordo: o Plano Nacional da Reforma Agrária não havia sido elaborado. Dessa forma, o regime militar durante seus mais de 20 anos de vigência, conviveu/consentiu/promoveu um verdadeiro leilão das terras públicas deste país entre latifundiários e empresários do Centro-Sul industrial. Soldou uma aliança entre a burguesia industrial e os latifundiários através da transformação daquela burguesia em latifundiários, territorializando, portanto, a burguesia industrial já mundializada. (OLIVEIRA, 2002, p.83)

Constituído dentro de um campo de tensão e disputa entre latifundiários, representantes da agroindústria e movimentos de reforma agrária, o I PNRA, embora tenha sido um importante passo para as ações de reforma agrária do país, se deu de forma tímida, respeitando os interesses da elite agrária do país.

Mais tarde, o governo Collor (1990-1992) extinguiu diversos institutos de relevância social, dentre eles o MIRAD, e paralisou completamente o programa de Reforma Agrária, não fazendo qualquer desapropriação. (AMSTDDEN, 1992). Em compensação, aprovou a Lei nº 8.171/91, referente à Política Agrícola, e que estabelecia os seguintes artigos para a habitação rural:

Art. 87. É criada a política de habitação rural, cabendo à União destinar recursos financeiros para a construção e/ou recuperação da habitação rural.

§ 1o Parcela dos depósitos da Caderneta de Poupança Rural será destinada ao financiamento da habitação rural.

(...)

Art. 89. O poder público estabelecerá incentivos fiscais para a empresa rural ou para o produtor rural, nos casos em que sejam aplicados recursos próprios na habitação para o produtor rural. (BRASIL, 1991)

Com o impeachment de Collor - e a posterior criação de um novo plano econômico na gestão Itamar Franco que visava estabilizar a economia do país - a proposta da Política Agrícola foi deixada de lado. Entretanto, de acordo com o INCRA (1993), o presidente Itamar Franco desenvolveu novos projetos de reforma agrária, assentando 23.000 famílias dentro de uma meta global programada de 80.000 famílias; um trabalho de relevância para a Reforma Agrária no País, dada a conjuntura histórica e o desafio institucional de estruturar e executar o programa de assentamento. (FERNANDEZ e AZEVEDO, 2014)

As principais ações destinadas à produção habitacional continuaram, contudo, voltadas para o meio urbano (OLIVEIRA e KARNOPP, 2015, p. 9). Até então, o único instrumento legal em vigência para assegurar o direito à habitação rural era o capítulo III da Constituição Federal de 1988; e as ações existentes de produção de moradias rurais só existiam no âmbito do I PNRA, via concessão do Crédito Instalação fornecido pelo INCRA nas modalidades de aquisição e recuperação de materiais de construção.

Em 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, os financiamentos de habitação com base nos recursos do FGTS foram retomados, e a política habitacional tornou-se mais direcionada para a urbanização de áreas precárias. Entre 1995 e 1998, foram criados os programas Pró Moradia e Habitar Brasil, que buscavam melhorar as áreas habitacionais degradadas, tendo como público-alvo as populações de renda mensal inferior a três salários-mínimos.

Vale ressaltar que foi durante a gestão FHC que se produziu o maior número de assentamentos rurais no país. As principais iniciativas do governo foram a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além da promoção de linhas de créditos específicas para os assentados com base nos programas do PROCERA e do PRONAF. Ao todo, na gestão FHC foram assentadas 540.704 famílias, o que representa o segundo maior número depois das 614.088 do Lula e bem superior às 97.582 de Dilma.¹⁴

Muitas pesquisas de campo têm sido feitas a respeito da produção de assentamentos de regularização fundiária e seus impactos sobre o modo de vida dos

¹⁴ Dados do SIPRA (2013): Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

assentados. Em trabalho de campo realizado no assentamento Canudos (GO), regularizado em 2001, Fernandez e Azevedo (2014) perceberam que as condições de vida dos assentados melhoraram significativamente, na medida em que receberam um terreno de 18 hectares de terra fértil, puderam construir suas moradias e produzir agricultura de provisão familiar. Entretanto, na condução da reforma agrária ainda persistem problemas relacionados ao alcance da política e à falta de articulação com programas de incentivo à produção.

os resultados da reforma agrária no país revelam que o número de famílias assentadas não cobriu as expectativas das famílias sem terra e as que foram assentadas não conseguiram obter satisfatórios resultados produtivos nem as condições de vida almejadas. As famílias assentadas e entrevistadas no estudo de caso realizado reclamam da falta de apoio institucional para melhorar as condições gerais para a produção, da falta de financiamento para compra de meios e insumos para a produção, de assessoria técnica, entre outros aspectos indispensáveis para produzir os alimentos esperados, gerar emprego no campo e elevar o bem estar dos assentados pela Reforma Agrária. (FERNANDEZ e AZEVEDO, 2014, p. 81)

As conclusões percebidas pelos autores corroboram a perspectiva de Marques, que afirma que “o conceito de Reforma Agrária não se prende apenas ao aspecto da distribuição, da melhor distribuição de terras. É mais abrangente, porque envolve a adoção de outras medidas de amparo ao beneficiário da reforma, que são chamadas de Política Agrícola.” (MARQUES, 2011. p. 129). Logo, uma política de regularização de terras deve ser acompanhada de políticas que assegurem o direito à moradia dos assentados, bem como programas que garantam inclusão produtiva.

Apesar das iniciativas graduais de reforma agrária e de produção de assentamentos pelo Estado, as décadas de 80 e 90 seguiram assistindo o protagonismo das experiências municipais nas soluções para a produção de moradias. Estas experiências se tornaram parâmetros para a construção do Estatuto da Cidade, em 2001.

O Estatuto da Cidade nasceu no seio do novo contexto de democratização e de escuta de vários segmentos da sociedade civil pós-Constituição Federal (1988). Estes segmentos passaram a estabelecer demandas para a implantação de políticas de desenvolvimento que buscassem garantir a função social da propriedade e o planejamento e gestão do solo, com base em estratégias de inclusão territorial. De acordo com Maricato (2010):

A Constituição brasileira de 1988, promulgada em um momento de ascenso das forças sociais que lutavam pela democratização do país, assegura ao poder municipal a competência para definir o uso e a ocupação da terra urbana, e o Estatuto da Cidade reforça essa orientação autônoma e descentralizadora. O fortalecimento da autonomia do poder local se deu como reação à centralização

autoritária da política urbana exercida pelo governo ditatorial no período anterior, entre 1964 e 1985. (MARICATO, 2010, p.6)

Apesar de não haver referências distintas à forma de tratar os territórios rurais, o Estatuto da Cidade os compreende como parte integrante da cidade, inaugurando assim, a ideia de um *planejamento territorial*, em oposição a um *planejamento urbano*.

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: (...)VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do Município e do território sob sua área de influência (BRASIL, 2001, grifo meu).

O Estatuto da Cidade foi a base inicial para a reestruturação de uma Política Nacional de Habitação, instituída em 2004, como se verá a seguir.

1.3.4 - Do Programa de Subsídio à Habitação ao Programa Minha Casa, Minha Vida: avanços e entraves

A partir da década de 2000, surgiram as primeiras propostas para o tratamento da questão da habitação de interesse social no Brasil, conduzidas por especialistas e lideranças sociais. Teve destaque o Projeto Moradia, divulgado em 2000 pelo Instituto Cidadania, e que buscava em suas diretrizes a criação do Ministério das Cidades – uma instituição federal voltada prioritariamente às políticas urbanas.

Composta por movimentos sociais, entidades empresariais, técnicas e acadêmicas, ONGs, sindicatos e membros do poder público, a equipe do Projeto Moradia promoveu discussões no intuito de recolher propostas para combater a questão do déficit habitacional. Conforme afirma Bonduki (2009)

Lançado em 2000, o projeto apresentava propostas em três dimensões – gestão e controle social, projeto financeiro e urbano-fundiário – e o enfrentamento da questão não apenas no âmbito do governo federal, mas considerando o conjunto dos agentes que têm alguma responsabilidade no problema da habitação, em plano público e privado. (BONDUKI, 2009, p.2)

Desta forma, para garantir a concretização das propostas pensadas pelo Programa Moradia, em 2003 foi criado o Ministério das Cidades, órgão que passou a ser responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano - incorporando as áreas de habitação, saneamento, transportes urbanos e planejamento territorial - conforme as intenções previstas pelo Projeto. Como afirma Corrêa (2012, p. 67) “após décadas com políticas urbanas dispersas e mal

sucedidas, o governo federal estabelecia uma nova estrutura de organização institucional no âmbito da habitação, dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado e de um modelo participativo e democrático”.

Apesar da ênfase dada à criação de uma Política de Desenvolvimento *Urbano*, foi nesse contexto que surgiram os primeiros programas de habitação rural no Brasil, frutos de convênios entre a Caixa Econômica Federal e o INCRA, empenhados na produção de habitações em assentamentos de Reforma Agrária nas regiões do Centro-Oeste e Nordeste do país. De acordo com Silva (2014)

Esse convênio com o INCRA representa um marco importante, pois, pela primeira vez, desde a inclusão do trabalhador rural no FGTS em 1988, os recursos desse fundo são destinados às famílias rurais. É também a primeira vez que a Caixa opera programas habitacionais no mundo rural. (SILVA, 2014, p.86)

O PSH, fruto deste convênio, foi o primeiro passo concreto para a produção estatal de habitação rural, como se verá a seguir.

1.3.4.1 – O Programa de Subsídio à Habitação (2003)

Em 2003, já no governo Lula, foi iniciado o PSH (Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social), que propunha o atendimento da população, tanto urbana quanto rural, visando “(...) tornar acessível a moradia para os segmentos populacionais de renda familiar alcançados pelos programas de financiamentos habitacionais de interesse social” (BRASIL, 2004), através da concessão de subsídios e financiamentos de casas populares, mediante a capacidade de pagamento dos beneficiários.

O desenho do PSH-Rural previa que os beneficiários poderiam se organizar através de uma entidade privada sem fins lucrativos, e firmar um Termo de Cooperação e Parceria com a agente financeira – CEF – no intuito de captar recursos para a produção de moradias rurais.

As instituições envolvidas no programa – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Caixa Econômica Federal (CEF), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério das Cidades e Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) – celebraram um termo de Cooperação Técnica para financiar e subsidiar inicialmente 1.200 famílias assentadas em projetos de assentamentos rurais. A tabela 1 demonstra as atribuições de cada uma das instituições envolvidas no programa.

Tabela 1 - Atribuições dos parceiros no PSH-Rural

MDA	MinCid	INCRA	CEF	ANCA
Coordenar todas as ações do projeto	Definir conjuntamente com o MDA/INCRA os componentes básicos do projeto	Aprovar a relação dos assentamentos beneficiados	Prestar orientação aos assentamentos	Indicar ao MDA os assentamentos para desenvolver os projetos pilotos
	Definir conjuntamente com o Ministério da Fazenda o Subsídio Habitacional	Analisar e aprovar qualquer alteração no Plano de Trabalho	Analisar e aprovar os projetos técnicos das obras	Indicar representações regionais (assessoria técnica) para participarem como organizadoras do projeto
	Repassar os recursos à CEF	Repassar os recursos aos assentados (R\$5.000,00) através da CEF	Firmar contrato com os beneficiários finais	Apresentar avaliação e sugestões ao MDA/INCRA e ao MinCid para constituição de um Programa de Habitação Rural
			Vistoriar as obras das moradias rurais e atestar a aquisição do material	
			Repassar os recursos aos assentados (R\$4.500,00)	

Fonte: Termo de Cooperação da Caixa (2003) apud ALMEIDA, 2007

O PSH-Rural previa um subsídio de até R\$4.500,00, através do Ministério das Cidades, e de R\$5.000, disponibilizados pelo INCRA. Estes valores deveriam ser restituídos no prazo máximo de 20 anos, com juros anuais de 1,15% aos beneficiários.

Sobre a análise do programa e sua adequação às condições de vida dos beneficiários no meio rural, Arruda (2007) afirma:

(...) o referido programa apresentava características um pouco mais condizentes com a realidade das famílias assentadas (...). O pagamento feito em parcelas anuais respeita a capacidade de pagamento da família que é determinada em função da safra, no momento da colheita da sua produção. O programa ainda garantia o desconto de 50% para o pagamento antes da data de vencimento de cada parcela, ou seja, dos R\$5.000 de financiamento via INCRA, se pago em dia, esse valor cairia para R\$2.500. (ARRUDA, 2007, p.60)

Ao todo, o Programa conseguiu atender até 2005 – período em que passou a ser um subprograma do PNHHR - cerca de 9.410 famílias rurais em todo o Brasil. (SILVA, 2014).

Ainda que os valores destinados ao acompanhamento técnico e trabalho social tenham sido “muito aquém para garantir o trabalho necessário, bem como a continuidade da

assessoria técnica no canteiro de obra” (ARRUDA, 2007, p.61), o PSH-Rural produziu experiências interessantes de habitação rural, a exemplo das moradias da Fazenda Pirituba, no interior de São Paulo. Através de um trabalho de assessoria técnica envolvendo integrantes do meio acadêmico, e de discussões com a comunidade, explicando as etapas para acesso aos recursos, foi possível envolver a comunidade beneficiária, apresentar alternativas tipológicas para as moradias (figuras 2 e 3), bem como as opções disponíveis de material para construir a casa – que poderia ser feita de adobe ou em alvenaria de tijolo cerâmico.

Figura 2 – Tipologia de 3 quartos com banheiro externo. A tipologia de 2 quartos segue a mesma modulação



Fonte: Arruda, 2007

Figura 3 – Tipologia de 3 quartos com banheiro interno. A tipologia de 2 quartos segue a mesma modulação



Fonte: Arruda, 2007

1.3.4.2 – O Programa Nacional de Habitação Rural (2003)

Paralelamente ao PSH, em 2003 o governo federal deu início ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que mais tarde viria a fazer parte do Programa Minha Casa, Minha Vida. Lançado inicialmente como um programa que reunia as duas iniciativas até então existentes de produção de moradias rurais, o PSH Rural e a CC-FGTS-Operações Coletivas¹⁵, e com a inserção posterior, em 2004, do programa Crédito Solidário, o PNHR contou com um investimento de R\$54,575 milhões – de recursos advindos do OGU, do

¹⁵ Programa de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS com o objetivo de atender às necessidades habitacionais das famílias de baixa renda, com financiamento direto às pessoas físicas, organizadas de forma coletiva, em parceria com uma Entidade Organizadora.

FGTS, de estados, municípios e cooperativas habitacionais – e com a meta inicial de atender 6.300 famílias assentadas em programas de Reforma Agrária, além de pequenos agricultores.

Tabela 2 - Subprogramas do PNHR (2003)

Programa PSH	Programa CCFGTS Operações Coletivas	Programa CCFGTS Operações Coletivas	Programa Crédito Solidário
Modalidade: Leilão Subsidiado Recurso: variam entre R\$2.000 e R\$4.500 (por família)	Modalidade: Caução (fundo perdido) Recursos: R\$ 5.907 (subsidiado)	Modalidade: Financiamento Recursos: R\$3.000 (subsidiado)	Modalidade: Financiamento Recursos: R\$10.000 para construção e R\$7.500 para reforma
Contrapartida oferecida por municípios ou estados, que poderá ou não ser cobrada dos beneficiários	Contrapartida: R\$2.093	Financiado: R\$6.000	Contrapartida: Não há, portanto o recurso é todo financiado diferindo do CCFGTS
Público Alvo: agricultores com renda até R\$ 465 mensais	Público alvo: agricultores com renda até um salário mínimo	Público alvo: agricultores com renda de R\$930 a R\$1.500	Público alvo: agricultores com renda até três salários mínimos
Prazo de devolução: varia conforme proposta da entidade promotora, até 72 meses	Prazo de devolução: não há devolução	Prazo de devolução: até 96 meses	Prazo de devolução: até 240 meses
Fonte dos recursos: Banco Central do Brasil	Fonte dos recursos: FGTS	Fonte dos recursos: FGTS	Fonte dos recursos: FDS

Fonte: MUNARINI, 2009

Contudo, “entre 2003 e 2006 foram assinados mais de 17 mil contratos beneficiando as famílias agricultoras do meio rural no Brasil, com mais de 140 milhões investidos, porém mais de 63% das famílias inscritas no PNHR não foram contempladas” (ROVER e MUNARINI, 2010). Essa porcentagem demonstra a alta demanda existente de famílias pleiteando habitação rural, mas que ficaram fora do orçamento previsto pelo programa.

Em 2009, o PNHR se tornou um subprograma do PMCMV e novas regras foram estabelecidas para seu funcionamento, conforme será visto adiante.

1.3.4.3 – A criação da Política Nacional de Habitação (2004)

Conforme já mencionado, a lei que estabeleceu o Estatuto da Cidade serviu como base para a criação da Política Nacional de Habitação (PNH), instituída em 2004, pelo

governo federal. Este novo instrumento de gestão foi discutido e aprovado pelo Conselho das Cidades, passando a ser coordenado pelo Ministério das Cidades.

Segundo o documento que estabelece a PNH,

A elaboração e implementação da Política Nacional da Habitação obedecem a princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental para atingir seus objetivos a integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2004, p. 29)

Para viabilizar a PNH, foi criado o Sistema Nacional de Habitação¹⁶. Esse Sistema deve possibilitar “uma ação articulada entre União, estados e municípios, de modo a evitar a dispersão de recursos e a fragmentação de programas e projetos, e que se promova a integração entre a política habitacional e as políticas de planejamento territorial e fundiária e saneamento”. (BRASIL, 2004)

Para cumprir seus objetivos, o SNH foi estruturado em dois subsistemas: a habitação de interesse social e a habitação de mercado, ambos com fontes de recursos e faixas de renda distintas. Enquanto o primeiro buscava garantir que os subsídios fossem destinados à população de baixa renda, o segundo tinha por meta ampliar as formas de captação de recursos para o mercado privado de habitação. Para garantir a operacionalização do primeiro, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), por meio da Lei nº11.124/05. O SNHIS demandava que estados e municípios deveriam criar uma estrutura institucional - composta pela criação de fundos, conselhos e planos de habitação - como forma de obter acesso aos recursos disponíveis para a produção de moradias de interesse social.

Foi a partir da PNH que se estabeleceu os fundamentos para a criação do PlanHab.

1.3.4.4 - O Plano Nacional de Habitação de Interesse Social (2008)

O Plano Nacional de Habitação de Interesse Social (PlanHab) é o primeiro plano destinado a criar diretrizes específicas para a produção de habitação desde a dissolução do BNH. Coordenado pelo Ministério das Cidades, o PlanHab nasceu com a meta de criar linhas de financiamento e programas de provisão habitacional a partir das demandas regionais,

¹⁶ O SNHIS foi instituído pela Lei nº11.124/05, e demandava que estados, DF e municípios criassem uma estrutura institucional com fundo, conselho e plano de habitação, para que obtivessem acesso aos recursos federais. Os recursos que compõem o SNHIS são: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o FGTS e o FNHIS.

tomando como critério o déficit habitacional brasileiro. Suas propostas estratégicas de enfrentamento do déficit habitacional envolvem a produção de diagnósticos, definição de prioridades, estabelecimento de metas, recursos e monitoramento.

Gestado durante um período de dois anos por diversos segmentos da sociedade civil, o PlanHab busca, a longo prazo, considerar “a diversidade da questão habitacional, as variadas categorias de municípios as especificidades regionais e os diferentes olhares de cada segmento social” (SILVA, 2014, p.17). Seu diferencial está em propor ações simultâneas em quatro eixos principais: financiamentos e subsídios, arranjos institucionais, cadeia produtiva da construção civil, e estratégias urbano-fundiárias (BONDUKI, 2009).

Dentre as diretrizes dispostas pelo PlanHab, constavam a facilitação do acesso ao crédito, bem como a oferta de subsídios para as famílias de baixa renda, além da criação de linhas de financiamento adaptadas às demandas da realidade rural para construção de unidades sanitárias, de abastecimento de água e de energia elétrica, e de produção de moradias por autogestão. Uma das propostas inovadoras do Plano foi a sugestão de uma nova política de subsídio na qual os mais desprovidos de renda passassem a ter acesso a um Fundo Garantidor. A ampliação do acesso à moradia proposto pelo PlanHab contempla três fatores básicos: a) capacidade de ampliação e disponibilização de terra urbanizada bem localizada para a provisão de habitação de interesse social, b) estratégias de estímulo à cadeia produtiva da construção civil; c) fomento ao desenvolvimento institucional dos agentes envolvidos no setor habitacional, especialmente os setores públicos municipais e estaduais. (MASCIA, 2011)

Contudo, o lançamento do PMCMV em 2009 - antes mesmo do PlanHab vir à tona – eclipsou suas etapas previstas de planejamento. Conforme afirma Bonduki,

Ao publicizar o novo programa antes de apresentar o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) – uma estratégia de longo prazo para equacionar o problema habitacional, formulada e debatida por ano e meio, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Habitação, que estava pronta para ser publicada em janeiro de 2009 –, o governo perdeu uma excelente oportunidade para mostrar como uma ação anticíclica poderia se articular com uma estratégia estrutural para atacar um problema brasileiro crônico, no âmbito de um projeto nacional de desenvolvimento com inclusão social. (BONDUKI, 2009, p.1)

Com os efeitos da crise econômica de 2008, o governo federal lançou mão de uma política anticíclica - fomentando a indústria da construção civil e a geração de empregos, através do pacote habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida – o que acabou por ofuscar a execução do PlanHab. “Assim, enquanto o PlanHab estrutura uma *política*

habitacional, o PMCMV se configura como um *programa* de produção de unidades habitacionais, e que responde mais a estratégias de alavancagem do desenvolvimento econômico do País” (SILVA, 2014, p.18)

1.3.4.5 – O Programa Minha Casa, Minha Vida (2009)

O pacote habitacional do PMCMV surgiu no contexto da crise econômica internacional de 2008, que gerou uma paralisia no setor imobiliário brasileiro e queda nas atividades da construção civil. É possível dizer, portanto, que sua gênese está mais relacionada ao apoio ao setor privado do que à construção de uma política de habitação planejada. Um dos aspectos que evidenciam essa característica do programa é o fato de que ele se propõe a financiar e subsidiar apenas imóveis novos, ou seja, seu funcionamento exige a construção de novas moradias, e não a compra e venda de unidades já existentes.

Instituído pela Lei nº11.977 de 7 de julho de 2009, a primeira fase do programa teve como meta a construção e a reforma de um milhão de habitações, com um investimento de R\$34 bilhões para famílias com renda de zero a dez salários mínimos. A segunda fase previu a construção de dois milhões de moradias até o fim de 2014, operando com um investimento de R\$71,7 bilhões. A distribuição dos recursos para a primeira fase foi definida da seguinte forma:

400 mil unidades seriam destinadas às famílias com renda bruta de até três salários mínimos; outras 400 mil unidades seriam alocadas às famílias com renda entre três e seis salários mínimos; e as 200 mil unidades restantes seriam destinadas às famílias com renda entre seis e dez salários mínimos. (CORRÊA, 2012, p.74)

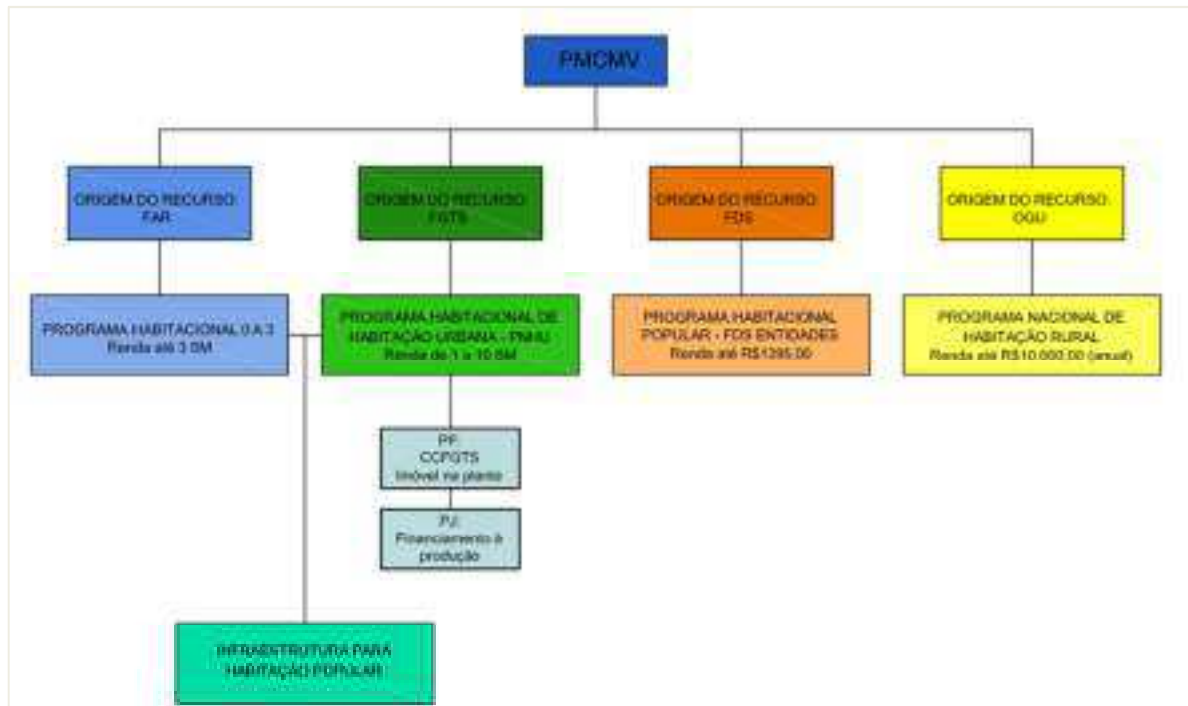
Assim, 60% dos recursos foram direcionados a famílias de renda mais baixa, o que demonstra que o PMCMV, num primeiro momento, buscou priorizar as camadas mais pobres da população. Desta forma, o governo federal buscava incentivar que o mercado habitacional brasileiro, historicamente restrito a uma parcela minoritária da população, incorporasse os setores de mais baixa renda que até então não haviam tido possibilidade de acesso à moradia de forma regular. (CORRÊA, 2012, p.73)

O PMCMV2, iniciado em junho de 2011, apresentou modificações nos critérios de elegibilidade do programa. Nas novas regras, os beneficiários não poderão vender o imóvel que adquiriram via subsídio antes de dez anos, a não ser que quitem o valor total do imóvel antes do prazo. Na segunda fase, também já é possível construir prédios residenciais

populares com mais de 5 pavimentos, além da possibilidade de estabelecer comércio no terreno.

O esquema abaixo define os recursos e subprogramas existentes dentro do PMCMV:

Figura 4 - Origens dos recursos de modalidades do PMCMV



Fonte: CEF, 2010

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) é destinado especificamente para subsidiar a produção de moradias para famílias de até 3 salários mínimos; já o FGTS atende a um espectro maior, de famílias beneficiárias com renda de zero a dez salários mínimos. O FDS destina-se à produção de unidades habitacionais de zero a três salários mínimos, para famílias organizadas em entidades sem fins lucrativos, seja no meio urbano ou rural – o chamado PMCMV Entidades. E por fim, o PNHR, destinado exclusivamente à produção de moradias rurais, opera com recursos do Orçamento Geral da União.

Um aspecto importante a se realçar no PMCMV é que ele concede pouco espaço para a produção de moradias via autoconstrução, como observam Arantes e Fix (2009):

97% do subsídio público disponibilizado pelo pacote habitacional, com recursos da União e do FGTS, são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas, e apenas 3% a entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, para produção de habitação urbana e rural por autogestão. O pacote não

contempla a promoção estatal (projetos e licitações comandados por órgãos públicos), que deve seguir pleiteando recursos através das linhas existentes, com fundos menores (apesar do aumento recente), muito mais concorridos, com restrições de modalidades de acesso e de nível de endividamento – além de depender por vezes de intermediários que agenciem a solicitação dos municípios junto ao governo federal. (ARANTES; FIX, 2009, p.2)

Essa característica do programa demonstra o protagonismo da iniciativa privada no processo de produção das moradias. Esta escolha foi feita sob a justificativa de que o poder público municipal apresenta dificuldades para aplicar os recursos da União, fator que induziu a decisão do governo federal a optar pela produção de mercado.

1.3.4.6 – A inserção do PNHR ao PMCMV

Com o lançamento do PMCMV, o PNHR – iniciado em 2003 - passa a ser um dos seus subprogramas. De acordo com a Lei nº 11.977/2009, cabe ao PNHR criar mecanismos de incentivo à produção ou reforma de habitações rurais destinados a agricultores familiares e trabalhadores rurais, através de operações de repasse de subsídios do OGU, ou por meio de financiamento habitacional utilizando os recursos do FGTS.

Através do Decreto Federal nº 6.819/2009, novas regras foram acrescentadas ao PNHR. Na nova formatação, os beneficiários passam a ser divididos em três grupos:

- I - Grupo 1: agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta familiar anual limitada a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- II - Grupo 2: agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta familiar anual superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e inferior ou igual a R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais); e
- III - Grupo 3: agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta familiar anual superior a R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) e inferior ou igual a R\$ 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais). (BRASIL, 2009)¹⁷

O PNHR considera como agricultores familiares os “pescadores artesanais, extrativistas, silvícolas, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas, ribeirinhos, povos indígenas e demais comunidades tradicionais.” (CARTILHA MINHA CASA MINHA VIDA, 2009, p.2). Desta forma, embora não se refira ao termo *camponeses*, está direcionado a estes sujeitos.

Todo o processo de produção das unidades habitacionais é realizado sob a atuação da Entidade Organizadora – concretizada na forma de cooperativas, associações, sindicatos,

¹⁷ Posteriormente, em 2011, o Programa ampliou o limite da renda familiar em todos os grupos. Ao grupo I, ficou estabelecido um limite de renda familiar de até R\$17.000,00 ao ano; ao grupo II, a renda familiar de R\$ 17.000,01 a R\$ 33.000,00 ao ano; ao grupo III, a renda familiar de R\$ 33.000,01 até R\$ 78.000,00 ao ano. Fonte: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/rural/Paginas/default.aspx>

ou do poder público -, que é responsável pelo projeto. Cabe à EO as tarefas de elaboração de estudo prévio de viabilidade da proposta/projeto de intervenção; apresentação de proposta/projeto de intervenção à CAIXA; participação do investimento com aporte de recursos financeiros, se necessário; acompanhamento e medição das obras e serviços do empreendimento por meio de Responsável técnico ou Assistência Técnica contratada. (CARTILHA MINHA CASA MINHA VIDA, 2009). A figura 5 apresenta as etapas de acesso aos recursos.

Figura 5 - Etapas de acesso aos recursos destinados ao PNHR e PMCMV-E



Fonte: CEF, 2009

Os regimes construtivos adotados podem ser de mutirão assistido, autoconstrução assistida, administração direta ou empreitada global. Uma das características do programa é a exigência de acompanhamento da obra por representantes dos beneficiários. Em teoria, é um programa que busca oferecer mais autonomia a quem se destina, pois permite o acesso direto aos recursos através da EO, e contempla a possibilidade da autoconstrução.

Até 2014, o PNHR já havia atendido mais de 76 mil famílias de agricultores e trabalhadores rurais. Por se tratar de uma política relativamente recente, ainda apresenta falhas. Muitas entidades organizadoras carecem de melhores informações para ter acesso aos recursos do programa; por ausência de um trabalho mais incisivo de capacitação, acabam por

contratar serviços de construtoras, que produzem habitações rurais homogêneas e fora de sincronia com as demandas de seus contratantes. Contudo, o programa é um importante passo na história da política habitacional brasileira.

1.4 - As lógicas de produção da casa urbana e da casa rural no PMCMV

As políticas de habitação de interesse social reproduzidas no meio urbano trazem consigo uma herança do modo de projetar modernista, cuja produção em escala, que pretendia racionalizar tanto os gastos com materiais de construção quanto o espaço destinado para o habitar, já definia, através da organização interna das plantas, como se devia cozinhar, comer ou dormir.

Quando se reflete sobre o modo de produzir habitações, percebe-se que a arquitetura popular e a modernista carregam semelhanças entre si. Ambas prezam pela simplicidade, pela capacidade da casa se adaptar ao meio físico, pela criatividade e pela forma plástica como um resultado, e não como uma intenção pretendida. Entretanto, as semelhanças acabam por aí. A produção da moradia rural envolve saberes ancestrais, trabalho comunitário, e a casa é construída em um ritmo próprio: aguarda-se o tempo de secagem do barro, de coleta da palha e da madeira para a construção. As casas camponesas, embora apresentem tipologias semelhantes, não são reproduzidas em série; seu dimensionamento é variável e leva em conta o tamanho do grupo familiar. Evidentemente que existem soluções arquitetônicas na casa camponesa que muito se assemelham em regiões diferentes do país, mas esta semelhança pode ser explicada pela fala de Moneo (1984) que afirma que na arquitetura, para idênticos problemas existem idênticas soluções.

Como já exposto, tanto no BNH quanto no PMCMV, há uma política massiva de produção residencial para baixa renda, que tende a ignorar modos de vida e capacidade de consumo formal dos beneficiários. Este modo de produzir habitação se agrava quando o foco é a área rural. Transpondo o padrão urbano para o campo, os programas oficiais impõem tipologias estranhas ao cotidiano da população e de suas atividades produtivas no interior da casa. Comparado com os processos construtivos familiares de “longa duração”, e longe de ser meios de subsistência, tais programas são o oposto a um ecossistema, uma carga para seus habitantes (TURNER apud JACOBI, 1981b).

1.5 – As políticas de habitação rural sob a análise da produção acadêmica

Como já mencionado, é perceptível a lacuna existente nos estudos sobre habitação rural no Brasil. Bruand (1981), que fez um extenso inventário da arquitetura brasileira no século XX, se ausenta de mencionar qualquer projeto de habitação social além do Conjunto do Pedregulho, construído pelos IAP's. Apesar de alguns esforços pontuais, como o de Sampaio (1996), Lira (1996) e Bonduki (1994), ainda não existe uma vertente de investigação consolidada que estuda a habitação social ou popular enquanto um tema importante da história da arquitetura. (BONDUKI, 2013)

A produção habitacional conduzida pelo BNH nos anos 70 suscitou muitas análises e investigações. E até o início dos anos 80, poucos estudos estavam focados especificamente na intervenção do poder público na produção habitacional do país.

A partir do PMCMV, surgiram trabalhos mais abundantes de monitoramento do programa; dissertações sobre os impactos da política no meio ambiente, no espaço urbano, os efeitos da localização das unidades, comumente situadas em áreas periféricas da cidade. Um levantamento feito por Rodrigues (2016) faz uma análise sobre a produção científica da política habitacional brasileira e chega a conclusões interessantes, mas não surpreendentes. A maioria dos estudos está concentrada nas políticas e programas do governo federal. Os principais temas das publicações são sobre: habitação de interesse social; aluguel social; gestão urbana e ambiental; participação social; financiamento habitacional; desempenho. (RODRIGUES, 2016). As principais lacunas também foram percebidas pelo autor:

(...) outros aspectos de políticas e de programas habitacionais têm sido pouco divulgados, como as etapas de agenda, formulação e implementação; (ii) os estudos estão direcionados à provisão habitacional, isto é, à construção de casas, com pouca produção envolvendo outras perspectivas da política de habitação, como a reforma e a regularização de assentamentos; (iii) percebeu-se o predomínio das pesquisas em âmbito urbano, isto é, nota-se a carência de pesquisas que contemplem a habitação e a realidade rural. (RODRIGUES, 2016, p.12)

Trabalhos que foquem a habitação em comunidades camponesas ainda são raros, em comparação às pesquisas no meio urbano. O trabalho de Weimer (2012), já mencionado no capítulo 1, é um dos poucos existentes que buscam realizar um inventário dos tipos de moradias rurais existentes no país. Esta lacuna é reconhecida pelo próprio Weimer em sua obra:

A arquitetura popular, de forma genérica, não faz parte do imaginário dos arquitetos. Os dados disponíveis, em sua maioria, provém de levantamentos de outras áreas, especialmente as humanas. Os poucos escritos de autoria de arquitetos sobre nossas manifestações populares referem-se a casos particulares, os de determinada região, da periferia de alguma cidade ou de uma corrente de imigrantes específica. Desconhece-se qualquer tentativa de abarcar o tema em sua forma mais ampla e geral. (WEIMER, 2012, p.36)

Existem iniciativas pontuais para um estudo de monitoramento da habitação rural no país. É o caso de um estudo publicado pela Confederação Nacional da Agricultura em 2014, que buscou construir e aplicar um índice de qualidade para a habitação rural no Brasil. Tomando como base três indicadores: estrutura dos domicílios, acesso a serviços públicos e bens essenciais ao domicílio, a CNA criou um sistema de pontuação que vai de 0,100 a 1. De acordo com o estudo, as cinco Unidades da Federação com os maiores índices de moradia são, quanto à qualidade da habitação rural: São Paulo (0,814), Distrito Federal (0,804), Santa Catarina (0,771), Rio de Janeiro (0,765) e Rio Grande do Sul (0,757). Já as cinco UFs com os menores índices de moradia rural são Amazonas (0,469), Acre (0,502), Amapá (0,548), Pará (0,567) e Maranhão (0,568). (CNA, 2014).

1.6 - A produção estatal de habitação rural no Maranhão

O Maranhão apresenta uma população de 6.574.789 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 4.149.093 estão situados na zona urbana (63% do total), e 2.425.696, na zona rural (37% do total). Entretanto, apesar do predomínio da população do Estado concentrar-se no meio urbano, é no meio rural que o déficit por habitação se apresenta mais frágil. Da demanda por 392.517 unidades habitacionais no Maranhão, 222.325 estão concentradas no meio rural. (FJP, 2016). Ao analisar o déficit a partir de seus componentes, percebe-se que a maior parte do déficit rural está nas moradias precárias (tabela 3).

Tabela 3 - Déficit habitacional do Maranhão por componentes

Componente	Definição	Déficit		
		Urbano	Rural	Total
Moradias precárias	Casas e apartamentos que não sejam em alvenaria ou madeira aparelhada. Material predominante: taipa não revestida, madeira aproveitada, palha ou outro material	60.570	188.595	249.165
Coabitação	Domicílio com mais de uma família residindo, sendo que uma delas tem intenção declarada de se mudar	65.156	32.196	97.352
Adensamento excessivo	Moradias alugadas com mais de três habitantes por cômodo	8.433	1.534	9.967
Ônus excessivo de aluguel	Valor pago pelo aluguel é igual ou superior a 30% da renda familiar	36.033		

Fonte: FJP, 2016

Não existem obras ou inventário na historiografia local sobre as políticas públicas de habitação do governo estadual maranhense. O que existem são estudos pontuais no campo da Antropologia, da Geografia e da História acerca da criação de assentamentos rurais no estado e suas implicações no modo de vida dos beneficiários.

Uma análise das ações da Secretaria de Estado das Cidades e de Desenvolvimento Urbano (SECID) - usualmente responsável pela produção de moradias no Estado - me permitiu chegar à conclusão de que o governo possui experiência relativamente recente na construção de unidades habitacionais na área rural. Desde 2006, a gestão estadual faz uso dos recursos do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza – FUMACOP - para ações do chamado Programa Viva Casa, construindo novas unidades e executando melhorias em existentes.

Através de uma memória da produção habitacional das ações da SECID no meio rural - elaborada em 2012 – é possível perceber que, entre 2006 e 2011, foram contratadas 8.174 unidades habitacionais. Contudo, foram concluídas apenas 4.534 moradias, tendo sido cancelada a execução das 2.423 outras unidades, contabilizando ainda 1.217 casas com obras em andamento em 2012 (SECID, 2012).

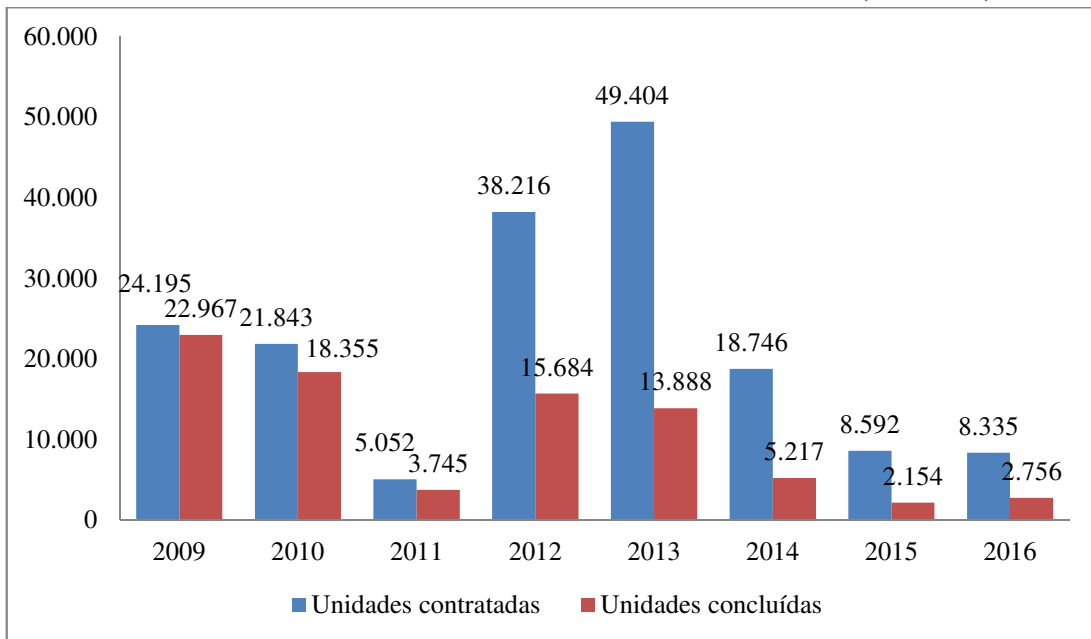
Tabela 4 - HIS FUMACOP, 2006-2011, unidades contratadas, concluídas, canceladas e em obras

Ano	Nº Municípios	UH Contratadas	UH Concluídas	UH Canceladas	UH Em Obras	% UH Concluídas
2006	04	992	479	513	----	48
2008	04	156	156	-----	-----	100
2009/10	62	5.300	3.390	1.910	-----	63,96
2011	37	1.726	509	-----	1.217	29,50
TOTAL	107	8.174	4.534	2.423	1.217	55,46

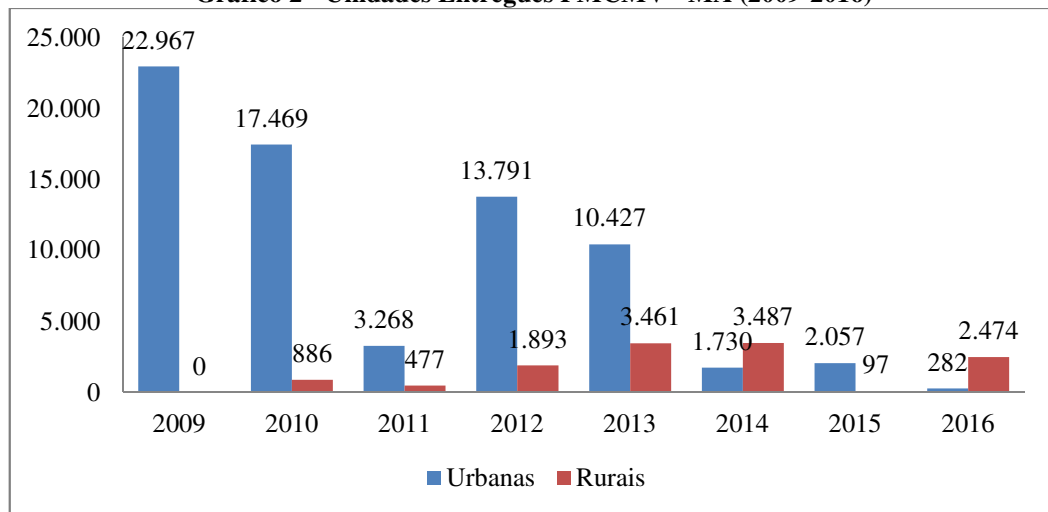
Fonte: SECID, 2012

Com um percentual na faixa de 50% de unidades concluídas em cinco anos, a produção de moradias rurais pela gestão estadual demonstra baixa capacidade gerencial, tendo cumprido suas metas apenas quando eram poucas as unidades habitacionais contratadas, como se percebe em 2008, em que 100% das unidades foram concluídas. Entretanto, quando se analisa a contratação de 1.726 unidades em 2011, vê-se que a SECID conseguiu concluir menos de 30% desse total. Vale ressaltar que neste balanço a produção é tratada apenas em questões quantitativas. Questões como acesso aos povoados, dificuldade nas formas de contratação/gestão de muitas dessas unidades, feitas por associações de moradores com pouca experiência no acompanhamento de obras civis não foram tratadas no inventário.

A análise da produção habitacional do PMCMV no Estado também expõe dados reveladores. De 2009 a 2016, foram contratadas 174.383 unidades (GIHAB, 2017; SNH, 2017). Entretanto, apenas 84.766 (48% do total) foram concluídas e entregues aos beneficiários.

Gráfico 1 - Unidades do PMCMV - MA contratadas e concluídas (2009-2016)

Fonte: GIHAB/MA (2017); SNH (2017)

Gráfico 2 - Unidades Entregues PMCMV - MA (2009-2016)

Fonte: GIHAB/MA), 2017

O gráfico 2 permite concluir que, das 84.766 unidades entregues no Maranhão, 71.991 (85%) estão no meio urbano, e apenas 12.775 (15% do total) no meio rural. Em termos de déficit absoluto, o meio rural é superior ao meio urbano – como já mencionado, o déficit rural absoluto é de 222.325, em oposição ao urbano, de 170.192 unidades. Logo, a predominância de unidades destinadas ao meio urbano não deixa de ser uma contradição.

A análise da evolução da política habitacional brasileira me permitiu perceber que o Estado tem se subordinado à posição de alimentar o capital imobiliário. Esta posição torna-se “incompatível com as necessidades das classes menos favorecidas, resultando em uma sociedade urbana excludente e em uma estrutura urbana segregada, com elevados índices de déficit habitacional”. (CORRÊA, p.67)

A produção de políticas de habitação no Brasil se dá numa arena de disputas, onde cada agente tem interesses específicos. Nesse contexto, o Estado toma para si o papel, ora de mediador de conflitos no contexto da luta de classes, ora de submisso aos interesses do capital. Como observa Kapp (2014):

As políticas habitacionais e urbanas são lugar de disputa entre capitais e movimentos sociais. Os movimentos querem moradias e facilidades urbanas, e suas lideranças também querem ampliar seus próprios recursos políticos e convertê-los, eventualmente, em recursos econômicos (por exemplo, assumindo um cargo). Os capitais querem que o Estado compre unidades habitacionais e obras de urbanização e garanta financiamentos para a clientela. A eles não interessam obras de reforma ou melhorias urbanas delicadas, nem programas autogestionários ou reservas de terra urbana bem localizada para fins habitacionais. As várias instâncias do Estado e seus agentes podem pender mais para um lado ou para outro, mas, independentemente disso, não conseguem deixar de priorizar o controle e o planejamento, isto é, as próprias estruturas burocráticas. Nesse aspecto, entram em conflito tanto com os movimentos quanto com os capitais. (KAPP, 2014, p. 118)

O que constato, também, é que a produção habitacional conduzida pelo Estado priorizou, até um passado bem recente, o urbano. A primeira política estruturada de habitação de interesse social, o BNH, ainda que tenha tido um relevante papel na redução do déficit habitacional brasileiro, assumiu feições de padronização em grande escala, mais preocupado com soluções quantitativas do que em produzir moradias compatíveis com as demandas dos beneficiários. As experiências do BNH, e posteriormente, do Programa Minha Casa Minha Vida, ilustram a consolidação de um processo de financeirização do mercado imobiliário (SANFELICI, 2013), onde os empreendedores imobiliários exercem uma notável influência na política urbana e rural do país.

A produção de moradias rurais pelo Estado é, portanto, um fato recente na história da política brasileira, e ainda esbarra em obstáculos sensíveis. De acordo com Silva (2014),

Muitas medidas empregadas nos territórios rurais são derivadas da visão e das práticas urbanas, e por isso mesmo, estão fadadas ao fracasso. Assim, é necessário ultrapassar os limites convencionais físico-territoriais e passar a lidar com processos sociais, econômicos, com a lógica das cadeias produtivas e dos circuitos regionais agroalimentares. (SILVA, 2014, p.39)

A reforma agrária, como política de acesso à terra, também têm se preocupado em alcançar resultados quantitativos. Entretanto, a posse da terra por si só não garante a melhoria das condições de vida dos beneficiários (SPAROVEK, 2003), sobretudo quando os assentamentos apresentam condições precárias de moradia e infraestrutura (ADEODATO; LIMA, 2004).

No meio rural, especialmente no Nordeste, as condições de precariedade são maiores, por conta da problemática das secas. Neste contexto, a produção de moradia rural é de extrema relevância, pois possibilita o aumento da qualidade de vida e a permanência dos camponeses no campo, devendo, para isso, ser de qualidade e estar integrada ao seu modo de vida e capacidade de produção.

No capítulo seguinte, busco fazer uma caracterização do território de Pequiizeiro; entender como fazem uso da terra, como constroem suas moradias, que relações estabelecem com a vizinhança e com os municípios vizinhos. O intuito é de compreender seus modos de vida e demandas para avaliar, de modo mais consistente, se a produção habitacional conduzida pelo Estado tem sido capaz de atender às suas necessidades.

2 – A PRODUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO E DA MORADIA CAMPONESA EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA

Este capítulo tem como objetivo caracterizar o território que corresponde ao povoado¹⁸ Pequizeiro, no município de Belágua – MA, e como seus moradores se organizam produtivamente e na construção e ocupação dos espaços de suas moradias.

Para este fim, julguei importante definir preliminarmente conceitos de espaço e território, no intuito de justificar a razão pela qual decidi utilizar o segundo como categoria de análise para o campo empírico. Quanto à caracterização histórica do povoado, além da coleta dos relatos orais fornecidos pelos moradores, busquei adotar uma perspectiva relacional (Bourdieu, 1989) que ressalta a importância de compreender um território a partir das relações sociais e históricas que o compõem. Assim, como se trata de um município com emancipação política recente, datada da década de 90, para obter uma melhor perspectiva da formação histórica do território que hoje corresponde à Belágua, foi fundamental compreender o seu processo de ocupação a partir da mesorregião e microrregião em que está inserido, e a partir de seus desmembramentos.

2.1 - Espaço e território: definições preliminares

Espaço e território são dois conceitos frequentemente utilizados como sinônimos, quando se pensa na dimensão geográfica dos fenômenos sociais. Entretanto, para os fins desta pesquisa, penso ser necessário expressar suas distinções.

Para Lefebvre (2006), o espaço é social. Partindo de uma leitura de perspectiva marxista, o autor interpreta o espaço como um componente cuja existência não é autônoma; é definida dialeticamente por relações gerais de produção, que são simultaneamente sociais e espaciais.¹⁹ Neste sentido, Lefebvre resgata da economia política o conceito de produção e defende que as forças produtivas – natureza, trabalho, organização do trabalho, técnicas e saberes – moldam a produção do espaço. Sendo assim, não há apenas um espaço social, mas uma multiplicidade de espaços sociais, que se superpõem uns aos outros. Quanto a isto Lefebvre afirma:

¹⁸ Os moradores de Pequizeiro referem-se a si próprios como moradores de um povoado. Sendo assim, o termo é adotado nesta pesquisa como uma categoria êmica, e corresponde a uma unidade territorial onde estão localizadas as moradias, escolas e demais edificações.

¹⁹ Para Lefebvre, “(...) as relações (espaciais) de produção não são dissociadas das relações (sociais de produção), mas sim dialeticamente inseparáveis, num materialismo histórico-geográfico.” (FILHO, 2013, p.42)

A forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade. O que se reúne? O que é reunido? Tudo o que há no espaço, tudo o que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade, seja por sua cooperação, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos. (...) O espaço social implica a reunião atual ou possível em um ponto, em torno deste ponto. (...) Esta afirmação se verifica no espaço da aldeia, da morada; ela se confirma no espaço urbano, que revela os segredos do espaço social, ainda incertos na aldeia. O espaço urbano reúne as multidões, os produtos nos mercados, os atos e os símbolos. Ele os concentra, os acumula. Quem diz “espacialidade urbana”, diz também centro e centralidade, atual ou possível, saturada, quebrada, inquieta, pouco importa; ou seja, centralidade dialética. (LEFEBVRE, 2006, p.87)

Influenciado pela perspectiva lefebvriana, Milton Santos (1996) percebe uma interdependência entre espaço, modo de produção e formação socioeconômica. Para este autor, espaço e sociedade não podem ser pensados de forma separada. O espaço corresponde a um sistema de objetos conjugado a um sistema de ações, onde os objetos em questão correspondem à natureza bruta, que graças a um sistema de ações executadas pelo ser humano, se convertem de objetos naturais a objetos fabricados. Esta criação de objetos por mãos humanas está subordinada às condições sociais e materiais existentes. Tomando como exemplo a produção da moradia por camponeses, compreende-se que o fazer camponês trata de modelar um sistema de objetos através de um sistema de ações: os tijolos feitos do barro do terreno, a cobertura de fibras de palmeira, os anexos do quintal construídos com madeira coletada do brejo. Assim, é possível compreender, através da perspectiva de Santos, que sistemas de objetos e sistemas de ações estão interligados na produção do espaço.

Utilizado por alguns autores como um termo equivalente ao de espaço, território é uma categoria cuja utilização mostra-se fundamental no estudo de comunidades tradicionais. No conceito de Raffestin (1993, p.143-144), “O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Nessa perspectiva, o espaço é anterior ao território, e o território se forma a partir do espaço, dotado por regras e ações executadas pelos indivíduos. De modo similar, Oliveira (1997) concebe o território como um construto social, posterior ao espaço:

Desvendar o território pode e deve ser uma perspectiva científica para a geografia. Por isso insistimos: temos que aprofundar a diferença que nos move frente a essa luta de cunho teórico, e por isso reafirmamos que o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território, por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho, é, portanto, uma produção humana, logo espaço de luta, de luta de classes ou frações de classes. (OLIVEIRA, 1997, p.9)

Para Haesbaert (2004), o território é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico, exercendo domínio sobre o espaço na realização de funções e produção de significados. A sua funcionalidade se revela quando este é utilizado como recurso de matérias-primas para a produção de abrigo e de alimento, e suas relações simbólicas se estabelecem na maneira com que os indivíduos se apropriam dele, de forma subjetiva.

A partir das definições destes autores, é possível compreender o espaço como o resultado de interações entre a natureza e a sociedade, onde o espaço construído torna-se, ao mesmo tempo, um elemento determinado por estas interações, e também um elemento de determinação das relações sociais. Ou, nas palavras de Fernandes (2008, p.276) “as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais” E nesse sentido, o uso do território como categoria permite uma amplitude maior de compreensão, não só das relações de produção - enfatizadas na perspectiva da produção do espaço - mas também dos significados subjetivos que o espaço possui para aqueles que dele fazem parte. Como afirma Silva (2004):

O território não diz respeito apenas ao espaço geográfico, físico, mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existente. Há uma simbiose entre a natureza e o humano. A natureza é um prolongamento do humano, portanto é o complemento indispensável à sua vida. (SILVA, 2004, p.25)

Desta forma, usarei aqui o termo *território* para tratar do povoado, embora até então tenha me detido apenas a usar o conceito de espaço no capítulo anterior, e o faço por dois motivos: porque acredito, como Fernandes (2008), que o espaço é o ponto de partida para análise do território, e que, por se tratar de um construto social estabelecido a partir de uma lógica própria de ocupação de seus habitantes - onde as atividades produtivas ilustram a relação inseparável entre sociedade e natureza - a categoria território é a que melhor expressa as experiências concretas e práticas simbólicas de uma comunidade. Busco, com o uso desta categoria, compreender melhor a dimensão cultural do campo empírico, e perceber o significado da moradia camponesa para os seus moradores.

2.2 - Caracterização do município de Belágua

Pequizeiro está em Belágua, um município cuja emancipação é recente, datada de 10 de novembro de 1994. Uma análise retrospectiva dos seus desmembramentos permite

concluir que, anteriormente, seu território pertencia ao município de Caxias.²⁰ A ocupação do território que hoje corresponde ao município de Caxias era feita por um conjunto de aldeias dos indígenas Timbiras e Gamelas. Com o Movimento de Entradas e Bandeiras para perscrutar as terras às margens do Rio Itapecuru, estas aldeias foram sendo paulatinamente subjugadas pelos colonizadores. (IBGE, 2015).

De acordo com Almeida e Mourão (1976), o Estado do Maranhão está dividido em um processo de ocupação de duas áreas: de ocupação antiga e de ocupação mais recente. A partir de uma classificação feita por Mario Leal na década de 1970²¹ que estabelece os municípios de colonização mais antiga²², Almeida e Mourão afirmam que, nestas áreas, praticava-se a pecuária extensiva por parte dos grandes proprietários de terra, além da comercialização do babaçu.

A prática da pecuária extensiva incentivou o que Leite et al (2004) denominam de processo de ocupação paulatina, caracterizado pela dispersão e pela ausência de uma orientação coordenada politicamente na ocupação do território. Como afirma MIRANDA (2010, p.39),

A iniciativa para a ocupação dessas áreas parte dos trabalhadores que, motivados pela necessidade de sobrevivência, buscam identificar áreas ‘livres’ (com mata virgem, portanto, não trabalhada), e entram individualmente, ou em pequenos grupos, delimitando as posses individuais e iniciando o trabalho de derrubada e plantio. Em não havendo repressão, toda a família se estabelece de imediato na área. (MIRANDA, 2010, p.39)

O município de Belágua – cuja “árvore genealógica” descende de Brejo, um dos municípios de colonização mais antiga do Estado - pertence à mesorregião Leste do Maranhão; trata-se de uma mesorregião localizada na porção oriental do Estado, limítrofe ao estado do Piauí, e conta com uma área de 70.606,230 km² e população de 1.336.005 habitantes, (IBGE, 2010) o que corresponde a 20% da população total do Estado. É constituída por seis microrregiões - Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense,

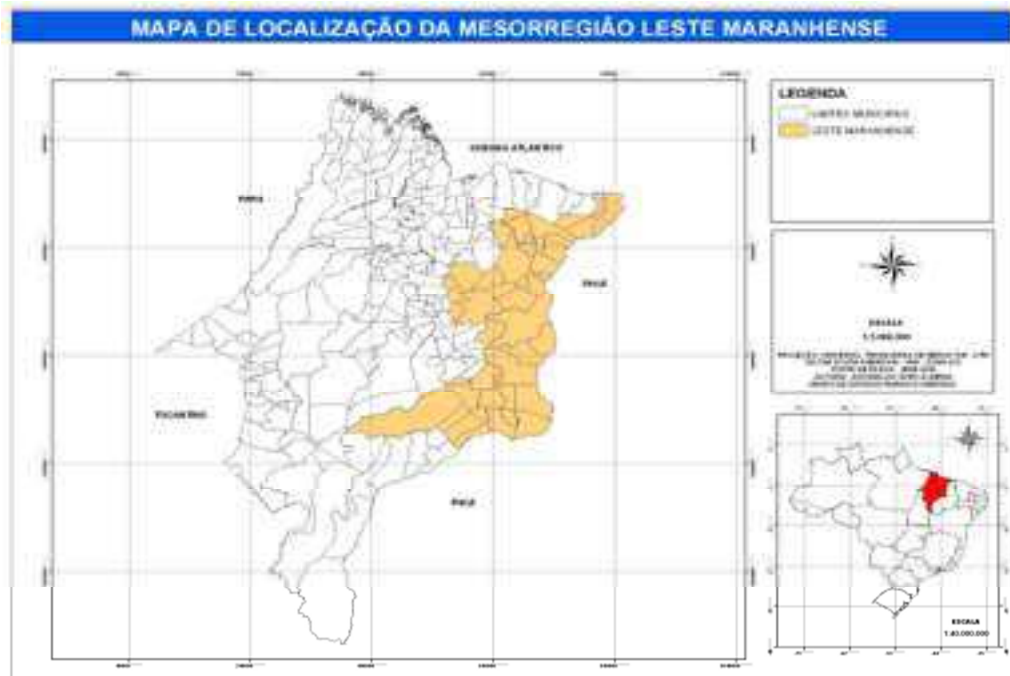
²⁰ Belágua pertence à árvore genealógica do município de Caxias, que foi fundado em 31 de outubro de 1811; a partir dele emanciparam-se os municípios de Brejo, São Bernardo, Pastos Bons, São João do Sóter, Codó, Coroatá, Timon, Gonçalves Dias, Gov. Eugenio Barros e Aldeias Altas. A partir do município de Brejo, emanciparam-se os municípios de Santa Quitéria, Anapurus, Buriti e Urbano Santos. Este último, emancipado em 30 de setembro de 1935, continha o território que hoje corresponde à Belágua (IMESC, 2010)

²¹ LEAL, Mário A. P. et al. Novo Zoneamento do Estado do Maranhão. São Luís, SUDEMA, 1970.

²² Municípios de colonização mais antiga na Baixada: Pinheiro, Santa Helena, Penalva, Viana, Vitória do Mearim, São Vicente de Ferrer, Arari, Bequimão e Alcântara. No Litoral: Santa Rita. Chapadões: Colinas e São João dos Patos. No Planalto: Balsas. No Cerrado: Coroatá, Presidente Dutra, Caxias, Codó, Itapecuru Mirim, Brejo e Chapadinha.

Chapadas do Alto Itapecuru, Codó e Caxias. Estas seis microrregiões abrangem 44 municípios do Estado.

Figura 6 - Mapa de localização da Mesorregião Leste Maranhense



Fonte: GASPAR, 2013

Historicamente, o território que hoje corresponde à mesorregião Leste era ocupado por grupos indígenas, localizados principalmente na área que hoje corresponde ao município de Brejo. Durante o período de colônia, a maior densidade demográfica concentrava-se em áreas próximas às grandes fazendas e feitorias contíguas aos cursos fluviais (ASSUNÇÃO, 2010)

De acordo com Gaspar (2013), desde o século XIX, os almanaques administrativos e econômicos registravam a produção de culturas agrícolas de provisão familiar, como a mandioca, arroz, milho, feijão, tapioca e azeite de coco; estes cultivos demonstram a existência, na região, de uma economia de base camponesa autônoma, quando comparada com os trabalhos de lavoura dedicados à exportação.

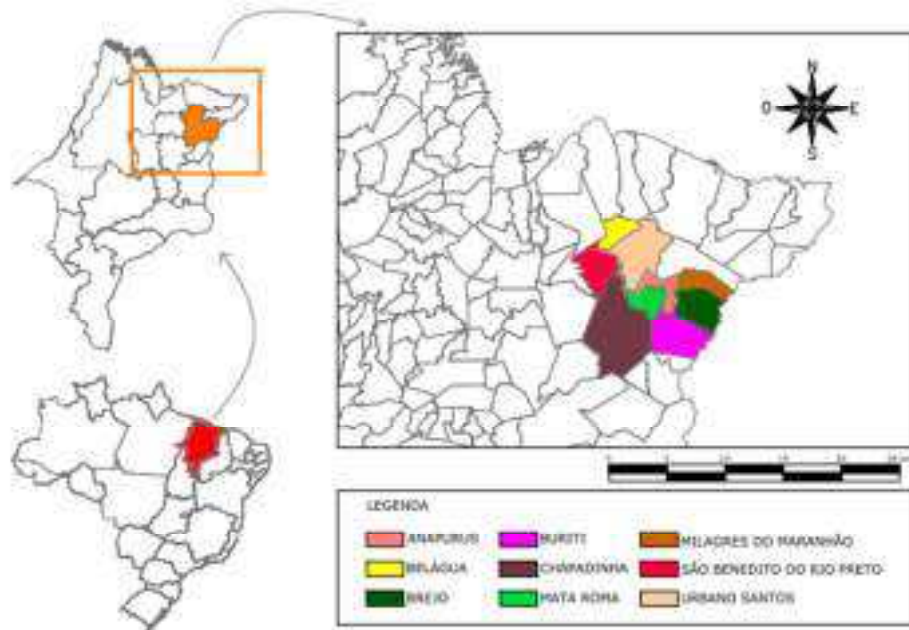
Ao fim do século XIX e início do século XX, concomitantemente ao processo de desestruturação das grandes fazendas, novos trabalhadores rurais, vindos de outros estados do Nordeste em busca por melhores condições de vida, passam a ocupar as regiões de Caxias, de Brejo ou seguem para o sul do Maranhão, em direção ao município de Pastos Bons. Sobre o estabelecimento destes novos indivíduos, Gaspar (2013) afirma que

Na porção que compreendia as antigas Vilas de Brejo e São Bernardo da Parnaíba – áreas que integram os atuais municípios de Brejo e São Bernardo localizados na mesorregião Leste Maranhense – os migrantes nordestinos foram se estabelecendo, cruzando com tribos indígenas destribalizadas já fixadas, com outros segmentos camponeses de ancestralidade escrava e com homens livres pobres que permaneceram após a desestruturação das fazendas maiores. Aí permaneceram adotando práticas específicas de uso da terra e dos recursos naturais, constituindo uma base econômica autônoma e independente da influência das grandes lavouras do passado (GASPAR, 2013, p.4)

Desta forma, é possível afirmar que as famílias camponesas que se estabeleceram na mesorregião Leste resultam de um processo de povoamento antigo, formado por grupos de indígenas, escravos e negros alforriados e migrantes nordestinos (GASPAR, 2013). Quanto à ocupação da terra, estes grupos estão sob a condição de posseiros, pequenos proprietários, remanescentes de quilombos e herdeiros de terras sem partilha (ANDRADE, 2012), que mantém sua reprodução com base no uso comum da terra e dos recursos naturais para a construção de suas moradias, e na produção orientada para o consumo familiar.

Belágua pertence à microrregião de Chapadinha; esta microrregião é formada pelo município de Chapadinha, Brejo, Buriti, Magalhães de Almeida, Belágua, Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto, Mata Roma e Anapurus. (figura 7), com área de 10.030,543 km², e população de 219.825 habitantes. (IBGE, 2010).

Figura 7 - Mapa da Microrregião de Chapadinha



Fonte: Autora, 2016

Quanto aos aspectos físicos, os solos da microrregião de Chapadinha são predominantemente arenosos, com baixa fertilidade natural e dificuldade de reter umidade. (GEPLAN, 2002). O clima é sub-úmido, com variações pluviométricas de 1.600 a 2000 mm, e chuvas irregulares ao longo do ano (BOTELHO; DINIZ, 2012). Quanto à cobertura vegetal, observa-se o predomínio de floresta estacional semi-decídua e vegetação de cerrado. (PINHEIRO et al, 2005). Além dos aspectos físicos, trata-se também de uma microrregião conhecida pela produção de soja, liderada por quatro municípios: Anapurus, Brejo, Buriti e Mata Roma.

Belágua apresenta características geomorfológicas similares às da Microrregião de Chapadinha, com solos arenosos, vegetação de cerrado e índice pluviométrico irregular ao longo do ano. Com área de 499,427 km², população de 6.524 habitantes (IBGE, 2010) - o que corresponde a uma densidade demográfica de 13,06 hab/km² - Belágua registra 3.263 habitantes situados na sede do município, e 3.261 habitantes na área rural. De acordo com estimativas do PNUD, o IDH de Belágua é de 0,512, índice que insere o município na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano. O PIB per capita é de 4.188,54 reais, o que demonstra a existência da concentração de renda no município, haja vista que a renda per capita é de R\$107,14.²³ O levantamento da frota de veículos existentes no município registra a ausência de tratores, o que comprova a inexistência de agricultura mecanizada em Belágua.²⁴

A produção agrícola do município é voltada para o cultivo de milho e da mandioca como agricultura de provisão, além da produção de farinha para consumo próprio, e da venda dos excedentes na sede ou em outros povoados vizinhos.

Quanto às áreas ambientalmente protegidas, o município está localizado integralmente na Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Preguiças, que abrange também os municípios de Água Doce do Maranhão, Barreirinhas, Araiões e Tutóia, cujos ecossistemas diversificados apresentam manguezais, dunas e restingas. Até então, não há plano de manejo ou conselho gestor para a Área; o que se revela necessário, haja vista que os municípios pertencentes estão sob processo de degradação por conta de atividades de carcinicultura, turismo, caça e pesca predatória. (IMESC, 2016)

Em relação aos recursos hídricos, Belágua apresenta três bacias hidrográficas em seu território: A Bacia Hidrográfica do Munim, e as Bacias dos rios Preguiças e Peria. Os rios de destaque no município são o Mocambo, Santana e Bandeira; este último possui afluentes que banham o povoado Pequizeiro.

²³ Dados do PNUD (2013)

²⁴ Dados do IBGE (2015)

Quanto à questão das queimadas, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2015) identificou em Belágua a incidência de 1.168 focos entre os anos de 2000 e 2014, o que insere o município como responsável por 0,09% das queimadas do Estado. De acordo com o IMESC (2016, p.23), “a intensificação dos focos de queimadas em Belágua está relacionada a fatores climáticos e ambientais (diminuição do índice pluviométrico, baixa umidade do ar, tipo de vegetação e outros), mas principalmente está associada a fatores antrópicos”. O desmatamento para obter novas áreas de lavoura é uma das principais razões para o município apresentar o alto foco de queimadas.

Figura 8 - Mapa Municipal de Belágua



Fonte: IMESC, 2016

O mapa produzido pelo IMESC (2016) identifica 39 povoados em Belágua. São eles: Pequi, Cabeceiras, Galega, Mosquito, Cocal V, Mirinzal, Santana dos Quirinos, Mendes, Cabeceira do Prata, Marajá, Queimada II, Santa Ninha, Piriña II, Prata II, Macambira, Deserto II, Quirina, Cocalinho, Riachinho, Estiva de Josefa, Cascudo, Domingos, Buraco, Baixão I,

Gangorra, Lagoas, Mesqueira, Vetente, Dois-Paus, Juçaral, Centro, Centrão, Centro do Dico, Bracinho, Amador, Monte Alegre, Patizal, Lagoa Nova e Pequizeiro. Entretanto, além destes, há ainda os povoados de Galegas, Olho D'Água, Bom Princípio, Canoas, Juçaral dos Mendes, Preazinho, Pilões, Centro dos Morros, Morro dos Veridianos, Buritizinho, Pó, Vaca Velha e Chafariz. Apresentarei agora aspectos da produção do território de Pequizeiro, com ênfase na produção da moradia dos seus habitantes.

2.3 - O povoado Pequizeiro: aspectos geomorfológicos

Ferreira e Barros (1941) definem povoado como

(...) todo núcleo de população que não sendo sede municipal ou distrital se caracteriza por uma população permanente; pelo fato de pertencer a diversos, tanto a posse do solo, como a propriedade das moradas; pela locação das moradas; pela liberdade de trabalho, comércio, indústria, arte e profissão; e pela existência de comércio interno ou externo livres. (FERREIRA; BARROS, 1941, p.89)

Conforme já mencionado, os habitantes de Pequizeiro referem-se a si mesmos como moradores de um povoado; trata-se de uma definição prontamente aceita e utilizada por eles. Pequizeiro apresenta todas as características apresentadas no conceito de Ferreira e Barros (1941): uma população permanente, a posse do solo é comunitária, e seus moradores possuem liberdade para produzir suas roças, para estabelecer pequenos comércios de venda de artigos alimentícios, e visitam a sede do município sempre que necessitam adquirir itens ou serviços que não estão disponíveis no povoado.

Pequizeiro apresenta um padrão de ocupação disperso, com casas alinhadas ao longo dos arruamentos. Os motivos para esta dispersão podem ser explicados pelo processo de ocupação paulatina do território, a que Leite (2004) faz referência, além da necessidade dos trabalhadores rurais identificarem áreas com mata virgem para ocupação e plantio, conforme explica Miranda (2010).

Embora não apresente limites determinados de ocupação pela gestão municipal, o povoado faz parte de uma gleba de 3.828.013 ha, denominada Gleba Rio Negro II, da qual fazem parte os povoados de Pequizeiro, Buritizinho, Juçaral, e Cabeceiras. Para efeito de estudo, julguei necessário estabelecer os limites do povoado através de sua mancha de ocupação (figura 9). A mancha apresenta 15.196,63 km² (1.519.663 ha) de área, e abrange as ruas, moradias, equipamentos de uso coletivo e demais espaços de lazer e sociabilidade utilizados pelos moradores.

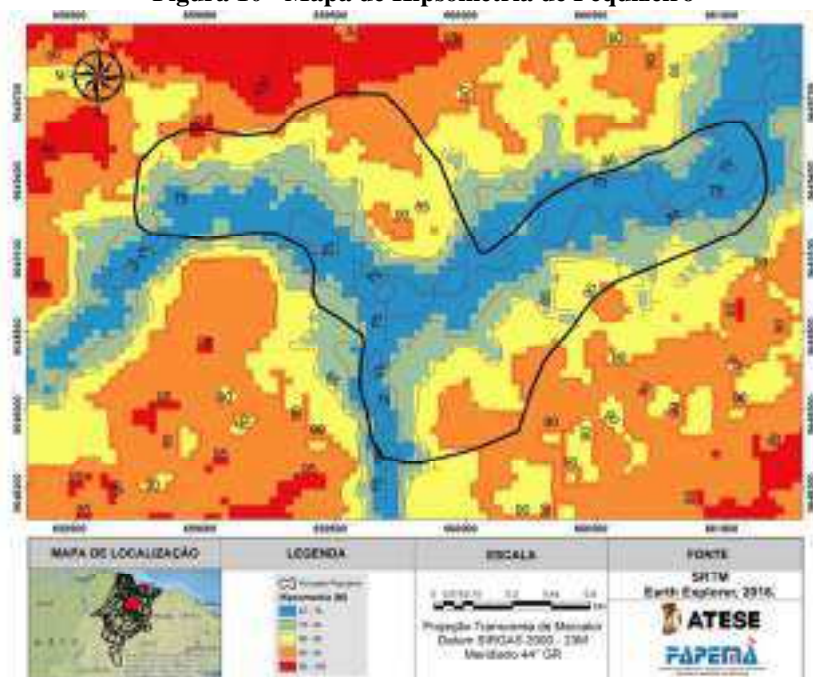
Figura 9 - Mancha de ocupação de Pequiizeiro



Fonte: LATESE, 2017

O mapa de Hipsometria de Pequiizeiro (figura 10) demonstra o relevo do povoado; é possível perceber, comparando as figuras 9 e 10, que a ocupação é mais densa nas áreas de baixa altitude do território, e que tende a ficar mais rarefeita em áreas de maior altitude.

Figura 10 - Mapa de Hipsometria de Pequiizeiro



Fonte: LATESE, 2017

2.4 - “Aqui nós somos tudo primo”: memória da ocupação de Pequizeiro

De acordo com relatos orais dos moradores, os primeiros habitantes do povoado remontam à década de 1930. Vindos de outras comunidades, em busca por melhores condições de fertilidade do solo, camponeses estabeleceram-se no território que hoje corresponde a Pequizeiro e constituíram moradia. Tomando como referência um frondoso pé de Pequi, outrora situado em uma área que hoje corresponde à principal via de acesso ao povoado, passaram a lavrar a terra e a praticar o cultivo de pequenos animais. Conforme o relato de José Raimundo Nascimento (2016):

O meu pai morava numa comunidade chamada Buritizinho que ficava a 6 quilômetros daqui, isso na era de 1930. Lá eles pegavam água numas cacimbas, cacimba no chão. E a minha avó ela já era bem velhinha. Eles moravam por lá, mas trabalhavam um tempo aqui fazendo roça, tinha a casa de farinha bem ali. Aí eles vieram pra cá de vez e apelidaram de Pequizeiro por causa do pé de pequi que tinha ali, bem grossão. Aqui era chamado Pequizeiro dos Trocate. E aí o meu pai, ele viu a situação e eles tinham uns animaizinhos lá no quintal, nesta casa nova e ele convidou o meu avô para vir embora para cá. E eles vieram, acompanhando meu pai vieram 5 irmãos, que era o meu tio, Porfirio Trocate, Simeão Trocate, João Trocate, Domingos Trocate e a outra era Rosa Trocate. Foram 5 que vieram, estavam acompanhando o meu avô. Só que na época o meu pai ainda não era casado, ainda era rapaz. E eles começaram a construir estas 5 casas e ai foram aumentando. E agora eu também estou nessa história. Começou com uma família e esta família foi aumentando, aumentando e hoje aqui no Pequizeiro, alguém que não é da família, mas está na família. O interessante é isso, que quem não é da família, mas está na família. Família. Eu acho que 5% das pessoas daqui deste povoado não são da família daqui, da nossa família. São pessoas que vieram. Aqui nós somos tudo primo, sobrinho, tio, irmão.

O relato de José Raimundo Nascimento aponta que a maioria dos habitantes de Pequizeiro possui um vínculo familiar com o fundador do povoado, o que fortalece, dentro do território, as relações de reciprocidade e alianças entre parentes e vizinhos. A mudança para Pequizeiro se deu por motivos de busca por um terreno com melhores condições de plantio, e para dar fim ao deslocamento diário que era feito de casa (na comunidade Buritizinho) para o trabalho na roça em Pequizeiro. A fala também permite antever que a construção das casas era realizada num regime coletivo, de apoio mútuo. Fundado a partir de um pequeno núcleo de parentesco, o território do povoado se expandiu (figura 11) e recebeu novos moradores; contudo, a maioria deles parece conservar laços de parentesco com os primeiros moradores.

2.5 - A produção social do território de Pequizeiro

O povoado de Pequizeiro está situado a sete quilômetros da sede municipal. De acordo com o relato de José Raimundo Nascimento (2016), são cerca de 230 famílias camponesas, que se organizam em torno da produção de uma agricultura de provisão familiar e da pesca, em menor frequência, e cujas relações pessoais estão estruturadas em torno de vínculos familiares.

Figura 11 - Croqui do povoado Pequizeiro²⁵



Fonte: Autora, 2016

O croqui de Pequizeiro - elaborado com base em levantamento fotoaerogramétrico e também através de percursos a pé realizados no povoado - permite perceber um padrão de ocupação disperso, característica comumente observada em demais povoados do Estado. A ocupação do território do povoado em nada lembra o desenho ortogonal que remete à configuração de lotes de assentamentos organizados pelo INCRA; muito pelo contrário, trata-se de uma configuração com dinâmica própria. A ocupação mais recente no povoado

²⁵ A rua traçada em laranja corresponde ao núcleo inicial de ocupação do território. Seus moradores a conhecem como Rua São Pedro, ou Rua do Amarildo (o atual presidente da Associação de Moradores).

corresponde às casas situadas depois da ponte de madeira sobre o rio, já na rua de acesso à Belágua.

De acordo com as categorizações propostas por Muller (1951) e Keller²⁶ (1959), Pequizeiro se enquadra num padrão de dispersão linear, onde as casas acompanham o traçado de vias e rios, e conservam um relativo afastamento umas das outras. Esse afastamento também pode ser facilmente percebido na figura 43, onde analiso mais detidamente as implantações das moradias em relação aos seus terrenos.

2.5.1 - População residente

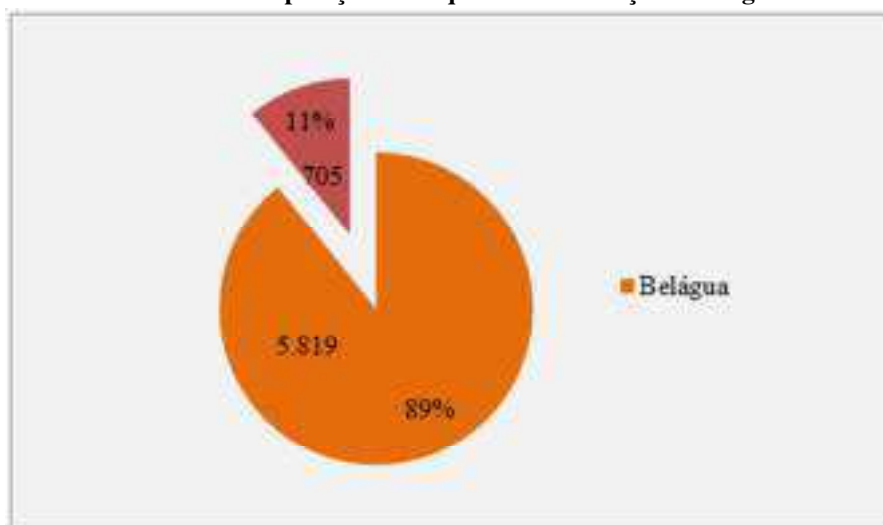
Os dados do setor censitário²⁷ de Pequizeiro, coletados pelo IBGE (2010) apontam para uma população de 705 residentes, número que corresponde a 11% do total de habitantes de Belágua.

²⁶ Há uma relativa escassez de pesquisas sobre as formas de povoamento rural no Brasil. Autores como Muller (1951) e Keller (1959), contudo, ofereceram contribuições sobre o modo de organização das populações rurais e chegaram a resultados semelhantes em suas categorizações.

De acordo com Muller, o agrupamento de casas no meio rural se apresenta sob duas configurações diferentes: coagular e linear. Na forma coagular, “as casas, embora isoladas, estão bastante próximas para criarem uma mancha de maior densidade dentro da dispersão dominante”. (MULLER, 1951, p. 173). Em meios rurais onde predomina a dispersão linear, “as casas, embora afastadas entre si, conservam relativo alinhamento, acompanhando o traçado de estradas e rios” (MULLER, 1951, p. 175). Estas duas formas dispersas de ocupação costumam ser atraídas por núcleos urbanos.

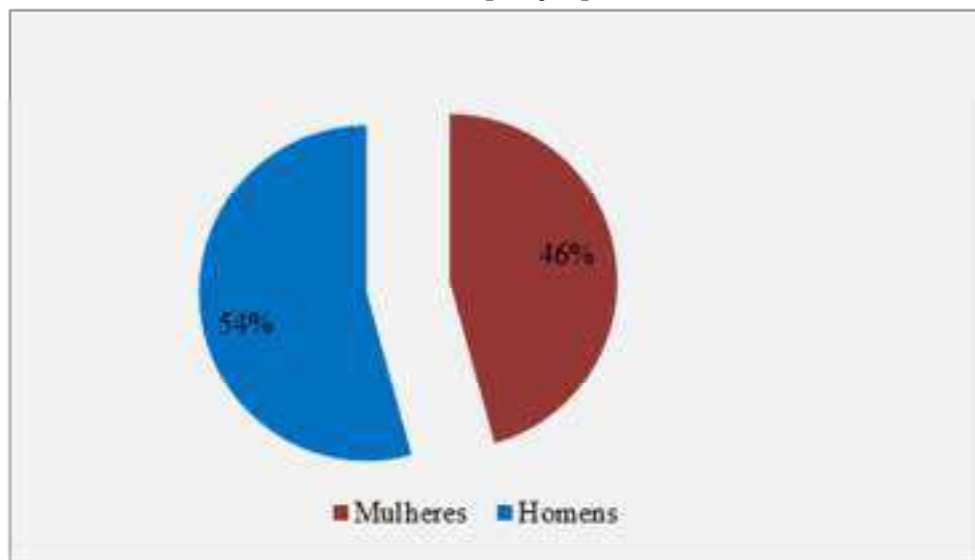
A semelhante conclusão chegou Keller (1959), ao constatar duas formas de organização das populações rurais: a dispersão e a concentração. “A dispersão original remonta ao período colonial e resulta do sistema de doação de sesmarias” (KELLER, 1959, p.144). Na organização por dispersão estão as zonas de povoamento espontâneo e povoamento planejado. Na organização por concentração, estão as grandes lavouras do tipo plantation e áreas coloniais mais antigas, aonde a subdivisão das propriedades conduziu a um maior agrupamento de habitações reunidas.

²⁷ “O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador. Assim sendo, cada recenseador procederá à coleta de informações tendo como meta a cobertura do setor censitário que lhe é designado.” (IBGE, 2010). O perímetro definido pelo IBGE para o setor censitário de Pequizeiro corresponde à mancha de ocupação estudada nesta pesquisa.

Gráfico 3 - População de Pequizeiro em relação à Belágua

Fonte: IBGE, 2010

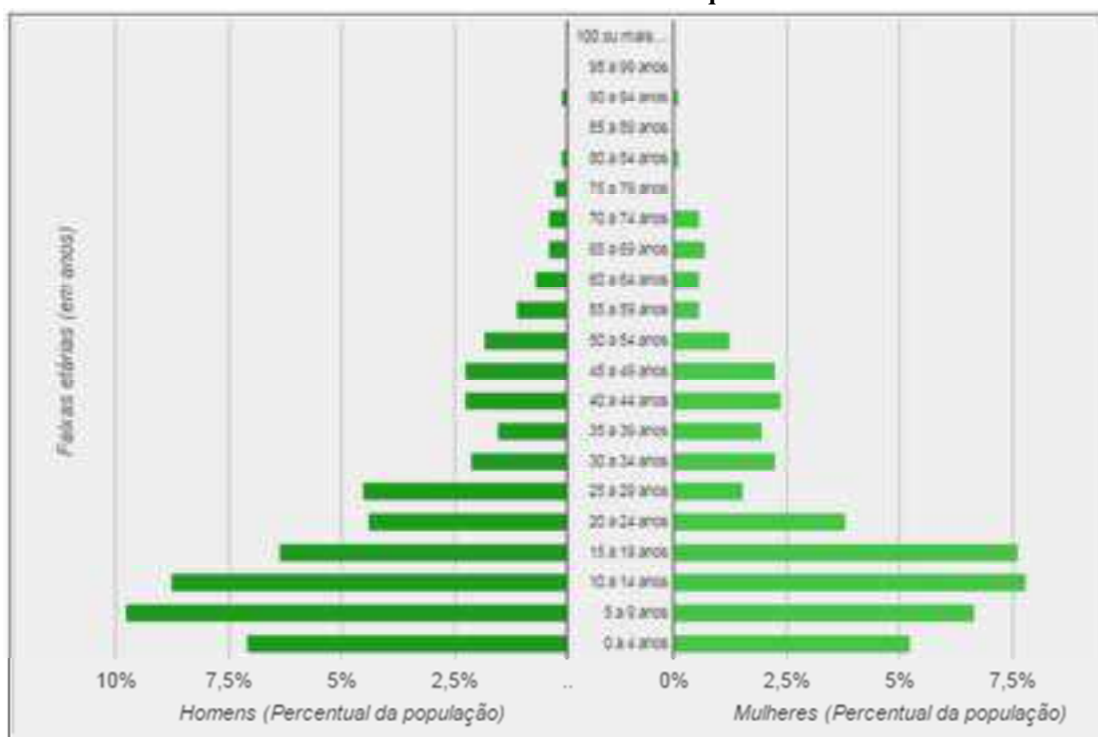
Em termos de distribuição da população por sexo, os dados do setor censitário demonstram um número ligeiramente maior da população masculina, com 383 homens (54% da população) e 322 mulheres (46% da população).

Gráfico 4 - População por sexo

Fonte: IBGE, 2010

A pirâmide etária dos residentes aponta para o predomínio de uma população jovem, com 46% na faixa dos 0 a 14 anos; 28% na faixa dos 15 aos 29; 12% na faixa dos 30 aos 44 anos; 9% na faixa dos 45 aos 59 anos, 3% na faixa dos 60 aos 74 anos, e 2% dos 75 aos 94 anos.

Gráfico 5 - Pirâmide etária de Pequizeiro

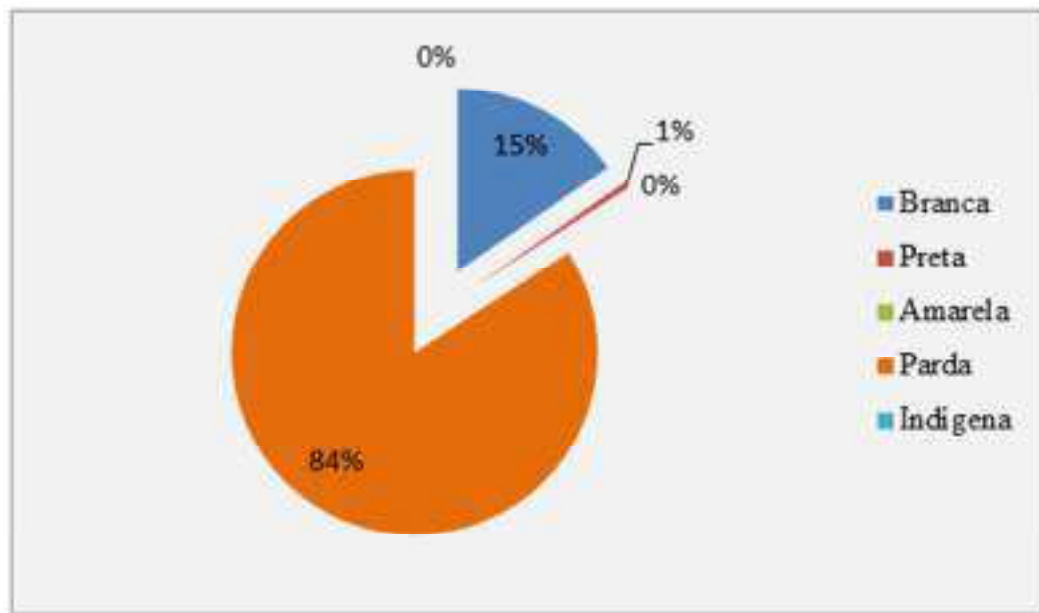


Fonte: IBGE, 2010

O gráfico 6 exhibe a composição étnica²⁸ dos residentes de Pequizeiro. Dos 705 habitantes, 593 (84% da população) se considera “parda”; 108 (15%) se identificam como brancos, e apenas 4 (1%) identificam-se como pretos. Nenhum dos residentes se identifica como indígena, o que é intrigante, uma vez que os municípios de entorno do povoado já foram territórios ocupados por gamelas e timbiras.

²⁸ O sistema classificatório de “Cor ou Raça” é definido e empregado pelo IBGE em seus levantamentos domiciliares para a identificação racial dos indivíduos

Gráfico 6 - Cor ou raça



Fonte: IBGE, 2010

2.5.2 – Mobilização política do povoado

O povoado Pequizeiro se organiza politicamente sob a gestão de uma Associação Unificada dos moradores de Pequizeiro, Bracinho e Centro do Dico. Esta Associação existe desde 31 de março de 2007, quando foi constituída, como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Com sede no povoado Pequizeiro e foro na Comarca de Urbano Santos (MA), a Associação estabelece para si as tarefas de

Desenvolver ações de proteção à família, à criança, à juventude e ao idoso; fixar o homem ao campo através do uso da terra em atividades produtivas e aproveitamento dos recursos naturais existentes; promover a assistência social aos excluídos, prevendo o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, 05 de novembro de 2007, p.11)

Em conversa com o Amarildo Nascimento, atual presidente da Associação de Moradores, percebi que a entidade se responsabiliza também pela gestão de terras dentro do povoado; por solicitar, junto aos gestores municipais, o acesso às políticas conduzidas pelo Plano Mais IDH, e pela articulação com agentes do INCRA no pleito à imissão de posse da terra.

O que a gente tem feito como Associação é tirar terreno pras pessoas que precisam pra construir uma casa. A gente mede uma área pra eles, de 20 por 30, esse limite já tá até definido em documento feito por nós junto a um advogado. A pessoa tem que

assinar o documento concordando, de que não pode vender o terreno depois, se quiser ir embora. Devolve pra associação.

Pessoal aqui fica querendo cercar o rio, a água fica presa e prejudica o meio ambiente. A gente tenta conversar, pede pra tirar, mas se não der jeito a gente vai ter que recorrer pra justiça. Porco faz fezes dentro da água, fica aquela coisa suja, que impede a gente de usar o rio depois pra tomar banho. Aqui não pode cercar rio, Deus não fez rio pro povo tá botando cerca ao redor.

O Inca disse que vai vir esse mês pra deixar o documento da Imissão de Posse da nossa gleba, eles vêm deixar o título mesmo dessa terra. Já entregaram a Imissão de Posse da Gleba do Rio Negro I, agora falta a nossa, que é a do Rio Negro II.

A gente tem também uma lagoa agora que encheu, a lagoa Vassoural. Essa lagoa não enchia há 5 anos. Tamo querendo botar uns peixe pra fazer um criatório... demos também entrada num projeto de calçamento pro povoado, o Programa Rua Digna, que é do Mais IDH.

(Amarildo Nascimento, presidente da Associação, 02 de junho de 2017)

Pela fala de Amarildo, é possível perceber a preocupação em preservar o uso coletivo do território do povoado, buscando dialogar com os moradores para inibir práticas que venham a prejudicar os recursos naturais existentes. Ainda sobre a gestão das terras do povoado, José Raimundo Nascimento, ex-presidente da Associação, afirma:

Quem faz a gestão das terras do nosso povoado é a Associação. Nós é que definimos o limite dos terrenos, onde pode ocupar, tomando cuidado pra não prejudicar o rio. Aqui nós preparamo um documento, pra que não chegue nenhum esperto querendo se abancar. A partir de agora, a Associação tem um limite de terrenos pra ceder. Como nós já vamos ter o nosso título, se alguém vier de fora, nós tamo no limite. Agora nós definimos os lotes com 20 metros de frente e 30 de fundo. Quem chegar, que for filho do pessoal da associação, que saiu do povoado e quer voltar, a gente cede o terreno. Tudo isso tá definido num documento que nós fizemos junto com nosso advogado, e reconhecido no Fórum. Nesse documento, diz que quem for morador de Pequizeiro não pode comprar nem vender o terreno. Se eu quiser ficar aqui até o fim da minha vida, eu posso ficar e trabalhar normalmente, mas no dia que eu quiser sair, eu assino um documento dizendo que não posso vender. A área volta a ser da Associação. (José Raimundo Nascimento, 01 de junho de 2017)

Desta forma, a gestão da Associação busca frustrar o valor de troca da terra, incentivando o valor de uso: “se eu quiser ficar aqui até o fim da minha vida, eu posso ficar e trabalhar normalmente”. O camponês associado que desejar se fixar no povoado e viver da terra, terá os seus direitos garantidos, desde que reconheça que a terra pertence à Associação, e que deve devolvê-la à entidade, caso não seja mais de sua vontade permanecer.

O contato direto com a gestão municipal não se dá sem atritos; de acordo com José Raimundo, costumam acontecer conflitos de interesse entre o governo municipal e a

Associação, além de certa indiferença de candidatos a cargos políticos, que uma vez eleitos, esquecem-se das demandas do povoado.

Não há muita conversa com o poder público. A conversa que há dos políticos com a comunidade é agora para pedir o voto e pronto. Depois que acabou não tem mais esta conversa. Vamos ver, o que é que precisa na comunidade? Então a gente que provoca, a Associação que provoca os gestores para algum tipo de projeto, mais independente. E até já aconteceu da própria gestão ir contra o nosso próprio projeto. Alguns projetos que a gente queria eles já foram contra. E a gente tem debatido sobre isso e a gente leva a melhor, porque a gente é melhor organizado. Creio que a gente aqui somos mais organizado do que eles. (José Raimundo Nascimento, 8 de agosto de 2016)

2.5.3 - A posse da terra

A gleba Rio Negro II – da qual Pequizeiro faz parte – é uma terra devoluta²⁹ pertencente à União. A Associação tem se organizado para que os moradores da gleba sejam regularizados junto ao INCRA. De acordo com José Raimundo Nascimento, já foi comunicado pelo INCRA que os moradores terão a imissão de posse, restando apenas a espera pela entrega dos documentos. Entretanto, nem todos os moradores terão acesso à regularização, por não se enquadrarem nos pré-requisitos estabelecidos pelo INCRA.

Graças a Deus nós conseguimos a imissão de posse, conseguimos a RB (relação de beneficiários) que é o cadastro, né. Então a terra é praticamente nossa. A gente solicitou a posse da terra pro Incra desde 2015, aí parece que só agora que vai finalmente sair. O projeto do Incra prevê a regularização de umas 130 casas daqui do povoado. Não é todo mundo que tá aqui, infelizmente. Porque tem pessoas que não se enquadram no programa. Tem pessoas que é concursada, que é contratada, tem comerciante, que não entra como trabalhador rural. (José Raimundo Nascimento, 01 de junho de 2017)

O fato de Pequizeiro ser uma terra devoluta suscita interesses de outros sujeitos interessados na propriedade do território. Os moradores do povoado já haviam sofrido ameaças anteriormente, por parte de agentes do mercado imobiliário interessados em ocupar a terra. Conforme conta José Raimundo,

A gente já enfrentou muitos conflitos de terra com pessoas, grileiros que vinham para querer tomar. Eu me lembro que em 2012 nós tivemos aqui uma situação muito

²⁹ “São devolutas, na faixa da fronteira, nos Territórios Federais e no Distrito Federal, as terras que, não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público federal, estadual territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado” (Artigo 5º do Decreto-Lei n.º 9.760/46). Corresponhem, portanto, a terras públicas e sem destinação pelo Poder Público, e que em nenhum momento pertenceram ao patrimônio de um particular, ainda que tenham estado irregularmente sob a posse de alguém.

desconfortável. Uma empresa (refere-se à empresa Moraes Imóveis³⁰) veio aqui e eles andavam eram 6 jagunços fortemente armados. Na época eu era o presidente da associação. E aí eu reuni a comunidade, o sindicato e outras famílias e eu participei de um congresso lá em Brejo. Lá eu fiz o maior escândalo lá em Brejo, neste congresso. Todo ano a gente fazia congresso, era congresso e congresso e as empresas avançando. E aí eu nesse dia lá eu pedi a palavra e disse que não estava adiantando de nada a gente fazer congresso, sendo que as empresas estavam massacrando e invadindo as áreas e tirando o nosso sustento. Aí, com muita luta conseguimos da juíza de Urbano Santos uma liminar de proteção concessória pra garantir a nossa posse da terra até nós sermos regularizados pelo INCRA. (José Raimundo Nascimento, 08 de agosto de 2016)

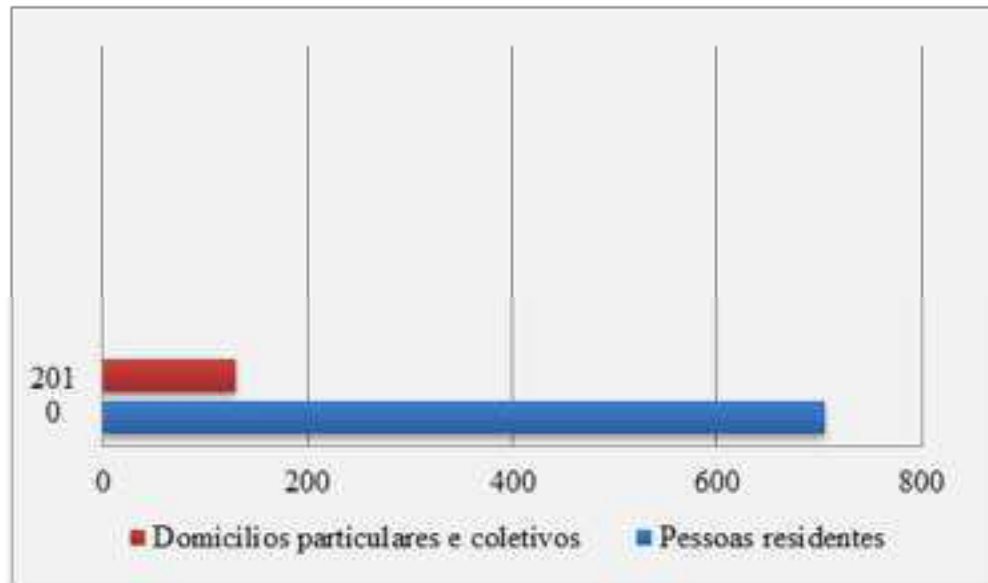
O êxito na posse da terra representa um grande passo para os moradores de Pequizeiro, pois possibilita que se estabeleçam nela com seus direitos garantidos. Neste sentido, a conquista legal da terra representa uma dádiva alcançada graças ao trabalho empenhado pelos moradores em suas reivindicações. E nessa trajetória, a terra deixa de representar apenas um meio ou instrumento de trabalho ou de produção, mas também a conquista de um processo de luta e de construção simbólica, que fazem dela um lugar de vida, de pertencimento, e de um vir-a-ser que é estar em um lugar. (SAUER, 2005)

2.5.4 – Distribuição das moradias no povoado

Os dados do setor censitário (IBGE, 2010) apontam para a existência de 705 moradores em 130 domicílios particulares e coletivos (gráfico 7), numa razão de 5 moradores por domicílio. As pesquisas de campo mostram, todavia, que houve um aumento tanto no número de domicílios (hoje, 221) quanto da população; embora não existam dados atualizados sobre o número de moradores em 2017, é possível estimá-los através das informações concedidas pela Associação de Moradores, que afirma existirem 230 famílias morando em Pequizeiro.

³⁰ Empresa imobiliária de Paço do Lumiar, a Moraes Imóveis “tentava avançar, desmatar e demarcar parte do território da Gleba Piquizeiro para realizar transações de compra e venda, principalmente com empresários para a plantação de eucalipto, como a empresa BERTIN.” (ALMEIDA, 2012)

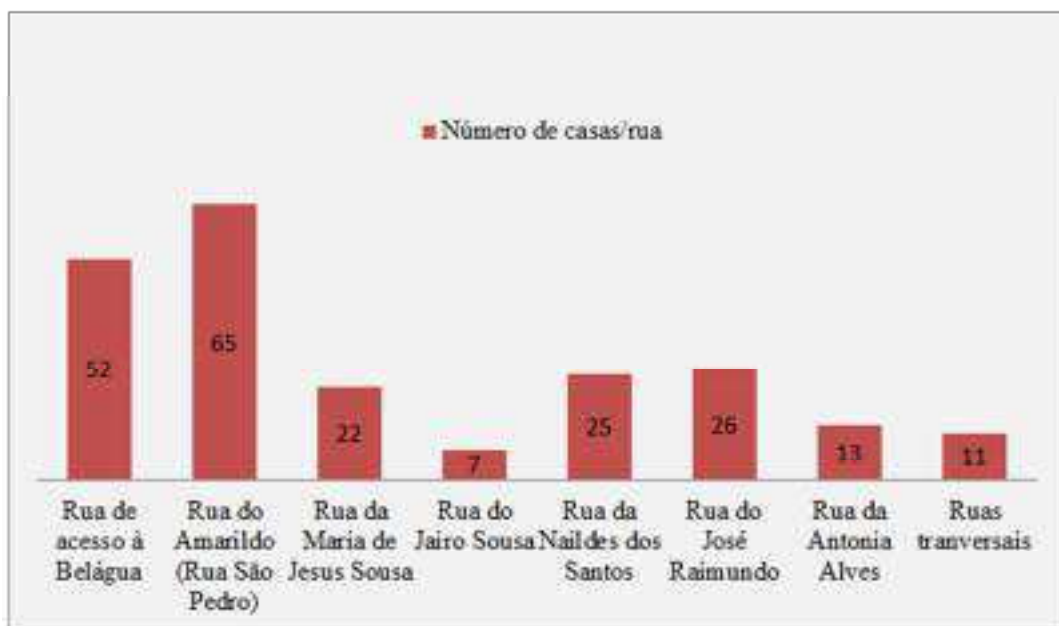
Gráfico 7 - Número de domicílios e população residente



Fonte: IBGE, 2010

O povoado é constituído por sete ruas principais, além de ruas menores que interligam as primeiras. Ao conversar com o Amarildo Nascimento, descobri que apenas a rua principal possui uma denominação específica: chama-se Rua São Pedro, levando o nome do santo da Igreja Católica do povoado. As demais ruas não possuem uma designação específica, mas busquei identificá-las, a partir dos nomes dos beneficiários que nelas moram, para fins de apresentação do espaço geográfico do povoado.

Gráfico 8 - Número de casas/rua



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

O gráfico 8 demonstra a distribuição das moradias existentes atualmente nas ruas de Pequizeiro. A maior concentração de casas está situada na Rua São Pedro, que corresponde ao núcleo original do povoado, seguido da rua que dá acesso à estrada vicinal para a sede.

A gestão das terras, como já mencionado, é feita pela Associação de Moradores, mas é possível perceber também um padrão de ocupação baseado nas estruturas de parentesco e de posse comunal. Não raro, vê-se filhos compartilhando o mesmo terreno de moradia dos pais, o que é percebido na fala de Orizinha Ferreira, uma das moradoras:

No fundo do meu terreno, o meu menino ainda quer fazer uma casa. Ele não tem terreno, então eu deixei ele fazer a casa dele aqui no fundo. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

São estes laços de parentesco que contribuem para que se observe em Pequizeiro uma vida comunitária. Os moradores costumam se reunir, tanto no desempenho das atividades produtivas, quanto nos momentos de lazer. Contudo, percebo que essa reunião é maior entre membros da família, que se auxiliam mutuamente, reproduzindo a ética camponesa de que fala Woortmann³¹ (1990).

2.5.5 – Alfabetização³²

O maior número de moradores alfabetizados, de acordo com os dados do setor censitário, está entre as crianças de 5 a 10 anos (53% do total de residentes), seguidas pelos residentes entre os 11 a 20 anos (26%) e os de 21 a 30 anos (11%). Os alfabetizados na faixa de 31 a 40 anos correspondem à 3,5% do total de residentes, os de 41 a 50 correspondem à 4,5%, os de 51 a 60 correspondem à 1,5%, e os de 61 a 70, 0,5% do total.

³¹ Antropólogo focado em estudos sobre campesinato, Klaas Woortmann busca chegar a um termo do que constitui a ética camponesa. Para o autor, no campesinato, o trabalho tem um valor ético, que ele denomina de *campesinidade*, e que seria comum a diferentes lugares e tempos onde o campesinato se faz presente. Analisando as relações familiares dentro do campesinato, Woortmann identifica que elas estão pautadas pela ajuda mútua, visando a construção de um legado familiar. Como exemplo, o autor estabelece a relação entre pai e filho: “A relação entre pai e filho é (...) simbolizada pelo tempo: o primeiro doa ao filho que está se tornando adulto um tempo para que ele possa, pelo trabalho, acumular os recursos necessários ao casamento”. (...) Com o casamento, o pai doa o chão de roça e o chão de morada, isto é, os espaços aonde irá se desenvolver um novo tempo de família; o filho fica residindo no sítio paterno, onde deverá agora “dar o tempo” (produzir, parêntese meu) para o pai. (WOORTMANN, 1990, p. 43). Este exemplo ilustra a existência de um acordo tácito entre os sujeitos, onde o filho “dá o seu tempo” ao pai, trabalhando no sítio familiar em troca de um espaço para morar e para produzir.

³² Os dados do setor censitário trabalham com uma amostra de 705 moradores em Pequizeiro; contudo, a soma dos moradores alfabetizados aponta para uma amostra maior, de 712 pessoas.

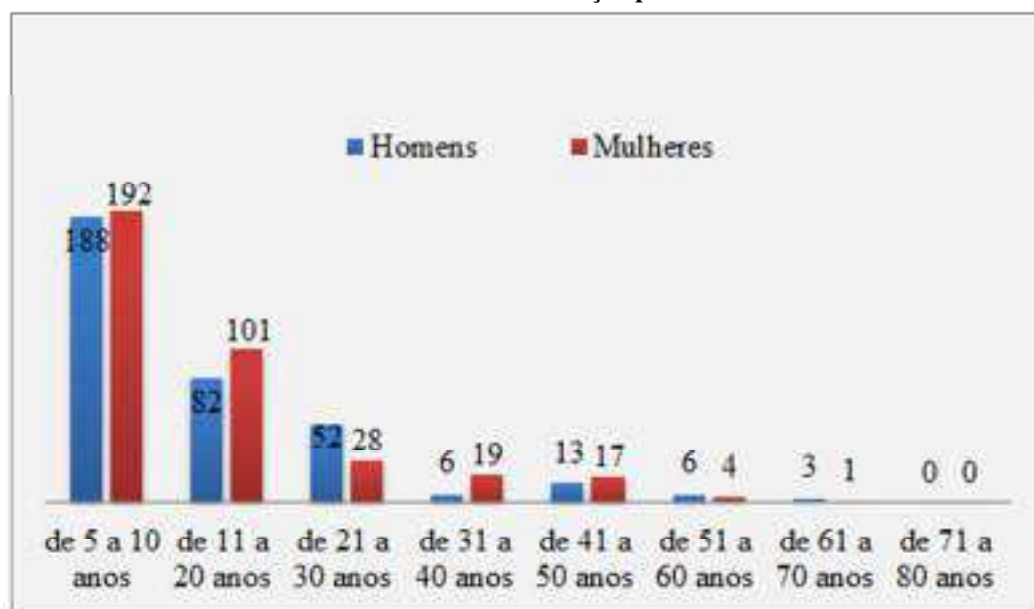
Gráfico 9 - Alfabetização por faixa etária



Fonte: IBGE, 2010

Em termos de alfabetização por sexo, predominam as mulheres nas faixas dos 5 a 10 anos, 11 a 20 anos, 31 a 40 anos, e 41 a 50 anos. Na faixa dos 21 aos 30 anos, e dos 51 aos 60, existem mais homens alfabetizados do que mulheres.

Gráfico 10 - Alfabetização por sexo



Fonte: IBGE, 2010

2.5.6 – Equipamentos de uso coletivo

Além das moradias, existem outras edificações no povoado: casas de farinha, que costumam estar localizadas no terreno de alguns dos moradores, mas são emprestadas aos vizinhos, parentes e amigos para a produção de farinha; duas igrejas, uma católica (Igreja São Pedro) e outra protestante (Assembleia de Deus); a Unidade de Ensino José Alves, de gestão municipal, que atende aos estudantes de ensino fundamental, o Centro de Ensino Emésio Araújo, de gestão estadual, que atende aos estudantes de ensino médio, além de 3 campos de futebol e de um cemitério, ambos criados pelos próprios moradores.

Figura 12 – Igreja de São Pedro



Fonte: Autora, 2016

Figura 13 – Cemitério do povoado



Fonte: Autora, 2016

Figura 14 – Centro de ensino Emésio Araújo



Fonte: Autora, 2016

Figura 15 – Campo de futebol

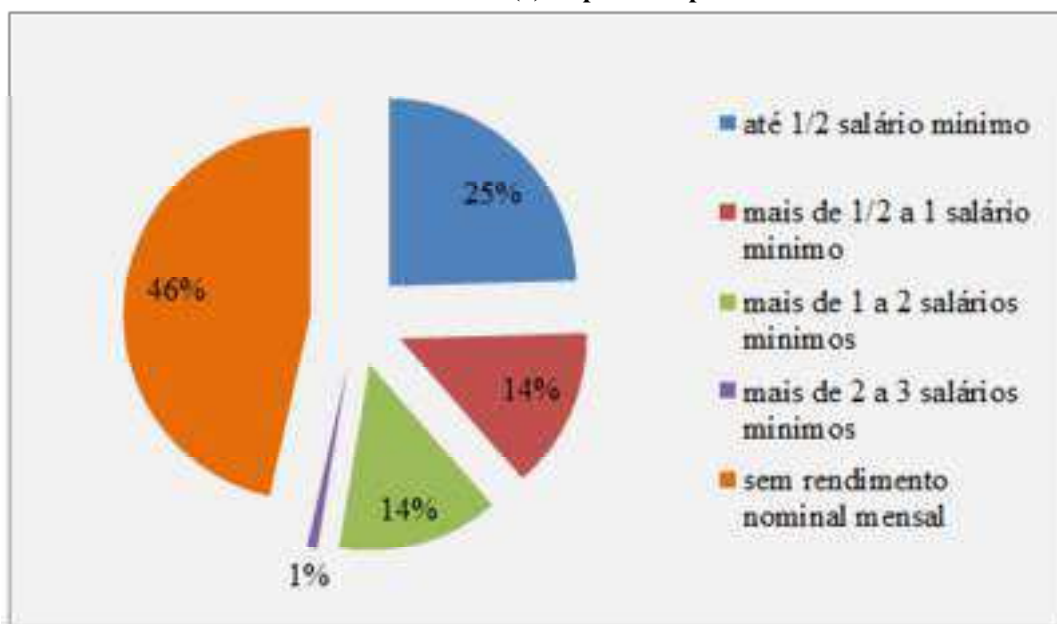


Fonte: Autora, 2016

2.5.7 – Atividades produtivas e renda

Os dados do setor censitário (IBGE, 2010) estimam a renda de quem se declara como responsável pela família e permitem perceber que a maioria dos moradores compartilha de situação financeira semelhante. O gráfico 11 demonstra que quase 50% destes sujeitos não possuem rendimento nominal mensal; a segunda maior porcentagem se refere às famílias com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Apenas 1% apresenta renda maior que 2 a 3 salários mínimos.

Gráfico 11 - Renda do (a) responsável pela família



Fonte: IBGE, 2010

Quanto às atividades produtivas, é possível perceber que o povoado está inserido na lógica da produção familiar. O grupo doméstico, entendido na acepção de Heredia (2013, p.37) como “(...) o conjunto de indivíduos que vivem na mesma casa e possuem uma economia doméstica comum”, produz roça de abastecimento, além de atividades de pesca, embora com menor frequência, haja vista que o povoado faz parte de uma região onde as chuvas são mais recorrentes apenas de dezembro a maio, fator que dificulta a recarga dos mananciais fora deste período e a consecutiva reprodução de peixes. Os moradores expõem as dificuldades sobre a pesca dentro do povoado e como costumam atender suas demandas por peixes, quando desejam:

Olha, pescar aqui tá difícil. Nós temo um rio ali, mas ele secou... (Maria de Jesus Sousa, 11 de abril de 2016)

Aqui e acolá, a gente pesca. Mas a pesca maior que a gente faz é no congelador (risos). Tem uma venda ali da casa do Bázinho que vende peixe, frango ali na casa do Riba... às vez a gente compra lá em Urbano Santos também. (Naildes dos Santos, 01 de junho de 2017)

Há uma pequena roça que costuma ser cultivada nos fundos da casa; contudo, não é raro que os moradores cultivem outra roça de arroz e feijão, fora dos limites do terreno, numa área de várzea próxima à moradia. Há relatos de moradores que costumavam morar em Centro do Dico e Buritizinho, povoados próximos à Pequizeiro, e que continuam cultivando “um pedaço de roça” por lá, numa forma de manter os vínculos afetivos que ainda possuem com o lugar.

A principal produção da roça em Pequizeiro é de maniva, milho, feijão, além do cultivo de árvores frutíferas:

A gente planta maniva, planta milho. Planta feijão. Agora o milho nem prestando tá. O milho lá diz que dava desse tamanhinho assim. Nem sei se vai botar alguma espiga. Feijão é muito devagarzinho. Mas bonita mesmo é a maniva. (Antonia Alves, 11 de abril de 2016)

Maria de Jesus Nascimento: A gente faz roça de maniva, de milho, de uma porção de planta. Faz de feijão também. (11 de abril de 2016)

Eu planto banana, mamão e maniva no meu terreno. Mas a maior produção de minha roça é de Centro do Dico, onde eu planto arroz, feijão e milho. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

A gente planta mandioca, melancia, abóbora. Mas essa roça a gente não faz aqui dentro do terreno, mas lá embaixo, perto do rio. Aqui no terreno a gente tem só uns canteirinho mesmo de cebolinha, maxixe. (Maria de Araújo Viana, 01 de junho de 2017)

Aqui no quintal eu tenho pé de laranja, pé de caju, tinha cebola também, mas eu parei de plantar que deu um monte de lagarta. (Antonia Alves, 01 de junho de 2017)

Aqui o nosso serviço é de roça. Além do bolsa família, nosso sustento vem é da roça. Só a farinha que a gente vende, às vezes umas abóboras, o resto é a gente que come mesmo. (Antonia Alves, 01 de junho de 2017)

Figura 16 – Plantação de maniva

Fonte: Autora, 2016

Figura 17 – Plantação de milho

Fonte: Autora, 2016

Figura 18 – Porcos criados como fundo de reserva

Fonte: Autora, 2016

Figura 19 – Secagem da farinha de tapioca

Fonte: Autora, 2016

Dentro da divisão de tarefas do grupo doméstico, é possível perceber que há um lugar de trabalho específico para cada um dos integrantes da família, estipulado de acordo com o sexo, conforme Heredia (2013) também o percebeu em Boa Vista.³⁴ Através dos

³³ Como “fundos de reserva” se compreende a criação de animais para festividades, caracterizados por Wolf (1976) como fundos cerimoniais.

³⁴ Em “A morada da vida”, Heredia (2013) percebe na Fazenda Boa Vista uma divisão do trabalho de acordo com o gênero, onde a mulher está ligada à casa, e os homens, ao trabalho na lavoura. Todavia, a noção de trabalho de fato costuma estar associada apenas às atividades realizadas pelo homem: “(...) diante de nossas perguntas sobre se todos os membros trabalhavam, a resposta variava segundo o contexto, mas geralmente diziam que mulheres e crianças não trabalhavam. Desta forma, notamos que o que estava em jogo era a própria categoria trabalho. Esta assume na área um significado diferente do que nós estávamos acostumados a lhe atribuir. Nem todas as atividades aparecem caracterizadas como trabalho, visto que esta categoria refere-se a um tipo específico de atividades.” (HEREDIA, p. XVIII, 2013) Desta maneira, a concepção de trabalho para os camponeses de Boa Vista refere-se apenas às atividades realizadas pelo homem, o que permitiu à Heredia concluir que a divisão das tarefas por sexo cria no terreno da morada uma estrutura que a autora denominou de casa-roçado. Esta casa-roçado seria formada por dois elementos em oposição que se complementam; o roçado,

diálogos, descobri que o trabalho na roça costuma ser predominantemente de atribuição masculina; à mulher cabe a tarefa do preparo dos alimentos cultivados na roça, o cuidado com os filhos menores, a lavagem das roupas e a limpeza da casa. Quando a mulher vai à roça, ela “ajuda” o marido, ou seja, as falas permitem antever que o papel da mulher na roça é secundário.

Quem limpa o terreno é o Thiago (marido). Quem planta na roça é ele também. Eu ajudo a colher, no caso do feijão, do maxixe. Mas a mandioca, que é mais difícil de tirar, é ele que tira. Eu faço a comida, lavo as roupa, fico vendo os menino (refere-se aos filhos) (Maria de Jesus Sousa, 11 de abril de 2016)

Olha, a limpeza do terreno, quando não é eu, é meu marido mesmo, os meninos que são maiorzinho. Quem planta a roça é meu marido, meu esposo mesmo que planta a maniva. Agora negócio de milho, essas coisas, eu mais os meninos, a gente ajuda ele a plantar. Na hora de colher, colhe a família toda mesmo. (Antonia Alves, 11 de abril de 2016)

Quem faz a roça é meu esposo mais os irmãos dele. Eu fico cuidado dos menino, que ainda são pequeno. Eu faço a comida, cuido da casa, lavo as roupas no rio. E assim a gente vai se arranjando. (Maria de Araújo Viana, 11 de abril de 2016)

A venda dos produtos cultivados na roça acontece, mas, de acordo com os moradores, é “coisa rara”. A maioria do que é produzido é consumido pelo próprio grupo doméstico, ou é feita a troca de roça entre moradores.

Quando a gente vende assim, quando junta assim um bacuri, um pouco mais de feijão, dá pra vender, mas é coisa pouca. Meu marido leva pra vender lá na Belágua quando ele pode ir. (Antonia Alves, 11 de abril de 2016)

A gente vende um pouco de farinha, mas não dá muito não. Quando não tem dinheiro vai no comércio pra trocar... leva pra trocar por ovo, mortadela. (José Alves de Oliveira, 11 de abril de 2016)

Olha, a gente produz para consumo e para comercializar também. A gente comercializa. Agora o que é a nossa maior produção, a nossa potencia é farinha de mandioca. A gente vende para todos os lugares, não só aqui para Belágua, mas para todos os lugares. (José Raimundo Nascimento, 11 de abril de 2016)

Rapaz, a gente vende farinha. Um vende um paneiro, outro vende outro, outro vende outro. Esse ano a farinha subiu de preço e a gente não dá conta de comprar, se faz mais é pra comer. (Amarildo Nascimento, 11 de abril de 2016)

Martins (1990, p.170-171) lembra que relações não capitalistas de produção – e neste caso, refere-se ao campesinato - podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital. Esta situação ocorre quando a produção camponesa, na busca pelo provisãoamento da unidade

de domínio predominantemente masculino, de onde se tira o sustento da unidade familiar, e a casa, de domínio predominantemente feminino e subordinada ao trabalho do roçado.

familiar, produz itens (alimentos, criação de pequenos animais) objetivando a aquisição de capital para adquirir bens e produtos que não costumam estar ao seu alcance³⁵, mas que são necessários à reprodução familiar. Assim, dentro do campesinato, quando a unidade familiar produz para a venda, ou quando vende a sua força de trabalho, o faz para obter itens que não consegue adquirir dentro do conjunto de atividades produtivas que já desempenha; como já mencionado, o campesinato não se reproduz desassociado do capitalismo, apesar de possuir uma lógica de produção própria, que não combina com o modo capitalista. Ou como lembra Miranda (2010):

o campesinato é uma organização da produção baseada no trabalho familiar como valor de uso e não como valor. Reconhecer sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode apresentar-se submetido nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações” (MIRANDA, 2010, p.177)

Em Pequizeiro, as atividades não agrícolas consistem na complementação da renda familiar dos seus moradores, através da conciliação com as atividades da roça. Assim, tem-se moradores que costumam passar temporadas na sede trabalhando como ajudantes na construção civil, no intuito de fazer algum dinheiro para a família que os aguarda no povoado, como se vê na fala de Jairo Souza:

Eu trabalho de roça, eu trabalho de ajudante de pedreiro. Onde tem serviço eu vou. Às vezes eu passo um tempo lá na Belágua trabalhando de pedreiro, tiro um dinheirinho e depois volto pra cá. A gente tem que fazer um pé de meia pra comprar os móveis novos da casa, né? Mas quando eu tô de volta eu tô trabalhando na roça. (Jairo Alves Souza, 01 de junho de 2017)

Além de casos como o acima descrito, existem também moradores que fazem uso de pequenas caminhonetes, e complementam a renda familiar realizando o deslocamento dos moradores para a sede e municípios vizinhos.

Sim, aqui nós temos uns três rapazes que têm umas caminhonetes, dessas com carroceria atrás. Eles levam os pessoal daqui do Pequizeiro pra Belágua, pra Urbano Santos, São Benedito, quando a gente precisa fazer uma compra, receber dinheiro. E trazem de lá pra cá também. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

2.5.8 – Abastecimento de água

³⁵ É o caso da aquisição de itens do vestuário, que não são produzidos entre os camponeses de Pequizeiro, ou de materiais inseridos dentro do mercado da construção civil (telhas, madeiramento, pregos), ou de medicamentos.

O povoado é cortado por um afluente do Rio Bandeira, sendo os recursos hídricos oriundos desse rio, além da água de poços artesianos para consumo humano e animal. A pouca profundidade dos poços permite a coleta de uma água de baixa qualidade para a ingestão. Não há uma rede geral de água no povoado, embora já exista um projeto em andamento para a construção de um sistema simplificado de abastecimento³⁶ (figura 12).

Como já mencionado, os índices pluviométricos da região variam entre 1.600 a 2.000 mm. 89% das chuvas ocorrem entre os meses de dezembro a maio; nos meses de julho a outubro, chove apenas cerca de 5% do total anual, fator que contribui para uma grande deficiência hídrica nesse período.

Figura 20 - Placa de construção de Sistema de Abastecimento de Água



Fonte: LATESE, 2016

A maioria dos moradores entrevistados relata que garante o abastecimento da família através de construção de um poço semi-artesiano no quintal, com o uso de uma bomba manual para puxar a água. Outros moradores costumam buscar água potável na casa de vizinhos e parentes, e fazem a higiene pessoal e de seus itens no rio. As falas dos moradores expressam as suas opiniões a respeito da oferta e qualidade da água existente:

A gente tem uma água aí encanada do lado de fora de casa, só que não é uma água mesmo assim potável que nós toma não. A gente usa mais só é pra lavar, né. Porque

³⁶ Sistemas simplificados de abastecimento consistem em captar água a partir de um manancial subterrâneo (lençol freático, poço ou um açude) e distribuí-la por meio de uma rede adutora, conduzindo-a até as habitações ou caixas d'água implantadas em pontos de fácil acesso à comunidade.

ela quando chega, às vezes chega limpinha, mas às vezes vem avermelhada viu. É uma água que vem da caixa ali de cima. Já estamos com três poço artesiano que cavou aqui e todos os três dá só desse tipo de água, avermelhada. Uma vez que cavaram ali em cima, falaram que veio muito linda a água. Não tem gosto... mas tem essa cor. Quando chove um pouco mais, nós vai pro rio banhar, pescar... Mas quando a água tá ruim, nós toma banho com a água da caixa mesmo. (Joel Vieira Nascimento, 11 de abril de 2016)

A água aqui, nessa rua aqui era difícil. A água a gente pegava na casa dos vizinhos, mas aí eles... o governo lá na Belágua ‘coisou’ um...um projeto aí, aí eles fizeram um poço lá naquela rua de cima. Aí vem água pra nós aqui. Chega água ali na cozinha, no jirau. (Antonia Alves, 11 de abril de 2016)

Figura 21 – Água avermelhada coletada da bomba manual



Fonte: Autora, 2015

2.5.9 – Sociabilidade, lazer e relações de vizinhança

Na perspectiva de Woortmann (1982), a casa é um espaço ritual de interação dos membros da família, além de ser o lócus da produção da força de trabalho do grupo doméstico. E o terreno da casa rural é também um espaço social, onde homens e mulheres estabelecem relações com os vizinhos, tecendo redes de sociabilidade através do uso coletivo do espaço doméstico. São estas diferentes interações que asseguram a existência de um grupo, e garantem o “mínimo social” de que Candido³⁷ (2010) fala.

³⁷ Antonio Candido, sociólogo, dedica-se a examinar “o problema elementar da subsistência” (CANDIDO, 2010, p.11) do camponês paulista na década de 50. Tomando como campo empírico o município de Bofete, localizado no interior de São Paulo, Candido busca compreender a obtenção dos meios de vida, a vida social e as formas de organização do caipira paulista. Para tanto, o autor busca determinar quais são as unidades mínimas de vida econômica e social na vida dos caipiras, partindo do princípio de que a vida social só existe a partir da satisfação

Em Pequizeiro, os processos de sociabilidade acontecem sobretudo nas unidades familiares. As falas dos moradores permitem perceber que as reuniões entre vizinhos são menos constantes do que entre as famílias, e que as festividades no povoado, outrora mais frequentes, têm se tornado mais raras com o passar dos anos. Dentre as atividades de lazer citadas, estão os jogos de bola, as reuniões com a família ao fim da tarde no quintal ou sob o beiral das casas, os banhos de rio e os programas de tv. Os cultos domésticos e nas igrejas também desempenham um importante papel no cotidiano dos moradores.

Nos fins de semana a gente se reúne lá na casa do meu pai. Meu pai mora lá no outro povoado. A gente se reúne com *os vizinho* também. Tem ótimos vizinhos. Tinha festejo aqui no povoado, primeiro faziam o festejo de São Pedro, que fazia festa mesmo de verdade. Agora só comemora mesmo na igreja. (Lucenilde Rodrigues, 11 de abril de 2016)

Aqui é todo dia eu vou lá pra casa da minha vó. Todo dia. Quando eu não vou, eles vêm aqui pra saber se eu tô é doente (risos). Meu marido gosta de ir jogar bola todo dia. Tem *uns festejo*, mas a gente não participa não. (Maria de Jesus Sousa, 11 de abril de 2016)

Aqui a gente assiste televisão, às vezes vou ali... tem um campinho de futebol ali em cima e de vez em quando a gente vai pra lá jogar bola. Na televisão eu gosto de assistir mais é um esporte, jornal...às vezes vejo um filme aí de ação. Final de semana, às vezes a gente se reúne com a família, com os vizinhos. Nós *não costuma* participar dos festejos da igreja não. (Joel Vieira do Nascimento, 11 de abril de 2016)

Terminou de almoçar, quando o solzinho tá quente levo os meninos pra tomar banho lá no rio e brincar. A molecada gosta demais. (José Raimundo Nascimento, 11 de abril de 2016)

Olha, o pessoal tem festa junina, tem carnaval. Só que a minha área é a evangélica, eu sou diácono e sou dirigente da Congregação da Assembleia de Deus, esta casa que tem aí eu trabalho nela e então a minha cultura é o evangélico. Mas é cultura. Temos um grupo de dança, tem um que chama Congado de São Gonçalo e enfim, outras coisas que eles apresentam aí nas festas juninas. De lazer, tem futebol. A gente gosta de banhar de rio também. Temos também uma lagoa muito linda aqui na comunidade chamada Lagoa de Vassoural, e ela chega até 6 a 8 metros de profundidade. A partir de 4 anos para cá por causa das chuvas ela não encheu mais. Mas é uma pena, porque de lá a gente pescava e tomava banho. Por exemplo, dia de

das necessidades orgânicas. da necessidade de alimentar-se, de buscar abrigo, criam-se modos de se organizar que atendam a estes imperativos. A proposta do autor é criar duas categorias, chamadas por ele de mínimo vital e mínimo social; estes mínimos correspondem aos limites para a sobrevivência física e social do grupo. “Há para cada cultura, em cada momento, certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Mínimos vitais de alimentação e abrigo, mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas. Formulado nestes termos, o equilíbrio social depende duma equação entre o mínimo social e o mínimo vital. (...) Um grupo ou camada vive segundos mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo” (CANDIDO, 2010, p. 31-33)

domingo todo mundo ia para lá fazer churrasco na beira da lagoa. Todo domingo. (José Raimundo Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Amarildo: De vez em quando tem uma... uma seresta, *uns reggae* lá no Morro do Veridiano, (povoado próximo à Pequizeiro) tem *as festa* junina também que aconteceu agora. (Amarildo Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Figura 22 – Time feminino de futebol



Fonte: LATESE, 2016

Figura 23 – Banho de rio



Fonte: LATESE, 2016

A despeito da relação entre vizinhos não ser tão próxima quanto entre parentes no povoado, em Pequizeiro vigoram as relações de reciprocidade e ajuda mútua. Quando um morador entra em uma situação de necessidade, os vizinhos se organizam para apoiá-lo, dentro de suas possibilidades. É o caso de Naidles dos Santos, uma das moradoras do povoado há mais de 15 anos. Sua primeira casa pegou fogo e a família perdeu todos os itens. Entretanto, os moradores do povoado se dispuseram a ajudá-la com apoio de roupas e itens que foram perdidos durante o incêndio.

Quem chegava com uma rede, chegava. Quem chegava com uma roupa, chegava. Quem chegava com um calçado, chegava. Quem chegava com um paninho pra enrolar menino, chegava. Graças a Deus, mesmo com essa situação, meus filhos nunca precisaram dormir no chão, porque aqui *nós se ajuda*. Aqui no Pequizeiro nós sempre *fomo* muito bem apoiados. (Naidles dos Santos, 01 de junho de 2017)

Dentro das relações de reciprocidade existentes no povoado, existe também a troca de dias entre os moradores. Quando um morador precisa fazer a sua roça, ou quando precisa construir uma casa, ele entra em acordo com um grupo de moradores que se dispõem a trabalhar em regime coletivo. Mais tarde, o morador ajudado se compromete a auxiliar o grupo que o ajudou em tarefas futuras. Como explica uma das moradoras, Orizinha Ferreira:

Assim, quando a gente tem o dinheiro pra pagar um construtor, a gente paga por diária. Quando a gente não tem, a gente troca dias. A troca de dias funciona assim: você faz uma lavoura, eu faço outra lavoura. Aí eu combino com você: vumbora trocar umas diárias? Aí eu vou trabalhar pra você. Aí quando é depois de amanhã, você é que vem trabalhar pra mim. Pra trabalhar de roça, quando a gente quer roçar, trabalha é o grupo. Arruma 10 pessoas pra trabalhar na roça de um. Amanhã, mais 10 vão trabalhar na roça de outro. E assim vai indo, todo mundo se ajudando. Olha, aqui é Associação. Todo mundo é unido. Hoje é pra você, amanhã é pra mim. Assim é que é! (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

De acordo com Woortmann, K (1990, p.67), “a reciprocidade é o contrato social do camponês no interior do todo que é a comunidade”. Estas regras de reciprocidade em Pequizeiro são tácitas e regidas por um princípio de honra entre os camponeses envolvidos. Assim, quando Orizinha menciona que os moradores de Pequizeiro compõem uma Associação, ela não se refere à organização formada pelos líderes da comunidade – a Associação dos Moradores de Pequizeiro – mas sim à própria lógica de apoio e ajuda mútua que os moradores compartilham entre si.

2.5.10 - Deslocamentos fora do povoado

Os trajetos dos moradores fora do povoado resumem-se às idas à Belágua, ou à Urbano Santos, para idas ao banco, compras e consultas médicas. Existem 3 moradores com veículos tipo caminhonete (conhecidos no povoado como *atravessadores*), que fazem viagens até Belágua – cobrando um valor de R\$ 10,00/ ida e volta - e Urbano Santos - R\$ 25/ ida e volta – de segunda-feira a sábado, às 6h30 (ida) e 10h30 - 11h (volta). Existem também aproximadamente 10 proprietários de motocicletas no povoado, que estipulam o valor de R\$ 15,00/ ida e volta à Belágua e R\$ 30,00/ ida e volta à Urbano Santos. Estes combinam o horário de acordo com o contratante.

A gente sai de Pequizeiro quando a gente vai resolver algum negócio, a gente precisa ir na Belágua, vai pra Urbano Santos, quando precisa fazer alguma compra que não tem aqui, né. Eu mesma acabei de vir do banco, lá em Urbano Santos. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

Quando eu preciso receber o dinheiro do Bolsa Família, em vou em Urbano Santos ou São Benedito do Rio Preto, e para comprar comida que não tem por aqui. Eu pago 25 pra ir pra São Benedito pra pegar o dinheiro. Às vezes a gente passa o dia todinho lá e não consegue tirar o dinheiro, que é muita gente, o sistema sai do ar.

Estes deslocamentos não são realizados com frequência; e os atravessadores, como já dito anteriormente, trabalham na roça, sendo o transporte uma forma de complementar a renda familiar.

Apresentados os aspectos gerais sobre a produção do território de Pequiizeiro, buscarei agora enfatizar um elemento peculiar dessa produção, que é a moradia camponesa; como é construída, quais são os saberes e técnicas envolvidos no processo, e quais valores simbólicos estão associados a ela.

2.6 - A moradia camponesa em Pequiizeiro

Para caracterizar aspectos da moradia camponesa em Pequiizeiro, optei por selecionar uma amostra de 11 beneficiários do programa, o que corresponde a pouco mais de 20% do total de famílias selecionadas pela SECID. O acompanhamento da execução do programa será focado nestes beneficiários do início ao fim da pesquisa, de modo a captar suas impressões desde o primeiro contato com os técnicos responsáveis pelo programa, até a entrega da nova casa.

Ao estudar sobre os significados da casa, Bachelard (1996) afirma que ela está intimamente ligada à memória e à imaginação dos que nela habitam.

Na ordem dos valores, ambas (memória e imaginação) constituem uma união da lembrança com a imagem. Assim, a casa não vive somente no dia-a-dia, no curso de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamo-nos ao país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial (...) a casa é uma das maiores forças de integração para o pensamento, as lembranças e os sonhos do homem. (...) Sem ela o homem seria um ser disperso. (BACHELARD, 1996, p.25, 26)

A casa é, nesta concepção, mais do que um objeto concreto; ela representa uma âncora para o ser humano, que o fixa à terra. É um espaço constituído por experiências individuais e coletivas, que remetem a um passado vivido. É também um lugar onde papéis sociais e representações são desempenhados, de acordo com o conjunto de referências simbólicas da família.

Sob a luz destes conceitos, pretendo compreender como os moradores fazem uso de suas moradas no cotidiano; quais são os espaços de sociabilidade e de recolhimento dentro da moradia, sob quais lógicas operam as disposições dos cômodos, e que relações a moradia estabelece com o entorno do terreno. Usarei o termo *moradia camponesa*, conforme já havia assinalado outrora, para me referir à moradia somada ao quintal, ou seja, a casa conjugada à sua unidade de produção.

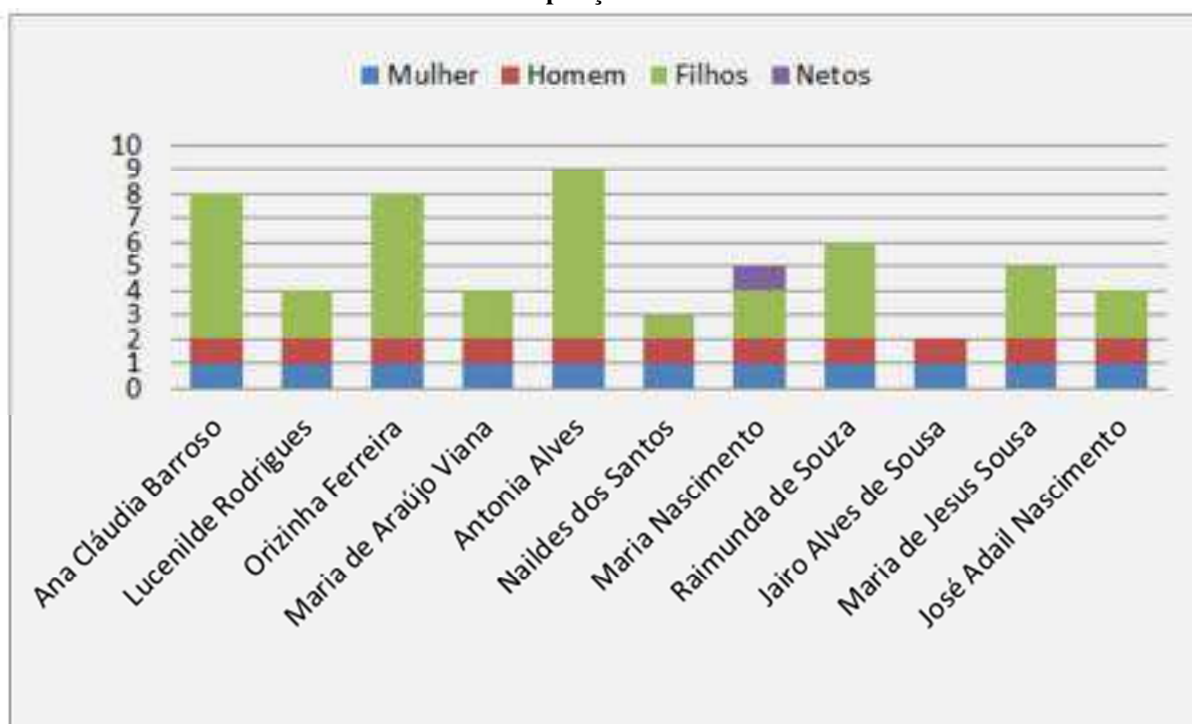
2.6.1 – Composição familiar da amostra

O gráfico 12 permite observar que a composição das famílias da amostra varia de 2 a 9 integrantes, constituídos por pai, mãe, filhos, e ocasionalmente, netos em uma moradia.

Ao questionar quem respondia pela família, a maioria das reações era de timidez, ao que depois de certo tempo de ponderação, admitiam que as responsabilidades pela chefia da família costumam ser compartilhadas entre marido e esposa.

Não há pessoas com deficiência entre as famílias da amostra, contudo, uma das entrevistadas, Lucenilde Rodrigues, confessa sofrer com fortes dores na coluna, que limitam seus movimentos.

Gráfico 12 - Composição familiar da amostra



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Partindo do pressuposto que a busca por um lugar para morar dentro do campesinato é fruto de situações marcadas pelas condições de nomadismo a que os camponeses costumam estar submetidos, seja por falta de trabalho, pela instabilidade do trabalho sazonal, e pela imposição dos proprietários de terra, é importante reconhecer que a história de cada um desses sujeitos é um verdadeiro “itinerário biográfico”. (SAUER, p.70) Desta forma, julguei ser importante conhecer um pouco mais sobre a origem dos(as) chefes de

família da amostra, para melhor compreender que representações possuem a respeito da casa como lugar de moradia.

Orizinha Ferreira, 66 anos, por exemplo, “nasceu e se criou”³⁸ em Morro dos Veridianos, um povoado de Belágua. Orizinha já está no povoado há 5 anos. Antes, morava em Centro do Dico - um povoado próximo à Pequizeiro. A demanda dos filhos por uma escola fez a família se mudar para Pequizeiro, onde existem duas escolas, uma de ensino fundamental e outra de ensino médio. A família se mudou para Pequizeiro, mas Orizinha e o marido continuam fazendo roça em Centro do Dico. Pelo mesmo motivo se mudou a família de Maria de Araújo Viana, 23 anos, que não nasceu em Pequizeiro, mas num povoado próximo chamado Cabeceira; entretanto, sua família decidiu se mudar para que os filhos ficassem mais perto da escola.

Antonia Alves, 38 anos, também não é nascida em Pequizeiro; é do município de Morros, de um povoado chamado Cachoeirinha. Antonia era casada com outra pessoa em Cachoeirinha, e decidiu refazer a vida em Pequizeiro, onde mora há 10 anos. Joel Vieira, 38 anos, por sua vez, é nascido e criado em Pequizeiro; sua esposa, Raimunda, é de Belágua, mas já mora em Pequizeiro há 18 anos com o marido.

Maria de Jesus Nascimento, 60 anos, nasceu e se criou em Pequizeiro; seu marido, de 62 anos, é de Buritizinho, povoado próximo, mas decidiu mudar-se para Pequizeiro com os pais, em busca de melhores condições de roça.

A análise da origem das famílias da amostra permite concluir que a maioria deles costumava residir em povoados ou municípios vizinhos. Para os moradores que não nasceram em Pequizeiro, o povoado representa a possibilidade de maiores chances de estudo para os filhos, e de condições mais propícias para a roça, em comparação com o lugar de moradia anterior. Aqueles que continuam a produzir roça nos povoados de onde vieram, o fazem como maneira de manter os vínculos afetivos que ainda possuem com o lugar.

Vejam agora os principais materiais e sistemas construtivos utilizados por esses moradores.

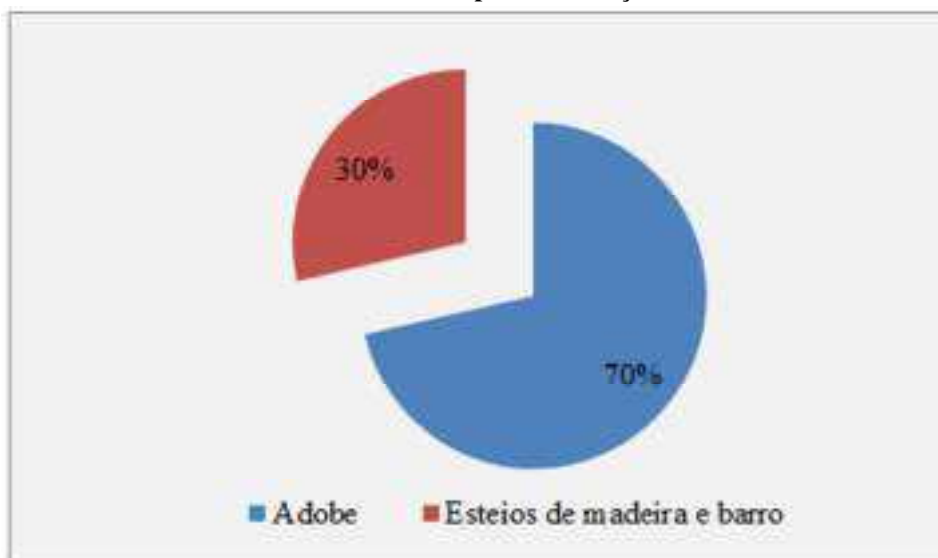
2.6.2 - Materiais e sistemas construtivos utilizados

³⁸ A princípio interpretei o termo como uma maneira utilizada pelos moradores para se referirem à forma como precisaram aprender desde cedo a cuidarem de si mesmos e dos irmãos menores. Numa segunda leitura das entrevistas, percebi que o “nascer e se criar” está mais relacionado ao sentimento de pertencer ao povoado, de identificar-se como morador dele.

Das 11 famílias visitadas, 8 delas (70% da amostra) apresentavam fundação³⁹ com tijolos de adobe.⁴⁰ O adobe em questão é produzido pelos moradores, com o uso de uma fôrma de madeira para o molde dos tijolos. O barro utilizado é coletado de um “barreiro”, buraco cavado nos fundos do terreno exclusivamente para esta finalidade. Posteriormente, este barreiro servirá como local de descarte do lixo produzido pela família, sendo enterrado.

Para garantir que a fundação seja mais robusta, alguns construtores costumam dispor os tijolos de adobe na vertical, utilizando a técnica conhecida como adobe a tição. Outros optam por dispor os tijolos em forma de cruz, também para deixar a estrutura da base mais forte (figura 14). Percebe-se também a adoção da técnica de construir uma fundação de adobe com área de piso maior do que a parede, criando um elemento construtivo que os moradores costumam chamar de “berço”. (figura 13)

Gráfico 13 - Tipos de fundação



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

³⁹ Estrutura responsável pela transmissão das cargas das construções ao solo. É a base estrutural de uma casa.

⁴⁰ “Paralelepípedo de barro de grandes dimensões, que difere do tijolo por não ser cozido ao forno. De barro cru (seco à sombra e, depois, ao sol) é composto de argila e areia em pequena quantidade. Ao barro é misturado estrume ou fibra vegetal, ou ainda crina, com o fito de obter-se maior consistência nos blocos. Podem ser argamassadas com barro e devem ser revestidas com massa de cal e areia. Existem as variantes adobo e adoba. O termo é de origem árabe attobi” (CORONA E LEMOS, 1972)

Figura 24 – Fundação de adobe com “berço” em destaque



Fonte: Autora, 2016

Figura 25 – Disposição dos adobes em forma de cruz



Fonte: Autora, 2016

As casas de fundação com esteios de madeira e barro⁴¹ correspondem também às de taipa, e equivalem a 30% da amostra estudada (4 casas.). Nestas, a base da moradia é preparada com terra batida, e as peças de madeira (esteios) são enterradas no solo. Posteriormente, estas peças recebem a inserção de varas, dispostas à vertical, que são atadas aos esteios por meio de cipós ou pregos, criando uma estrutura preparada para o recebimento do barro, como se verá a seguir.

Figura 26 – Casa de taipa com fundação em terra batida e esteios de madeira



Fonte: Autora, 2016

Figura 27 – Casa de taipa com fundação reforçada em terra batida na parte externa

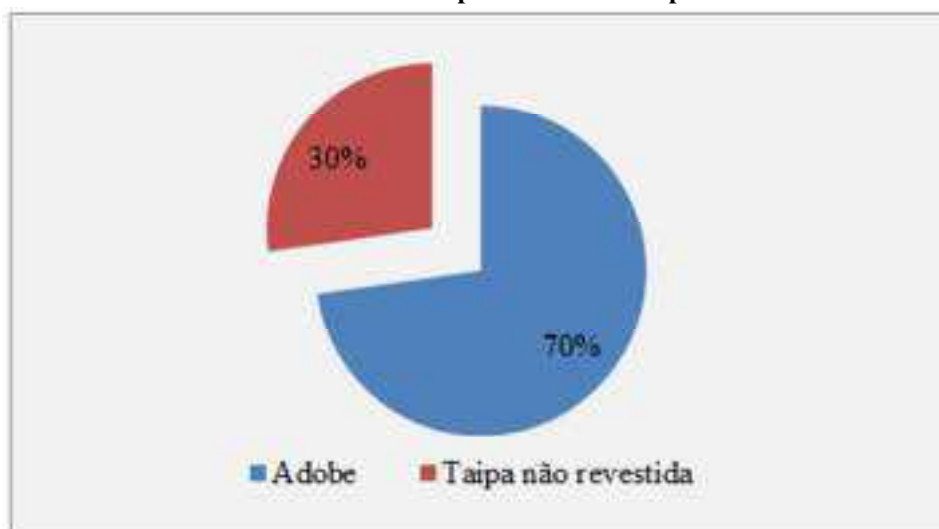


Fonte: Autora, 2016

⁴¹ Esteios são peças de madeira utilizadas para a trama da casa de taipa. Quando utilizados na fundação, é feita uma escavação na terra, para que possam ser fincados ao solo.

Dentro da amostra estudada, 8 casas (70%) utilizam o adobe como vedação predominante nas paredes externas e internas. Este adobe pode se apresentar com e sem revestimento. Quando seus moradores optam por revesti-lo, o fazem priorizando a fachada frontal das moradias. A espessura das paredes costuma variar de 8 a 20 cm.

Gráfico 14 - Material predominante nas paredes



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Figura 28 – Fachada de adobe revestido e com aplicação de pintura



Fonte: Autora, 2016

Figura 29 - Fachada de adobe sem revestimento



Fonte: Autora, 2016

Figura 30 – Parede de adobe com fissuras

Fonte: Autora, 2016

Figura 31 - Detalhe da largura da parede

Fonte: Autora, 2016

A vedação em taipa de mão⁴² – encontrada em 4 casas da amostra - é construída após a montagem dos esteios e varas de madeira. Em Pequiizeiro, a madeira predominante utilizada para os esteios e varas é a pindaíba. Quando a estrutura é finalizada, os moradores preparam uma mistura de barro molhado, que é jogado e apertado com as mãos sobre a trama de esteios e varas.

Figura 32 - Detalhe da taipa de mão

Fonte: Autora, 2016

⁴² A taipa de mão, também conhecida como pau a pique, taipa de sopapo ou taipa de sebe, é uma técnica construtiva antiga que consiste em criar uma trama de madeiras verticais fixadas no solo (os esteios), com vigas horizontais (as varas). Estas madeiras são amarradas entre si por cipós ou pregos, criando um painel cujos vãos são preenchidos a mão com barro, criando uma estrutura de vedação. A taipa de mão difere da taipa de pilão, técnica que consiste em comprimir a terra em fôrmas de madeira (os chamados taipais) criando camadas de aproximadamente quinze centímetros de altura.

As coberturas encontradas nas casas da amostra revelam o predomínio do uso da telha cerâmica com madeiramento (5 casas). Quando perguntados sobre o motivo para a escolha deste tipo de cobertura, os moradores revelavam economizar para a compra de telhas cerâmicas porque estas demandam menos manutenção, quando comparadas com a cobertura de palha. As coberturas em palha, também recorrentes em todo o povoado, foram encontradas em 4 casas da amostra. Os moradores costumam montar a estrutura do telhado com as madeiras que encontram em Pequizeiro e povoados vizinhos⁴³ e usar a palha do buritizeiro, que é abundante nos povoados Buritizinho e Centro do Dico, onde costumam fazer a coleta do material. A manutenção da cobertura de palha é constante por conta de sua exposição às intempéries: os moradores afirmam que ela costuma ser “carregada pelo vento” com muita facilidade, ou secar muito depressa, pela exposição constante ao sol.

Também é comum, embora menos frequente, perceber o uso da telha cerâmica com troncos rústicos de madeira, coletados da vegetação de Pequizeiro ou de povoados vizinhos. Nestes casos, os moradores se valem da utilização dos recursos naturais que possuem à sua disposição, priorizando apenas a compra de materiais que não conseguem produzir por conta própria.

Gráfico 15 - Tipos de cobertura



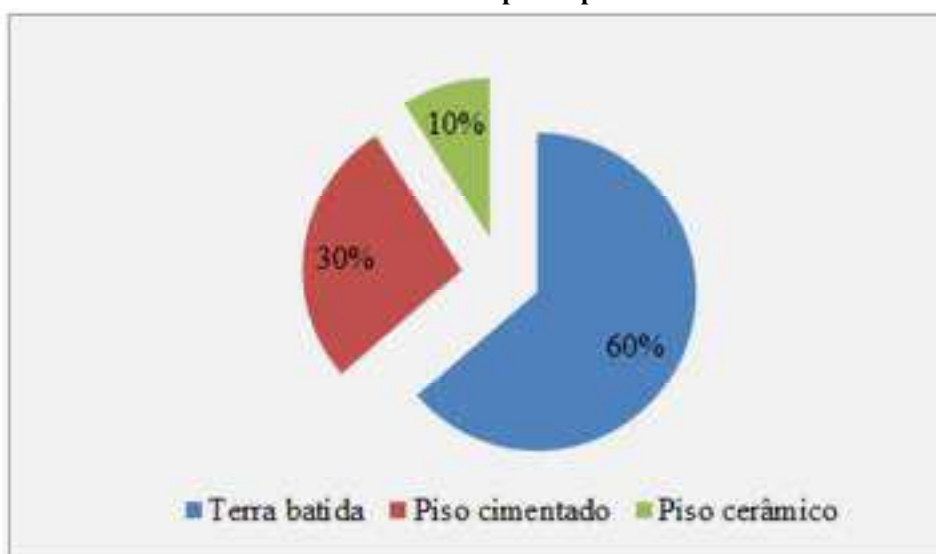
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

⁴³De acordo com relatos dos moradores, o madeiramento do telhado de palha costuma ser feito com madeira pindaíba, pau-gororoba, pau-mirim e camaçari.

Figura 33 – Telha cerâmica com madeiramento**Fonte: Autora, 2016****Figura 34 – Telha cerâmica com troncos de madeira****Fonte: Autora, 2016****Figura 35 – Palha com troncos de madeira****Fonte: Autora, 2016**

No interior das moradias, predominam os pisos em terra batida, verificados em 7 casas (60%) da amostra. Esta técnica consiste em socar e nivelar a terra que corresponderá ao piso com uma mistura de barro, areia e água. Também foi possível verificar a presença do piso cimentado em 3 casas da amostra, onde uma camada de cimento é aplicada sobre a terra batida. Apenas em uma das casas, verificou-se que o piso é de lajota cerâmica.

Gráfico 16 - Tipos de piso



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Figura 36 – Piso de terra batida



Fonte: Autora, 2016

Figura 37 – Piso cimentado

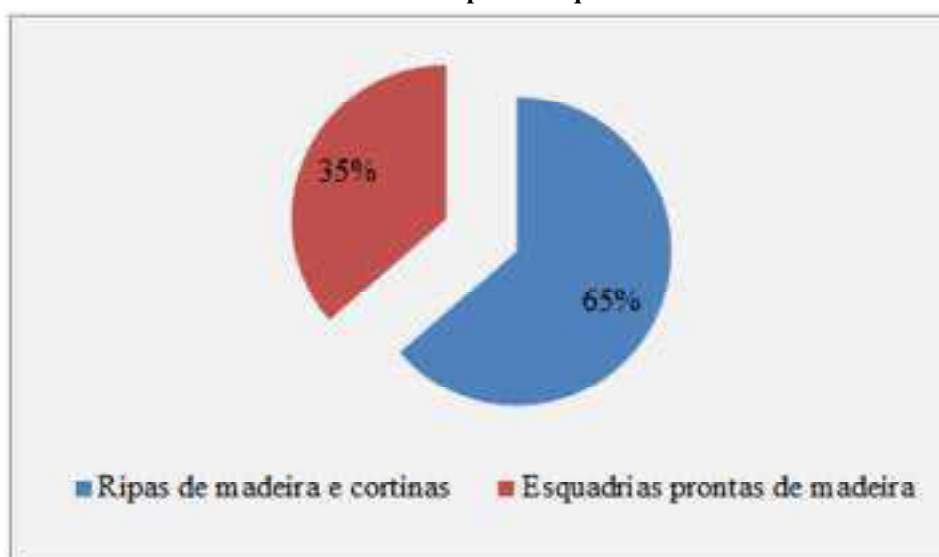


Fonte: Autora, 2016

Figura 38 – Piso cerâmico

Fonte: Autora, 2016

Quanto ao material utilizado nas esquadrias⁴⁴, o predomínio é de ripas de madeira, compradas em lojas de material de construção. A partir delas, os moradores produzem suas portas e janelas. É possível também perceber o uso de cortinas de tecido como vedação das aberturas das janelas e nas portas dos quartos. Alguns moradores, com maiores recursos financeiros, optam por adquirir portas e janelas de madeira prontos para instalação.

Gráfico 17 - Tipos de esquadrias

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

⁴⁴ Denominação usada na Arquitetura para definir janelas, portas, portões e demais aberturas.

Figura 39 – Esquadrias de ripas de madeira



Fonte: Autora, 2016

Figura 40 – Esquadrias prontas de madeira



Fonte: Autora, 2016

Figura 41 – Cortinas como vedação nas janelas



Fonte: Autora, 2016

Verificados os principais materiais e sistemas construtivos utilizados pelos moradores da amostra, me detenho agora a analisar os tipos de plantas baixas encontrados.

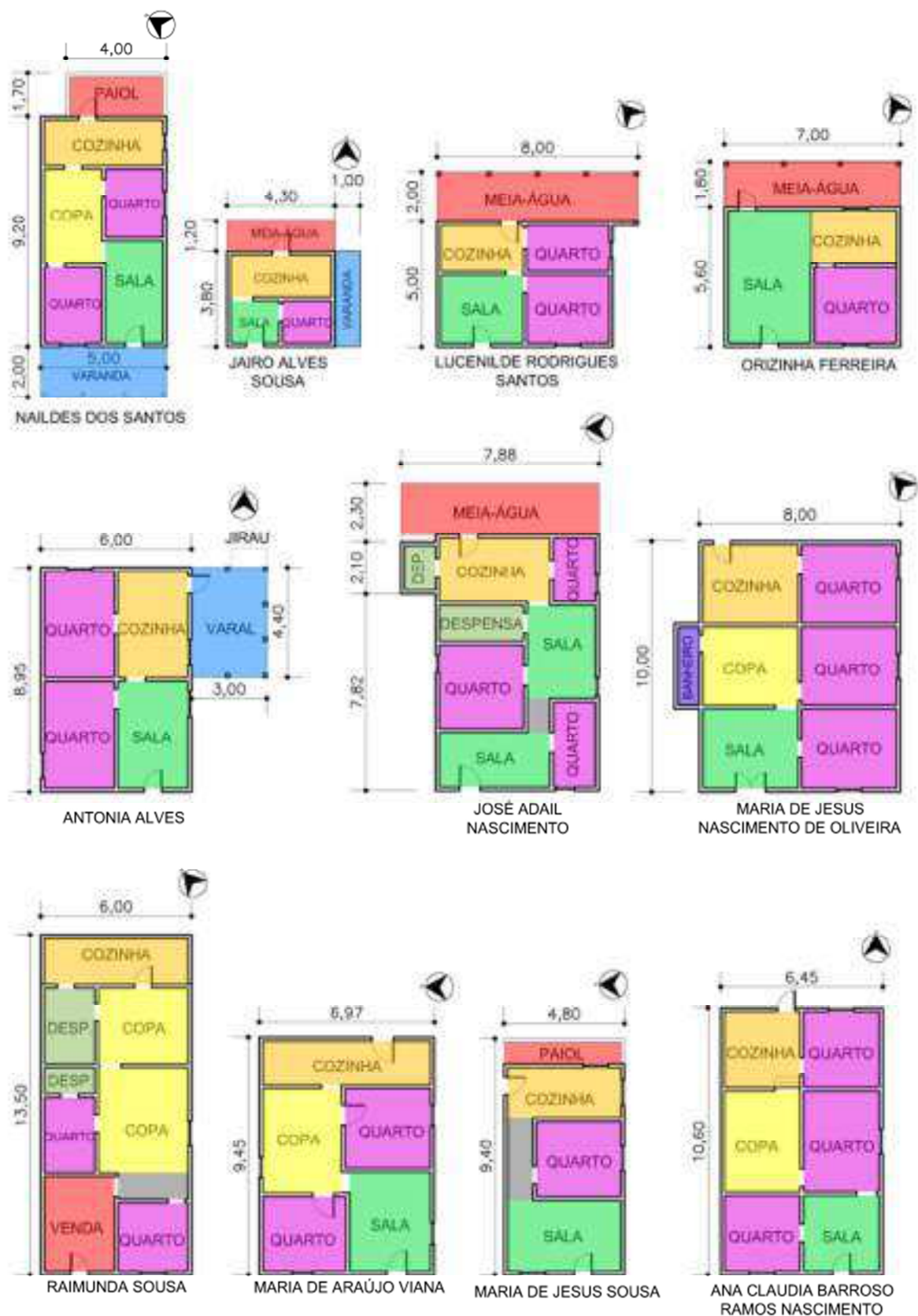
2.6.3 - Tipologias existentes de moradia em Pequizeiro

Partindo do pressuposto de que a “a essência do objeto arquitetônico se encontra em sua repetibilidade” (MONEO, 1984), o estudo para definir tipos de moradia demanda compreender como uma obra torna-se base para outra igual ou semelhante. Parto, para isso, do entendimento de Argan (1984) de que a *tipologia* é o estudo de tipos e que

O *tipo* se configura, assim, como um esquema deduzido mediante um processo de redução de um conjunto de variantes a uma forma-base ou esquema comum. O tipo é um modo de organização do espaço e de pré figuração da forma e em consequência se refere sempre a uma concepção histórica do espaço e da forma, ainda que se admita que tais concepções mudam com o desenvolvimento histórico da cultura. (ARGAN, 1984, p.4)

Para identificar as variantes de uma forma-base ou esquema comum da moradia camponesa em Pequiizeiro, decidi fazer levantamentos arquitetônicos das casas da amostra, buscando descobrir a lógica de organização dos espaços e de funcionamento dos cômodos, bem como os fluxos internos e externos à moradia. A pesquisa de campo e os diálogos me permitiram perceber que a utilização desses esquemas de construção nem sempre parte de uma vontade consciente dos seus moradores, mas está atrelada a um repertório de saberes técnicos e simbólicos, que são transmitidos e reproduzidos de geração em geração.

Figura 42 - Plantas baixas das famílias da amostra



Fonte: Autora, 2017

A análise das plantas baixas permite perceber a recorrência de um esquema de organização das moradias no qual a sala costuma ser o primeiro cômodo da casa, seguida pelos quartos de dormir, cuja quantidade varia em função do número de integrantes na família, ou de acordo com a disponibilidade dos recursos familiares. Verifica-se a quase inexistência de corredores de circulação no interior da casa, o que me permite interpretar como o uso do espaço no interior da casa precisa assumir uma função pragmática de ocupação, sem gerar ambientes “ociosos”.⁴⁵

A cozinha costuma ser o último cômodo da casa, sempre situada aos fundos, contígua à roça; a aproximação entre ambas sugere a necessidade, por conta dos moradores, de facilitar o fluxo entre a produção de alimentos na roça e o seu preparo na cozinha. Em algumas casas, os moradores adotam o uso da meia-água – construção adjacente à cozinha e destinada à instalação do fogão a carvão. As meias-águas costumam ser também espaços de convivência familiar, onde mesas e cadeiras são dispostas para as refeições em família. Quando vedada, a meia-água recebe o nome de paiol, e exerce a função, além de abrigar o fogão de barro, de armazenagem dos itens produzidos na lavoura.

Sobre o uso destes espaços, foi possível perceber que a sala costuma ser de domínio heterogêneo; marido, esposa e filhos se revezam na sua ocupação. Em habitações com existência de apenas um quarto, a sala converte-se em dormitório, onde as mulheres costumam ocupar o único quarto, e os homens ocupam a sala, com uso de redes. A cozinha, entretanto, costuma ser de domínio feminino. Com o apoio da meia-água, a partir da cozinha as mulheres realizam o preparo dos alimentos, a cria de pequenos animais e a lavagem dos pratos e roupas.

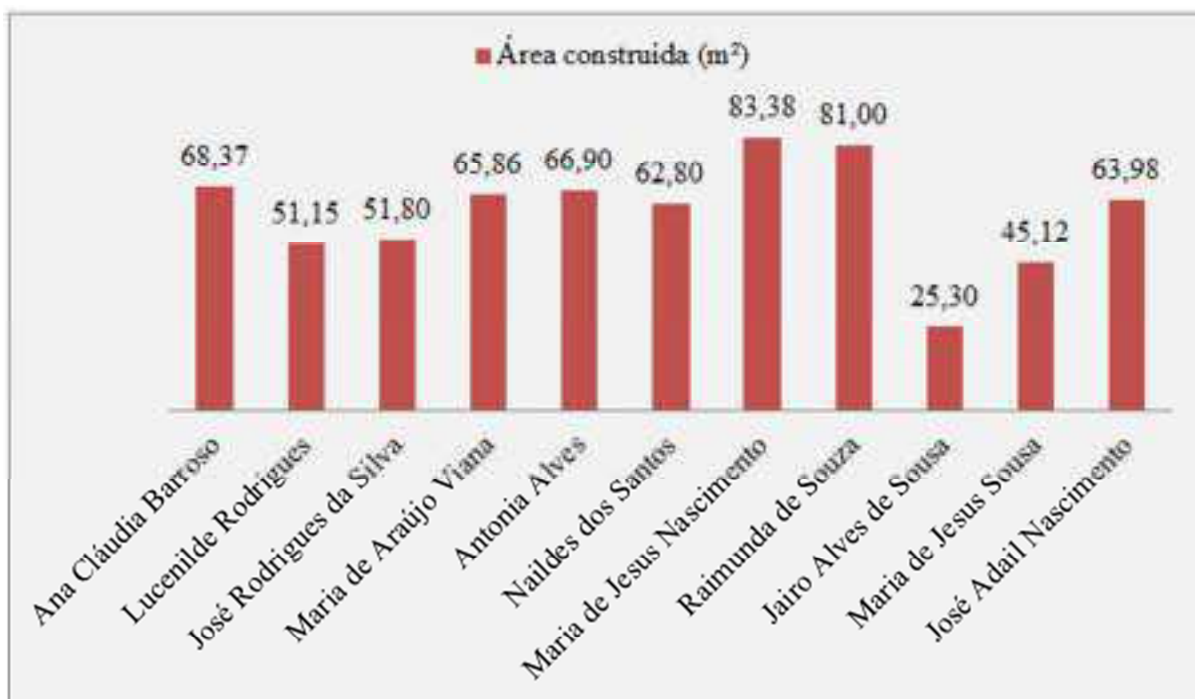
A presença de poucas aberturas para iluminação e ventilação nos cômodos da casa se dá tanto por questões de privacidade quanto pelos recursos limitados para a aquisição de esquadrias. “A gente abre uma janelinha no quarto porque precisa, pra não ficar muito escuro, né? Mas aqui a gente não tem o costume de abrir muita janela na casa não”, revela Antonia Alves, uma das moradoras.

A análise da área construída das casas demonstra a existência de moradias de 25 a 83 m² (gráfico 18), e nota-se que a variação das áreas se dá de acordo com demandas específicas de cada família. Percebo o que Arruda (2007) denomina de “reciprocidade da

⁴⁵ Quando questionado sobre a ausência de corredores em sua casa, um dos moradores e também construtor de sua própria casa, José Raimundo Nascimento, afirmou que “corredor toma muito espaço na casa, espaço sem uso, e que é melhor dar preferência de fazer um quarto maior”.

forma”, conceito que defende que as características físicas da casa – suas dimensões e fluxos – são um reflexo do modo de produção e das necessidades próprias de cada grupo familiar.

Gráfico 18 - Área construída das moradias



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Quando questionados sobre o processo de criação e organização dos espaços da moradia antes de procederem à construção, os moradores respondiam que haviam “tirado a casa da cabeça” ou feito “no sentimento”.

Nós tiramo da nossa cabeça mesmo. Que o material era pouco, então não pode inventar muito. Quando tá pronta a gente pensa em aumentar pra trás, fecha a cozinha e faz mais uns quartos... (Lucenilde Rodrigues, 11 de abril de 2016)

Meu marido fez da cabeça dele mesmo, do jeito que todo mundo faz (Maria de Jesus Sousa, 11 de abril de 2016)

José Alves de Oliveira: Eu não tinha modelo, nem ideia, só fui riscando no terreno. Foi no sentimento mesmo, fui fazendo ela dessa maneira porque eu não tinha ideia mesmo de nada mesmo. E fiz sem ideia de aumentar também... até porque se eu tivesse nessa época com uma pessoa me orientando, eu tinha feito com uma sobra de terreno pra frente. Aí a minha casa acabou ficando no meio da rua. (José Alves de Oliveira, marido de Maria de Jesus Nascimento, 11 de abril de 2016)

Outros, como Joel Vieira (marido de Raimunda Souza), decidiram aproveitar a estrutura prévia de uma moradia anterior, mas buscaram reproduzir um modelo familiar, pautado em experiências anteriores de construção:

Na realidade essa casa mesmo aqui... eu comprei uma casa pequenininha de um cidadão. Depois eu derrubei, eu fiz um modelo novo. Mas aproveitei umas parede do meio, peguei daí e fiz do outro modelo. Era só um quatro cômodozinho, aí eu fui aumentando. Eu já tinha feito uma casa assim antes, eu fui só fazendo de novo do mesmo jeito. (Joel Vieira do Nascimento, 11 de abril de 2016)

Estas falas permitem antever a força do *habitus* construtivo dos moradores de Pequizeiro. A noção de *habitus* apresenta um sistema de disposições duráveis que se referem à experiências anteriores, mas que ao mesmo tempo estão sujeitas a mudanças. O *habitus* revela práticas que traduzem uma visão de mundo específica, que demonstram a distinção entre os que pertencem ou não a determinado grupo social. Trata-se de uma relação de identidade que se estabelece entre o sujeito e o meio em que está inserido. A prática da construção da casa rural e a adoção de novos materiais de construção, distintos daqueles a que os moradores estão rotineiramente acostumados, é um exemplo de como o *habitus*, embora esteja relacionado à práticas tradicionais, não é estanque. Este conceito estabelece rupturas com as leituras deterministas e unidimensionais das práticas sociais, recuperando a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas ao curso de uma trajetória individual. (SETTON, 2002).

O saber popular utilizado na construção das casas e a inserção de novos materiais - distintos daqueles a que rotineiramente possuem acesso - é percebido nas falas dos moradores:

Tem que tirar as madeira, os pau, as palha... aí a gente cava, vai buscar barro e água. Depois a gente vai tirar as areia, esses areal daqui mesmo (refere-se ao terreno). A gente amarra os pau com cipó ou então prego. Aí depois vai botando no barro, e sai colocando. A massa a gente faz na mão. Eu machuco com os pés o barro. Faz aquele monte de barro grosso... mas é na mão mesmo que a gente faz o montinho pra ir botando. Meu marido pegou ajuda só pra fazer a madeira, mas aí depois na hora de encher, era eu que ajudava ele, carregando barro dacolá, lá de baixo, aí a gente carregava água também lá de baixo, que aqui não tem. (Maria de Jesus Sousa, 11 de abril de 2016)

Não é todos que sabe fazer a sua casa não, viu? Quando a coberta é de telha faz de um jeito diferente. Tem os pedreiros, né? A minha casa aqui de adobe foi o meu marido mesmo que fez. Fez ele mais meu menino. Pra pegar a madeira, nós fomos todo mundo na beira do rio. Pra tirar as palhas da coberta, se reuniu uns grupo e foram tirar as palhas. Essa aqui não é a primeira coberta, já é a terceira. Primeiro nós faz o adobo. Com um sol bastante limpo, os adobo seca em uns 4 dias. Aí com o adobo seco, nós faz o baldrame e começa a subir as paredes. Por último vem a coberta, com as palhas. (Lucenilde Rodrigues, 11 de abril de 2016)

Olha, tem que amassar, tem que carregar o adobe, tem que carregar. Não é só eu não, é umas quatro pessoas aí. Todo dia trabalhando. Primeiro a gente faz os adobe... aí, depois que os adobes tão pronto é que vai se iniciar a casa. Os adobe eu fiz aqui no terreno mesmo. Pro tijolo ficar pronto, pra começar a construir, só se for fazer mesmo todo dia no sol quente, igual tá fazendo esses dias aí, uns três dias aí e o barro tá seco. Pra fazer daí. Tem que revirar também, que às vezes seca só pelo lado de fora. Tem que virar ele pra pegar uma caloria, raspar ele todinho pra colocar num

monte pra poder colocar. Aí depois do adobe, nós monta o baldrame e começa a subir a casa. Aí no final, coloca a madeira pra fazer o telhado e bota a telha por cima. (Joel Vieira do Nascimento, 11 de abril de 2016)

Primeiro eu tirei o barro mesmo do lugar dela aqui. Ia usando do terreno. Fiz as forminhas do adobe e fui fazendo cada tijolo. Eu mesmo ia fazendo, que eu não podia pagar. Meus filhos foram me ajudando a fazer. A madeira do telhado eu fui tirar longe daqui, que aqui não tinha. Eu comprei umas ripas em outro povoado, e eu mesmo que fui fazendo o telhado aos poucos. (fala com orgulho). Depois por último fiz a cobertura. Fiz de duas vez porque eu não podia comprar a telha pra cobrir tudo de uma vez. Demorou mais ou menos uns 6 meses pra ficar pronta. (José Alves de Oliveira, 11 de abril de 2016)

Meus filhos e meu marido que fizeram nossa casa. Com um mês, tava pronta. Nós butava de 3, de 4, de 2, uns amassando, outros tapando, outros envarando, outros esteando, aí foi rápido. Aí no verão, foi rápido pro barro secar, ficou pronto logo. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

As falas permitem perceber o que Martins (2008, p.8) estabelece de que “a própria noção de *habitus* pressupõe atualização de práticas que se naturalizam, permitindo sua constância no tempo, como um elo dinâmico com experiências passadas, o que se aplica à questão da habitação no meio rural.”

Entretanto, se por um lado a incorporação de novos materiais de construção é uma realidade, esta não é tão frequente assim. A maioria das construções é feita à margem do mercado, corroborando a afirmação de Lefebvre (2006) de que “o homem se apropria da natureza para utilizá-la para a própria vida”. A fala de Orizinha Ferreira deixa clara essa característica:

Eles vão levantar, botar o *pontaleto*⁴⁶ ali em cima no telhado, aí vão estear, aí vão envarar todinha, encher de barro, aí vão tirar as palhas. Que aqui a gente não compra! Manda derribar. Nós carrega nos animal, ou paga um carrinho pra buscar a palha. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

A noção do tempo dentro do campesinato também é peculiar, como se pode perceber nos diálogos. Não há uma preocupação em quantificá-lo, fracioná-lo, como é comum na vida urbana.

Quanto tempo demorou pra ficar pronta? Essa daqui demorou um bocado de tempo... acho que mais de mês. Eu não tô lembrada direito das coisas. Só sei que custou um tempo pra fazer, pra levantar. (Maria de Jesus Sousa, 11 de abril de 2016)

Quanto tempo demorou pra ela ficar pronta? Demorou mais de mês... eu não sei dizer direito. Foi num período chuvoso que fiz aqui, daí eu trabalhava um dia, aí

⁴⁶ Pontalete: peça do telhado sobre a qual se apoiam as terças e caibros. Geralmente é apoiado sobre algum plano horizontal (laje ou viga).

chovia. Aí tinha que deixar secar bastante pra poder construir. (Joel Vieira do Nascimento, 11 de abril de 2016)

Esta noção de tempo corrobora o que Wanderley (2004, p. 46) afirma que, dentro do campesinato, há um “tempo diferenciado, associado às vicissitudes da natureza e ao calendário agrícola.” O tempo dos camponeses está mais associado ao calendário agrícola e à percepção do regime de chuvas do que a calendários semanais. Ou como afirma Arruda (2007, p.134) “para o camponês a unidade de tempo é o dia, a semana e o ano agrícola, e não um ritmo pautado pelo salário, pelo relógio ponto, onde a principal unidade de tempo é o mês, período que regula a remuneração do trabalhador”.

Os diálogos também demonstram a fibra de espírito e a autonomia que os moradores aprendem a desenvolver desde cedo na solução de seus problemas:

Eu fiz foi uma casa de taipa, eu sozinha. Eu criei meus filhos tudo pequenininho nesse tempo, e eu trabalhava era de noite, carregando pau aqui nesse ombro vei, enfiando, tirando feixe de vara, quando eu chegava 12 hora, eu vinha caindo de fome, de tanto tirar pau dentro dos mato, eu sozinha e meus filho tudo pequeno, tinha que fazer uma casa pra eles não ficarem debaixo dos pau. Nesse tempo meu marido tava doente, aí era só eu mesmo. Logo eu fui criada na casa do meu pai, meu pai não me criou na casa de ninguém, ele me criou foi trabalhando. Aí eu fui aprendendo a me virar desse jeito. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

Compreendidos aspectos sobre a produção do território de Pequizeiro e das relações de sociabilidade existentes no povoado, cabe analisar a moradia no terreno e os elementos que a compõem, que serão vistos a seguir.

2.6.4 – A moradia no terreno

A compreensão dos elementos externos à casa é fundamental para o entendimento da moradia camponesa; pois, como já dito, no campo o sentido de morar não se circunscreve somente à casa. É no exterior dela que parte do trabalho da família se espacializa. Morar extrapola as paredes internas da casa e alcança o quintal. (Arruda, 2007)

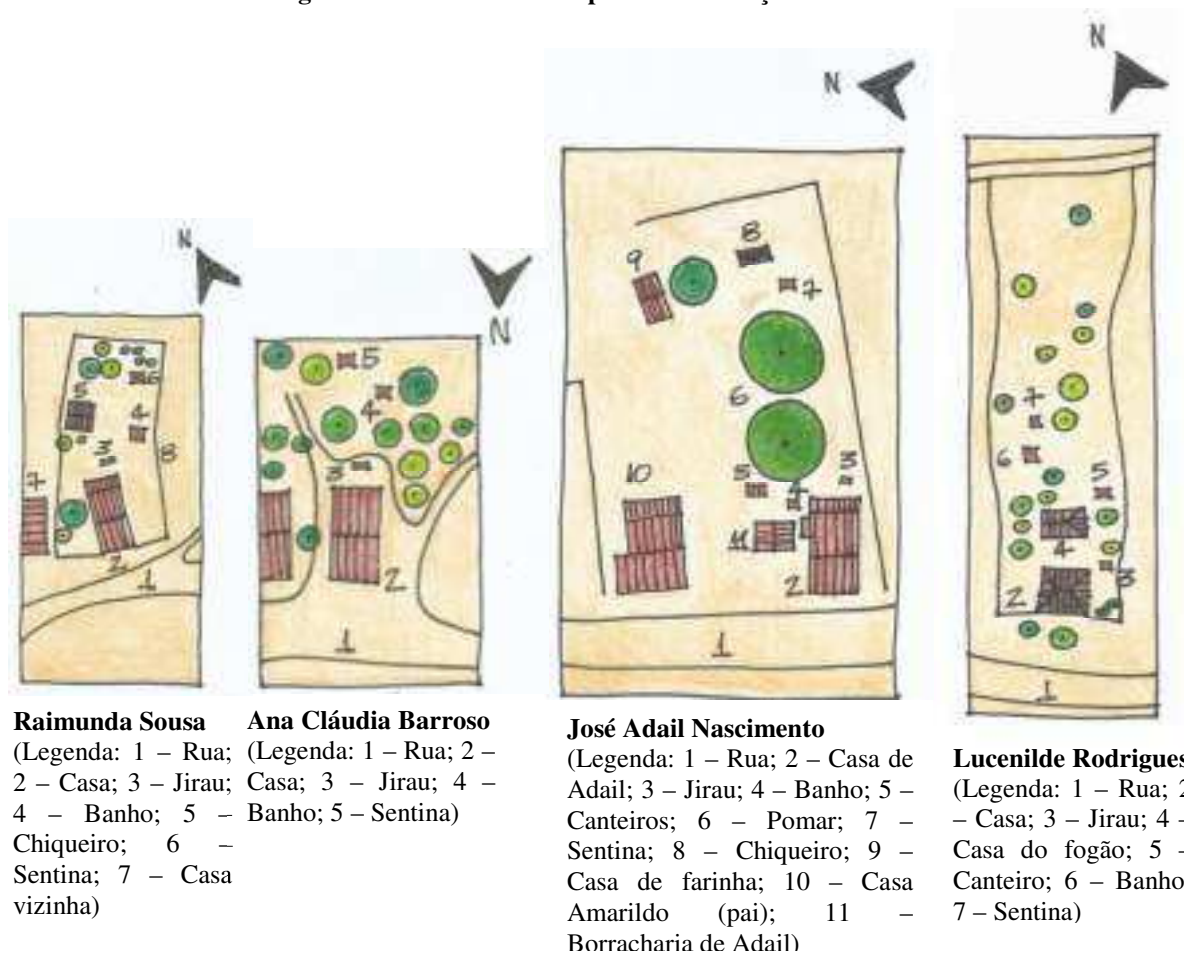
A análise dos tipos de casas em Pequizeiro me permitiu perceber que seus moradores se organizam de acordo com o que Arruda (2007) denomina “mínimo habitável” - o termo corresponde ao que os camponeses consideram como necessário para o abrigo do grupo familiar, utilizando, para isso, os recursos disponíveis na natureza: terra, madeira, palha. Alguns moradores atribuem à casa uma condição de provisoriedade, como se percebe na fala de Maria de Jesus Sousa:

Quando nós fizemo essa casa, não pensamo pra onde podia aumentar depois não... porque a gente fez já pensando em fazer um de adobe depois. Mas aí veio esse programa e a gente decidiu esperar antes de começar. (Maria de Jesus Sousa, 11 de abril de 2016)

É possível também perceber como a moradia camponesa se organiza em uma estrutura que maximiza o uso do espaço exterior. A casa destina-se ao abrigo da família e ao preparo dos alimentos; no terreno em que está circunscrita, são especializadas a produção da roça, as áreas de banho e de lavagem de roupas, as instalações sanitárias, as áreas de sombra sob as árvores para as conversas de fim de tarde. É nos fundos da casa que também são criados atalhos e percursos para a casa de vizinhos e parentes, que passam despercebidos por um observador desatento.

A figura 43 exhibe esquemas de representação de quatro das moradias visitadas.

Figura 43 – A moradia camponesa em relação ao terreno



Fonte: Autora, 2017

No quintal, costumam estar situados o jirau - próximo à cozinha, para facilitar as tarefas de preparo de alimentos e lavagem dos pratos e roupas; os canteiros para o cultivo suspenso de verduras e legumes; o pomar de árvores frutíferas, destinadas ao consumo familiar; a roça de mandioca, maxixe e feijão; a sentina, nos fundos do terreno, que mantém-se como uma edificação oculta aos olhos de visitantes; o banheirinho, edificação construída e destinada ao banho da família; a casa do fogão de barro, para o preparo de alimentos como o feijão e a carne; o chiqueiro e o galinheiro, destinados ao alojamento dos porcos e frangos criados pela família, respectivamente. Em terrenos compartilhados por mais de uma família, é comum perceber o uso coletivo de edificações, como se nota no terreno de José Adail, que divide com o pai a utilização da casa de farinha. A presença destes usos comprova as funções que Arruda (2007) atribui ao quintal da casa camponesa:

A casa-quintal é, ao mesmo tempo, chão de morada e terra de plantio. Externa a ela, tem a área de cultivo de subsistência, que garantirá a reprodução da família, as árvores, a horta, as demais unidades físicas, o banheiro, o galinheiro, a casa de outros membros da família e ainda os diversos atalhos que ligam o lote a outras imediações do sítio. (ARRUDA, 2007, p. 80)

2.6.5 - Elementos da moradia camponesa de Pequizeiro

No intuito de compreender melhor o papel e importância de cada um destes elementos que compõem a moradia rural, busco estabelecer uma análise a partir dos materiais utilizados e seus usos, descritos a seguir.

2.6.5.1 – Os “cômodos habitáveis”⁴⁷

Na moradia camponesa, os quartos e as salas são cômodos destinados ao descanso e ao recolhimento da família. Na contramão de definições por parte da arquitetura, que busca estipular quais são os cômodos habitáveis de uma casa, a moradia camponesa não obedece à essa categorização do espaço, de modo que, não raro, a cozinha também é um espaço de sociabilidade (“de estar”) e as áreas externas às casas, como os alpendres, também são utilizadas para o descanso.

Em famílias com mais de 5 moradores e apenas um quarto, é comum perceber uma organização para o descanso na qual a mãe e as crianças pequenas compartilham do mesmo quarto, enquanto o pai e os filhos homens maiores dormem na sala, utilizando redes. De todos os cômodos que compõem a casa, os quartos são os reservados à intimidade da família. É nele que são guardados itens de uso pessoal, como roupas, redes e documentos. Em algumas casas, é possível perceber o uso de uma pequena mesa em um dos cantos do quarto, para guardar a bíblia e imagens de santos.

A sala, que costuma ser de uso heterogêneo - distintamente do que Heredia (2013) percebeu em sua pesquisa de campo – é o lugar de recebimento das visitas. A forma de organização do espaço interno da sala obedece à mesma estética que Arruda (2007, p. 128) percebeu em trabalho de campo: “no interior da casa enfeites e lembranças da família decoram as paredes que circunscrevem esse espaço, assim como quadros, flores, retratos e familiares e santos, objetos que dão vida ao espaço da sala”.

⁴⁷ Termo comumente utilizado na arquitetura para definir espaços da casa que são utilizados para estar e dormir.

Figura 44 – Redes para dormir na sala



Fonte: Autora, 2016

Figura 45 – Lembranças de família sobre as paredes da sala



Fonte: Autora, 2016

2.6.5.2 - A cozinha

Em Pequizeiro, a cozinha não se destina apenas ao preparo dos alimentos, mas também ao convívio cotidiano da família. É possível observar mães e filhas trabalhando juntas na cozinha, no preparo dos alimentos para os homens que vão ao trabalho da roça. Durante o processo, conversam entre si para “fazer o tempo passar mais rápido”. A tarefa de cozinhar, que quando preparada solitariamente, seria enfadonha, torna-se um momento de convivência e socialização entre familiares. É comum também perceber a extensão da cozinha, com a construção de uma meia-água destinada a abrigar a mesa das refeições, onde a família se reúne para conversar e comer. Os usos e valores simbólicos atribuídos ao espaço da cozinha confirmam a perspectiva de Silva (2009, p.1), que a compreende “não só como um lugar de encontros (ou) de interação das técnicas das relações sociais e das representações dentro da família nuclear, no fazer doméstico, mas também uma cozinha que se estende pelo entorno (o terraço e o terreiro), uma cozinha externa mais social”.

O uso do fogão a carvão indica a presença de uma sociabilidade de base familiar que se inicia desde a aquisição da madeira no brejo, onde homens e mulheres saem juntos para a coleta do material, até a produção final dos alimentos cultivados na roça, pelas mulheres na cozinha. Quase todas as casas da amostra possuem os dois tipos de fogão – a gás e a carvão – sendo o primeiro utilizado para cozimentos rápidos, como a fervura de uma água para o café; e o segundo, para cozimentos mais lentos, como a carne e o feijão. Esta escolha demonstra o cuidado dos camponeses em economizarem o uso do gás – item de cara aquisição – como demonstra a fala de Naidles dos Santos.

Fogão de gás a gente só usa mesmo pra ferver a água pro café, que é caro demais o bujão. Aqui nós gosta de cozinhar no quintal, no fogão de carvão, pra fazer um feijãozinho, uma carne... (Naildes dos Santos, 01 de junho de 2017)[

Nas casas visitadas, foi possível verificar a existência de três tipos de cozinha: dentro da casa, cozinha da meia-água e a cozinha do terreiro. Na cozinha interna, os moradores costumam alojar a geladeira, o fogão a gás e a “bateria”⁴⁸ de panelas de alumínio, a mesa das refeições com cadeiras, guarda-louças, além de recipientes para guardar água. A cozinha da meia-água, como já dito, exerce também a função de ser um espaço de socialização entre os membros da família. A cozinha do terreno, mais incomum, é percebida em casas com família mais extensa, e também com mais poder aquisitivo; como a meia-água, a cozinha do terreno exerce a função de edificação de apoio para a cozinha interna da casa. Contudo, nem todos os moradores apresentam condições de possui mobiliário. É o caso de Maria de Jesus Souza, que descreve o cotidiano de sua família durante as refeições:

Maria de Jesus Souza: Cada um pega um prato e cada um senta numa roda no chão, lá atrás. Num tem mesa nem cadeira, então a gente senta é no chão mesmo. (11 de abril de 2016)

Figura 46 – Cozinha interna



Fonte: Autora, 2016

Figura 47 – Cozinha na meia-água



Fonte: Autora, 2016

⁴⁸ A bateria é o termo que os moradores usam para se referir à grade de ferro com ganchos que é utilizada pra pendurar as panelas.

Figura 48 – Cozinha no terreno

Fonte: Autora, 2016

É possível perceber também que as tarefas da cozinha costumam ser de atribuição feminina; a higiene dos utensílios de cozinha é feita por mulheres e crianças, de ambos os sexos, bem como o preparo dos alimentos e a lavagem das roupas. Aos homens, cabe a atribuição do trabalho na roça, o que corrobora a afirmação de Silva (2009), que explica a divisão do trabalho no campesinato:

O tempo de desenvolvimento de cada serviço é planejado de acordo com a necessidade de alimentação do homem que trabalha fora e das crianças que vão para a escola. Cabe ao homem o trabalho fora de casa, no roçado, nas firmas, nos sítios vizinhos. O trabalho do masculino no espaço da cozinha está diretamente ligado aos cuidados dos animais que ficam no terreiro, em pequenos cercados. A ocupação com os animais que ficam no entorno da casa, na área do quintal, é incluída nas obrigações domésticas diretamente ligadas a cozinha, cabendo a mulheres e crianças a responsabilidade de alimentá-los colocando restos de comidas e sobras das cozinhas da comunidade. (SILVA, 2009, p.12)

Esta divisão está, portanto, pautada por gênero e confirma a situação de oposição casa-roçado da qual Heredia (1979) faz referência, onde o universo da vida familiar camponesa é definido em termos de papéis sociais atribuídos aos gêneros, onde espera-se que o homem faça o trabalho da roça, e a mulher, o trabalho da casa.

2.6.5.3 - O quintal

É no quintal da moradia camponesa que se realiza a maior parte das atividades produtivas do grupo doméstico: roça, produção, secagem de farinha e de arroz. Estão nele também o pomar e a rocinha, além dos atalhos para outras roças, conhecidos apenas por quem mora de fato no povoado. Os quintais são bem cuidados e rodeados por árvores nativas:

cajueiros, bacurizeiros, mamoeiros compõem o pomar cujos frutos são consumidos pela família.

É no quintal que se instalam os jiraus, estrados de tábuas sobre troncos fincados ao chão que servem de apoio para a lavagem das roupas e utensílios de cozinha, ou para a secagem de feijões. Costumam ser instalados embaixo de uma árvore, de modo a garantir sombra aos moradores durante as tarefas cotidianas.

Figura 49 – Lavagem dos utensílios da cozinha no jirau



Fonte: Autora, 2016

Figura 50 – Secagem do feijão no quintal



Fonte: Autora, 2016

No quintal também se localizam as edificações de apoio da casa, como o galinheiro e o chiqueiro, destinados à criação de animais como fundo de reserva das famílias. Costumam ser construídos em palha e troncos de madeira, como mostra a figura 51.

Figura 51 – Chiqueiro construído com troncos de madeira e palha



Fonte: Autora, 2016

A sentina é uma instalação descolada do corpo da casa, situada nos fundos do terreno, destinada ao descarte de fezes e urina. Trata-se de uma escavação simples, sem revestimento interno, dedicada ao depósito dos dejetos. Suas paredes externas costumam ser feitas em adobe ou taipa, com cobertura em palha ou telha cerâmica. Em algumas habitações de adobe do povoado, é possível observar a sua construção contígua às paredes externas da casa, formando um anexo denominado pelos moradores de “puxadinho”.

Sobre a construção e manutenção das sentinas, os moradores esclarecem que, quando alcançam o limite de acúmulo, precisam ser vedadas e reconstruídas em outro local do terreno. A depender do tamanho da família e da profundidade da escavação, o tempo para a vedação da sentina varia de 3 meses a 1 ano.

Figura 52 – Variações de sentinas em Pequizeiro



Fonte: Autora, 2016

Além, da sentina, outro item é destinado à higiene da família: o banheirinho. Construído em palha ou alvenaria, trata-se de uma edificação também situada nos fundos do terreno e destinada ao banho dos moradores.

Figura 53 – Banheirinho de alvenaria



Fonte: Autora, 2016

Figura 54 – Banheirinho de palha



Fonte: Autora, 2016

Os depósitos, ou paióis, são edificações que podem estar tanto adjacentes à cozinha nos fundos, como independentes no terreno. Destinam-se à armazenagem dos itens produzidos na roça ou para guardar utensílios necessários ao trabalho diário, como enxadas e carroças.

As casas de farinha, por sua vez, são edificações de grande importância no cotidiano dos moradores de Pequiizeiro. Em entrevistas, a maioria afirmou produzir farinha para consumo próprio e para venda, tomando como empréstimo as casas de farinha de vizinhos. Não só a farinha, como também outros derivados da mandioca estão inseridos nos hábitos alimentares dos moradores de Pequiizeiro.

Figura 55 – Casa de farinha no quintal do terreno



Fonte: Autora, 2016

Figura 56 – Preparo da mandioca na casa de farinha



Fonte: Autora, 2016

A partir do trabalho de campo realizado, foi possível perceber que a casa, como lugar de moradia de uma unidade familiar, está integrada a uma rede de moradias, de parentes e vizinhos que, juntos, compõem uma unidade social conectada por relações de reciprocidade e solidariedade. São estas relações que impulsionam a economia local; no calendário agrícola, camponeses estabelecem entre si redes de ajuda na produção, através da troca de dias, de sementes e de produtos. Trata-se de um território em que vigoram relações de reciprocidade, de trocas materiais e simbólicas de bens e serviços, e de estabelecimento de alianças.

O povoado Pequizeiro é um território - um espaço transformado pela produção humana - e constituído pelas identidades e histórias de cada um de seus moradores. A moradia camponesa em Pequizeiro é também uma unidade de produção, articulada ao terreno e a outros equipamentos comunitários - como as casas de farinha de vizinhos - onde vigoram relações de reciprocidade e apoio mútuo. A moradia camponesa está em relação com o trabalho, a família, a terra e a natureza.

No próximo capítulo, apresento as minhas percepções sobre como se deu a aplicação do Minha Casa Meu Maranhão e como os beneficiários se apropriaram da nova casa proposta pelo programa.

3 – O PROGRAMA MINHA CASA, MEU MARANHÃO EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA

Este capítulo busca refletir sobre a experiência da construção das unidades habitacionais do programa Minha Casa Meu Maranhão no povoado Pequizeiro, e as implicações ao modo de morar que a nova casa, de alvenaria cerâmica, trouxe para seus beneficiários. Para tanto, faço previamente uma apresentação preliminar do que se propõe o Plano Mais IDH (PMI), ao qual o PMCMM está vinculado, para posteriormente apresentar a pesquisa de campo, realizada em distintos momentos, ao longo de 19 meses.

3.1 – O Plano Mais IDH: objetivos e propostas

O atual governo estadual, no intuito de priorizar o enfrentamento das condições de vida precárias da maioria da população maranhense, adotou como estratégia principal de gestão a inclusão socioprodutiva dos municípios mais pobres do estado. Para definir quais municípios seriam inicialmente o alvo da gestão, o governo fez uso do Índice de Desenvolvimento Humano⁴⁹, criado em 1990 pela ONU.

Contudo, como os estudos de IDH da ONU revelam apenas as condições de vida dos países que são membros da Organização, fez-se necessário criar novos indicadores que revelassem a realidade local dos municípios. Munidos desta tarefa, técnicos do IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos) adotaram o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – para ranquear os municípios do estado em maior situação de vulnerabilidade social.

O IDHM faz uso das mesmas dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda -, entretanto vai além do segundo, ao inserir no cálculo o uso de indicadores nacionais. “Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras” (ATLAS BRASIL, 2015). A tabela 5 estabelece as comparações entre os indicadores e demonstra como o IDHM leva em conta dados mais específicos sobre os municípios.

⁴⁹ “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento” (PNUD, 2015)

Tabela 5 - Comparação entre o IDHM e o IDH Global

	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
		População Adulta	População Jovem	
IDHM Brasil 2013	Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo (peso 1)	% 5-6 na escola % 11-13 nos anos finais do fundamental % 15-17 com fundamental completo % 18-20 com médio completo (peso 2)	Renda mensal per capita (em R\$ ago/2010)
IDH Global	Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Média Nacional per capita (US\$ ppp/2005)

Fonte: PNUD (2015)

Em uma primeira classificação geral, levando em conta os indicadores de Educação, Saúde e Renda, o IMESC apontou para 140 municípios no estado com índices considerados abaixo da média. Devido ao caráter ainda experimental do Plano, a gestão optou por selecionar inicialmente apenas os 30 primeiros municípios da lista, para executar as ações vinculadas ao PMI.

Desta forma, o Plano Mais IDH foi instituído formalmente pelo Governo do Estado do Maranhão pelo Decreto nº 30.612, de 02 de janeiro de 2015. Seu objetivo principal é promover, através de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, a superação de extrema pobreza e desigualdade social presentes no meio urbano e rural do Estado. (IMESC, 2015). De acordo com o Art. 1º do decreto, as diretrizes propostas no Plano de Ações visam a

- I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
- II - ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos municípios;
- III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
- IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, calcado em um modelo de desenvolvimento que atenda às especificidades de cada um deles;
- V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações. (IMESC, 2015, grifo meu)

Através da instituição de um Comitê Gestor, presidido pelo governador do Estado, em parceria com as Secretarias de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), de Desenvolvimento Social (SEDES), de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP), de Saúde (SES), de Educação (SEDUC), de Agricultura Familiar (SAF), do Trabalho e da Economia

Solidária (SETRES), das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), da Igualdade Racial (SEIR), com a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) e com o IMESC, o Plano Mais IDH prevê que suas atividades devem ser realizadas visando integrar as ações entre Estado e municípios, compatibilizando a intersetorialidade, a transdisciplinaridade, a integralidade, a participação da sociedade civil e o controle social.

Tabela 6 - Os 30 municípios maranhenses de menor IDH

Ranking	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
1	Fernando Falcão	0,443	0,417	0,728	0,286
2	Marajá do Sena	0,452	0,400	0,774	0,299
3	Jenipapo dos Vieiras	0,490	0,445	0,766	0,346
4	Satubinha	0,493	0,450	0,720	0,369
5	Água Doce do Maranhão	0,500	0,494	0,697	0,363
6	Lagoa Grande do Maranhão	0,502	0,480	0,731	0,360
7	São João do Carú	0,509	0,487	0,684	0,397
8	Santana do Maranhão	0,510	0,445	0,758	0,394
9	Arame	0,512	0,525	0,701	0,365
9	Belágua	0,512	0,417	0,707	0,455
9	Conceição do Lago-Açu	0,512	0,492	0,738	0,370
9	Primeira Cruz	0,512	0,448	0,722	0,414
13	Aldeias Altas	0,513	0,500	0,720	0,374
14	Pedro do Rosário	0,516	0,475	0,696	0,415
14	São Raimundo do Doca Bezerra	0,516	0,478	0,700	0,410
14	São Roberto	0,516	0,475	0,738	0,391
17	São João do Sóter	0,517	0,486	0,711	0,401
18	Centro Novo do Maranhão	0,518	0,508	0,717	0,382
18	Itaipava do Grajaú	0,518	0,456	0,726	0,419
18	Santo Amaro do Maranhão	0,518	0,454	0,738	0,416
21	Brejo de Areia	0,519	0,507	0,677	0,408
21	Serrano do Maranhão	0,519	0,440	0,735	0,433
23	Amapá do Maranhão	0,520	0,503	0,688	0,406
24	Araioses	0,521	0,497	0,709	0,402
24	Governador Newton Bello	0,521	0,509	0,718	0,387
26	Cajari	0,523	0,456	0,747	0,421
27	Santa Filomena do Maranhão	0,525	0,461	0,722	0,435
28	Milagres do Maranhão	0,527	0,465	0,764	0,413
29	São Francisco do Maranhão	0,528	0,503	0,733	0,400
30	Afonso Cunha	0,529	0,471	0,725	0,434

Fonte: PNUD (2015)

3.2 – O programa Minha Casa, Meu Maranhão

Coordenado pela SECID, o Programa Minha Casa, Meu Maranhão atua como uma das frentes de trabalho do Plano Mais IDH, visando, através da produção habitacional de alvenaria cerâmica, atender e incluir produtivamente trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, no intuito de melhorar as condições de habitação destes sujeitos. A SECID se responsabiliza também pela fiscalização das obras, validação dos relatórios de medição e acompanhamento, e pelo monitoramento e análise dos indicadores de desempenho do programa.

A proposta de inserção da participação popular no desenho do programa se dá através do Comitê Gestor, composto por técnicos no âmbito municipal, responsáveis por acompanhar as etapas de execução do programa, e por fazer a ponte entre o governo e as lideranças comunitárias.

A Matriz de Responsabilidades proposta pela SECID planejou a contratação inicial de 650 unidades habitacionais, distribuídas em 7 municípios do PMI, além de uma lista de atividades a serem executadas num horizonte temporal de 18 meses.

Tabela 7 – Demonstrativo das ações

Operacionalização			
Objetivos	Ações/Atividades	Prazo	
		Início	Término
Construir habitações dignas para a população rural	Licitar o projeto de Engenharia	mai/15	ago/15
	Execução das Obras Cíveis	ago/15	out/16
	Fiscalização das obras	ago/15	out/16
Desenvolver ações socioeducativas que possibilitem, aos beneficiários, uma intervenção crítica e qualificada frente às questões do cotidiano, despertando-os para o exercício da cidadania	Ações de Mobilização e Organização Comunitária	ago/15	nov/16
	Ações de Educação Sanitária, Ambiental e Patrimonial	ago/15	nov/16
	Ações de Educação Financeira	ago/15	nov/16
	Ações de Pós-ocupação	ago/16	nov/16
Promover curso de capacitação de Geração de Trabalho e Renda, respeitando os interesses e as potencialidades produtivas e de mercado	Ações de Capacitação de Geração de Trabalho e Renda	ago/15	nov/16

Fonte: Maranhão, 2015b

Com um orçamento total de R\$ 18.850.000,00 (tabela 8), as unidades são financiadas com os recursos do FUMACOP (Fundo Maranhense de Combate à Pobreza), com 100% de subsídio aos seus beneficiários. Na primeira fase do PMCMM, foi prevista a construção de 650 unidades em 7 municípios, distribuídas em Belágua (96 UH), Cajari (54 UH), Marajá do Sena (100 UH), Santana do Maranhão (100 UH), Santa Filomena (100 UH), Amapá do Maranhão (100 UH) e Serrano do Maranhão (100 UH). O custo unitário da habitação foi estipulado em R\$ 28.500,00 para as obras civis e R\$ 500,00 por família para o Trabalho Técnico Social.

Tabela 8 - Orçamento do Programa Minha Casa, Meu Maranhão

Descrição / Atividades	Valor R\$			Fonte de Recursos
	Custeio	Investimento	Total	
Execução do Projeto Técnico de Engenharia - Construção das Unidades Habitacionais	-	18.525.000,00	18.525.000,00	FUMACOP
Execução do Projeto Técnico Social: Ações Socioeducativas e Curso de Geração de Trabalho e Renda	-	325.000,00	325.000,00	FUMACOP
Total	-	18.850.000,00	18.850.000,00	FUMACOP

Fonte: Maranhão, 2015b

Para serem selecionados no Programa, a SECID determinou que os beneficiários precisam atender aos seguintes critérios:

- Renda Bruta Anual de até R\$ 15.000,00;
- Residentes na zona rural dos municípios;
- Agricultor familiar e Trabalhador Rural;
- Possuir na família pessoas com deficiências ou idosos;
- Mulheres chefes de família;
- Moradia de taipa coberta de palha ou não possuir moradia.

As expectativas da SECID com a execução do programa são otimistas e visam a melhoria das condições de habitabilidade dos beneficiários.

O quadro de exclusão social vivenciado pela comunidade, onde não existem moradias dignas, carência total de serviços e de infraestrutura dentre outros problemas, é a razão pela qual esse projeto tem um papel importante no resgate da cidadania, na melhoria da qualidade de vida e conseqüentemente de autoestima da população (Maranhão, 2015b).

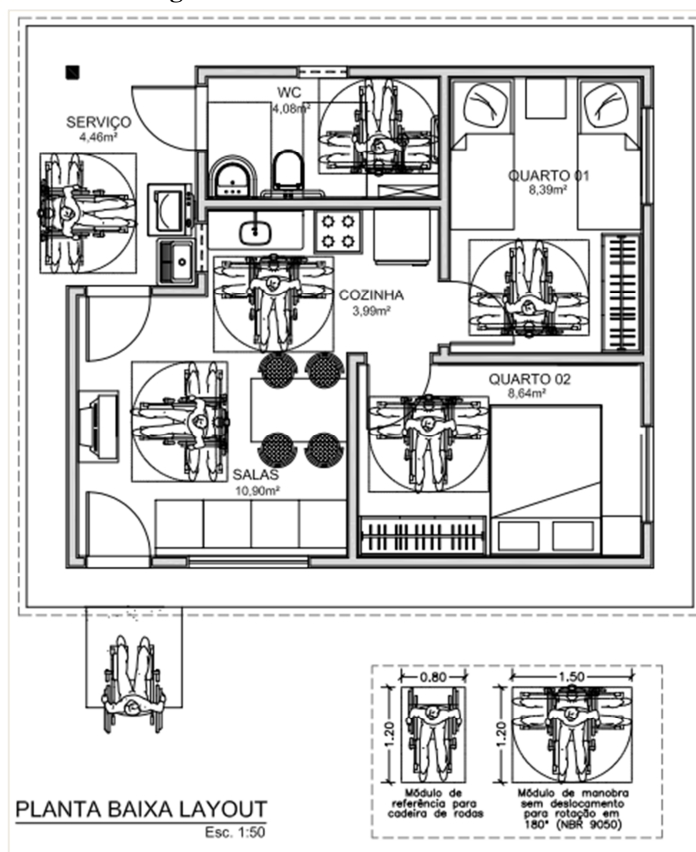
Além do foco na melhoria das condições de morar, o desenho do programa também visa priorizar a mão-de-obra local, comprometendo-se a contratar trabalhadores locais na execução das casas.

O projeto visa o aproveitamento, preferencialmente, e valorização da mão de obra local, onde serão identificadas as potencialidades produtivas de cada município e povoado. Essa ação tem por objetivo a geração de trabalho e renda durante o período de execução das atividades propostas, minimizando a falta de oportunidades dos mercados locais. (Maranhão, 2015b).

Assim, de acordo com a proposta da SECID, as ações executadas pelo Programa visam reduzir o déficit habitacional rural; manter o agricultor familiar na zona rural, vivendo em condições dignas; criar melhores condições de habitabilidade, que terão impacto sobre a saúde e a qualidade de vida dos beneficiários, bem como gerar trabalho e renda, através do trabalho técnico social.

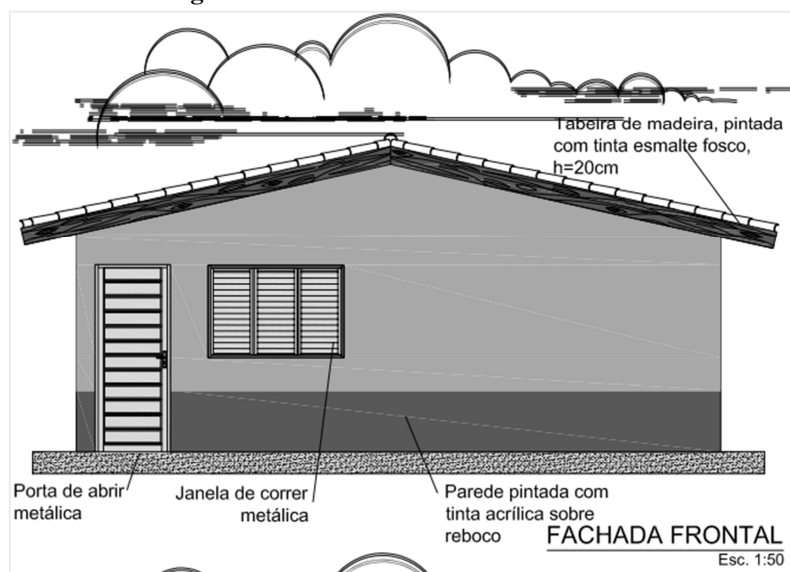
O projeto arquitetônico apresenta apenas uma tipologia de planta, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, e toma como diretrizes as especificações mínimas propostas pela CEF, prevendo a adequação das áreas dos cômodos para cadeirantes. De acordo com as especificações técnicas do projeto, todos os cômodos receberão acabamento em piso cerâmico, paredes com tinta acrílica sobre reboco, esquadrias de ferro, e cobertura em telha cerâmica com madeiramento. Ao todo, o projeto de uma unidade conta com uma área construída total de 46,43 m², e área útil de 36 m² (sem área de serviço e varanda).

Figura 57 - Planta baixa do PMCMM



Fonte: SECID (2013)

Figura 58 - Fachada frontal do PMCMM



Fonte: SECID (2013)

O Trabalho Técnico Social é um dos elementos fundamentais no programa. Nas políticas desenhadas pelo governo federal, o TTS vem sendo normatizado através de resoluções e portarias do Ministério das Cidades, que reconhecem sua importância no alcance dos resultados pretendidos:

O trabalho social, como componente estratégico dos projetos de habitação, deve ser desenvolvido pelos agentes executores com todas as famílias beneficiárias, sendo que os normativos dos programas preveem a participação de profissionais qualificados da área social e a responsabilidade técnica de Assistentes Sociais ou Sociólogos, que integram a equipe da Unidade Executora Local (UEL), responsável pelos projetos contratados.

A necessidade de garantir o acesso digno à moradia implica em lidar com a questão da provisão habitacional em seus diversos aspectos, devendo-se, portanto, ir além do entendimento de que o combate ao déficit habitacional está restrito à construção de unidades habitacionais, mas implica também, no direito à cidade e ao acesso a novos patamares de cidadania e qualidade de vida (BRASIL, 2010).

A SECID credita ao TTS do programa a tarefa de promover a geração de renda na comunidade, através da “participação da população, incentivo à organização comunitária, respeitando os limites e demandas da mesma” (Maranhão, 2015b). O memorial descritivo do programa estabelece que tanto a execução das obras quanto o trabalho técnico social serão licitados e de responsabilidade da empresa contratada.

No povoado Pequizeiro, tive a oportunidade de acompanhar várias etapas de execução do programa, desde o cadastramento dos beneficiários até o estágio avançado de conclusão de obras e ocupação das casas. Todas as experiências que registrei estão expostas nas etapas a seguir.

3.3 - A produção habitacional do Programa Minha Casa, Meu Maranhão em Pequizeiro

Em Belágua, a previsão do programa foi a de construir 96 unidades habitacionais, sendo 51 delas no povoado Pequizeiro, e as demais distribuídas nos povoados de Marajá, Preazinho, Jussaral e Pilões. Meu objetivo foi apreender como a mediação entre técnicos e beneficiários ocorreu, durante várias etapas de acompanhamento da execução do programa, bem como perceber de que forma os beneficiários se apropriaram da “nova casa”.

O trabalho de campo foi executado a partir da observação situada, que como afirma Geertz, permite desvendar o tom e a qualidade da vida cultural, o *ethos* e o *habitus* do grupo, e possibilita interpretar o sistema simbólico que orienta a vida e os valores éticos dos grupos em um sistema social. (1978). A partir dessa perspectiva metodológica, assumi o pressuposto de que todo o conhecimento produzido durante a pesquisa se refere à minha

percepção diante do campo social que investigo, e jamais assumo a pretensão de compreendê-lo em sua plenitude. Ao todo, foram realizadas cinco visitas de campo, ao longo de 19 meses. Durante este processo, pude acompanhar desde a fase inicial de cadastramento de beneficiários, até o processo avançado de construção das casas, onde os moradores já as ocupavam.

3.3.1 - A apresentação do programa aos beneficiários

A primeira etapa do programa MCMM - realizada em setembro de 2015 pela equipe técnica da SECID - buscou preparar uma caracterização dos beneficiários, a partir da aplicação, por parte da equipe do Trabalho Técnico Social, de um questionário socioeconômico para definir composição familiar, produção na roça, escolaridade e renda dos beneficiários. Além dos questionários, a equipe do TTS também realizou um levantamento fotográfico das habitações rurais e a coleta, através de um aparelho de GPS, das coordenadas geográficas dos terrenos onde foram construídas as novas casas.

Na visita à Pequizeiro, a equipe do TTS, já em contato prévio com uma das lideranças locais – o presidente da Associação, Amarildo Nascimento – organizou uma reunião com todos os beneficiários, na Igreja São Pedro. Durante a reunião, as assistentes sociais responsáveis pela coordenação das atividades do Programa expuseram os procedimentos que deverão ser realizados com a licitação das obras e contratação da construtora, reforçando a exigência de contratação de mão de obra local para os serviços de construção, tanto para homens quanto para mulheres. Informaram que a demolição da casa anterior de adobe ou de palha, após o recebimento da nova casa, fazia parte do conjunto de exigências para ter acesso ao programa.

Também foi informado que, após o início das obras, caberia aos moradores acompanhar a execução dos serviços, zelando pela qualidade das moradias. Da mesma forma, os presentes tomaram conhecimento da realização do TTS, que irá acontecer durante as obras, com o objetivo de capacitar os moradores para melhorar a produção e aumentar sua capacidade de gerar renda na comunidade.

Figura 59 - Reunião da equipe do TTS da SECID com os beneficiários em Pequizeiro



Fonte: Autora, 2015

Figura 60 – Aplicação dos questionários aos beneficiários



Fonte: Autora, 2015

Durante a aplicação dos questionários, percebi que os beneficiários se sentiam constrangidos de revelar a renda familiar. A maioria respondeu que gera renda de até R\$100,00 por mês, obtida pela produção de farinha. De modo complementar a esta renda, todas as famílias recebem benefícios do Programa Bolsa Família.

Posteriormente à conversa com os beneficiários, a equipe do TTS realizou o trabalho de coleta das coordenadas geográficas das moradias e terrenos dos beneficiários que participaram do programa. Aos beneficiários que não possuíssem espaço suficiente para a construção da nova casa no terreno em que já moram, foi apresentada a solução de construir a casa em outro terreno, dentro do povoado, desde que devidamente acordado com a Associação de Moradores.

Figura 61 – Beneficiária 1 diante do terreno da nova casa



Fonte: Autora, 2015

Figura 62 – Beneficiária 2 diante do terreno da nova casa



Fonte: Autora, 2015

Durante o percurso de coleta das coordenadas, foi possível perceber que a maioria das casas do povoado são construídas em adobe não revestido e taipa, com a cobertura variando entre a palha e a telha cerâmica.

Figura 63 – Casa de adobe não revestido com cobertura de palha de buriti



Fonte: Autora, 2015

Figura 64 – Casa de adobe não revestido com cobertura de telha cerâmica



Fonte: Autora, 2015

Figura 65 – Casa de taipa não revestida com cobertura de palha de buriti



Fonte: Autora, 2015

3.3.2 – A moradia existente e seu valor de uso

A segunda visita, realizada em março de 2016, já se deu sem a presença dos técnicos da SECID; esta desvinculação foi necessária, a fim de que os moradores não me confundissem como uma integrante da secretaria, e se sentissem de alguma forma inibidos de exporem suas opiniões a respeito do programa. Identifiquei-me como estudante da UEMA, que estava ali para fazer uma pesquisa sobre o modo de morar dos beneficiários antes e depois do programa. Na ocasião, selecionei uma amostra de 11 beneficiários para realizar o levantamento arquitetônico e fotográfico das casas de adobe e taipa onde seriam feitas as

substituições, bem como a locação das coordenadas geográficas dos pontos das casas. O estudo das tipologias das casas levantadas está exposto no capítulo 3.

Durante esta segunda visita, já em contato mais direto com os beneficiários, foi possível perceber como a moradia está para eles associada a um valor de uso.⁵⁰ Todos os moradores visitados possuem uma roça nos fundos do terreno, onde o cultivo é destinado para o consumo familiar. As edificações anexas, situadas no quintal – e mais detalhadas no capítulo 3 - são extensões da casa, desempenhando funções de apoio.

Figura 66 – Levantamento arquitetônico das moradias



Fonte: Autora, 2016

Figura 67 – Construção de apoio no quintal



Fonte: Autora, 2016

Figura 68 – Construção de apoio para depósito



Fonte: Autora, 2016

Figura 69 – Sentina nos fundos da casa



Fonte: Autora, 2016

⁵⁰ Sobre o valor de uso, Marx define que “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso.” (2013, p. 158). O valor de troca, por sua vez, é uma “relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (2013, p.158)

3.3.3 – A percepção dos moradores sobre o processo

Na terceira visita, realizada em abril de 2016, busquei conversar com os beneficiários, através de entrevistas semiestruturadas⁵¹, para perceber como tinham apreendido as informações repassadas pela equipe da SECID, e quais eram suas expectativas a respeito do programa.

Os diálogos me permitiram concluir que a maioria dos beneficiários soube do programa através da Associação de Moradores, antes da chegada da SECID ao povoado. José Raimundo, um dos beneficiários, atribui à Associação a tarefa de ter selecionado as famílias com maior necessidade. Outros beneficiários, como Maria de Jesus Sousa, não compreende o porquê da seleção de alguns moradores, uma vez que já possuem uma “boa casa”:

José Raimundo Nascimento: Começou por aí. E aí na época, eu era o presidente, aí a gente selecionou as família, né, que a gente conhece, as família que... de necessidade, e todo mundo tem necessidade, só que tem aquelas que precisam mais, né? Porque uma pessoa que tem uma casa mais estruturada, tem pessoa que não tem. Aí a gente foi fazendo esse trabalho, então foi através disso que... a gente chegou nessas pessoas... que foram selecionadas. (José Raimundo Nascimento, 11 de abril de 2016)

Lucenilde Rodrigues: Foi o presidente da associação que falou pra nós que ia sair essas casa pras pessoa que não tinha casa. Aí eu acho que me escolheram pela situação toda, não só pela casa, né? (11 de abril de 2016)

Maria de Jesus Sousa: Tem umas pessoas escolhidas pra receber a casa que eu conheço. Uns eu sei, outros eu não entendo porquê ganharam. Tem uns que tem a casa boa... aí tem uns que não tem família e tem casa... Vão ganhar essa casa, e tem muita gente que tá precisando, que precisa também e não foi beneficiada. (11 de abril de 2016)

Antonia Alves: Acho que me escolheram por sorte, né? Ou viram que eu tinha precisão de uma casa. (11 de abril de 2016)

Amarildo nos explicou que eles iam escolher quem tava numa situação mais difícil. Quem tivesse com uma casa mal-arrumada, rachando, com risco de cair. Eu não conheço todos os beneficiários... tem uns pessoal que mora do outro lado do povoado que chegaram mais recente. Do outro lado da estiva (refere-se à uma ponte do povoado). (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2016)

Aqui vale ressaltar a representação que Maria de Jesus Sousa tem sobre uma boa casa. Moradora de uma casa de taipa, e mãe de 3 filhos pequenos, Maria considera que as casas de adobe são melhores, “mais firmadas”, e associa a taipa à uma condição provisória, da qual pretendia sair assim que tivesse melhores condições.

⁵¹ Os questionários que nortearam a terceira visita estão disponíveis no Apêndice (Questionário fase 1).

Quando nós fizemo essa casa, não pensamo pra onde podia aumentar depois não... porque a gente fez já pensando em fazer um de adobe depois. Mas aí veio esse programa e a gente decidiu esperar antes de começar. (Maria de Jesus Sousa, 11 de abril de 2016)

Figura 70 – Casa de taipa de Maria de Jesus Sousa



Fonte: Autora, 2016

Figura 71 – Quarto que Maria de Jesus divide com o marido e os filhos



Fonte: Autora, 2016

Quando perguntados se tinham sido apresentados ao projeto da casa e se sabiam de suas dimensões e cômodos, a resposta da maioria dos beneficiários foi negativa; e os que admitiram ter visto a planta baixa da casa revelaram não compreendê-la.

Não vi o desenho não, mas sei que tem dois quartos, mais ou menos como já é a minha. Acho que vai ter cozinha e banheiro também. (Lucenilde Rodrigues, 11 de abril de 2016)

O projeto da casa nova? Eu ainda nem vi os 'riscos'. Mas sei que ela é menor de que essa aqui minha (José Alves Nascimento, 11 de abril de 2016)

Já, vi lá no dia da apresentação. Mas assim, a gente viu o desenho, então nem sabe direito que tamanho que é. Só sei que tem dois quantos, com cozinha e banheiro. (Maria de Jesus Sousa, 11 de abril de 2016)

Sobre a possibilidade de ter o banheiro dentro da moradia, a maioria dos moradores demonstrou entusiasmo; outros, como o Joel Vieira, ficaram apreensivos diante da solução, uma vez que a presença de um banheiro interno limita o espaço da casa.

É muito bom banheiro dentro de casa porque não tem necessidade de sair à noite, né? Às vezes tá chovendo e é ruim demais sair pra usar a sentina. (José Raimundo Nascimento, 11 de abril de 2016)

Olha, vai ser muito legal. Eu tenho esse bico de papagaio na coluna, e às vezes é muito ruim se abaixar pra usar a sentina. O banheiro dentro de casa alivia a luta da gente, né? (Lucenilde Rodrigues, 11 de abril de 2016)

Olha, se desse pra botar fora, assim, pra mim seria melhor. Porque a casa já vai ficar pequena né. Por mim se fizesse o banheiro fora, ficava mais espaçosa dentro. (Joel Vieira do Nascimento, 11 de abril de 2016)

A preocupação com o espaço da casa também é revelada na fala de outros moradores. José Raimundo, que possuía uma casa de adobe de 3 quartos, e uma família grande, manifesta seus planos de ampliar a nova casa depois de recebida:

Ah, perguntaram quantos filhos eu tenho. São seis filhos que eu tenho. Somos 8 pessoas. E 2 cômodos, somente. Aí eles alegaram que você pode aumentar, tem previsão pra aumentar. Aí faz o que quer, né? Aí eu vou fazer do meu jeito. Inclusive eu tô pensando em tirar essa parede aqui, fechar aqui e puxar para trás. (José Raimundo Nascimento, 11 de abril de 2016)

Outros, como Antonia Alves, também de família extensa, não manifestam esse desejo enquanto não receberem a casa nova:

Olha, eu já tenho uma casa de dois quartos, né? Então vai mudar mesmo só o material, que é mais firmado que essa casa do adobo (refere-se à casa onde mora). Já vai tá bom demais. (Antonia Alves, 11 de abril de 2016)

Figura 72 – Casa de adobe de Antonia Alves



Fonte: Autora, 2016

Quando questionados sobre quantas unidades habitacionais seriam construídas no povoado, a maioria dos beneficiários demonstrou dúvida ou desconhecimento. Os que de fato sabiam, atribuíram à Associação a informação repassada.

Olha, não sei quantas vão ser feitas não... acho que quem sabe disso é o Zezinho, meu marido (Orizinha Ferreira)

Acho que... 54, né não? (Lucenilde Rodrigues)

Não sei dizer muito bem (Maria de Jesus Sousa)

O rapaz da obra me falou que é 51, né? (Joel Vieira Nascimento)

Olha, disseram que ia ser 50 casas, mas que agora aumentou pra mais... aí eu não sei direito (Antonia Alves)

Eu não tenho nem ideia, mas o rapaz da associação falou pra gente que era umas 51 (Maria de Jesus Nascimento)

Em diálogos sobre o que pensam a respeito da demolição da casa, os beneficiários demonstraram reações diversas. Alguns demonstraram surpresa, outros contrariedade diante da exigência, e outros, resignação.

Não sou muito a favor de fazer a casa e demolir a outra não. No caso que a minha, que tá perigosa, tem que demolir. Mas pra mim demolir eu vou pra rua, no caso, eu tô quase na chuva. Entendeu? Esse é o problema. No dia que o pessoal do governo vieram aqui, disseram “tem que demolir que vamos construir”, aí eu... “rapaz, pelo amor de Deus, tem que fazer logo” e aí fiquei aperreado. (José Raimundo Nascimento, 11 de abril de 2016)

Tem que derrubar essa aqui? (demonstra surpresa) Olha, se tiver que derrubar é complicado. Meu marido não quer que derribe não. (Lucenilde Rodrigues, 11 de abril de 2016)

Olha, não sabia que tinha que demolir essa aqui não... isso é bom e não é. Porque essa aqui deu tanto trabalho. Ia dar essa aqui pra minha irmã morar. Ela não mora perto de mim não. Se depender de mim, não derrubava não. Já deu tanto trabalho... Carregar água de longe, barro pra derrubar assim... eu ia derrubar chorando. Essa casa já tem um ano... (Maria de Jesus Souza, 11 de abril de 2016)

Olha, não me falaram direito disso de derrubar. Outro dia que eles vieram eu não tava aqui. Eu tava no tanque lavando roupa. A Sandra diz que tem que derrubar essa aqui pra poder fazer a outra. Aí não tem a casa... mas eu digo aí se derrubarem a minha só se fizerem a outra. Sem fazer não posso derrubar, que eu vou ficar onde? (Antonia Alves, 11 de abril de 2016)

Tem um projeto, que inclusive nós temos esse projeto, que diz que tem que demolir a casa. Antes eu duvidava, né. Aí quando eu li o projeto, eu vi que tem que mandar derrubar mesmo. Aí eu mandei derrubar a minha. Aí no dia que a máquina tava derrubando eu disse pra minha filha registrar, né. Eu fico assim pensando, você manda derrubar, imagina quando alguém chega, mete a máquina e você não pode fazer nada? Mesmo eu mandando derrubar, eu senti assim um aperto tão grande no peito, é minha casa que tá sendo demolida. Aí eu fiquei só com a foto. Quando eu olho ainda dá uma saudade ainda. Agora imagina quando os caras invade, mete a máquina, derribe tudo aí. (José Raimundo Nascimento, 11 de abril de 2016)

No dia que a moça disse pra gente que precisava derrubar a nossa casa, eu chorei, me abraçaram, eu disse ‘não derribe minha casa, mermã, pejejei tanto, gastei tanto, tô recebendo pouquinho porque eu fiz minha casa pra me abancar dentro dela, e agora querem derrubar, não dá certo não. Eu tenho muito filho, os filhos chegam, vão tudo praí (refere-se à casa de adobe). (Naildes dos Santos, 01 de junho de 2017)

Por desejar que sua nova casa fosse construída no terreno onde já mora, e por complicações construtivas na sua moradia anterior de adobe, José Raimundo já estava com sua casa semi-demolidada, e havia construído para si e a família um abrigo provisório no quintal, enquanto aguardava pela construção da nova casa.

Exigiram no programa que tinha que demolir essa casa. Eu só demoli a casa porque eu não tenho um terreno próximo ali, né? Só que essa daí tá rachada (refere-se à sua casa de adobe), tem que derrubar mesmo, tá perigoso deixar ela de pé. (José Raimundo Nascimento, 11 de abril de 2016)

Figura 73 – Casa de adobe de José Raimundo, semi-demolidada



Fonte: Autora, 2016

Figura 74 – Abrigo provisório no quintal da família



Fonte: Autora, 2016

As possíveis dificuldades apontadas pelos beneficiários em relação à nova casa sempre estão relacionadas à questão do espaço. Alguns demonstram preocupação quanto a adaptarem-se a um espaço menor, outros, com a possibilidade de terem sua casa anterior demolida, sem receber a nova casa de alvenaria cerâmica.

Acho que a maior dificuldade é no espaço. A casa é pequena... aí eu vou ter que aumentar por conta própria mesmo. (José Raimundo, 11 de abril de 2016)

Eu acho que a gente... ganhando uma casa nova, nada vai ficar difícil né? Vai melhorar cada dia mais. Minha preocupação é só derrubarem e não construírem a outra no lugar. (Lucenilde Rodrigues, 11 de abril de 2016)

Acho que vai ficar mais difícil é a questão do espaço físico dentro porque é uma casa pequena, né? (Joel Vieira do Nascimento, 11 de abril de 2016)

É, acho que o tamanho talvez pode ser difícil. A casa nova pode ser mais menorzinha que essa, eu não sei. (Antonia Alves, 11 de abril de 2016)

Eu acho que se for o tamanho, né? Você tem um espaçozinho mais melhor. Quando você passa pra uma mais menor é dificilmente você se acostumar muito rápido. Pra se acostumar demora mais um pouco. (José Alves de Oliveira, 11 de abril de 2016)

Vai melhorar... eu acho que 100%. Ou melhor, 50%, porque se eu ia construir uma casa do zero, eu tenho uma começada, né? Já é um avanço. Só vou seguir o padrão da que tá feita, né? Pra fazer. (José Raimundo Nascimento, 11 de abril de 2016)

Até o momento, nenhuma equipe do TTS da empresa contratada para fazer o projeto havia estado no povoado para a realização das atividades de capacitação previstas no escopo do programa. Os beneficiários, quando questionados a respeito, só informavam terem conhecimento a respeito da contratação de mão-de-obra local.

José Raimundo Nascimento: Olha, me disseram que iam chamar gente do povoado pra ajudar na construção... se chamarem, com certeza eu vou trabalhar junto. (11 de abril de 2016)

O diálogo com um dos trabalhadores da obra, Rodrigo, contratado pela empresa CANORTE, a vencedora da licitação, me permitiu chegar a algumas informações. Rodrigo relata que as construções serão priorizadas nos beneficiários que possuem apenas o terreno, a fim de dar, aos beneficiários que precisarão demolir suas casas para ceder espaço à nova, mais tempo para se prepararem. Rodrigo confessa também o embaraço que sente ao ser perguntado pela comunidade sobre quem é de fato o responsável pelas obras:

Nós somos da cidade de Governador Nunes Freire lá na fronteira com o Pará, perto de Pinheiro. A gente começou a construir onde não tinha casa. Nos terrenos. No começo, vamos priorizar os que estão no terreno que não tem casa. Por enquanto estamos com uma equipe de 4 pessoas.

Às vezes as pessoas do povoado vêm assim atrapalhando o serviço da gente, porque querem estar em cima, querem estar investigando. E tal, e coisa, e eu não tenho nada a ver com esta questão. Eu fui contratado para fazer o serviço e o que me passaram é que é do governo. As pessoas me perguntam porque o dono da associação diz para eles que é da associação. E aí um fala uma coisa e o outro fala outro e aí as pessoas que são donas das casas vem perguntar para a gente. E rapaz, é realmente do governo ou é da associação? E a gente diz que não sabe, porque a associação diz que é do governo e o rapaz diz para vocês lá que é da associação. E então eu não sei bem como é este negocio. E eu até disse para alguns que quando o dono chegar aqui, que é o encarregado que pegou o serviço vocês perguntam para ele se realmente é do governo ou se é da associação. (Rodrigo, contratado pela CANORTE, 11 de abril de 2016)

Rodrigo relata também a frustração em relação ao valor pago para a construção das casas, e que precisa ser repassado ao ajudante local:

Tem algumas pessoas que estão para ser contratados para trabalhar aqui no povoado, só que é o seguinte... parece que o preço não está muito combinado para que eles trabalhem, porque o profissional, todo profissional ele trabalha num preço. Por exemplo eu que vim lá de Nunes Freire, eu fico pensando assim, uma casa passada

por 1800 para você dar uma destas numa altura e você ter que pagar o ajudante, não sai quase nada para o pedreiro. (Rodrigo, contratado pela CANORTE, 11 de abril de 2016)

Em conversa com o empreiteiro encarregado pela obra, Edson, descobri que a equipe ainda está no aguardo de mais materiais para dar início à construção das casas, e que o protocolo do programa envolve a contratação de pedreiros e ajudantes do povoado. Edson explica também as dificuldades relacionadas ao abastecimento de água nas casas que serão construídas, uma vez que cada uma está situada em um ponto diferente, dificultando o processo de criação de uma rede geral:

Edson (encarregado da obra): A gente vai contratar mais pedreiro, os daqui mesmo já estão todos na lista, estamos esperando porque a gente não pode e tem que organizar primeiro, tem que colocar material para chegar aqui na frente junto com o encarregado e colocar 200 milheiros ai. E ai depois que já estiver tudo ai, já está tudo na lista, os pedreiros daqui do povoado. Inclusive da cidade também já tem uns 3 ou 4 que já vem de Belagua. Se não der a gente extrapola. A gente quer fazer isso bem rápido. Eu acredito que a gente vai colocar de 25 a 30 pedreiros para fazer bem rápido. Nós vamos fazer fossa e sumidouro em todas elas. A água é o seguinte, porque aqui não tem como a gente cavar um poço, por isso que era bom que fosse junto porque ai vinha uma empresa para cavar um poço e servir para todos. E como aqui é uma aqui, e outra acolá, não tem como a gente fazer isso. Tem umas que tem o abastecimento de agua e tem outras que está longe. As que estão mais longe a gente vai dar um jeito para pelo menos tentar, tem uma caixa grande que abastece. E aqui mesmo no inverno eu já peguei serviço melhor de se trabalhar porque tem muita areia, e quase não é... tem época que ela está bem compactada, se deixar chegar no verão ela já assola e fica solta. (Edson, contratado pela CANORTE, 11 de abril de 2016)

Na quarta visita, realizada em agosto de 2016, as obras já haviam iniciado; busquei conversar⁵² com os beneficiários para compreender suas percepções diante da nova casa, identificar possíveis mudanças de rotina em seus modos de morar e de produzir, e dialogar com moradores que participaram do processo de construção das casas.

Ao serem questionados sobre o que estavam achando da nova casa, foi possível perceber reações tanto de satisfação quanto de desapontamento em relação às dimensões da nova casa, conforme se pode perceber nos depoimentos em destaque:

Ah, eu tô achando muito legal. Eu tô achando que a casa tá muito é boa. Derrubei uma outra, que ninguém queria derrubar, o homem (marido dela) não queria derrubar de jeito nenhum. Aí derrubou assim mesmo e olha, deu foi certo. Eu nem imaginaria que fosse assim. Tá bom demais. (Lucenilde Rodrigues, 8 de agosto de 2016)

É uma casa mais organizada, melhor, né? Eu digo desorganizada por causa da situação que eu tava antes... morando nessa casa aí (aponta para a casa de taipa onde

⁵² Os questionários que nortearam a quarta visita estão disponíveis nos anexos (Questionário fase 2)

mora), a situação que ela está. Eu tava desorganizada, porque eu não tinha casa, né. Hoje eu posso dizer que eu tenho. (Orizinha Ferreira, 8 de agosto de 2016)

Olha, não é do jeito que a gente esperava que fosse, não. A gente pensava de outro jeito, mas veio desse jeito aí... mas nós tamo achando legal. Eu não sei nem dizer como eu queria que fosse, mas desse jeito aqui pra mim já tá bom demais. (Francisco das Chagas, 8 de agosto de 2016)

Olha, eu nem sei o que que eu esperava. Mas eu tô gostando, viu. Pra mim tá ficando beleza. (Leanilce Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Não é como eu esperava não... é muito pequena! Não é nem por causa das outras partes... é por causa da sala, que eu achei pequena, que é junto com a cozinha. Aí é estranho, não gostei disso não. Eu faria a cozinha maior. Só a cozinha que eu achei muito pequena. (Maria de Araújo Viana, 8 de agosto de 2016)

É... tá do jeito que eu acho que ia de ser, né. Boa, espaçosa... os quartos, compartimentos são adequados, né. Os quarto, a sala. Eu achei tudo normal. Legal, bom. Do jeito que tá, pra mim tá bom. Num tem de quê reclamar não. (José Adail Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Eu esperava que a casa fosse maior, né. Pelo valor da casa, eu esperava que ela fosse maior. Os cômodo mais confortável. (José Raimundo Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Figura 75 – Nova casa de Orizinha Ferreira



Fonte: Autora, 2016

Figura 76 – Nova casa de José Adail



Fonte: Autora, 2016

A visita da equipe da construtora e dos técnicos da SECID também evidencia aspectos sensíveis, como a falta de uma comunicação mais efetiva entre os agentes executores do programa e os beneficiários, como pode ser percebido nas falas dos moradores. Os diálogos sobre o funcionamento do programa foram mais frequentes entre o presidente da Associação e os beneficiários.

O pessoal da secretaria veio, veio umas poucas vezes, mas vinham filmar, vinham vigiar mesmo durante o dia. Não me perguntaram nada não. Nem o pessoal que veio no começo falar das casas veio mais. (Lucenilde Rodrigues, 8 de agosto de 2016)

Olha, que eu alembre teve só aquela reunião lá na igreja, que eles falaram do programa e levaram uns papéis pra gente responder. (Orizinha Ferreira, 8 de agosto de 2016)

Veio, veio esse fiscal que apareceu aí (refere-se a um dos engenheiros da SECID, que tinha acabado de passar e fazer um rápido registro fotográfico da casa). Além dele, veio a assistente social e falou com minha esposa Verinha. Quem veio mais foi o Amarildo (líder comunitário do povoado) pra explicar como funcionava o programa. (Francisco das Chagas, 8 de agosto de 2016)

A explicação melhor que a gente teve foi com o pessoal do governo (refere-se à SECID). No caso a Hilda né, ela explicou. Não deixou nenhuma dúvida pra gente do que ia acontecer. Da forma que eles disseram, não restou dúvida. Foi bem explicado. (José Raimundo Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Vieram para falar como é que ficava a casa depois que estava pronta. Como é que ficava. E aí depois com o tempo, se a gente quisesse ajeitar a gente podia ampliar mais ela. Como é que ia fazer, explicando direitinho para a gente. (Maria Janielma, 8 de agosto de 2016)

Durante o processo de construção das casas, a construtora ficou encarregada de contratar moradores locais como ajudantes na obra. Alguns moradores recusaram participar da obra, porque temiam abandonar responsabilidades que já tinham acumulado. Os relatos dos moradores que aceitaram trabalhar de ajudantes deixam entrever a estranheza, tanto em relação aos recursos destinados ao pagamento dos ajudantes, quanto à forma de pagamento em medições. As falas de José Raimundo deixam perceber que há um desejo por parte dos moradores em ter mais autonomia para gerir os recursos destinados à compra de materiais e pagamento da mão-de-obra, mas esse desejo esbarra no que é pré-determinado pelo programa.

Chamaram uns pedreiros da Belágua pra trabalhar nas casas. O ajudante mesmo foi meu marido. Ele ganhou dinheiro pra ajudar na construção... ainda não foi pago a ele tudo, mas eles já deram uma parte. (Lucenilde Rodrigues, 8 de agosto de 2016)

Me chamaram pra participar na construção. Mas eu não podia, que eu já tenho meu ponto na borracharia. (José Adail Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Deixa eu lhe explicar o quê que tá acontecendo. Eu até achei estranho. Veio o rapaz da obra, o Adailson (refere-se a um dos contratados pela empresa responsável pela construção da obra) pra gente discutir preço, porque o valor da mão de obra dessa casa é 28.500 reais. A compra do material tá no caso do documento de 20 mil pra material e oito mil e quinhentos pra mão de obra. Aí a gente foi conversar com o cara que veio aí pra saber, acertar preço, né? Pra gente trabalhar. Aí o cara veio dizer que ele ia botar oferecendo 1.200 pros ajudantes montarem a alvenaria da casa... Aí eu disse, “não siô, isso é brincadeira um negócio desse”. Aí esse rapaz, esse encarregado, ele não soube explicar nada pra gente... ele disse “não, mas eu não sei explicar essa parte, não sei quem vai vir”, e até hoje ainda não veio esse pessoal pra responder essa questão aí. (José Raimundo Nascimento, 11 de abril de 2016)

Chamaram o pessoal do povoado pra trabalhar na obra. Só que eles não deram condições pra gente trabalhar, não sabe? O valor que eles ofereceram não dá nem pra pessoas tirarem uma diária. Eles tão pagando 1.300 reais por casa. E uma casa desse prontinha, o valor dela prontinha é 8.500 reais. Aí teve um pessoal, muitos que não quiseram. Teve uns que começaram, e pararam, não quiseram mais trabalhar. Eu acho difícil agora, tem muitos pedreiros que tavam trabalhando aqui e tão dizendo que não vão mais não. Eu comecei a trabalhar na minha, mas aí adoeci de pedra nos rins e não pude continuar. (José Raimundo Nascimento, 8 de agosto de 2016)

As entrevistas com os ajudantes das obras também permitem perceber certa frustração em relação ao sistema de pagamento pelo trabalho.

Eu digo por mim, não digo para os outros, eu só trabalho quando estou precisando ganhar um dinheiro. Para uma pessoa igual a minha aqui eu não trabalho por um preço daquele. Eu estou trabalhando para uma empresa e ganhando 1.300 pra mim e mais o servente, aí fica pouco demais. Quando eles chegaram aqui eles procuraram o presidente da associação, o senhor José Raimundo aqui e aí ele indicou a gente. Ele já conhece a gente. E nós fizemos uma reunião e chamamos todos os pedreiros para cá. Nós chamamos o pessoal para lá e nós contestamos o preço. O valor que ia ser pago. Mas aí o rapaz que veio era encarregado e ele não tinha como explicar direitinho para a gente. Mas depois o cara veio e confirmou que ficou neste preço, neste valor mesmo para a gente. Primeiro ele botou 1200, não foi? E aí reclamaram e ele colocou 1300. Foi isso. (José Ribamar Damasceno, 8 de agosto de 2016)

A fala de Ribamar Damasceno, camponês e ajudante de obra, deixa clara a constatação de Miranda (2010, p.177), que afirma que os camponeses estão “(...) inseridos no mercado, pois não se nega a relação com o mercado, mas esta relação é para sua manutenção e sobrevivência e não como fim e objetivo último de vida, de negócio, pois se fosse assim, já teriam deixado a terra, ou teriam saído e não voltado mais”. Ribamar só trabalha como ajudante de obra “quando precisa ganhar um dinheiro”, porque a sua identidade de trabalho é de camponês, um sujeito que busca autonomia no próprio trabalho e que produz para seu próprio sustento.

A questão do alojamento temporário de famílias com terrenos pequenos, que tiveram que demolir suas casas para ceder espaço à construção da nova moradia também foi um aspecto nevrálgico durante a execução do programa. Algumas famílias, como a de Lucenilde e a de José Raimundo, abrigaram-se em palhoças temporárias; uma situação que se prolongou por um tempo maior do que o previsto, em decorrência do atraso nas obras.

Nós ficamos numa casinha. Quem fez foi meu marido. Derrubamos a nossa pra construir a nova e ficamos nessa aí (aponta pra uma pequena casa improvisada de palha). Ela já tava feita, mas só de pau mesmo, ao redor. Com as palhas da que foi derrubada, ele (marido) cobriu ela e fez abeirando. E é lá que a gente tá morando. (Lucenilde Rodrigues, 8 de agosto de 2016)

Ficamo nessa aqui do lado (refere-se a uma casa de adobe, ao lado da construção de alvenaria cerâmica), que é dos primos do meu marido. (Maria de Araújo Viana, 8 de agosto de 2016)

Minha família tá há três meses num barracão no fundo do meu terreno. (José Raimundo Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Figura 77 – Abrigo de José Raimundo Nascimento



Fonte: Autora, 2016

Figura 78 – Abrigo de Lucenilde Rodrigues



Fonte: Autora, 2016

Quando perguntados sobre o que pensam da nova casa e sobre as mudanças que pretendem fazer futuramente, a maioria das respostas apontava invariavelmente para a ampliação da casa de alvenaria cerâmica. Alguns moradores questionaram o espaço destinado à área de serviço, afirmando tratar-se de uma perda de espaço. Outros questionam a implantação da casa no terreno, preferindo que a fachada fosse virada para o lado (fazer o “oitão de banda”).

Aqui (aponta para a área construída da casa que corresponde à área de serviço) é tipo um beco, né, fica ruim. Vou fechar essa parte. E também vou mudar esse banheiro daí. Vou aumentar mais, pra 3,60, pra ficar do tamanho que era, aí vou tirar ele daqui e vou botar pra outro lugar. Mas emendado na casa também, viu? Só que de outro modelo. Aqui no quarto cabe nem a cama. Você vê que a minha estante é bem grande, onde é que eu vou colocar essa estante? Não cabe. (José Raimundo Nascimento, 8 de agosto de 2016)

É, porque aqui são dois meninos (um casal). Porque se fosse duas meninas, nem precisaria, era só um quarto (pras duas). Mas como é um casal, pra dormir tudo só num quarto, já tão tudo rapaz e moça, quando precisar, assim, depois que a gente conseguisse, né, aí mandava fazer outro quarto. Uma varandinha desse lado daqui... só. (Lucenilde Rodrigues, 8 de agosto de 2016)

Assim... penso aumentar mais... porque conforme a família, né. Porque às vezes tem a família pequena, né. Tenho filho, tenho neto, chega e tal, e a gente poderia, se tiver condição, eu disse se eu tiver condição eu aumentava mais ela. Pra ela ficar mais em conta, né? (Orizinha Ferreira, 8 de agosto de 2016)

É pra falar mesmo? Se a gente for pensar mesmo de que jeito a casa podia ser, fazia de modo que a casa fosse linda mesmo, né? Varandada aí, tivesse varanda ao redor dela todinha aí ficava mais legal. Acho que de tamanho tá bom. Que nem eu já falei, do jeito que tá pra mim tá bom. Diz que a casa tem que vir completa, com cerâmica e tudo. Tem que vir assim, né. Pra entregar do jeito que tá, tá ruim. (Francisco das Chagas, 8 de agosto de 2016)

Se eu pudesse mudar alguma coisa na casa nova, eu mudava o oitão da rua pra banda. Deixar a casa assim de lado, pra aproveitar mais o terreno. A cozinha é pequena também. Mas tudo bem... (Maria de Lurdes Alves, 8 de agosto de 2016)

Só a cozinha que ficou emendada com a sala. Se eu pudesse fazer ela diferente. Maior, e longe da sala, que eu não achei legal assim a cozinha emendada com a sala. Normalmente é o que tá sendo, muitas casa a gente vê assim. Cozinha assim direto com sala. Nós prefere mais lá pro fundo, entendeu? Assim, próximo do quintal, pra atrás. A cozinha perto da sala é estranho, porque quem tá na sala tá vendo tudo, enquanto que aqui (na casa de adobe do avô) não, né? Aqui a sala tá aqui e a cozinha tá pra acolá, lá pro final, né. Aí ficou um pouco diferente assim, do que eu imaginava. (José Adail Nascimento, 8 de agosto de 2016)

No intuito de compreender o que pensam a respeito dos materiais utilizados na nova casa, em comparação às técnicas e materiais construtivos que costumam utilizar na produção de suas moradias, indaguei aos moradores suas opiniões. Quase todos associam a casa de tijolo cerâmica a uma situação de mais estabilidade, do que comparado às moradias de taipa e adobe. As perspectivas de ampliação, e a vontade de garantir um teto para as próximas gerações também são itens que pesam na opinião que os camponeses têm a respeito da casa de alvenaria de cerâmica.

Eu acho assim que tudo é bom, né. A outra (de adobe) já pingava muito, molhava, tinha aquela luta toda. E essa daqui não, a gente já tá vendo que ela vai durar mais tempo. (Lucenilde Rodrigues, 8 de agosto de 2016)

É melhor, porque olha, ela tem a telha, ela é de segurança, né. É mais organizada. E uma casa dessa aí (aponta para a de taipa) não tem segurança de nada. Aí eu não poderia ficar com essa casa (de taipa) e deixando essa (de alvenaria). (Orizinha Ferreira, 8 de agosto de 2016)

Desde quando eu me lembro que me entendo por gente, eu sempre morei em casa assim (refere-se às casas de adobe). Quem sabe quando eu começar a morar na outra eu posso dizer melhor qual é a melhor. (Leailce Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Acho que a cada de tijolo é melhor, porque dura mais tempo, né? Atura mais. (Maria de Araújo Viana, 8 de agosto de 2016)

Acho que a casa de tijolo é melhor, né? Mais firmada. (Maria de Lurdes Alves, 8 de agosto de 2016)

Na minha opinião mesmo, a de adobo, ela bem assim, serviço bem feito, eu acho melhor. Na minha opinião, né. Porque aqui (refere-se à casa de adobe) você dá um murro nela, tudo bem, a de tijolo sacode ela todinha, né. Essa aqui tem aquele radier que a gente passa aqui arriba da porta assim, tem muita gente que faz de adobe que faz assim. Faz o alicerce de pedra, e faz esse radier assim. Aí a casa fica muito

segura. Então, na minha opinião, eu acho até que é melhor. Eu acho mais segurado. Se uma pessoa for botar pra furar essa daqui não fura assim fácil. Ó a largura que é aqui (se refere à parede). E a de tijolo é bem estreitinha. (José Adail Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Claro que é melhor, pela segurança, porque a casa de adobe, ela tem uma deficiência. Se a gente deixar molhar o pé dela, já foi, ela cai. Inclusive a minha casa eu acho que vocês observaram, né, ela tava rachada. Aí num tinha condições dela passar muitos dias mais. Aí eu tinha que demolir ela, de alguma forma, pra construir outra. Mas como eu ganhei essa, melhorou, porque eu vou é aumentar ela, só que é mais pouco trabalho, né. O gasto vai ser menos. (José Raimundo Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Pelo fato dos materiais de construção da nova casa estarem associados à uma condição de segurança e de estabilidade, a maioria dos moradores acredita que a casa de alvenaria cerâmica representa uma nova vida; a possibilidade de ter uma casa mais “organizada”. Para outros, é a chance de começar um patrimônio, conforme pode ser percebido nos depoimentos:

Acho que ela representa vida nova. O começo de outro sonho. Que antes a gente sonhava, mas não sabia como que ia conseguir. (Lucenilde Rodrigues, 8 de agosto de 2016)

Orizinha Ferreira: Ela vai mudar a vida assim, sabe? É porque então, a gente vai ficar com apoio, né. Com a liberdade, né. Da gente receber uma pessoa mais organizada. (Orizinha Ferreira, 8 de agosto de 2016)

Olha, eu acho que vai mudar muita coisa. Meu dia-a-dia com certeza vai mudar. Vai sofrer uma grande diferença. Isso é o que eu me preocupo. Vai mudar tudo, lá a responsabilidade vai ser minha, não vai ser mais da mamãe. Aí vou ter que me virar pra me sustentar e sustentar mais meus filhos. Aí vai fazer muita diferença. (Leaniilde Nascimento, 8 de agosto de 2016)

Vixe, vai mudar muita coisa. É ruim demais a gente não ter onde morar. E principalmente uma casa dessa, que é boa. Eu vou ter uma casa própria, isso é bom demais. (Maria de Araújo Viana, 8 de agosto de 2016)

Vai ser muito bom na minha vida, porque era uma vontade que eu tinha, era de ter uma casa, aí eu nunca tinha construído porque a condição não dava, né. Aí eu tava morando em casa do meu pai, minha família tava aumentando... eu tinha sonho de ter uma casa, mas no momento eu num podia, porque a condição num dava. E ela (a casa nova) foi uma grande coisa na minha vida. (José Adail Nascimento, 8 de agosto de 2016)

3.3.4 – O processo de ocupação da nova casa

A última visita de campo foi realizada em junho de 2017, usando como fio condutor o exame da relação dos beneficiários com o novo espaço da moradia: como se

apropriaram da nova casa, e quais são as suas percepções e expectativas diante do processo. Busquei, através de diálogos com os moradores, compreender o novo cenário de vida, e o que a nova moradia representava para eles. Os moradores me recebiam, ora na sala de estar da nova casa, ora em uma sombra no quintal do terreno, convidando-me “para abancar”, e aos poucos, contavam sobre as dificuldades de adaptação e as expectativas quando à conclusão da obra.

Das 11 famílias beneficiárias selecionadas para a amostra, 6 já estavam ocupando a nova casa, antes da conclusão da obra. Destas 6 famílias, 3 haviam precisado demolir suas casas anteriores para ceder espaço à nova casa, e necessitavam com urgência do novo espaço, e as outras 3 viram suas casas desabarem diante do regime intenso de chuvas, e não tiveram outra opção a não ser ocupar a nova casa antes da conclusão da obra. Além das chuvas intensas, os moradores atribuem o desabamento das casas à ocorrência de um terremoto, em janeiro de 2017, que teria provocado fissuras em diversas moradias.

Na época que deu aquele terremoto, um monte de casa de adobe apareceu depois com rachadura. Aí somando com o tanto de chuva que deu nesse inverno, não teve outro jeito. A casa do Amarildo caiu, a casa de Antonia caiu... lá no Centro dos Morros, caiu casa também. Na própria Belágua teve casa que caiu também. É barro, né? Com essa chuva toda o barro não aguenta. (José Raimundo Nascimento, 01 de junho de 2017)

Isso aqui, quando chove, a casa fica toda rachada. A gente dorme com medo da casa cair em cima da gente. Essa rachadura aí que você tá vendo era bem pequenininha, mas depois que teve o terremoto, ela aumentou mais. (Joel Vieira Nascimento, 02 de junho de 2017)

A casa de adobe do Amarildo Nascimento, presidente da Associação, caiu durante uma das chuvas. Ninguém da família se machucou, mas a casa foi totalmente perdida e Amarildo se viu de volta à casa dos pais. Sua casa de farinha caiu junto com a chuva, e agora Amarildo produz nas casas de farinha dos vizinhos, enquanto aguarda pela aprovação de um empréstimo do Banco do Nordeste (BNB) para voltar a construir a sua.

Durante a minha visita, as obras em Pequizeiro caminhavam a passos lentos, uma vez que a maior parte da equipe de obra já havia se deslocado para povoados vizinhos, a fim de construir as demais casas.

Um dos beneficiários, Antonio Rodrigues, me recebeu na sala de estar da nova casa e contou sobre as dificuldades da espera pela construção da obra e as angústias de precisar demolir a moradia anterior. No terreno da família, não havia espaço suficiente para manter a casa de adobe enquanto a nova casa do programa fosse construída, de modo que a

casa anterior teve que ser demolida para ceder lugar à nova. A família se abrigou em uma construção provisória (palhoça), com paredes e cobertura de palha. Antonio estima que, por ocasião da chuva intensa do ano, já se mudou para a casa nova há 6 ou 7 meses.

Eles vieram, demantelaram minha casa, e aí eu ‘passei pra debaixo’ daquela casa ali (refere-se ao abrigo provisório que construiu enquanto a casa de alvenaria estava sendo construída). Aí eu fiquei esperando, esperando... passei um bom tempo ali. Chovendo, pegando chuva. Minha mulher, com pressão alta, sofre de bico de papagaio, sofre demais. Nós fiquemo ali por seis meses! Aí eu disse, não dá mais, vamo nos mudar. Falei pra mulher de chapeuzão (refere-se a uma das assistentes sociais da SECID), disse ‘olha, não dá mais pra esperar a casa ficar pronta, eu vou me mudar logo pra lá’. Ela me respondeu: ‘é, o senhor que sabe. Quem manda é você.’ (Antonio Rodrigues, 01 de junho de 2017)

Figura 79 – Antonio Rodrigues na sala de estar da nova casa



Fonte: Autora, 2017

As famílias de Antonia Alves e de Maria de Jesus Souza também passaram pelos horrores do desabamento, de modo que precisaram abreviar a espera pela conclusão da nova casa, passando a ocupá-la antes da finalização dos acabamentos.

A chuva derrubou a minha casa de adobo... mas ainda bem que a parede não caiu pra dentro. Caiu foi pra fora, senão tinha matado a gente. Nesse dia choveu de tarde, aí nós tiremos logo as coisas de lá, e botemos pra essa daqui (refere-se à casa nova). Aí fiquemo só naquele pedaço pra ali. A gente se mudou antes de terminar porque foi a precisão mesmo. A casa chegou na hora, senão a gente tinha ficado na chuva. (Antonia Alves, 01 de junho de 2017)

Choveu, desabou a parede de lá. Aí eu vim pra debaixo dessa nova, porque foi o jeito. Eu tô dando é graças a Deus. Essa aqui tá pequenininha, mas tá boa demais (Maria de Jesus Souza, 02 de junho de 2017)

Figura 80 – Casa anterior e nova casa de Antonia Alves



Fonte: Autora, 2017

Maria de Jesus Nascimento desistiu de demolir a sua casa pra dar espaço à nova casa de alvenaria; por isso, conseguiu que a Associação lhe cedesse outro terreno, situado em outra rua, para a construção da nova casa. Maria de Jesus e seu marido consideram que a sua casa de adobe é muito segura, e não vêem motivos para a substituição, por isso decidiram transferir o benefício da casa para um dos filhos do casal, que já possui família.

Olha, eu passei pra meu menino porque a casa era muito apertadinha pra mim. Não caberia nada das minhas coisas. Aqui nós temo é 3 quartos. Meu marido que fez nossa casa, de adobo, bem feitinha, bem segura. Ele que comprou a madeira e foi fazendo o telhado. Essa casa aqui já tem mais de 20 anos. Tamo seguro aqui. Meu menino, agora que tá começando, tá comprando as coisinhas dele aos poucos, pra ele é melhor. (Maria de Jesus Nascimento, 02 de junho de 2017)

As opiniões sobre o espaço interno da casa revelam frustrações em algumas famílias, e contentamento em outras. Antonio Rodrigues fala com emoção do filho mais velho, que quer estudar para ser um padre e engenheiro. Exibe com orgulho as maquetes construídas pelo filho, e não esconde a frustração de não poder atender a um pedido dele, por um quarto a mais na casa nova.

Essa casa, quem me deu foi o governador. Coisa que a gente ganha de graça, a gente tem que aceitar, né siô. Se eu pudesse mudar, se eu pudesse fazer diferente, eu fazia assim um quarto aqui do lado pro meu filho. Tem dois quartos, um é da minha filha, o outro é meu e da minha mulher. Aí o meu filho dorme num quarto com minha filha. E ele queria um quarto pra ele, pra fazer as maquetes dele. (Antonio Rodrigues, 01 de junho de 2017)

Tá tudo bem, nós tamo gostando, tamo bem apoiado, porque nós não tamo se molhando, estamos tudo confortável. Ainda tamo usando a casa antiga por causa da minha sogra, não sabe? Ela não quer ir pra casa de outra pessoa que não seja dela. Aí meu marido tá montando uma casinha ali atrás pra ela. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

Minha sogra, ela diz que não gosta de ficar aqui na casa nova não. Ela gosta mais de ficar ali na casinha de taipa, que ela diz que é mais friinho. Ela só vem pra cá quando é de noite, pra assistir televisão. De dia, quando ela vem aqui, só ouço ‘vixe, tô com calor!’ e sai da casa. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

A fala de Antonio Rodrigues deixa explícito o seu desejo de ter tido a chance de opinar a respeito do formato da casa: “Se eu pudesse mudar, se eu pudesse fazer diferente...”. Contudo, o programa não oferece abertura para esse tipo de participação. Outras falas, como a de Orizinha, expõem a recusa de alguns moradores em ocupar o espaço da nova casa; é o caso de sua sogra, que prefere permanecer na casa de taipa situada aos fundos do terreno, pois sente que ela apresenta melhor conforto térmico.

Figura 81 – Quarto compartilhado pelos filhos de Antonio Rodrigues



Fonte: Autora, 2017

Ainda sobre o conforto térmico, moradores expressaram sua preocupação com a escolha das esquadrias de ferro para as portas e janelas da nova casa, o que contribui para aumentar a sensação de calor no interior da casa:

Aqui é um pouco quente sim, porque meu terreno ainda tá descampado, sem árvore. E as portas e as janelas, como são de ferro, esquentam um pouco, né? Aí na hora de dormir a gente fica todo mundo junto num quarto porque só tem um ventilador (risos) (Adail Nascimento, 02 de junho de 2017)

Outro aspecto sensível observado foi a execução de algumas casas, sem observar questões de acessibilidade. A casa de Orizinha foi construída sobre um platô, gerando um desnível de 70 cm, o que torna difícil o seu acesso por pessoas com dificuldade de locomoção.

Minha sogra, ela já caiu aí nessa altura. Quando ela foi botando o pé, já foi caindo. Ela já tem 80 anos. A sorte foi que o meu sobrinho aparou ela. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

Figura 82 – Desnível no acesso à casa de Orizinha Ferreira



Fonte: Autora, 2017

Quando indagados se espaço da nova casa foi suficiente para abrigar todos os pertences da família, os moradores que já se mudaram afirmaram sentir dificuldade para inserir todos os itens. Outros, que ainda aguardam pela conclusão da obra, demonstram dúvidas se conseguirão de fato acomodar o que possuem.

Ainda não coloquei meus móveis tudo, porque ainda não terminaram a casa. Tô aguardando eles acabarem pra eu terminar de botar tudo pra dentro. O pessoal da obra ainda vai colocar uma pia aqui na cozinha... isso aí que eu fico pensando, a minha mesa já ocupou todo o espaço... não sei como que vai caber. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

Acho que os móveis todos não vai caber na casa nova não, porque ela é meio pequena. Essas casas são boas pra família que é pouca, né. É difícil pra família que é enorme. (Maria de Araújo Viana, 01 de junho de 2017)

Coloquei minhas coisas tudo na casa nova, o que não deu, eu coloquei ali no banheiro. Não coloquei o fogão por causa da mesa, que ocupa o espaço todo. (Antonia Alves, 01 de junho de 2017)

Até o estágio presente, nenhum dos banheiros da nova casa havia sido concluído, o que faz com que seus moradores aproveitem o espaço para destiná-lo a outros usos. Na casa de Lucenilde Rodrigues, a área que corresponde ao banheiro está sendo utilizada como depósito para guardar arroz, que o seu marido Antonio Rodrigues planta em uma roça fora do terreno da casa, mas próxima ao rio do povoado.

Figura 83 – Banheiros utilizados como depósitos



Fonte: Autora, 2017

Quanto às instalações hidráulicas, a maioria das casas da amostra já apresenta as tubulações para o encanamento da água; entretanto, a água ainda não está disponível dentro da casa. A família de Lucenilde e de Orizinha faz uso dos pontos de água situados no quintal. Maria de Jesus Souza desce até o rio para lavar louça e roupas.

Água, só na torneira do lado de fora (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

Aqui nós usamos a água de um poço que serve a população. Mas a ligação de água, eles ainda não fizeram não. Acho que devem fazer ainda, a instalação da água pro banheiro. Não sei é quando. (Maria de Araújo Viana, 01 de junho de 2017)

Já fizeram aqui os pontos de água que vai ter dentro de casa. Mas ainda não tem não. A gente tá fazendo como sempre, levando as panelas, as roupas, tudo pro rio pra lavar lá. (Maria de Jesus Souza, 01 de junho de 2017)

As instalações elétricas já avançaram um pouco mais. Alguns moradores, como José Raimundo, Maria de Jesus Sousa e José Adail já dispõem de energia elétrica na nova casa; outros ainda estão aguardando pela conclusão das instalações.

Ainda não fizeram as instalações elétricas na casa. Tamo aguardando concluir isso pra nós se mudar pra lá. (Jairo Souza, 01 de junho de 2017)

A nova casa ainda não possui instalação elétrica, nem de água, faltam as lajotas, os acabamentos, a louça do banheiro. (Maria de Jesus Nascimento, 02 de junho de 2017)

Quando questionados se a nova casa havia de alguma forma afetado a produção na roça, a resposta era não. A maior parte dos beneficiários costuma fazer uma pequena roça no terreno da casa, mas a roça de maior abundância, de arroz e feijão, é feita em outro terreno, próximo ao rio, e dentro do povoado. Os beneficiários que trabalharam como ajudantes na obra puderam contar com o apoio de familiares nas tarefas da roça, enquanto precisaram se ausentar para trabalhar como ajudantes.

Se meu marido ficou prejudicado na roça enquanto trabalhou de ajudante? Não, ele tem uns primos que trabalhava na roça por ele enquanto ele trabalhava de ajudante. Ele é só, né, aí os irmãos tem que ajudar ele lá na roça. (Maria de Araújo Viana, 01 de junho de 2017)

A sondagem da comunicação entre os agentes da construtora, da SECID e os moradores permaneceu da mesma maneira que foi constatada desde a visita anterior, com poucas interações. Os moradores de nada sabem sobre a data final de conclusão das obras, ou sobre as ações previstas pelo TTS.

Vieram botar uma terra aqui, mas eu não sei pra que é. Se é pra fazer calçada... (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

Não conversaram nada não. Já foram fazendo assim, de oitão pra frente. Eu queria o oitão de banda... aí quando vão entregar eu não sei, eles não deram previsão. E aqui, depois que começaram a fazer as casas, nunca mais teve negócio de reunião. Só mesmo os supervisores do pessoal da firma que tava construindo aí, que vinham olhar se o serviço tava andando. O pessoal da firma também não tá mais aí, foram pra outro povoado da Belágua pra construir as casas. (Maria de Araújo Viana, 01 de junho de 2017)

Não, o pessoal da obra nunca mais apareceu (José Raimundo Nascimento, 01 de junho de 2017)

Vieram umas duas ou três vezes aqui no povoado. Quando eles vêm, a gente costuma se reunir lá na igreja. Eles dizem que é pra ninguém se preocupar, que a casa de todo mundo vai ficar pronta. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

A assistente social veio logo no comecinho, falou de uns programas de criação de peixe, uns programa pra aguar as plantas, disse que o pessoal viria depois pra ensinar como que era, mas não veio ninguém ainda. (Antonia Alves, 01 de junho de 2017)

Aqui cabe compreender que a ausência dos técnicos do programa se justifica pelo fato de ser uma equipe pequena, conduzindo um trabalho em diversos municípios ao mesmo tempo. Soma-se a esse fato a dificuldade de acesso a alguns povoados, especialmente em período de chuvas. Um dos moradores, Francinaldo Alves - que também trabalhou como ajudante nas obras - reconhece e expõe as dificuldades enfrentadas pelos técnicos:

Tô trabalhando de ajudante, de carteira assinada. Agora eles tão fazendo as calçadas e trabalhando em outros povoados. Tamo esperando enxugar mais um pouco (parar de chover) pra nós continuar. Aqui no Pequizeiro é 51 casas, mais umas 45 espalhados pros outros interior. Já fizemo umas 25 casas nos outros interior praí pra dentro do mato, só que devido a chuva tá difícil. A engenheira do governo que vem fazer a medição, o carro dela atolou. Carro comum não anda pra lá não. Outro dia, um pneu de trator da obra com uma carrada de tijolo atolou na lama. Pneu de trator a senhora sabe como é, né? É gigante. E ainda assim afundou. A dificuldade pra chegar é muito grande. (Francinaldo Alves Sousa, 25 anos, 02 de junho de 2017)

A sondagem sobre como as famílias estão se organizando para dormir na nova casa revela situações interessantes. Para moradores como José Raimundo, o desconforto de migrar de uma casa de 3 quartos para uma de 2 é evidente. Já para a família de José Adail, que morava na casa do avô, os dois quartos são o suficiente. É interessante perceber como alguns moradores - como Orizinha e seus filhos - se apropriam da nova casa, instalando uma rede na sala, pra aproveitar o vento, usando o madeiramento do telhado como suporte.

Olha, antes eu tinha 3 quartos. Era casa de adobe, mas era mais espaçosa. Agora, com esses dois quartos, tá complicado. Eu continuo com minha esposa na palhoça que nós fizemos lá no fundo do terreno, e meus filhos ficam nos quartos aqui da casa nova. Quando eu tiver condição, eu vou fazer mais um quarto. Mas por agora, não dá. (José Raimundo, 01 de junho de 2017)

A minha menina dorme na cama dela, eu durmo com meu marido, e os meus outros filhos ainda tão dormindo na outra casa. Não querem botar ainda a cama pra cá enquanto o pessoal da obra não terminar o serviço, colocar as lajotas. (Orizinha Ferreira, 01 de junho de 2017)

Dorme eu mais meus dois menores aqui num quarto, e o restante dorme no outro quarto e na sala. (Antonia Alves, 01 de junho de 2017)

Antes, quando eu morava com meu avô, era nós quatro numa cama só. Agora que eu tenho minha casa, eu durmo com minha esposa num quarto, e minhas filhas ficam no outro. Temos duas camas de casal. (José Adail Nascimento, 02 de junho de 2017)

Também foi possível perceber que o posicionamento da maioria dos moradores em relação à nova cozinha é de desgosto ou de recusa do uso do espaço destinado para fins de preparo dos alimentos. Essa reação, contudo, não se dá em palavras, e sim nas práticas. Antonio Rodrigues afirma que, por não possuir fogão a gás, não está fazendo uso do espaço designado no projeto para cozinhar os alimentos, e prefere utilizá-lo como extensão da sala. A família de José Raimundo, por sua vez, continua usando o quintal da casa para cozinhar. A família de Jairo Souza não quis se pronunciar sobre a cozinha, mas afirmou que vai dar preferência para utilizar o fogão a carvão do lado de fora.

A cozinha de dentro? Não tamo usando não senhora. Só ali a nossa, do fogão de barro, do lado de fora. (Antonio Rodrigues, 01 de junho de 2017)

Tinha vontade de aumentar mais depois, se puder, que a família é grande... Essa cozinha é muito grande, né? (fala ironicamente). Meus filhos chegaram na casa, olharam a cozinha e disseram: Eita que essa cozinha é medonha de grande! (Antonia Alves, 01 de junho de 2017)

A cozinha ficou pequena, mas não tem problema não... eu vou fazer minha cozinha é do lado de fora de casa mesmo. Vou botar meu fogão a carvão e meu fogão a gás lá fora. Aqui eu vou deixar pra ser só a sala mesmo, aqui onde é a cozinha eu vou botar a estante da televisão, que fica melhor. (Naildes dos Santos, 01 de junho de 2017)

Aqui não dá pra colocar o fogão de barro dentro de casa porque vai sujar a parede, melhor fazer do lado de fora, que é mais ventilado (Maria de Jesus Sousa, 02 de junho de 2017)

Olha, eu acho que tá assim muito pequenininha a cozinha, né? A maioria do pessoal daqui costuma fazer uma casinha pro fundo pra cozinhar. (Raimunda Sousa, 02 de junho de 2017)

Figura 84 – Salas de estar contíguas à cozinha



Fonte: Autora, 2017

As falas demonstram que a rejeição da cozinha não é tão percebida no discurso falado, mas nas próprias práticas de apropriação do espaço da casa. No momento da visita, Maria de Jesus Souza já construía uma casinha no quintal, para alojar o fogão. A maioria dos

moradores entrevistados manifesta o desejo de construir uma cozinha posteriormente, no quintal, para alocar o fogão a carvão.

De modo similar, o espaço da casa destinado à área de serviço não está sendo utilizado para este fim, uma vez que as instalações hidráulicas da casa ainda não foram ativadas. A família de Antonia Alves prefere usar a área como varal para secagem das roupas, mas não descarta o uso do espaço posteriormente, quando os pontos de água no interior da casa forem ativados.

A área de serviço da casa nova, a gente não tá usando muito não. A gente gosta de lavar é lá no fundo, no jirau. Mas aí, se eles colocaram a pia, e a instalação da água, a gente pode usar, né? (Antonia Alves, 01 de junho de 2017)

Nas modificações planejadas para o futuro, a família de José Adail espera fazer uma cerca na frente da casa, pra evitar a entrada de animais. Ele pretende preparar uma horta no quintal com plantio de legumes para o consumo da família, e construir um galinheiro nos fundos do terreno, para evitar que suas galinhas fiquem circulando pela casa.

Já a família de Antonia Alves – uma das beneficiárias cuja casa caiu após as chuvas e o terremoto – pretende construir uma cozinha maior nos fundos da casa, aproveitando o material da casa anterior. Outros, como José Raimundo, descontentes com a área de serviço, pretendem usar o espaço correspondente como área de ampliação da cozinha. Outras famílias, como a de Maria de Araújo Viana e Maria de Jesus Souza, sonham com uma área avarandada na fachada, para os momentos de lazer.

Eu quero fazer uma varanda depois na frente... e a cozinha, nós vamos fazer detrás de casa, no quintal. (Maria de Araújo Viana, 01 de junho de 2017)

Meu marido quer fazer uma meia-água lá pra atrás da casa, mas diz que só pode aumentar e mexer na hora que o governo entregar. A última vez que eles vieram, eles disseram pra não mexer ainda, enquanto não terminasse. Aí ele quer fazer assim, aumentar pra trás, fazer uma cozinha grande e outro quarto. Aí não sei como que vai ser a condição da gente, se vamo fazer de adobe ou se vamo comprando de tijolo. (Antonia Alves, 01 de junho de 2017)

Quando eu receber a casa de vez, eu vou fechar essa varanda aqui de trás, que isso é feio demais. Eu vou tentar cortar a parede da cozinha e puxar a casa pra trás, construindo mais um quarto e uma cozinha. Quero jogar o banheiro pra trás também. Na frente, eu deixei um espaço vazio, eu quero fazer mais um quarto e um terraço aqui na frente. Esse é o meu plano no futuro, eu já comprei uma boa parte do material, tô só aguardando concluir a obra pra começar a fazer. (José Raimundo Nascimento, 01 de junho de 2017)

No futuro, eu penso em aumentar ela mais. Que a família tá crescendo, né? Depois fazer uma varanda (Maria de Jesus Souza, 02 de junho de 2017)

Ainda que não possam fazer modificações na casa antes da entrega das obras, é possível perceber como as técnicas construtivas de domínio dos moradores permanecem sendo executadas na nova moradia. Elas se revelam nas sutilezas; nas cercas feitas de varas de madeira, na opção pelo uso da cozinha externa à moradia, no reaproveitamento dos materiais construtivos da casa anterior.

É importante ressaltar como o desconhecimento dos moradores quanto à conclusão das obras produz neles angústias e incertezas. A família de Antonio Rodrigues não sabe que dia a equipe da obra virá para a conclusão da casa. Falta finalizar a fossa, inserir a cerâmica do piso, fazer o acabamento das paredes com massa e pintura, instalar a louça do banheiro e concluir o acabamento das esquadrias. Entretanto, a urgência de escapar do inverno rigoroso não apresentou à família outra opção a não ser ocupar a casa antes da finalização do projeto. Por situação similar passa a família de Antonia Alves e de José Raimundo.

Ainda não concluíram as instalações de eletricidade, nem as lajotas... faz uns três meses ou mais que eles não vêm. (Antonia Alves, 01 de junho de 2017)

Eu queria que a firma concluísse logo a obra porque eu quero aumentar a casa e depois botar minhas coisas que tão faltando. Veio um pessoal da SECID aqui, uma senhora que disse pra mim, 'olha, vocês não tinham que ter botado nada pra dentro de casa ainda'. Aí eu disse, 'olha, eu mandei demolir minha casa, eu quero que você entre dentro dessa casa aqui (refere-se à palhoça em que a família estava abrigada provisoriamente), você acha justo continuar morando aqui dentro com essa chuva toda?' (José Raimundo Nascimento, 01 de junho de 2017)

Diante da ausência de data prevista para a conclusão da obra, e da necessidade imediata por abrigo, estes moradores não tiveram condições de aguardar pela etapa dos acabamentos. Esta atitude decerto trará inconvenientes para a família, quando precisarem se deslocar novamente da casa para que a equipe de obra conclua a construção, mas esta foi a única solução possível, diante de problemas como o atraso prologado das obras e da falta de diálogo efetivo entre técnicos e beneficiários.

3.4 - Análise e discussão dos resultados

O acompanhamento das diversas etapas do PMCMM e das suas implicações no modo de morar dos “beneficiários” me permitiu chegar a algumas conclusões importantes. A primeira delas é que os beneficiários são menos participantes ativos do que expectadores do processo em que estão envolvidos. Não se consideram no direito de questionar o processo, porque a casa foi dada a eles. Também estão engessados de fazerem modificações nas casas,

enquanto as obras não forem concluídas, pois acréscimos construtivos executados pelos moradores antes da conclusão da obra podem comprometer a medição.

As técnicas construtivas tradicionais adotadas pelos moradores são soluções de fato emergenciais, e conduzem à produção de moradias instáveis. As casas de Pequizeiro com fundação de adobe tendem a se tornar mais frágeis, porque o tijolo de adobe absorve a umidade do solo. Contudo, condenar o material e as técnicas construtivas utilizadas por esses moradores é precipitado, uma vez que construções feitas em terra persistem estáveis no país por séculos.

Percebo que o discurso arquitetônico dominante tende a naturalizar certos significados do que constitui uma casa digna e a perpetuar práticas no interesse de um poder hegemônico, fato que pode ser percebido na reprodução de modelos residenciais tipicamente urbanos no meio rural. A prática projetual acaba por refletir uma ideologia de produção em larga escala, que vários arquitetos e técnicos reproduzem, por vezes de modo inconsciente. Neste ponto é interessante lembrar o que diz Arruda (2007, p. 76), que afirma que “o que define os mínimos vitais de moradia da unidade camponesa, obviamente, não são os mínimos de habitabilidade da sociedade urbana, ditados pelos códigos de posturas municipais e pelos limites de financiamentos de programas habitacionais.”

As soluções arquitetônicas que buscam a integração dos espaços são muito comuns nos centros urbanos, onde a alta densidade habitacional e os interesses do mercado imobiliário forçam a adoção de partidos arquitetônicos que sobreponham funções, como é o caso da sala de estar que se funde à cozinha. Entretanto, a adoção desse mesmo tipo de partido no meio rural – onde a cozinha é um dos espaços mais importantes da casa, sendo o lugar diário de preparo dos alimentos da roça – me permite concluir que o programa não parece respeitar as especificidades da realidade rural e o sistema de valores da população beneficiária. Os projetos são pensados de forma similar à dos empreendimentos urbanos de baixa renda, reforçando o enquadramento da vida no campo aos moldes urbanos, por meio da repetição de um modelo que não respeita as demandas próprias dos beneficiários.

3.4.1 – Sobre o processo participativo

Até o momento da pesquisa, tive pouca abertura institucional para conhecer o TTS previsto pelo PMCMM, e própria sondagem das percepções dos beneficiários a respeito do programa aponta para seu desconhecimento acerca desta questão. A falha de comunicação é evidenciada até mesmo no entendimento dos moradores quanto às dimensões e

características físicas da nova casa. Muitos desconheciam que materiais seriam utilizados, quantos cômodos, e só compreenderam o tamanho da casa a partir do momento em que as paredes começaram a ser levantadas.

O que é possível perceber é que quando há uma relação muito próxima entre atividades de obra e serviço social, os serviços da primeira tendem a prevalecer sobre a segunda. Desta forma, quando as obras se estendem no tempo além da previsão inicial, as consequências recaem tanto sobre os beneficiários, que ficam no aguardo da conclusão, quanto sobre o cronograma dos trabalhos de organização social e capacidade produtiva. Os atrasos na construção também geram nos beneficiários um clima de desconfiança, que é estendida aos agentes do serviço social.

O único processo de inclusão produtiva que me foi possível acompanhar durante a execução do programa foi a contratação de moradores locais na construção da casa. E ainda assim, este processo ocorreu sob vários questionamentos, feitos pelos beneficiários. A maioria deles não compreendia o porquê de receberem um valor tão abaixo daquele que era destinado ao pagamento dos trabalhadores da construção na obra.

Garantir inclusão produtiva a beneficiários camponeses é uma tarefa desafiadora. Sobre isso Wanderley (2014) afirma:

O desafio consiste em definir a natureza da inclusão produtiva que deve ser proposta a este tipo de agricultor. A esse respeito, admite-se que os indivíduos, de um modo geral, demandam a ser inseridos na sociedade através do reconhecimento de sua condição de trabalhador. O lugar que assumem no mundo do trabalho constitui o elemento central que forja a sua própria identidade social. (...) O que está fortemente em questão é que tipo de trabalho corresponde à inclusão social desse trabalhador em particular. (...) Em outras palavras, inclusão social para os próprios produtores significa o reconhecimento de sua condição de agricultor, de suas formas de trabalhar e produzir, cujas potencialidades devem ser apoiadas pelas políticas públicas. (WANDERLEY, 2014, p.39)

Logo, o que está em jogo é reconhecer a capacidade de autonomia dos camponeses envolvidos no processo. Seria mais interessante, em vez de destinar um valor a quem se costuma pagar pelo trabalho na construção civil, orientar estes camponeses a gerirem os recursos para a construção das casas de forma mais autônoma.

3.4.2 - As implicações do programa no modo de morar dos beneficiários

Como até o momento do fim da pesquisa, as obras ainda não haviam sido concluídas – por atraso no cronograma – não foi possível perceber quais modificações os moradores farão em suas novas casas. Mas é possível ponderar, preliminarmente, que a

ocupação da casa recria certos aspectos do *habitus* camponês, revelados na opção por utilizar a cozinha nos fundos do terreno, na utilização do banheiro como espaço para depósito dos produtos cultivados na roça, na construção de cercas de madeira para definir os limites do terreno, no aproveitamento de materiais e técnicas construtivas da casa anterior para reconstruir a casa do fogão nos fundos, o chiqueiro, o galinheiro, etc.

Foi possível perceber também como os moradores associam a nova casa a uma condição de estabilidade; literalmente, à ideia de um porto seguro em momentos de tempestade.

A gente vai ter mais segurança. A gente quer sair de casa, todo mundo quer sair de casa, joga tudo dentro de casa, tranca e faz a viagem. Quando vem, tá tudo em segurança de novo. A melhoria é por causa disso também. Uma casa dessa (aponta pra de adobe) não tem segurança. (...) Eu acho que a casa de tijolo é melhor, né? É porque ela tá ali, a segurança dela é de mandar alisar. E fazer calçada. Aquela ali (de adobe) qualquer chuvinha que der, vai querer derrubar. Cada vez, de pouco a pouco ela vai escorrendo a massa dos adobo. Aí daqui mais uns dias, pegando chuva direto, dois anos, três anos, ela já tá fraca, aí qualquer hora ela pode tá rachando. Durante esse período o cara já tem que programar outros adobo pra fazer outra casa. Pra mó da gente não cair. (Francisco das Chagas, 8 de agosto de 2016)

Assim, a nova casa deu aos beneficiários um sentimento de vida nova, de possibilidade de enraizamento, de permanência na terra. Outro aspecto positivo a respeito do programa é que os beneficiários não foram remanejados para outro local distinto de onde moram; a fixação em um território em que já estão ajustados não implica na perda de suas relações de trabalho, de vizinhança e de sociabilidade, que são costumeiramente perdidas em projetos de reassentamentos compulsórios.

Quanto às implicações negativas, é preciso pontuar que, das famílias selecionadas para a amostra, apenas uma delas possuía a casa anterior menor do que a nova casa: a família do Jairo Souza. Nas primeiras entrevistas, Jairo era casado e não tinha filhos. Ao fim desta pesquisa, já aguardava a chegada do primeiro rebento. De acordo com a composição familiar da amostra, há casos de até 7 filhos em uma casa, o que mostra que o adensamento familiar é um fato, que tende a ser problemático em uma casa de apenas 36 m² e dois quartos.

O fato de vários moradores prezarem pela conservação da casa anterior, e o receio da exigência pela demolição, é um exemplo de como a casa – de taipa de mão ou de adobe – possui um valor de uso inestimável, porque construída pela soma dos esforços de seus moradores. Acredito que o programa MCMM deveria repensar a exigência da demolição, uma vez que a casa antiga serve, tanto de apoio para as funções da nova casa, como permanece

também como um registro memorial e imagético das práticas construtivas dos moradores. Pois, como lembra Silva (2004):

Estes registros imagéticos constituem-se em ferramentas importantes para o processo de identidade social e também para os projetos de vida das futuras gerações, na medida em que eles representam o elo entre os diferentes espaços-tempos. Presente, passado e futuro são entrelaçados na memória pelo fio condutor das distintas experiências vividas. (SILVA, 2004, p.120)

Pelo atraso no cronograma de construção das obras e de realização do TTS, não foi possível verificar, em longo prazo, implicações na renda dos camponeses, ou se passarão a ter acesso a bens que não possuíam antes, como rádio, fogão a gás, bicicleta, televisão, motocicleta, etc.

O que percebo é que, apesar da percepção de melhora na vida dos beneficiários, o programa posto em prática revela insuficiência de participação popular, de políticas mais efetivas de geração de renda e de assistência técnica. A maior implicação do programa reside na frustração da autonomia de seus beneficiários. Trata-se de mais um programa gestado e executado pelo governo, sem a participação dos beneficiários durante sua concepção. O programa MCMM representa uma conquista importante, contudo ainda parcial, e o seu monitoramento revela fragilidades importantes a serem reavaliadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desconhecimento do mundo rural, das peculiaridades intrínsecas ao modo de viver camponês, leva técnicos de planejamento de políticas públicas - ainda que bem intencionados - a cometerem equívocos. Faz-se necessário que estes agentes envolvidos compreendam a moradia rural como mais do que um elemento que fixa os seus moradores à terra; trata-se de uma prática familiar, de um espaço de trabalho e de abrigo, onde o grupo doméstico se organiza tanto na produção para aprovisionamento, quanto na convivência entre parentes e amigos.

Durante a trajetória desta pesquisa, pude compreender que a produção social do território de Pequiizeiro se dá a partir de uma trama de relações estabelecidas entre os sujeitos e o espaço, num processo de apropriação e de criação de identidades e de pertencimento ao lugar em que estão. Os camponeses de Pequiizeiro são sujeitos sociais que, ainda que estejam inseridos na economia capitalista, apresentam modos de ser e de viver que são muito próprios e distintos do capitalismo. Como já dito anteriormente, o mundo camponês está pautado na reprodução social da família, na produção de alimentos que visam prioritariamente o consumo familiar. Trata-se de uma racionalidade inteiramente distinta do latifúndio capitalista, que preza pela concentração fundiária e pela obtenção de lucros em larga escala. As estratégias de reprodução do campesinato envolvem a diversificação dos cultivos, o trabalho organizado em grupos domésticos e as relações de reciprocidade materializadas na cooperação e na ajuda mútua. As formas de organização da classe camponesa são criadas e constantemente recriadas a partir das dificuldades e enfrentamentos que encontram para se reproduzirem.

Ora, por se tratar de um sujeito que trabalha e vive sob uma lógica distinta daquela preconizada pela produção capitalista, sua moradia também opera sob uma organização particular. A moradia camponesa incorpora, ao mesmo tempo, espaços de produção e de abrigo familiar; espaços de privacidade, reservados ao núcleo da família, e espaços de sociabilidade, onde amigos e vizinhos se reúnem para conversas e momentos de lazer. Logo, se o Estado pretende conduzir uma política habitacional estruturada, deve levar em consideração estas particularidades do modo de morar camponês.

A produção de políticas de habitação rural não deve ser um projeto isolado, mas associado a demais políticas integradas de inclusão produtiva e renda. E neste sentido, a preocupação do PMI em executar políticas de desenvolvimento territorial conjugadas à produção de habitação rural (expressas na preocupação em regularizar assentamentos, em

criar planos de incremento à agricultura e pesca, em fornecer abastecimento de água e saneamento) é extremamente válida.

Todavia, a pesquisa de campo permitiu-me perceber alguns aspectos sensíveis quanto à execução do PMCMM. O primeiro deles é a concepção do projeto arquitetônico das casas. Idealizado por técnicos da SECID, o projeto arquitetônico não contempla a composição familiar dos beneficiários (que costuma variar de 2 a 9 integrantes), tampouco considera a disposição dos cômodos da casa tradicional, construída pelos camponeses. No novo projeto, a cozinha – tradicionalmente situada aos fundos da casa, contígua ao quintal, não raro constituindo-se como um importante espaço de sociabilidade na casa – foi abreviada a um cubículo compartilhado com a sala de estar.

Todas as casas são construídas da mesma forma, com dois quartos, uma sala-cozinha e um banheiro, independente do tamanho da família beneficiária. As dimensões da casa cumprem às especificações mínimas previstas pela CEF (36 m²). Muitos beneficiários saíram de suas casas “indignas” de até 85 m² e tiveram que se reajustar ao novo dimensionamento. Suas opiniões sobre o dimensionamento da casa eram sempre cheias de cautela, afinal de contas, trata-se de uma casa “dada” pelo governo.

Este equívoco de produzir moradias em massa e de forma padronizada ignora os modos de vida e a capacidade de consumo formal dos beneficiários. A transposição de um padrão construtivo urbano – casas de alvenaria cerâmica com “cozinha americana” – para o meio rural revela uma falta de cuidado em perceber como de fato moram estes sujeitos. A imposição de materiais construtivos, alheios tanto à capacidade de consumo quanto ao cotidiano dos camponeses pode implicar, em longo prazo, em problemas de manutenção do novo imóvel.

Condenar as técnicas construtivas tradicionais e relegá-las à condição de indignas é outro aspecto sensível que precisa ser repensado. É fato que a técnica da taipa de mão e do adobe utilizados em Pequiizeiro são soluções emergenciais de abrigo; alguns moradores admitem que construíram a casa de modo provisório, pois não sabiam ao certo por quanto tempo permaneceriam no povoado. A queda de várias casas no povoado – em decorrência de um regime de chuvas intenso e de um terremoto no início do ano - atesta a fragilidade da construção no campo empírico em questão. Contudo, a taipa de mão e o adobe são técnicas seculares de construção, existentes em todo o estado maranhense, e de pleno domínio de seus moradores. Em outras comunidades no interior do Estado (como a comunidade Tamanduá, em Aldeias Altas) existem casas de taipa de mão estáveis, e erigidas há mais de 20 anos. É

preciso, portanto, repensar o estigma associado à construção em terra como uma técnica retrógrada. Se construídas com o apoio de uma assessoria técnica que garanta melhores condições estruturais e de estabilidade, apresentam um imenso potencial construtivo, podendo até mesmo ser incorporadas nos programas habitacionais do estado.

Quanto ao trabalho técnico social, até o momento da última visita de campo, nenhuma iniciativa - além da incorporação dos moradores no processo de construção das casas - foi realizada. O que percebo com isso, é que no processo de execução do programa, a construção das casas é a principal prioridade; e as dificuldades em decorrência do atraso nas obras acabam por sacrificar o tempo que deveria ser destinado às iniciativas do TTS. A geração de renda prevista pelo programa ficou circunscrita à inclusão de alguns moradores no processo de construção das casas, situação que percebo que apresenta pouco efeito em longo prazo. O salário ganho na construção, tão logo recebido, é gasto com itens fundamentais ao provisãoamento familiar. Uma sugestão proposta para uma geração mais contínua de renda seria investir em casas de farinha, item produzido por todos os moradores entrevistados.

Não percebi implicações do programa no modo de produzir dos moradores; aqueles que trabalharam como ajudantes de obra puderam contar com o apoio de parentes no trabalho com a roça, enquanto se ausentaram dela. As maiores implicações ocorreram com beneficiários que precisaram demolir suas moradias para que a nova casa fosse construída, por razão do terreno não possuir espaço suficiente. Estes tiveram que se mudar para abrigos provisórios e ficaram sujeitos ao desconforto, aos intemperismos e aos inconvenientes diante de um cronograma de obras em atraso. Esta situação mostra mais um aspecto sensível do programa, que não faz um estudo prévio nem propõe soluções quanto a como os beneficiários ficarão alojados enquanto a nova casa está sendo construída.

A grande implicação do programa recai, portanto, sobre o modo de morar e sobre a autonomia dos beneficiários. Decerto que a inserção de uma nova casa, de “material”, como costumam dizer os camponeses, teve grande impacto sobre seus cotidianos. Em entrevistas, os beneficiários diziam que a casa nova representa estabilidade, segurança e organização. E não poderia vir em hora melhor: diante dos vários desabamentos, os moradores “passaram pra debaixo” da nova casa antes que ela fosse concluída. De fato, uma casa de alvenaria cerâmica está associada ao signo da segurança e da boa qualidade. Afinal, é uma casa feita como as “casas da cidade grande”, com elevado valor de troca. Contudo, é necessário questionar se um programa habitacional planejado por técnicos, sem envolver a comunidade no processo de concepção é a melhor solução em longo prazo no combate ao déficit habitacional nas

comunidades rurais. O PMCMM é um empreendimento formal, no qual as comunidades beneficiárias têm pouco poder de decisão e de escolha. Seria mais interessante investir em programas de autoconstrução assistida, onde a própria comunidade poderia pensar no modelo da casa que melhor atendesse as necessidades da família, e onde os moradores pudessem construir suas próprias moradias, com autonomia.

Como até o fim da pesquisa, a obra não fora 100% concluída e entregue aos beneficiários, não foi possível perceber grandes alterações por parte dos moradores no espaço da casa. Estas alterações foram proibidas pelos técnicos responsáveis pelo programa, para que as medições finais da obra não fossem afetadas. Futuramente, com a conclusão da obra, pretendo investigar como os moradores se apropriarão da casa e que novas inserções farão a ela. Se, como afirma Bourdieu, o *habitus* corresponde a uma razão prática, as ações dos beneficiários sobre a casa após a sua entrega mostrarão como eles ordenarão as estruturas do espaço físico da maneira que for mais conveniente às suas demandas e aos seus modos de via.

Concluo estas considerações finais afirmando que a concepção de um projeto de arquitetura para o outro (a), quer seja de uma casa, edifício ou cidade, não deve ser autônoma e nem se presumir autossuficiente. Os profissionais de projeto e de planejamento devem se empenhar em solucionar problemas levando em consideração as demandas, a história e a cultura dos sujeitos a quem se destina o projeto. Não se trata de projetar um determinado modo de morar sobre o meio rural, e sim de compreender como moram, para melhor auxiliá-los. Sempre prezando para que assumam o protagonismo diante dos programas destinados a eles.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007

ADEODATO, Marise C.; LIMA, Marcondes A. **Comunidade Rural Sustentável no Sertão Nordestino – Caso: Barra do Bento – CE**. Anais: I Conferência Latino-Americana de Construção Sustentável e X ENTAC. São Paulo, 2004.

ALMEIDA, Alfredo W.B.; MOURÃO, Laís. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo**. Brasília, 1976

ALMEIDA, Arildo J. **A participação da assessoria técnica-política e da Caixa na produção de moradias em assentamentos rurais**. 2007. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_fa47295d5629bc1d7805062d7626f168>. Acesso em 18 jan. 017

ALMEIDA, Rosmeire A. de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALMEIDA, Igor. **Gleba Pequizeiro, em Belágua, tem proteção possessória garantida pela Justiça**. In: Blog Outros Olhares: um espaço para a construção e discussão sobre uma nova visão em Direito. 2012. Disponível em: <<http://blogoutrosolhares.blogspot.com.br/2012/12/gleba-piquizeiro-em-belagua-tem.html>>. Acesso em: 13 nov. 2016

ALVES, Janicleide M. M. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas/PPGDH, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. 2014. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgdh/wp-content/uploads/2015/12/DISSERTA%C3%87%C3%83O_FINAL_ENTREGUE_JANICLEIDE.pdf>. Acesso em 08 set. 2016

AMSTDDEN, L. F. F. **A reforma agrária no governo Collor**. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, n. 3, 1992.

ANDRADE, Maristela P. **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense. Problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba**. Relatórios de pesquisa. PPGCSoc/GERUR. Mimeo. 2012.

ARGAN, Giulio C. **Sobre el concepto de tipología arquitectónica**. Ed. Herman Blume, Madri, 1984

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço concebido e o espaço vivido da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês**. 2007. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Área de Concentração Paisagem e Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-19052010-094729/pt-br.php>. Acesso em: 21 nov. 2015

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. **Minha Casa Minha Vida, o pacote habitacional de Lula**. 2009. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/gthab/text_ref_outros/fix_e_arantes_MCMV.pdf>. Acesso em 20 jun. 2017

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. 2010. **A memória do tempo de cativo no Maranhão**. Revista Tempo. Niterói-RJ. UFF. v. 15. nº 29: 67-110.

AZEVEDO, S. **A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil**. Revista Análise Social, vol. XXIX, 1994. p.711-732

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.1, p.70-104, 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em 18 ago. 2016.

_____. **Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida**. 2009. Revista Teoria e Debate. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/edicoes/276>>. Acesso em: 18 fev. 2017

_____. **Habitação no Brasil: uma história em construção**. 2013. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1956/1918>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

BOTELHO, Adielson C; DINIZ, Juarez S. **A produção da soja em territórios tradicionais da agricultura familiar na microrregião de Chapadinha – Maranhão**. 2012. Artigo apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia – MG. Disponível em: <www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/999_2.pdf> Acesso em: 02 fev. 2017

BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. Actes de la recherche en sciences sociales, nº 2/3, jun. 1976, p.88-104. Edição consultada: **O campo científico**. In: Pierre Bourdieu. São Paulo, Ática, 1994.

_____. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa/Difel; Rio de Janeiro/Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. **As estruturas Sociais da Economia.** 1ª Ed. Porto: Campo das Letras – Editores S.A, 2006.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil (1824).** Rio de Janeiro, 1824. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm >. Acesso em 24 set. 2016

_____. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850: dispõe sobre as terras devolutas do império (Lei de Terras).** Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em 24 set. 2016

_____. **Decreto-Lei nº 9.218 de 1 de maio de 1946: Autoriza a instituição da Fundação da Casa Popular.** Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=78004&norma=104700>>. Acesso em 22 out. 2016

_____. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964: Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.** Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>. Acesso em 28 out. 2016

_____. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964: dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> Acesso em 13 ago. 2016

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 09 set. 2016

_____. **Lei nº8.171, de 17 de janeiro de 1991: dispõe sobre a Política Agrícola.** Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016

_____. **Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade).** Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 16 nov. 2016

_____. **Lei nº10.998, de 15 de dezembro de 2004: altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).** Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110998.htm>. Acesso em 15 jun. 2017

_____. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação.** Cadernos MCidades Habitação. Brasília, n.4, nov. 2004. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/ET%20Vol%203%20-

[%2013.%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Habita%C3%A7%C3%A3o.pdf>](#).

Acesso em: 25 jun. 2017

_____. Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009. **Regulamenta as Seções II, III e IV do Capítulo I da Medida Provisória no 459, de 25 de março de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.** Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D6819.htm>. Acesso em> 25 jun. 2017

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso a Distância. Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social.** Brasília: Ministério das Cidades. Primeira impressão: setembro de 2010.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação (SNH). **Planilhas das unidades MCMV contratadas e concluídas no Maranhão 2015-2016** (email). Acesso em 15 ago. 2017

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** Trad. Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Módulo Programa Minha Casa, Minha Vida.** Universidade Caixa. 2009. Disponível em: <http://universidade.caixa.gov.br>> Acesso em 12 jun.. 2017.

_____. **CARTILHA MINHA CASA, MINHA VIDA.** 2009. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/MarcosFSilva1/cartilha-completa-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 16 jun. 2017

_____. **Relatório da Gerência Regional de Habitação (GIHAB - MA): unidades MCMV contratadas e concluídas no Maranhão** (e-mail). Acesso em 13 mai. 2017

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. 334p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **Índice de Moradia Rural e Urbana - Brasil 2012.** Disponível em: http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/ICNA_Indice_Moradia_BRASIL_web.pdf>. Acesso em 13 jan. 2016

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Edart, 1972

CORRÊA, Geovana de M. **A habitação social em foco: uma abordagem sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.** Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100517>>. Acesso em: 01 mar. 2017

COSTA, Írio Barbosa; MESQUITA, Helena Maria. **Tipos de habitação rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. 70p.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO (DOEMA). **Estatuto da Associação Unificada dos Moradores dos Povoados Pequizeiro, Bracinho e Centro dos Dicos – Município de Belágua, MA**. 5 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://pesquisa.diariooficial.ma.gov.br/?d=TE20071105.pdf>>. Acesso em 19 out. 2015

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

_____. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular. Geografia em Movimento. 2008.p 273-301.

FERNANDEZ, Fernando N.; AZEVEDO, Nayra J. D. **Objetivos e resultados da reforma agrária no Brasil. Estudo de caso do Assentamento Canudos em Goiás**. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico, ano XVI, dezembro 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/3326/2548>>. Acesso em 18 mai. 2017

FERREIRA, L. G. & BARROS, L. **Conceito de povoado; comentários**. Revista Brasileira de Geografia, 3, 4: p. 85-89. 1941

FILHO, João B.M.T. **Espaço e Território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica**. Revista Espinhaço, v. 2, p. 41-51, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2016. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>>. Acesso em: 04 jun. 2017

GASPAR, Rafael Bezerra. **Campesinato e expropriação: A expansão do agronegócio sobre terras camponesas no cerrado maranhense**. In: VII Jornada de Alunos do PPGA-UFF, 2013, Niterói. VII Jornada de Alunos do PPGA-UFF, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (GEPLAN). **Atlas do Maranhão. São Luís**: UEMA/ GEPLAN, 2002. 44p.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em <[http://w3.msh.univse2.fr/cdp/documents/ CONFERENCE Rogério Haesbaert. pdf](http://w3.msh.univse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rog%C3%A9rio%20Haesbaert.pdf)>. Acesso: 25 de jan. de 2016

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. Disponível em: www.bvce.org. Acesso em: 27 mai 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf> Acesso em: 22 jul. 2016

_____. **Tabelas - Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros.** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm> Acesso em 02 jan. 2017

_____. **Frota de veículos – 2015.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=210173>>. Acesso em: 03 dez. 2017

_____. **Caxias (MA): Histórico.** 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=210300&search=maranhaolcaxiaslinfograficos:-historico.>> Acesso: 15 jan. 2017

_____. **Projeção da população.** 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 03 jun. 2017

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Evolução Político-administrativa do Estado do Maranhão.** São Luís: IMESC, 2010.

_____. **Plano Mais IDH/Diagnóstico Avançado: Belágua.** São Luís: IMESC, 2016

_____. **Plano de Ação Mais IDH: Diagnóstico Preliminar.** Instituto Maranhense de Estudos Socioeconomicos e Cartográficos. São Luis, 2015.

JACOBI, P. (org.) **Liberdade para construir; John Turner e suas ideias sobre habitação pelo povo.** In: Revista Espaço & Debates, ano I, n.3, set. 1981b, p.45-54.

KAPP, Silke. **Experiências em assessoria técnica e suas questões.** In: Jeferson Salazar, Laisa Stroher, Grazia de Grazia. Assistência Técnica e Direito à Cidade. Rio de Janeiro: FNA; CAU-RJ; Resenha Editorial, 2014, p.113-122

KELLER, Elza. **Habitat rural no Brasil.** p.145-148. In: Boletim Geográfico. v.17, n.149, 1959.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE TERRITORIAL E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (LATESE). **Mancha de ocupação de Pequizeiro.** 2017

_____. **Mapa de Hipsometria de Pequizeiro.** 2017

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Disponível em: <http://>

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf. Acesso em: 02 dez. 2016

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LEMOS, Carlos. **O que é Arquitetura**. São Paulo: Editora Brasilense, 2013.

LIRA, José T. C. **Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado**. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1996.

MARANHÃO. **Matriz de Responsabilidades: Plano Mais IDH**. Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH. São Luis, mimeo, 2015.

_____. **Construção de Unidades Habitacionais Rurais**. Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano. São Luís, mimeo, 2015b.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **O Estatuto da Cidade Periférica**. In: O Estatuto da Cidade comentado. São Paulo: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: <<http://www.secid.ma.gov.br/files/2014/09/Estatuto-da-Cidade-comentado.pdf>> Acesso em 12 nov. 2016

MARQUES, B. F. **Direito agrário brasileiro**. 9 ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2011. p. 129.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. (p. 145-158).

_____. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA, ano 11, nº 12, janeiro/junho, São Paulo (UNESP), 2008. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>>. Acesso em 05 set. 2016

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, Mônica Dias. **Reforma agrária: sonho, sonhei, sonhamos – luta de classes e assentamentos em terras do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UFC, 1990.

MARTINS, Viviane S. **Modos de vida, habitação e cultura de famílias rurais no contexto da Reforma Agrária**. In: III Simpósio sobre a Reforma Agrária, 2008, Araraquara-SP. O lugar dos assentamentos rurais: atores, territórios, redes de cooperação e conflitos, 2008.

MARX, Karl. **O capital (livro I)**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. (versão ebook)

MASCIA, Eleonora Lisboa. **Habitação no Brasil atual: construção de uma política de Estado?** XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, maio 2011.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1978. 243p.

MÁXIMO, Rérisson; LOPES, João M. A.; PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais e produção do ambiente construído em Fortaleza: algumas facetas dessa relação**. XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Canela, RS, 2010. Disponível em: <<http://www.infohab.org.br/entac2014/2010/arquivos/560.pdf>>. Acesso em 08 ago. 2016

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MIRANDA, Aurora A. B. **De arrendatários a proprietários: a sociabilidade no assentamento Brejo de São Félix**. São Luís: Edufma, 2010.

MONEO, Rafael. **De la tipologia**. Summarios, 79, julho, 1984.

MORAES, Reginaldo C et al. **Ingresso da agricultura brasileira na era global: desdobramentos da modernização compulsória**. In: As cidades cercam os campos: estudos sobre o projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MULLER, N. L. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, FFCL. (Boletim 132, Geografia, 7). 1951

MUNARINI, Paulo. R. **A política de habitação rural brasileira e o desenvolvimento da agricultura familiar no oeste catarinense**. 2009. 71 p. Monografia (Curso de Agronomia) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2009.

NETO, Luiz B.; BEZERRA, Maria C. S. **A importância do materialismo histórico na formação do educador do campo**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p.251-272, ago.2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art16_38e.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo, tese de livre docência apresentada ao Departamento de Geografia, FLCH/USP. 1997

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1972.

_____. **O Estado e o urbano no Brasil**. Revista Espaço & Debates, v. 6, p. 37, 1982. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Caderno_de_Debates_2.pdf> Acesso em 18 nov. 2015

OLIVEIRA, Gabriel; KARNOPP, Erica. **A política habitacional brasileira e a habitação rural: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul**. Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13318/2484>>. Acesso em 04 jun. 2016

PEREIRA, José M. D. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011216170.CD9_artigo_5.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017

PINHEIRO, K. S. F. et al., **Caracterização espaço-temporal da precipitação efetiva e do índice de aridez da bacia hidrográfica do Riacho Boa Hora, Urbano Santos-MA**. Anais do XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Goiânia, Brasil, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Ranking Municipal**. 2015. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso: 02 fev. 2017

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Teotonio C. **Fontes de Financiamento de Longo Prazo: O caso do financiamento habitacional**. Brasília: CEF, 2007.

RODRIGUES, L. P. D.; MOREIRA, V. S. **Habitação e Políticas Públicas: o que se tem pesquisado a respeito?** Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 8, p. 168-182, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/2016nahead/2175-3369-urbe-2175-3369008002A001.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017

ROLNIK, Raquel. **Cada Um no Seu Lugar! São Paulo início da industrialização, geografia do poder**. São Paulo, 1981. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo.

_____. **As armadilhas do pacote habitacional**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2009. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/>>. Acesso em 10 ago. 2016

ROVER, Oscar J.; MUNARINI, Paulo R. **A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar**. Revista Kátal. Florianópolis, v.13, n.2, p.260-269. jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/S1414-49802010000200013/15120>>. Acesso em: 18 nov. 2016

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **A influência da arquitetura moderna em alguns conjuntos habitacionais construídos pelos IAPS em São Paulo**. In: SEMINÁRIO DE

HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 1142-1151

SANFELICI, D. M. **A financeirização do circuito imobiliário como rearranjo escalar do processo de urbanização.** In: Confins, Revista Franco-Brasileira de Geografia, nº18, 2013. Disponível em: <<https://confins.revues.org/8494>> Acesso em 03 jul. 2017

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAUER, Sergio. **O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** In: Assentamentos em debate / coordenação Caio Galvão de França, Gerd Sparovek. Colaboradores Antônio Márcio Buainain [et al]. -- Brasília : NEAD, 2005.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SECID). **Acompanhamento de Obras do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza - Pasta Geral FUMACOP.** 2012.

_____. **Projetos do Minha Casa Minha Vida Rural – PNHR** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por clararps@gmail.com em 28 de fevereiro de 2013.

SETTON, Maria G. J. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, nº20. mai./ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017

SEYFERTH, Giralda. **Campesinato e o Estado no Brasil.** Revista Mana (Estudos de Antropologia Social), vol.17 nº 2, Rio de Janeiro. Aug. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000200006>. Acesso em: 10 ago. 2016

SILVA, Cecília M. G. **Habitação rural: uma luta por cidadania.** Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde.../ME_CECILIA_GRAZIANO.pdf>. Acesso em 15 ago. 2016

SILVA, Geraldo Gomes. **Apresentação.** In: Arquitetura Popular Brasileira. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória.** UNESP. Coleção Paradidáticos. Série Poder. São Paulo: 2004.

SILVA, Maria. O. S. **Política habitacional brasileira: frente e verso.** São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Marilu A. **Cozinha: espaço de relações sociais**. 2009. Revista Iluminuras, v. 10, n. 23, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/download/10083/5852>>. Acesso em 28 abr. 2017

SINGER, Paul. **A Crise do “Milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1938.

WANDERLEY, Maria de N.B. **Olhares sobre o “rural” brasileiro**. 2004. Revista Raízes, Campina Grande, vol. 23, n°s 01 e 02, p. 82–98, jan./dez. 2004.

_____. **Agricultura familiar e camponato: rupturas e continuidade**. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2016

_____. **O camponato brasileiro: uma história de resistência**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol.52, supl.1, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002>. Acesso em 09 ago. 2016

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen F. **A comida como linguagem**. 2013. Revista Habitus. Goiania, v.11, n.1, p.5-17, jun.2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/22444253-Palavras-chave-praticas-alimentares-codigos-distincoes-sociais-memoria.html>. Acesso em: 12 out. 2016.

WOORTMANN, K. **Casa e família Operária**. Anuário antropológico. Rio de Janeiro, (80): 149-99, 1982.

_____. **Com parente não se negueia; o camponato como ordem moral**. Brasília, UnB, 1990. (Anuário Antropológico, 1987).

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO FASE 1

O PLANO MAIS IDH E A PRODUÇÃO HABITACIONAL

Contribuições para Melhoria das Condições de Vida e Trabalho na Área Rural dos Municípios de Belágua e Cajari, Maranhão.

RELAÇÃO DOS MORADORES COM TERRENO E MORADIA

DADOS PESSOAIS

1. Qual o seu nome completo?
2. Quem responde pela família?
3. Quantos moram na sua casa?
4. Qual a idade de cada um? Quantas crianças?
5. Quais são as principais atividades de vocês no dia-a-dia?
6. Roça – Quando?
7. Pesca – Quando
8. Coleta de côco – Quando?
9. Escola? (caso sim, qual o horário e o transporte).
10. Algum aposentado(a)?
11. Tem alguém na casa com dificuldade pra se movimentar? Alguma pessoa com deficiência física?

SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CASAS DE TAIPA OU DE ADOBE

1. Quem construiu a sua casa?
2. Lembra em quanto tempo levou pra construir?
3. Existe algum grupo no povoado que sabe construir as casas? Ou todo mundo sabe construir?
4. Os vizinhos costumam se reunir para construírem as casas juntos? Caso sim, como fazem?
5. Tem alguém do povoado que já construa casas há mais tempo e que sempre acompanha a construção das casas de taipa e de adobe?

6. Como é feita a coleta do material pra construir a casa? Onde vocês pegam o material?
7. Como costuma ser o modo de fazer as casas? (o que é feito primeiro, o que vem depois?).
8. Vocês costumam fazer a casa tomando como exemplo alguma casa anterior? A casa do vizinho, ou alguma que viram na sede, ou na televisão?
9. Vocês costumam fazer a casa já pensando onde podem aumenta-la depois? Caso sim, pra onde vocês costumam aumentar?

SOBRE A MANUTENÇÃO DO IMÓVEL

1. De quanto em quanto tempo precisam fazer a manutenção do imóvel?
 - a. Reforçar as paredes?
 - b. Trocar a cobertura?
 - c. Nivelar o piso?
2. O que estraga na casa mais rápido?
3. Aparece muito inseto? Quais?
4. Como acabam com eles?

RELAÇÃO COM O TERRENO

1. Quais as principais atividades que você realiza no seu terreno?
2. Horta (de quê?).
3. Criação de animais (quais?).
4. Casa de farinha? De quanto em quanto tempo usam?
5. Vocês descansam no terreno? Armam rede? Reúnem-se com a família no terreno de vocês?
6. Quem costuma fazer a limpeza do terreno?
7. Quem costuma plantar?
8. Quem costuma colher?
9. Existem, além da casa, outras construções no terreno (como depósitos, casas de farinha, outra casa para alojar parentes?).

USO DA CASA COMO MORADIA

1. Você tem fogão a gás e fogão a lenha?

2. No preparo da comida, quando você costuma usar o fogão a gás e quando usa o fogão a lenha?
3. Na hora das refeições, a família costuma comer junto? Em que lugar da casa? Quais móveis são usados?
4. Onde é feita a lavagem e secagem dos pratos? Que água vocês utilizam para fazer a limpeza?
5. Vocês tem água em casa? Caso sim, de onde vem essa água?

LAVAGEM, SECAGEM E PASSAGEM DE ROUPA

1. Quem costuma lavar as roupas?
2. Onde as roupas são lavadas?
3. Quantas vezes por semana vocês costumam lavar roupa?

DESCANSO

1. Na hora de dormir, quantas pessoas ficam em cada quarto?
2. Vocês costumam cochilar depois do almoço? Dentro de casa ou do lado de fora?
3. O que vocês mais utilizam pra dormir? E quem utiliza?
 - a. Rede
 - b. Cama
 - c. Sofá
 - d. Outro

LAZER

1. O que vocês costumam fazer pra se divertir? Quando?
2. Televisão? Assistem o que?
3. Jogos de mesa? (Baralho, dominó?)
4. Jogos de campo? (Futebol, vôlei)
5. Costumam fazer Reunião de família?
6. Costumam fazer Reunião com vizinhos?
7. Costumam ter festejos? Quais? E quando eles acontecem?

HIGIENE PESSOAL

1. Onde vocês costumam tomar banho?

2. Onde vocês costumam fazer as necessidades?
3. De quanto em quanto tempo refazem o banheiro?
4. O que fazem com a sobra de comida?
5. O que fazem com resto de plásticos, metal e madeira? Com o lixo em geral (queimam, enterram?).

ESTUDO

1. Quantas pessoas na família ainda estudam?
2. Onde estudam?
3. Que móveis usam pra estudar em casa?

TRABALHO EM CASA

Costuma produzir dentro de casa (rede de pesca, algum artesanato, comida, serviço de corte de cabelo)? O que?

SOBRE A CASA DA SECID

1. Como você ficou sabendo do programa de substituição das casas?
2. Porque você acha que foi selecionado?
 - a. Situação da casa
 - b. Pedido de político
 - c. Outro
3. Quais os documentos que você precisou mostrar?
4. Você lembra quais as obrigações que eles pedem pra que você tenha direito à casa?
5. Sabe quantas casas serão feitas no Povoado?
6. Conhece os outros beneficiados?
7. Por que foram escolhidos?
8. Você sabe que vão ter que demolir sua casa atual depois que receber a nova?
 - a. O que você acha disso?
 - b. Vai demolir?
9. O que você pensa em fazer no lugar da casa que for demolida?
10. Conhece o projeto da casa nova? Já viu como é o desenho dela?
11. Sabe se ela é maior ou menor que a sua casa atual?
12. Sabe quantos quartos a casa nova vai ter?

13. Sabe se vai ter cozinha e banheiro?
14. No projeto, o banheiro vai ser feito junto da casa.
 - a. O que acha do banheiro junto com a casa?
 - b. Vai usar?
15. Sabe quais os materiais que vão ser usados na casa nova?
 - a. Paredes?
 - b. Piso?
 - c. Telhado?
 - d. Portas e janelas?
16. Acha que vai precisar aumentar a casa?
17. O que você acha que vai melhorar com a casa nova?
18. O que você acha que pode ficar mais difícil com a casa nova?
19. Sabe se junto com a casa, o Governo do Estado vai trazer outro tipo de benefício para seu trabalho?
 - a. Para melhorar sua renda?

QUESTIONÁRIO FASE 2

PERGUNTAS CONDUTORAS

1. Nome do Beneficiário?
2. O que você está achando da casa nova? É como você esperava que fosse?
3. Alguém da construtora veio falar com você enquanto a casa estava sendo construída?
Alguém da secretaria?
4. A construtora chamou alguém do povoado para ajudar na construção?
5. Onde vocês ficaram alojados enquanto a casa estava sendo construída?
6. Se você pudesse mudar alguma coisa na casa nova, o que seria?
7. Você vai ficar com saudade de alguma coisa da casa anterior? Do quê?
8. Na sua opinião, a casa de alvenaria é melhor ou pior do que a de taipa? Porque você acha isso?
9. O que a casa nova representa pra você? O que ela vai mudar na sua vida?